PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fernanda Nunes da Silveira

TERRITORIALIDADE COMUNICACIONAL E EQUIDADE DE GÊNERO: O JORNALISMO INDEPENDENTE FEMINISTA DA REVISTA AZMINA

Santa Cruz do Sul
2023

Fernanda Nunes da Silveira

TERRITORIALIDADE COMUNICACIONAL E EQUIDADE DE GÊNERO: O JORNALISMO INDEPENDENTE FEMINISTA DA REVISTA AZMINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profª. Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi

Santa Cruz do Sul
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Fernanda
Territorialidade comunicacional e equidade de gênero: o jornalismo independente feminista da Revista AzMina / Fernanda Silveira. — 2023.
343 f. : il. ; 28 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Ângela Felippi.

1. Territorialidade. 2. Jornalismo Independente. 3. Feminismo. 4. Equidade de Gênero. I. Felippi, Ângela. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fernanda Nunes da Silveira

TERRITORIALIDADE COMUNICACIONAL E EQUIDADE DE GÊNERO: O JORNALISMO INDEPENDENTE FEMINISTA DA REVISTA AZMINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi
Professora orientadora – UNISC

Dra. Grazielle Betina Brandt
Professora examinadora – UNISC

Dra. Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz
Professora examinadora – UFSM

Santa Cruz do Sul
2023

RESUMO

Essa pesquisa trata dos temas territorialidade, jornalismo independente e feminismo, considerando a promoção da equidade de gênero e do desenvolvimento territorial, e com o aporte teórico dos Estudos Culturais, das Epistemologias Feministas e das Geografias Feministas. Na dimensão simbólico-cultural do território, entendemos que as experiências jornalísticas independentes feministas podem evidenciar territorialidades comunicacionais de mulheres através de seu discurso. O objetivo geral é compreender como as territorialidades de mulheres são evidenciadas a partir do discurso da mídia independente feminista *Revista AzMina* e de que modo essas territorialidades de mulheres se relacionam com a equidade de gênero. Para tanto, discutimos os conceitos de território, territorialidade e jornalismo independente, a relação da comunicação com a territorialidade e o desenvolvimento territorial, as relações desiguais de gênero, as pautas e debates históricos do feminismo e o jornalismo independente feminista. Os objetivos específicos são: (a) entender as relações entre equidade de gênero e desenvolvimento territorial, considerando as contribuições do feminismo; (b) caracterizar o jornalismo independente feminista produzido em ambiente digital; (c) identificar o que está representado nas territorialidades construídas por mulheres; (d) analisar se o discurso da mídia independente feminista pode convergir para a equidade de gênero. A partir de uma abordagem qualitativa, empregamos uma pesquisa documental para a coleta de textos da *Revista AzMina*. O corpus é constituído por 166 textos publicados de 2019 a 2021, excluindo-se os conteúdos opinativos e dos leitores. Na análise de dados, utilizamos duas técnicas: análise de conteúdo temática de todo o material para identificar os temas presentes na comunicação da revista; análise de discurso de 25 textos para entender os sentidos evidenciados pelo discurso. Dentre os resultados, constatamos nove territorialidades comunicacionais de diferentes mulheres vinculadas as suas vivências cotidianas, relações com os territórios em todas suas dimensões e opressões que enfrentam, bem como identificamos duas formações discursivas que reúnem os sentidos evidenciados pelo discurso da revista.

Palavras-chave: Territorialidade. Feminismo. Mulheres. Jornalismo Independente. *Revista AzMina*.

ABSTRACT

This research deals with territoriality, independent journalism and feminism, considering the promotion of gender equality and territorial development, and with the theoretical contribution of Cultural Studies, Feminist Epistemologies and Feminist Geographies. In the symbolic-cultural dimension of the territory, we understand independent feminist journalistic experiences may evidence women's communicational territorialities through their discourse. The general objective is to understand how women's territorialities are evidenced from the discourse of the independent feminist media *Revista AzMina* and how these women's territorialities are related to gender equity. To do so, we discuss the concepts of territory, territoriality and independent journalism, the relationship between communication and territoriality and territorial development, unequal gender relations, the historical agendas and debates of feminism and feminist independent journalism. The specific objectives are: (a) to understand the relationships between gender equality and territorial development, considering the contributions of feminism; (b) characterize feminist independent journalism produced in a digital environment; (c) identify what is represented in the territorialities built by women; (d) analyze whether feminist independent media discourse can converge to gender equity. From a qualitative approach, we used a documentary research to collect texts from *Revista AzMina*. The corpus consists of 166 texts published from 2019 to 2021, excluding opinion and reader content. In data analysis, we used two techniques: thematic content analysis of all material to identify themes present in the magazine's communication; discourse analysis of 25 texts to understand the meanings evidenced by the discourse. Among the results, we found nine communicational territorialities of different women linked to their daily experiences, relationships with the territories in all their dimensions and the oppressions they face, as well as identifying two discursive formations that bring together the senses evidenced by the magazine's discourse.

Keywords: Territoriality. Feminism. Women. Independent Journalism. AzMina Magazine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das mídias independentes por Estado 157
Figura 2 – Página inicial do site da *Revista AzMina* 175
Figura 3 – Orçamento de despesas e fontes de receita do *Instituto AzMina* em 2021 176
Figura 4 – Mensagem de pedido de doação para a *Revista AzMina* 176
Figura 5 – Mosaico das redes sociais da *Revista AzMina* 180
Figura 6 – Nuvem de palavras representando os códigos de análise 198

Quadro 1 – Mídias independentes feministas brasileiras 168
Quadro 2 – Temas que apresentam subtemas 205
Quadro 3 – Textos utilizados para a análise de discurso 207

Gráfico 1 – Distribuição dos textos de 2019 nas editorias da *Revista AzMina* 194
Gráfico 2 – Distribuição dos textos de 2020 nas editorias da *Revista AzMina* 195
Gráfico 3 – Distribuição dos textos de 2021 nas editorias da *Revista AzMina* 196
Gráfico 4 – Distribuição dos textos coletados nas editorias da *Revista AzMina* 197
Gráfico 5 – Códigos com maior incidência na análise 199
Gráfico 6 – Códigos com média incidência na análise 201
Gráfico 7 – Códigos baixa incidência na análise 203

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 ESTUDOS CULTURAIS, EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E GEOGRAFIAS FEMINISTAS 22

2.1 Estudos Culturais e a discussão sobre cultura 22

2.1.1 Contribuições feministas para os Estudos Culturais 28

2.2 Reflexões das Epistemologias Feministas 31

2.3 Geografias Feministas: gênero e feminismo inseridos na Geografia .34

2.4 Articulação das três perspectivas teóricas 38

3 TERRITORIALIDADE, COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 44

3.1 Territorialidade: discutindo o conceito e sua relação com o gênero . 45

3.2 Compreendendo a dimensão comunicacional da territorialidade 57

3.3 A comunicação enquanto uma dimensão do Desenvolvimento Territorial 66

4 FEMINISMO: DEBATES HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS E SUA RELAÇÃO COM A MÍDIA 81

4.1 Feminismo: movimento social e político 82

4.2 Ondas feministas: conquistas e debates históricos e contemporâneos 84

4.3 Conceitos-chave para o ancoramento das pautas feministas 100

4.4 Feminismo e mídia: panorama histórico do jornalismo feminino e feminista 107

5 JORNALISMO INDEPENDENTE: CONCEITO E MÍDIAS FEMINISTAS . 135

5.1 Jornalismo e a prática jornalística independente 136

5.2 Experiências de jornalismo independente no Brasil e na América Latina 152

5.3 Jornalismo independente feminista e com perspectiva de gênero 159

5.3.1 Mídias independentes feministas no Brasil 167

6 CAMINHOS METODOLÓGICOS 173

6.1 *Revista AzMina*: jornalismo independente feminista 173

6.2 Procedimentos metodológicos 180

6.3 Procedimentos de análise de dados 182

7 ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES COMUNICACIONAIS DOS TEXTOS DA *REVISTA AZMINA* 192
7.1 Descrição da análise 192
7.2 Territorialidade comunicacional relacionada ao assédio e à Violência 210
7.3 Territorialidade comunicacional dos medos cotidianos 230
7.4 Territorialidade comunicacional relacionada à saúde das mulheres . 244
7.5 Territorialidade comunicacional sobre o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos 256
7.6 Territorialidade comunicacional ligada à maternidade 262
7.7 Territorialidade comunicacional de mulheres na Política e no Esporte 272
7.8 Territorialidade comunicacional relacionada à diversidade e à perspectiva interseccional 281
7.9 Territorialidade comunicacional do trabalho e do papel econômico das mulheres 289
7.10 Territorialidade comunicacional sobre o empoderamento e a autonomia das mulheres 295
8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 303
8.1 Territorialidades comunicacionais, sentidos produzidos e relação com a equidade de gênero 303
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 315
REFERÊNCIAS 319

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa[1] trata sobre os temas territorialidade, jornalismo independente e feminismo, considerando a promoção da equidade de gênero[2], com o aporte dos Estudos Culturais, das Epistemologias Feministas e das Geografias Feministas. As três perspectivas teóricas mencionadas são articuladas nesse estudo que envolve o debate sobre gênero, a cultura, as territorialidades, as vivências cotidianas e as práticas jornalísticas no contexto da sociedade brasileira contemporânea. A perspectiva do desenvolvimento territorial se concentra nos sujeitos e suas práticas e, ao fazer isso, coloca a questão de gênero como um elemento importante para pensarmos em como construir um desenvolvimento inclusivo, da sociedade como um todo, entendendo que as mulheres também participam e são agentes desse processo.

No mundo moderno, a territorialidade é um meio essencial de definir as relações sociais (SACK, 1986), das quais as relações de gênero fazem parte. Por exemplo, as relações e apropriações materiais e simbólicas que as mulheres fazem do espaço, delimitando territórios, ocorre através e afirmando uma dada territorialidade. O território de mulheres pode ser considerado em uma perspectiva multiespacial, abrangendo as territorialidades que perpassam a existência delas no âmbito da política, nas esferas institucional e organizacional e no domínio das práticas sociais (SCHEFLER, 2018). Ou seja, as territorialidades de mulheres podem ser vistas no cotidiano nos diferentes campos de atuação, pelas disputas de poder, nas esferas pública e privada, na inserção em organizações sociais, nas mídias e nas suas ações e interações.

Entendemos que as territorialidades de mulheres evidenciadas por um discurso jornalístico são consideradas territorialidades comunicacionais, pois existem em uma dimensão simbólico-cultural, influenciando em outras dimensões. O território não pode ser considerado sem os conteúdos simbólicos e, por isso, pode ser empregado em estudos comunicacionais e jornalísticos, sendo capaz de oferecer lentes e mediações reflexivas que permitem ampliar o olhar, entender a localização histórica dos meios

[1] Essa dissertação foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Nessa pesquisa, utilizamos o termo gênero para nos referir as categorias construídas socialmente, as quais são diferenciadas espacialmente, que as pessoas podem se identificar e que não necessariamente precisa coincidir com o sexo biológico.

de comunicação nos territórios e compreender as relações que se estabelecem na apropriação territorial (BORGES, 2013), que configuram territorialidades.

Assim, comunicação e territorialidade estão relacionadas, pois as práticas comunicacionais, com a atribuição de sentidos sobre a realidade, constroem e expressam territorialidades. No cenário contemporâneo, a internet propiciou que outros indivíduos e grupos sociais também conseguissem espaço e pudessem mostrar as suas realidades comunicar os seus pontos de vista. Por isso, nos últimos anos, vemos o crescimento de iniciativas de jornalismo independente que se propõem a fazer um jornalismo alternativo e diferente dos meios de comunicação convencionais. Essas mídias surgem nas duas últimas décadas em que existe um contexto de emergência para novas formas de jornalismo, especialmente no ambiente digital, estimulado pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação. Há, assim, o surgimento de mídias organizadas por pessoas e grupos sociais minoritários ou desfavorecidos social, política, econômica e territorialmente, como as mulheres.

O jornalismo independente se caracteriza por um olhar diferente para as pautas, tratando de temas que, em geral, não têm tanto espaço nos meios de comunicação convencionais, tais como direitos humanos, questões de etnia e gênero, etc. Também, podem abordar assuntos comuns da agenda midiática, mas dando espaço e voz para outros pontos de vista. São iniciativas jornalísticas que não possuem vínculo editorial e econômico com empresas jornalísticas ou com instituições governamentais.

Nesse contexto, existem mídias identificadas com causas sociais, buscando defender e tornar visíveis suas demandas por meio da reivindicação de espaço no cenário midiático, bem como questionam instituições sociais e governamentais. Hoje, são inúmeras as experiências de ativismo que usam a internet para tratar das representações e estereótipos discriminatórios na mídia *mainstream*[3] sobre as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ (ESCOSTEGUY, 2020b). No caso das mulheres, há iniciativas jornalísticas contra-hegemônicas no ambiente digital, que são pautadas pelas reivindicações feministas e pelo debate de gênero, exigindo mudanças na nossa cultura. O feminismo utiliza o jornalismo como uma forma de manifestar resistência e

[3] Termo utilizado para designar a mídia convencional e dominante.

de lutar pelas mulheres, fazendo um ativismo digital e em escala global, que é uma das características da quarta onda do feminismo.

No Brasil, a Agência Pública mapeou 82 iniciativas independentes em ambiente digital até o ano de 2022, mas é um número que segue sendo atualizado (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022). Muitas dessas iniciativas são experiências diversas, pois não apresentam apenas produtos jornalísticos como, por exemplo, uma revista ou um portal de notícias, mas também atuam em outras frentes como consultorias, produção de aplicativos, criação de manuais, etc.

Nesse mapeamento, vemos que sete das 82 iniciativas apresentam uma vinculação com gênero[4] ou com feminismo nas suas descrições – *Cientista Que Virou Mãe*, *Lado M*, *Nós, Mulheres da Periferia*, *Catarinas*, *AzMina*, *Gênero e Número* e *Think Olga*[5]. Essas mídias são produzidas por grupos de mulheres e algumas são organizadas em institutos ou Organizações Não Governamentais (ONGs), mantendo-se através do financiamento coletivo com doações de pessoas e de fundações e da renda provenientes de editais para projetos jornalísticos.

Essas mídias divulgam seus conteúdos nos seus sites e atuam também nas redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*, tendo abrangência nacional para as suas pautas. Em geral, tratam de temas a respeito das condições de vida das mulheres, direitos humanos, violência, preconceito e etnia/raça, bem como apresentam entrevistas com personalidades mulheres e espaços para a opinião de colunistas e, algumas delas, de leitoras. A maioria das iniciativas consegue retratar uma diversidade de mulheres nos seus materiais em relação à etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero, contemplando questões de mulheres urbanas, rurais e de comunidades indígenas. No caso dessa pesquisa, a análise será focada em uma dessas mídias, a *Revista AzMina*[6], que se identifica explicitamente como feminista.

A *Revista AzMina* é uma revista independente digital que une jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero, enfatizando as questões da diversidade, da interseccionalidade e da equidade como centrais para seu trabalho. É um periódico

[4] Há também a mídia independente Papo de Homem que tem vinculação com gênero por abordar as realidades e as experiencias dos homens. Site: https://papodehomem.com.br/.
[5] Sites dessas mídias identificadas com gênero e feminismo: : https://cientistaqueviroumae.com.br/, https://medium.com/lado-m, https://nosmulheresdaperiferia.com.br/, https://catarinas.info/, https://azmina.com.br/, https://www.generonumero.media/ e https://thinkolga.com/.
[6] Essa mídia está presente no Mapa de Jornalismo Independente, um projeto da Agência Pública.

brasileiro criado em 2015, de acesso aberto e gratuito para o público. A publicação se direciona para mulheres e pessoas interessadas nos temas das mulheres, dos feminismos e da equidade de gênero. Em 2021, o site teve mais de 1,3 milhões de acessos (AZMINA, 2022c).

A revista se mantém por meio de financiamento coletivo e sua equipe é formada por mulheres. No site, há notícias, reportagens, colunas de opinião e um espaço para conteúdo das leitoras. As pautas apresentam um olhar para as mulheres, suas realidades e como elas são afetadas por temas e acontecimentos de áreas como política, meio ambiente, cultura e economia.

A escolha por essa mídia para a pesquisa é justificada por ser uma iniciativa de jornalismo independente digital identificada explicitamente com o feminismo e o debate sobre gênero, com a equipe formada por profissionais mulheres e direcionada à divulgação de temas e de fatos relacionados às mulheres, suas experiências e suas realidades, com o intuito de qualificar os debates a respeito da equidade de gênero. Ademais, a *AzMina* é uma mídia bem estruturada jornalisticamente e tem uma frequência regular de publicações, apresentando sua linha editorial, na qual justifica suas orientações e escolhas, e os relatórios de despesas e fontes de receita.

Ressaltamos que existem investigações que tratam da *Revista AzMina*, mas não com o recorte e abordagem propostos por essa dissertação, que alia aspectos da comunicação e do desenvolvimento territorial. Algumas pesquisas focam apenas nessa mídia, outras abordam diferentes experiências jornalísticas independentes feministas, incluindo a *AzMina*, bem como há estudos comparativos entre iniciativas independentes feministas, como a *AzMina*, e meios de comunicação convencionais.[7]

A compreensão do jornalismo praticado por um meio de comunicação possibilita o entendimento da sociedade e das relações sociais existentes, caracterizando as experiências vivenciadas pelos sujeitos e grupos sociais. A partir da perspectiva dos Estudos Culturais, das Epistemologias Feministas e das Geografias Feministas, propomos as seguintes questões: como as territorialidades de mulheres são evidenciadas a partir do discurso da mídia independente feminista

[7] No repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vemos que alguns exemplos de trabalhos desenvolvidos são: dissertações de Bianca Souza (2022), Jade de Azevedo (2021), Gabriela Schander (2021), Letícia Santos (2020), Gessica Maiara Silva (2020), Martha Makita (2019) e Juliana Costa Silva (2018) (CAPES, 2023).

Revista AzMina? De que modo essas territorialidades de mulheres se relacionam com a equidade de gênero?

Relacionado a esse problema de pesquisa, elaboramos o seguinte objetivo geral: compreender como as territorialidades de mulheres são evidenciadas a partir do discurso da mídia independente feminista *Revista AzMina* e de que modo essas territorialidades de mulheres se relacionam com a equidade de gênero. Quanto aos objetivos específicos, buscamos: (a) entender as relações entre equidade de gênero e desenvolvimento territorial, considerando as contribuições do feminismo; (b) caracterizar o jornalismo independente feminista produzido em ambiente digital; (c) identificar o que está representado nas territorialidades construídas por mulheres; (d) analisar se o discurso da mídia independente feminista pode convergir para a equidade de gênero.

Para tanto, essa investigação tem uma abordagem qualitativa e utilizamos a técnica da pesquisa bibliográfica para construir o referencial teórico sobre temas como territorialidades, feminismo e jornalismo independente. A coleta de dados é realizada por meio de uma pesquisa documental dos textos da revista dos anos de 2019, 2020 e 2021, excluindo-se os conteúdos opinativos e dos leitores. Quanto à análise, empregamos, em primeiro lugar, uma análise de conteúdo, buscando assinalar os temas presentes nos textos coletados e, em segundo lugar, uma análise de discurso que visa identificar os sentidos advindos do discurso dessa mídia.

O entendimento sobre as territorialidades criadas e vivenciadas pelas mulheres contribui para compreendermos as suas identidades, sua representatividade na sociedade, suas lutas e vivências cotidianas contra as discriminações e desigualdades de gênero e outras opressões. As territorialidades de mulheres expressam como elas se relacionam com os territórios, como constroem suas vidas nele, como estabelecem as diversas relações sociais com outras pessoas e instituições e como atribuem significados.

Vivemos em uma sociedade marcada pelas desigualdades e assimetrias de gênero. Há histórica e culturalmente, diferenciações entre mulheres e homens em todos os setores, produzindo e reproduzindo estruturas, comportamentos e instituições que são discriminatórias com as mulheres, atribuindo papéis, lugares e funções para cada um dos gêneros. Ao longo do tempo, essas desigualdades foram justificadas e ancoradas em pressupostos ditos naturais, vistos como predeterminados pela biologia como, por exemplo, o gênero e a sexualidade. Porém,

hoje, cada vez mais a noção de que as características biológicas – que são naturais – motivam e justificam as diferenças e as desigualdades é refutada veementemente não só por teóricas feministas. No caso do gênero e da sexualidade, se tratam de categorias socialmente construídas baseadas na cultura de uma sociedade.

De acordo com o Relatório Global de Gênero de 2021 do Fórum Econômico Mundial, no ritmo atual, seriam necessários 132 anos para alcançar a paridade de gênero no mundo (WORLD ECONOMIC FORUM, 2022)[8]. Isso significa que as desigualdades de gênero são históricas, estão presentes na realidade atual e são desafios para o futuro. Desse modo, reconhecer e combater as desigualdades é essencial para pensarmos em um desenvolvimento que seja inclusivo para todas as pessoas, independentemente do gênero, etnia, idade, classe social, orientação sexual, etc.

Por isso, o conceito de desenvolvimento deve ser mais abrangente para ser inclusivo, considerando as dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas, tecnológicas, educacionais, etc., de um determinado território, sem a superioridade de uma ou outra. A Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com uma concepção de *desenvolvimento sustentável* que visa conciliar todas essas dimensões em um modelo de desenvolvimento inclusivo, considerando a redução das desigualdades de gênero e a promoção da igualdade de gênero como necessárias para esse processo. Nesse sentido, a perspectiva do desenvolvimento territorial – que faz parte da área do Desenvolvimento Regional – oferece uma visão multidimensional e inclusiva para os diferentes indivíduos e grupos sociais.

As desigualdades entre os gêneros são preocupações e desafios globais, afetando diferentes dimensões da sociedade – social, econômica, ambiental, educacional, etc. – no mundo todo, com variações entre as regiões. Por exemplo, em nível mundial, os salários das mulheres são, em média, 24% menores que os dos homens, segundo o Relatório Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016 (UN WOMEN, 2015). Já, na América Latina e o Caribe, os salários delas são, em média, 19% menores (UN WOMEN, 2015). Esse índice reflete a disparidade das remunerações entre homens e mulheres, bem como a diferença no poder aquisitivo de ambos.

[8] Esse cálculo analisa a paridade de gênero em quatro áreas: participação econômica, educação, saúde e empoderamento político.

No caso do Brasil, a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura a igualdade entre homens e mulheres (BRASIL, 1988). Contudo, isso não se reproduz na prática. Conforme o Relatório Global de Gênero de 2022, o Brasil ocupa o 94º lugar no ranking de paridade de gênero dentre os 156 países avaliados, caindo 27 posições em 15 anos, já que ocupava a 67ª posição em 2006 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2022). Nesse relatório, são considerados dados referentes à participação econômica, à educação, à saúde e ao empoderamento político.

A maneira como os gêneros são construídos e a diferenciação entre eles geram problemas como a opressão, a marginalização, o preconceito, a estereotipização e a inferiorização das mulheres, do feminino, das suas experiências e das pessoas LGBTQIA+. Ou seja, resultam, historicamente, em diversas formas de violência e de desvantagens para essas pessoas. É uma questão da nossa cultura e relacionada ao processo de socialização pelo qual passamos, refletindo-se em todos os espaços da vida social e em um processo de desenvolvimento excludente.

Nos últimos tempos, a cultura tem assumido uma função central na estrutura e na organização da sociedade e nos processos de desenvolvimento (HALL, 1997). Em função disso, pensar a equidade de gênero para o desenvolvimento territorial, envolve organizar meios e estratégias que envolvam todas as práticas culturais – inclusive as comunicacionais e as jornalísticas – que problematizem as desigualdades de gênero e contribuam para a promoção da equidade entre homens e mulheres em todos os âmbitos.

Com esse papel central da cultura, os Estudos Culturais, que consideram que a cultura impacta na forma como as pessoas pensam e veem o mundo, aparecem como uma maneira de explorar as formas de produção e de criação de significados para práticas sociais, como as jornalísticas, no contexto em que estamos inseridos. Isso nos possibilita compreender a própria cultura, as territorialidades construídas e as relações estabelecidas por indivíduos e grupos em sociedade. Assim, se o jornalismo produzir discursos que promovem a equidade de gênero, podem ocorrer transformações na cultura que modifiquem a opinião das pessoas e, até mesmo, se refletir em mudanças nas dimensões econômica, política, ambiental, etc.

Os Estudos Culturais consideram que o ser humano atua sobre a cultura e esta atua sobre ele e, por isso, as questões culturais e as relações de poder contribuem para refletir e compreender a realidade, inclusive em relação ao processo de desenvolvimento de uma sociedade ou país. Há pesquisas envolvendo os Estudos

Culturais que focam nas manifestações culturais para entender seus impactos nos diversos territórios, bem como existem investigações que tratam das relações entre elementos do circuito da cultura e o processo de desenvolvimento.

Uma abordagem cultural para pensar a relação entre comunicação e desenvolvimento territorial reconhece o lugar dinâmico da cultura, o lugar dos sujeitos na construção de significados sobre a realidade, considerando que há produção de cultura e sentidos em todos os grupos sociais (FELIPPI, 2020), inclusive as mulheres. No cenário comunicacional, esse reconhecimento se traduz em novas mídias que dão voz e representam as demandas de pessoas que não têm ou têm pouca visibilidade nos meios de comunicação convencionais. O que é outro ponto de convergência entre as áreas de Comunicação e de Desenvolvimento Regional no contexto democrático e de revolução digital, pois as diversas organizações da sociedade civil se mobilizando e criando mídias trazem ao público novas perspectivas sobre a realidade (FELIPPI, 2020). Com essas novas iniciativas comunicacionais e midiáticas, surgem novas possibilidades para pensar o desenvolvimento regional com a expressão de outras demandas e pontos de vista sobre a região, o estado e o país.

No campo da Comunicação, Laura Corrêa (2020) explica que o foco de muitos trabalhos nos Estudos Culturais sobre mídia e comunicação está na recepção e em como as identidades do público afetariam essa recepção e algumas poucas investigações abordam como as experiências vividas pelos produtores afetariam a cultura e a mídia. Há ainda a possibilidade de analisar os produtos e os discursos midiáticos e jornalísticos para conhecer suas características, seus significados e suas influências na sociedade. Assim, os Estudos Culturais se apresentam como uma teoria para refletir criticamente sobre a mídia e o seu papel dentro da cultura por diferentes perspectivas.

Já o feminismo se insere no debate científico propondo a problematização a categoria gênero, das desigualdades e das questões das mulheres, sendo focos de pesquisas na Comunicação e no Desenvolvimento Regional, por exemplo. Na Comunicação, os primeiros estudos de gênero aparecem nas últimas décadas do século XX, mas, como pontua Ana Carolina Escosteguy (2020), eles não se consolidam na área até a virada do milênio quando ganham mais força, principalmente no final da segunda década do século XXI por causa do fortalecimento do feminismo nas arenas pública e acadêmica. Em geral, são investigações que se concentram na representação de mulheres na mídia, a recepção e o consumo delas e sua

participação como profissionais e, algumas pesquisas, fazem o recorte de etnia/raça e/ou abordam as pessoas LGBTQIA+ na mídia.

Contudo, a maioria dessas investigações trata dos meios de comunicação convencionais e hegemônicos. As pesquisas sobre as mídias com viés feminista ainda são incipientes no Brasil (ESCOSTEGUY, 2018), pois são poucos os esforços de estudar a participação e a atuação das mulheres nas mídias identificadas com o feminismo, suas pautas, discursos e abordagens. Há a necessidade de concentrar a análise nos novos ativismos midiáticos, isto é, nas formas de imprensa alternativa e independente que promovem lutas feministas, engajadas nos diferentes feminismos contemporâneos, especialmente no espaço da internet (ESCOSTEGUY, 2020b), como é o caso da *Revista AzMina*.

No que tange ao jornalismo independente, as pesquisas vêm crescendo nos últimos anos, já que as mídias independentes estão gradativamente conquistando espaço e reconhecimento. Vanessa Oliveira (2021) ressalta que essa temática vem sendo estudada por investigações científicas pontuais que analisam uma ou outra experiência, ou algum de seus elementos, sendo estudos, em sua maioria, setorizados ou espacialmente localizados.

Já no Desenvolvimento Regional, que busca compreender o desenvolvimento em todas as suas dimensões a partir das características e contexto histórico específicos dos territórios, o feminismo e o debate sobre gênero podem contribuir com a inclusão das mulheres e outras minorias para pensar esses processos. É uma concepção de desenvolvimento regional que abriga a pluralidade, ou seja, que as diferentes pessoas, funções e condições sejam respeitadas e valorizadas (BUTZKE, 2020), considerando os interesses e as demandas de todos os indivíduos e não apenas de alguns que foram privilegiados cultural e historicamente. Mas, a maioria das pesquisas na área do desenvolvimento não considera a perspectiva de gênero e as repercussões dessas relações para esse processo, bem como para a construção dos territórios (MANTOVANI; AREOSA, 2022).

Nesse campo, a presença dos estudos de gênero pode conferir uma compreensão relacional de região, desvencilhando-se das noções de identidades binárias e de hierarquias de etnia e classe (BUTZKE; THEIS; NEGHERBON; BRITO, 2020). Por esse ângulo, as investigações que envolvem gênero apontam para o impacto negativo do desenvolvimento nas condições de vida das mulheres e de outras minorias marginalizadas na sociedade. São pesquisas que relacionam gênero com

temas como espaço rural e urbano, a política, os direitos e as vulnerabilidades, utilizando o regional como um recorte de pesquisa (BUTZKE; THEIS; NEGHERBON; BRITO, 2020).

Na perspectiva do Desenvolvimento Regional, as desigualdades de gênero são obstáculos para pensar esse processo, visto que o gênero interfere direta e indiretamente na forma como um indivíduo experimenta o espaço. O espaço e a região não são neutros, eles são condicionados pelos corpos, mas também condicionam os corpos (BUTZKE; THEIS; NEGHERBON; BRITO, 2020). As relações de gênero são relações de poder que perpassam todos os ambientes e estabelecem normas sociais e espaciais que orientam a vida das pessoas.

Há a necessidade da incorporação das demandas das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ para pensar o desenvolvimento dos países, analisando as relações de gênero nas comunidades e nas instituições sociais. Essas investigações devem mostrar as imbricações entre poder, espaço e relações de gênero, refletindo sobre suas permanências e possibilidades de mudança (BUTZKE; THEIS; NEGHERBON; BRITO, 2020) e propor uma alternativa de desenvolvimento que considere a ação, a política e a estratégia a partir da ótica da equidade de gênero.

Há também a incorporação do debate de gênero e das discussões feministas na área da Geografia. De maneira geral, a Geografia considera a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo (SILVA, 1998), não atentando para as relações de gênero e seus impactos na região, no território e no espaço. Susana Silva (1998) entende que é nesse contexto que as Geografias de Gênero e/ou Feministas aparecem como um enfoque que busca abordar a teoria geográfica a partir de matizes feministas. Com essa perspectiva, podemos estudar as diferenças geográficas nas relações de gênero e como o gênero interfere no espaço, no território, na região e no local, por exemplo.

As próprias definições do que é ser mulher ou ser homem ao longo do tempo e na sociedade capitalista atual impactam no território, no cotidiano das pessoas e como elas percebem o mundo. Por isso, os estudos do cotidiano são uma forma de visibilizar as relações de gênero, pois elas atravessam o conjunto da sociedade e articulam-se com outras relações sociais, como classe e etnia, construindo diferentes espaços geográficos (SILVA, 1998).

Nessa mesma direção, as contribuições das Epistemologias Feministas são inúmeras porque elas permitem um olhar para os objetos a partir do ponto de vista

das mulheres. Margareth Rago (1998) explica que a crítica feminista à ciência expressa uma denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista, de trabalhar com um conceito universal de homem, branco, heterossexual, civilizado e do Primeiro Mundo, excluindo todos aqueles que não se encaixam nesse modelo de referência. Assim, os temas e as questões relacionadas as realidades das mulheres não eram objeto de interesse das pesquisas científicas.

As Epistemologias Feministas que propõem uma relação diferente entre teoria e prática nas pesquisas e na forma de pensar e ver o mundo. As teóricas feministas compreendem que o conhecimento do mundo é socialmente construído e, no mundo em que vivemos, é determinado pelo gênero (CONCEIÇÃO; ARAS, 2014). Ou seja, o gênero – e as relações e diferenciações baseadas nele – influenciam em todos os setores da sociedade, inclusive nos discursos propagados na mídia convencional e independente.

Diante disso, os Estudos Culturais, as Geografias Feministas e as Epistemologias Feministas são exemplos de enfoques que contribuem para pensar os temas e as demandas de minorias historicamente excluídas pela sociedade. Sob essa perspectiva, existem possibilidades de pesquisas que envolvem áreas rurais e urbanas, o mercado de trabalho, a localização espacial de empresas e dos serviços, o uso dos espaços públicos e privados, o trabalho doméstico e os direitos reprodutivos (SILVA, 1998), tudo isso segundo a ótica da diferenciação e da equidade de gênero. São investigações que propõem a revisão, a transformação e a ressignificação das categorias e dos conceitos tradicionais a fim de torná-los mais inclusivos e capazes de pensar a diferença.

Hoje, cada vez mais vemos que as distinções entre os gêneros se transformam em relações desiguais nos “campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias [...]” (SILVA, 2010b, p. 50), porque essas práticas estão enraizadas em nossa cultura. As mídias convencionais e hegemônicas, como redes de televisão e de rádio, muitas vezes, apenas reproduzem os pensamentos e as ações discriminatórios e de opressão, sem perceber as questões de gênero e as diferenças das realidades das mulheres. Ou, ainda, tratam dessas questões de maneira superficial, sem fazer o devido aprofundamento.

O jornalismo é uma prática social e cultural que comunica e produz significados, tornando-se uma prática discursiva. Através dos seus discursos, o jornalismo ajuda a

construir a realidade social, influenciando e sendo influenciado pela cultura da sociedade em que está inserido. A partir desses discursos, construímos as nossas formas de compreender e ver o mundo, nossas percepções do outro e nosso modo de lidar com o diferente ou o semelhante (RESENDE, 2014). Em função disso, para haver mudanças na cultura e na forma de pensar e ver o mundo das pessoas, os discursos jornalísticos precisam representar e traduzir elementos que promovam a equidade entre homens e mulheres. Contudo, a mídia convencional, nos seus discursos, reitera as desigualdades de gênero (CRUZ, 2008), ao invés de problematizá-las e combatê-las.

Já as mídias independentes feministas apresentam um discurso diferente das mídias convencionais e hegemônicas, porque focam nas experiências vivenciadas pelas mulheres, nas suas condições de vida e traduzem o olhar delas para o mundo e para a sociedade. São uma forma de visibilizar as demandas das diferentes mulheres e feminismos no espaço público, difundindo outras vozes e conhecimentos, contribuindo com o empoderamento delas e promovendo um cenário mais democrático. Por isso, podemos pensar nas territorialidades evidenciadas pelo discurso desse jornalismo feminista, pois pode mostrar outras relações das mulheres com o território, outros modos de vida, de interação e de identidade que o jornalismo convencional e hegemônico não revela.

Após essa introdução, apresentamos o segundo capítulo sobre os Estudos Culturais, as Epistemologias Feministas e as Geografias Feministas, explicando seus conceitos e características. Em seguida, discutimos as conexões que podemos estabelecer entre essas teorias para a sua articulação nessa pesquisa. No terceiro capítulo, abordamos a territorialidade, seu conceito e sua relação com o gênero e descrevemos as conexões entre comunicação e territorialidade, bem como expressamos a compreensão da comunicação como uma dimensão do Desenvolvimento Territorial.

O feminismo e a sua relação com a mídia são o foco do quarto capítulo. Discorremos sobre o feminismo como movimento social e político, as ondas feministas e suas características, além de pontuarmos os debates atuais da quarta onda feminista. Na sequência, tratamos dos conceitos-chave para as reivindicações feministas e organizamos um panorama histórico dos jornalismos feminino e feminista.

O quinto capítulo versa a respeito do jornalismo independente, apresentando os impactos da prática jornalística na sociedade e as definições para as mídias

independentes. Após isso, discutimos sobre as experiências independentes no Brasil e na América Latina e caracterizamos o jornalismo independente feminista e com perspectiva de gênero, destacando as mídias independentes brasileiras.

O sexto capítulo se dedica a metodologia proposta para essa dissertação e apresenta o objeto de estudo – a *Revista AzMina* –, mostrando as escolhas e organização metodológicas e explicando acerca dos procedimentos de análise de conteúdo e de discurso. No sétimo capítulo, iniciamos com a descrição da estrutura da análise dos textos da *Revista AzMina*, evidenciando os temas identificados. Depois, discorremos sobre os elementos das nove territorialidades comunicacionais de mulheres observadas. O oitavo capítulo se concentra em fazer uma discussão a respeito dos resultados dessa pesquisa, ressaltando as constatações feitas a partir das territorialidades. Por fim, apresentamos as considerações finais, seguidas das referências consultadas e dos anexos.

2 ESTUDOS CULTURAIS, EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E GEOGRAFIAS FEMINISTAS

Nesse capítulo, tratamos dos Estudos Culturais, das Epistemologias Feministas e das Geografias Feministas, que são as abordagens que orientam esse estudo. Na primeira seção, discorremos sobre os Estudos Culturais, as ideias que norteiam essa área de investigação e os seus conceitos de cultura e de hegemonia, fazendo a ligação com as práticas comunicacionais e jornalísticas. Também, apresentamos a relação dos Estudos Culturais com o Desenvolvimento Regional, pontuando as possibilidades de contribuição. Em seguida, destacamos os impactos da inserção do pensamento feminista na área dos Estudos Culturais, incorporando a concepção sobre gênero e relações de gênero para os trabalhos desenvolvidos.

Na segunda seção, discutimos a respeito das Epistemologias Feministas, a sua reflexão crítica sobre a ciência e a produção científica das mulheres. Essa área faz parte das Epistemologias do Sul, que procuram trabalhar e valorizar os conhecimentos de indivíduos e grupos sociais que foram e são explorados, como as mulheres. Explicamos os questionamentos feitos e os temas problematizados por essa teoria.

Na terceira seção, abordamos as Geografias Feministas e os efeitos da incorporação das concepções feministas e da categoria gênero nas investigações da Geografia, incluindo o entendimento sobre as relações desiguais de gênero existentes na sociedade. Ressaltamos que esse pensamento visa analisar as condições que os diferentes indivíduos, especialmente as mulheres, estão submetidos social e espacialmente, impactando nas suas vivências territoriais.

Na quarta seção, elaboramos uma discussão sobre as três abordagens – Estudos Culturais, Epistemologias Feministas e Geografias Feministas – e as relações entre suas ideias. Ademais, destacamos como essas teorias se relacionam com a comunicação, a cultura e o desenvolvimento regional ao serem articuladas considerando o debate feminista e sobre gênero, apresentando as contribuições possíveis para essa pesquisa.

2.1 Estudos Culturais e a discussão sobre cultura

A área dos Estudos Culturais surgiu no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos criado pelos pesquisadores Richard Hogar, Raymond Williams e

Edward Palmer Thompson em 1964, na Universidade de Birmingham, na Inglaterra. Caracteriza-se por apresentar uma maneira própria de pensar e relacionar cultura e sociedade. Essa área se consolidou e se popularizou com os trabalhos do jamaicano Stuart Hall, que dirigiu o centro de 1969 a 1979. Com o passar do tempo, os estudos chegaram aos Estados Unidos, Austrália, Canadá, África, América Latina, entre outros lugares. Porém, as pesquisas se desenvolveram de acordo com o contexto cultural do local em que se encontravam, visto que não existe um conjunto de conceitos fixos que se aplicam a todas as regiões do mundo.

Ana Carolina Escosteguy (2010) explica que é um campo abrangente que investiga os diversos elementos que perfazem as culturas existentes no mundo. São estudos que propõem uma abordagem interdisciplinar dos processos culturais como interdependentes e não como fenômenos isolados. Este modo específico de abordar os fenômenos sociais se deve a uma concepção de cultura que vai além da descrição dos hábitos e costumes de um grupo ou sociedade. Para os Estudos Culturais, a noção de cultura também vai além da ideia de hierarquia, pois envolve as diferentes manifestações culturais e práticas sociais. Esse conceito engloba os significados e valores que surgem e se difundem nos grupos sociais e as práticas efetivas nas quais esses valores e significados se exprimem e estão contidos (WOLF, 1999).

A cultura é comum a todos, está em todas as formas de pensar e toda sociedade humana tem seus próprios propósitos e significados, os quais se manifestam nas instituições, nas artes e no conhecimento (WILLIAMS, 1989). Contudo, o autor esclarece que ela não é igual para todos. A cultura penetra e está em cada canto da vida social contemporânea, espalhando-se por ambientes secundários, mediando tudo (HALL, 1997) e é, portanto, um elemento central da sociedade. Ela perpassa todas as práticas sociais e organiza o inter-relacionamento das mesmas (HALL, 2003b). A cultura molda e orienta as práticas sociais de uma pessoa, influenciando sua conduta na sociedade.

Uma cultura é compartilhada pelos seus membros. Ela é uma produção e “estamos sempre em processo de formação cultural” (HALL, 2003a, p. 44). Por isso, uma cultura não é fixa e está passível de transformações, inclusive dos elementos tradicionais que a compõem. A cultura só existe com o sujeito e suas ações em determinada realidade e os seres humanos participam da construção e das modificações da sua cultura.

Os Estudos Culturais tratam de todos os possíveis significados para determinadas práticas sociais dentro de uma cultura, objetivando compreender as suas influências na vida daquela sociedade. O eixo principal de pesquisa envolve as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, considerando suas formas, instituições e práticas culturais e as mudanças sociais (ESCOSTEGUY, 1998a). Essa área de estudo entende que os processos culturais não são apenas reflexos da sociedade, mas também são constituintes e influenciam nos processos econômicos, políticos e sociais.

Essa área promove o alargamento do conceito de cultura, incluindo práticas e sentidos do cotidiano da vida social e propiciando que todas as expressões culturais devam ser vistas considerando o contexto social das instituições, relações de poder e história (ESCOSTEGUY, 2010). Essa concepção abrangente de cultura inclui práticas sociais e cotidianas, como as comunicacionais e jornalísticas. Ao realizar estudos sobre as culturas e os aspectos culturais, as relações de poder existentes na sociedade são analisadas, o que possibilita entender os modos de pensar e de idealizar a sociedade e refletir criticamente sobre o processo de desenvolvimento.

> Colocando as relações de poder como elemento central da conceituação de cultura, os estudos culturais também fornecem uma chave de análise da relação cultura-desenvolvimento que passa pela problematização das desigualdades globais e das metanarrativas que dão sustentação ao estabelecimento histórico de uma hierarquização dos países, culturas e seus modelos de desenvolvimento, em cujo âmbito as posições estruturais de poder determinam políticas de investimentos financeiros e de propostas de mudanças culturais discursivamente apresentadas enquanto caminhos para a produção/ indução do desenvolvimento. (GUERRA; SILVA, 2012, p. 202).

Há, portanto, a articulação da definição de cultura no estudo das desigualdades sociais, como a de gênero. Ao entender “a cultura como locus fundante das desigualdades sociais” (SILVA, 2010b, p. 11), é possível considerar que os discursos produzidos no processo de socialização servem para compreender as relações de poder e as diferenças existentes entre os gêneros na sociedade brasileira.

Na contemporaneidade, a cultura movimenta-se para além do campo cultural propriamente dito, alcançando, com força, outros campos da vida social (OLIVEIRA, 2014). Ela tem um papel no caminho de produção e construção do desenvolvimento, bem como as estratégias e políticas de desenvolvimento consideram a cultura como uma variável importante e refletem sobre os efeitos dela nos indivíduos e nos grupos sociais. Guerra e Silva (2012) apontam que, em geral, há duas perspectivas para

pensar a relação entre cultura e desenvolvimento: a primeira trata da noção de que as sociedades de culturas tradicionais teriam dificuldades de se integrar ao desenvolvimento e apresentariam um lento processo de crescimento, necessitando modificar suas culturas; a segunda é uma visão crítica cultural ao desenvolvimento, pois questiona os discursos desenvolvimentistas dos economistas que definem a cultura como um sistema de controle para estabelecer hierarquizações (desenvolvido, subdesenvolvido, em desenvolvimento, etc.), acarretando na criação e na extensão das desigualdades.

No entanto, essas duas perspectivas veem a cultura como um elemento de controle ou que deve ser modificado para alcançar o desenvolvimento, não abrangendo as diferentes implicações da cultura na vida das pessoas e seu impacto no sistema de uma sociedade. Essa discussão deve ser medida em vistas das consequências que as hegemonias obtidas, em relação aos modelos de desenvolvimento e às concepções do papel da cultura no enfrentamento dos pontos problemáticos, têm ao determinar decisivamente os processos pelos quais vivemos e construímos ideias, práticas, cotidianos e utopias de sociedade, influenciando, por exemplo, nos planos para erradicação da pobreza, a educação básica, a ciência, a tecnologia e os modelos de relações de gênero (GUERRA; SILVA, 2012).

A perspectiva dos Estudos Culturais possibilita compreender e analisar a dimensão cultural do desenvolvimento de determinado território. Ângela Felippi e Grazielle Brandt (2016) explicam que a cultura, enquanto produção e prática social, se relaciona com o desenvolvimento já que as manifestações e representações culturais e simbólicas impregnam o espaço geográfico. A lógica da cultura está a um grupo social específico e é diferente para cada tempo, lugar e sujeito. As questões da dimensão cultural do desenvolvimento manifestam-se de diferentes formas nos territórios, que é onde ocorre a materialização das especificidades culturais dos grupos sociais e há a identificação dos sujeitos com seus ambientes (FELIPPI; BRANDT, 2016). A própria definição do que é desenvolvimento pode variar com o tempo e com o lugar, pois as especificidades dos territórios e os indivíduos que compõem os grupos e a sociedade são diferentes e têm maneiras distintas de pensar e enxergar o mundo. Por isso, os Estudos Culturais têm uma abordagem focada no contexto específico da sociedade.

Cultura e o desenvolvimento regional são termos profundamente relacionados e a cidade, a região e o estado-nação são constituídos a partir de expressões e

condições culturais, pois a cultura envolve práticas de significação e é permeada por relações de poder (FELIPPI; BRANDT, 2016). A compreensão das relações de poder existentes e produzidas dentro da cultura contribui para entender as condições e o contexto da sociedade para pensar o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Nas relações de poder de uma sociedade, há constantemente movimentos de conflito entre os interesses e os valores dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, Raquel Cunha (2010) considera que os Estudos Culturais oferecem recursos para ação social de resistência ou mudança, porque teorizam a complexidade e as contradições das formas de cultura e de comunicação na vida das pessoas e se preocupam em mostrar como elas servem de instrumento de dominação. Assim, a cultura é entendida como um espaço de diálogos e disputas, inclusive entre as ideias hegemônicas e contra-hegemônicas. Essa área compreende os produtos culturais como agentes da reprodução social, influenciando na construção de hegemonias (ESCOSTEGUY, 1998a).

Hegemonia é um termo muito utilizado para descrever o predomínio de algo na política ou a superioridade de um país. Contudo, essa palavra também apresenta um sentido ampliado, pois não se limita a tratar de questões de controle político direto, mas procura descrever um predomínio mais geral que inclui um modo particular de ver o mundo, a natureza humana e as relações (WILLIAMS, 2007).

A noção de hegemonia se refere ao domínio ou ao poder que uma pessoa, grupo ou instituição exerce sobre outro. A supremacia acontece de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, exercendo funções de domínio dos grupos adversários, visando liquidá-los ou submetê-los, inclusive com a força armada, e de direção dos grupos afins e aliados (GRAMSCI, 2015). Ou seja, a ideologia de um grupo passa a ser aceita pela sociedade e a influenciá-la.

Para existir algo hegemônico, precisamos não apenas da “expressão dos interesses de uma classe dominante, mas também de sua aceitação como realidade normal ou senso comum por aqueles que, na prática, lhe são subordinados” (WILLIAMS, 2007, p. 200). É o caso em que o dominante faz valer sua cultura e os aspectos culturais do seu interesse.

> Hegemonia é um conjunto de práticas e expectativas, é um sistema vivido − constitutivo e constituinte − de significados e valores, o que implica uma nova maneira de compreensão da atividade cultural, que já não é mais a expressão superestrutural de uma estrutura social e econômica formada, mas se

> encontra entre os processos básicos da própria formação social. (GOMES, 2011, p. 37).

Assim, a hegemonia pode ser considerada um dos processos básicos da sociedade. Ela não pode ser construída ou sustentada a partir de uma única frente de luta, como a econômica (HALL, 2003d), precisando estar presente e impactar em outros setores da vida social. A hegemonia opera sobre a estrutura econômica, a organização política, o modo de pensar, as orientações ideológicas e o modo de conhecer (GRUPPI, 1978), relacionando-se com a cultura e com a comunicação. Representa o estabelecimento de uma capacidade enorme de autoridade social e moral dirigida aos partidários imediatos e a sociedade como um todo, com a conquista de um nível substancial de consentimento popular (HALL, 2003d), buscando representar a sociedade.

A hegemonia precisa se renovar continuamente, defendendo-se e modificando-se, pois existem conflitos com outras ideias que tensionam essa supremacia e buscam seu espaço na sociedade. Além disso, há uma contra-hegemonia que se gesta no interior de uma hegemonia dada, cuja construção processual é baseada em concepções de mundo diferentes (NEGRÃO, 2005).

Desse modo, as noções de domínio e de subordinação não são universalizantes, totalitárias e imutáveis. Os interesses dominantes precisam estar constantemente se renovando e sendo defendidos para manter sua afirmação. Isso acontece porque existem resistências e pensamentos contra-hegemônicos que, às vezes, conseguem realizar alterações em uma concepção hegemônica. A hegemonia caracteriza a liderança cultural e ideológica de um grupo sobre os outros e, diante de uma hegemonia globalizada, surgem forças diversas que realizam disputas e lutas (GOÉS, 2007) que podem descrever movimentos contra-hegemônicos.

A expressão dos pensamentos de grupos dominantes e subordinados são, de fato, manifestações de visões e opiniões diferentes em determinada cultura e, na maioria das vezes, com interesses distintos. Uma cultura nasce de relações sociais, as quais são sempre relações desiguais (CUCHE, 1999) de força e poder na sociedade. A partir disso, formam-se as desigualdades sociais.

Nessa conjuntura, os Estudos Culturais atentam para os meios de comunicação, seu consumo e recepção e as condições de produção das notícias com um olhar crítico para questionar os problemas e buscar mudanças nas práticas adotadas. Com essa visão crítica, é possível problematizar as pautas, os assuntos e

as formas de cultura que recebem atenção da mídia, resultando em concepções hegemônicas e dominantes, em detrimento de outros temas e formas de cultura que não têm tanto espaço e representatividade.

Hoje, a mídia é parte crítica na infraestrutura material da sociedade e um dos principais meios de circulação das ideias e imagens vigentes, sustentando os circuitos globais de trocas econômicas que influenciam no “movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos” e de ideias (HALL, 1997, p. 17). Ou seja, impacta diretamente nos modos de vida das pessoas e tem um papel central na construção de sentidos que elas fazem sobre sua própria e as outras realidades e a forma de ver o mundo.

No contexto globalizado, há o que Santos (2003) chama de violência da informação, pois as tecnologias e comunicação são utilizadas por atores em função de seus objetivos particulares, aprofundando os processos de criação de desigualdades. A informação transmitida é manipulada de acordo com os interesses de indivíduos e grupos hegemônicos que controlam os meios e a forma como a comunicação é realizada. Isso é grave porque, na situação atual da vida econômica e social, a informação é um dado essencial e imprescindível (SANTOS, 2003) e quem tem informação, tem o poder.

Com a ideia de que uma cultura não é harmônica, os Estudos Culturais possibilitam a problematização das diferenças sociais entre os indivíduos e grupos, como as de etnia, gênero, sexualidade, etc. Trata-se de estudar como as formas culturais servem tanto para aumentar a dominação social quanto para proporcionar e viabilizar a resistência e a luta contra a dominação (CUNHA, 2010), incluindo a participação das diferentes mídias nesses processos. Agregado a isso, há o questionamento das hierarquias estabelecidas dentro das relações de poder entre os sujeitos e entre práticas culturais que visam a inferiorização dos mesmos. Essas problematizações são feitas pelos sujeitos e grupos sociais visando promover transformações na estrutura cultural da sociedade.

2.1.1 Contribuições feministas para os Estudos Culturais

Hall (2003c) considera que o feminismo foi uma das rupturas teóricas no trabalho do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos. Esse movimento reorganizou a área de diversas maneiras, tais como: a proposição da questão do

pessoal como político e a mudança do objeto de estudo; a expansão da noção de poder que, até então, era trabalhada somente no âmbito da esfera pública; a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder; a abertura para questões a respeito do subjetivo e do sujeito; a reabertura da fronteira entre a teoria social e a teoria do Inconsciente – a psicanálise (HALL, 2003c).

Em 1974, foi formado o Grupo de Estudos da Mulher[9] no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos com trabalhos voltados para as mídias e os públicos femininos, sobre a literatura produzida por escritoras mulheres e a problematização do papel da mulher na esfera doméstica e da família. A maior parte dos trabalhos do grupo foi publicada no livro *Women Take Issue* (1978)[10]. Esta obra deu visibilidade à atividade intelectual em torno de um projeto feminista, demonstrando as diferenças e fragilidades existentes no grupo, e demarcou uma área de atuação específica no campo acadêmico, delineando novos objetos de estudo (ESCOSTEGUY, 1998b).

Apesar da ruptura que provocaram no trabalho do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, as feministas foram obrigadas a uma existência contra a corrente e à margem academicamente, sempre reforçando a importância de suas pautas e reivindicando espaço para elas. Contudo, Cláudia Costa (2014) ressalta que essa dificuldade fez com que elas compreendessem melhor a pluridimensionalidade do poder e da dominação, bem como a plurivalência das alianças nas práticas discursivas hegemônicas, resultando em maior entendimento das possibilidades de resistência.

Nos últimos anos, algumas jovens pesquisadoras brasileiras têm se dedicado a explorar uma perspectiva de tematizar os entrecruzamentos entre questões de identidade, feminismo/pós-feminismo e mídia, contribuindo com o debate internacional (ESCOSTEGUY, 2016). Os estudos culturais feministas contemporâneos apresentam uma diversidade de pautas e objetos, inclusive no âmbito da crítica à mídia.

Ao nomear os estudos culturais feministas, Ana Carolina Escosteguy (2020a) entende que eles incorporam o conceito de gênero e uma abordagem relacional entre homens e mulheres, atribuindo um caráter fundamentalmente social e cultural a essas relações. Sob essa perspectiva, o feminismo refuta a ideia de uma essência comum

[9] Chamava-se *Women's Studies Group* em inglês. Era constituído por pesquisadoras mulheres como Angela McRobbie, Charlotte Brundson, Dorothy Robson e Janice Winship.
[10] Coletânea de trabalhos escritos por mulheres tratando da categoria gênero dentro das relações sociais. Antes disso, poucos artigos se preocupavam com as questões das mulheres na sociedade.

a todas as mulheres, diversificando as pautas e as identidades. Todas as reivindicações atuais para as diferentes mulheres estão compreendidas na concepção do feminismo como fonte propagadora e defensora da equidade entre os gêneros.

Os Estudos Culturais Feministas entendem a cultura como espaço de significados e resistências, refutando qualquer determinismo biológico, pois qualquer diferenciação, divisão e hierarquização entre ideias, papéis e atividades para homens e para mulheres é realizada culturalmente ao longo do processo de socialização. Prova disso é que vemos as mesmas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura e aos homens em outra (LARAIA, 2001). Por isso, a noção de cultura pode ser considerada um instrumento para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos (CUCHE, 1999), já que o ser humano é interpretado e compreendido pela e na cultura.

Os Estudos Culturais propõem uma compreensão do mundo pelas especificidades das relações e lutas culturais, ultrapassando a esfera da cultura e adentrando, por exemplo, nas relações econômicas, nas estruturas da organização social e no campo antropológico da vida cotidiana (COSTA, 2014). Para se opor ao pensamento e ao discurso hegemônicos, essa forma de pensar e olhar o mundo inclui as análises para a categoria gênero em todos os espaços e a reflexão sobre as diferentes modalidades de relações de poder e de dominação existentes na sociedade. Assim, as mudanças sociais e na estrutura social podem ser realizadas através de transformações na cultura, pois as representações de cada gênero são constituídas culturalmente e reiteradas em todos os setores. O contexto cultural é sempre resultado de relações de poder e, para intervir nele, é preciso um mapeamento dessas relações para poder desarticulá-las e rearticulá-las (COSTA, 2014).

É fato que com os Estudos Culturais, a concepção abrangente acerca da cultura e o feminismo, as mulheres conseguiram mais visibilidade para as discussões sobre as realidades e as experiências vivenciadas por elas. Ao pensar a equidade entre os gêneros e inclusão das mulheres na perspectiva de desenvolvimento, os estudos culturais feministas buscam problematizar as desigualdades entre homens e mulheres e compreender sua relação com a estrutura de poder dentro da cultura de nossa sociedade, considerando o contexto histórico de sua construção. Para realizar modificações no discurso hegemônico que define nossa socialização e orienta os pensamentos e os comportamentos em todos os espaços da vida sociais – influenciando na política, na economia, na exploração de recursos do meio ambiente,

etc. –, a comunicação e os processos comunicacionais precisam ser analisados com vistas a uma reflexão sobre os discursos que são produzidos.

2.2 Reflexões das Epistemologias Feministas

As Epistemologias Feministas surgem de um contexto maior que envolve as Epistemologias do Sul. Esse termo refere-se ao conjunto de intervenções epistemológicas e seus conhecimentos, saberes e reflexões que buscam reparar os danos e os impactos historicamente provocados pelo capitalismo colonial na sua relação com o mundo (SANTOS; MENESES, 2009). Esse Sul não se trata apenas do Sul geográfico do planeta, mas também dos indivíduos e grupos sociais que foram e são explorados e subordinados à dominação capitalista, independente do hemisfério em que estão localizados, como é o caso das mulheres.

As Epistemologias do Sul partem da noção de que o colonialismo e o capitalismo foram e são dominações epistemológicas com relações desiguais de saber-poder, suprimindo muitas formas de saber de outros nações ou povos colonizados (SANTOS; MENESES, 2009). Por isso, as Epistemologias do Sul propõem uma crítica ao paradigma dominante de ciência e seus preceitos e valorizam a diversidade e a pluralidade epistemológica do mundo.

Amanda Castro e Edla Eggert (2012) consideram que uma epistemologia tradicional busca processar e filtrar o conhecimento e a luta constante das Epistemologias Feministas é para entender e filtrar os conhecimentos ordinários pensados e produzidos à margem das instituições formais. Ou seja, procura investigar os conhecimentos cotidianos de indivíduos e grupos excluídos e invisibilizados, como as mulheres. A partir das questões de classe social, gênero, etnia/raça, entre outras, surge uma área da epistemologia que visa compreender a forma como o gênero influencia as concepções e práticas epistemológicas e tem sistematicamente colocado as mulheres e outros grupos subordinados em desvantagem (CASTRO; EGGERT, 2012), elaborando críticas e perspectivas teórico-metodológicas.

Caterina Rea (2018) explica que o surgimento dos estudos pós-coloniais, feministas, de gênero e de sexualidades coincidiu com a crítica ao modelo epistemológico da sociedade moderna ocidental, o qual é fundado na pretensão de uma ciência universal, objetiva e imparcial e supostamente independente de qualquer condicionamento social, histórico e cultural. Essa concepção de ciência valorizava o

homem e suas descobertas e produções científicas e a crítica feminista passou a contestar e problematizar essa visão.

Para Patricia Ketzer (2017), as Epistemologias Feministas se preocupam em investigar o papel do gênero nas diversas atividades epistêmicas e para elucidar e questionar o preconceito de gênero que está infiltrado nas diversas áreas do conhecimento humano. Como vivemos em uma sociedade capitalista e patriarcal, os saberes e os conhecimentos produzidos, inclusive pela ciência, tendem a reforçar a lógica da dominação capitalista e masculina e de subordinação, opressão e inferiorização das mulheres e do feminino, suprimindo os saberes e os conhecimentos pensados e elaborados pela ótica delas.

As Epistemologias feministas questionam os conceitos que pautam as discussões sobre o conhecimento e a ciência, porque foram construídos com base em estereótipos de gênero e fazem a exclusão das mulheres do processo (KETZER, 2017). Elas mostram que as noções supostamente imparciais da ciência são, na verdade, parciais, pois práticas científicas que colocam as mulheres em desvantagens.

A crítica feminista à ciência reflete sobre tudo o que a ciência não faz e as razões das exclusões (CONCEIÇÃO; ARAS, 2014) de determinados temas, objetos de estudo, sujeitos ou grupos sociais e perspectivas teóricas. Essa crítica identificou e descreveu uma ciência mal conduzida, distorcida pela visão dos homens e preconcebida na elaboração das teorias, conceitos, problemáticas, metodologias, observações e interpretações dos resultados (CONCEIÇÃO; ARAS, 2014). Isso porque parte do ponto de vista dos homens com base nas experiências e realidades deles.

Há um monopólio de conhecimento dos homens, pois o poder de contar e escrever a história ficou como tarefa dos homens, mas não de todos os homens e sim de um padrão normativo androcêntrico, o qual tem um modelo de homem, em sua maioria, branco, heterossexual e com certo nível de poder (CASTRO; EGGERT, 2012). Ou seja, é excludente também com outros homens que não se encaixam nesse modelo. Foram os movimentos sociais, como o feminista e antirracista, que fizeram com que esse monopólio fosse visibilizado e questionado (CASTRO; EGGERT, 2012), bem como buscassem transformações nas suas práticas e processos.

Há o reconhecimento da mulher como sujeito produtor de ciência. A contestação feminista não é a de afirmar que as mulheres podem fazer ciência tão

bem quanto os homens, mas sim que elas, reconhecendo os pressupostos feministas sobre o mundo, podem praticar uma ciência de modo diverso, conscientes da intencionalidade dos seus estudos (CONCEIÇÃO; ARAS, 2014). Essa outra visão de ciência foi pensada pelo movimento feminista como alternativa ao modelo androcêntrico dominante do conhecimento e de fazer ciência. Trata-se de revisar conceitos, abrir possibilidade para outros temas, teorias, objetos de estudo e práticas a serem observadas no mundo, bem como entender que cada escolha implica em consequências para as pesquisas e os saberes produzidos.

É uma concepção que busca fazer questionamentos e problematizar os temas refletindo sobre os padrões científicos construídos historicamente:

> Em vez de perguntar por que a mulher detém tão poucas realizações de "importância histórica", devemos questionar os padrões que foram e estão sendo utilizados para avaliar o que é efetivamente significação histórica. Se as mulheres são virtualmente invisíveis na esfera pública, então até que ponto será significativa esta esfera? A história das mulheres precisar enfocar também locais particulares. Em lugar de perguntar qual foi o papel das mulheres em determinado movimento, devemos indagar que luz aquelas atividades irradiaram sobre os papéis das mulheres; do contrário, a maioria das mulheres são definidas como marginais à história. (HAHNER, 1981, p. 16).

As feministas entendem que, se o gênero molda quem nós somos, também orienta como pensamos, influenciando em nossas visões de mundo e conhecimentos produzidos. Cecilia Sardenberg (2001) entende que a crítica feminista historiciza a ciência, analisando como as categorias de gênero têm historicamente influenciado os conceitos de conhecimento, as justificativas e as práticas de investigação científicas. Por isso, as Epistemologias Feministas reivindicam mudanças na produção de conhecimento. Elas precisam propor princípios, conceitos e práticas que superem as limitações de outras epistemologias, atendendo aos interesses cognitivos, sociais e políticos das mulheres e outros grupos historicamente subordinados (SARDENBERG, 2001), buscando respeitar e valorizar a diversidade e promover a inclusão.

As Epistemologias Feministas têm denunciado e alertado para a supergeneralização, indicando que os valores, experiências, objetivos e interpretações dos grupos dominantes são apenas deles e não da humanidade como um todo (CASTRO; EGGERT, 2012). Há a crítica às práticas e valores dominantes e hegemônicos, buscando demarcar o lugar de fala e da produção das mulheres. Essas concepções vêm rompendo os paradigmas estabelecidos, descobrindo e

redescobrindo a vida e a produção das mulheres no decorrer da história, tentando tirar suas produções da invisibilidade (CASTRO; EGGERT, 2012).

Além disso, as Epistemologias Feministas se aliam a outros pensamentos que visam analisar criticamente os processos científicos a partir da perspectiva de gênero, etnia/raça e sexualidade, buscando a pluralização da ciência. O esforço consiste em pensar a teoria e prática feministas em diálogo com outros posicionamentos anti-hegemônicos que questionam a concepção epistemológica eurocêntrica, androcêntrica, heteronormativa (REA, 2018) e racista.

As Epistemologias Feministas são uma proposta de pensar a partir do conhecimento produzido pelas mulheres. Para Margareth Rago (1998), elas abrem espaço para outras possibilidades interpretativas, propõem múltiplos temas de investigação, formulam novas problematizações, incorporam inúmeros sujeitos sociais e constroem novas formas de pensar e de viver. Assim, as Epistemologias Feministas abrem-se para um campo interdisciplinar, plural e diverso, buscando visibilizar as problemáticas das mulheres dentro das ciências e o reconhecimento delas como sujeitos da história.

2.3 Geografias Feministas: gênero e feminismo inseridos na Geografia

As Geografias Feministas surgem quando as concepções feministas e a categoria gênero são inseridas nos estudos geográficos. Susana Silva (1998) entende que a Geografia é uma ciência social que tem o espaço geográfico como objeto e a Geografia de Gênero ou Feminista é um enfoque. Esse enfoque visa analisar as condições em que as diferentes mulheres estão submetidas social e espacialmente e que impactam nas suas espacialidades e territorialidades

Maíra Reis (2015) destaca que a Geografia, centrada nas análises espaciais, ignorou sistematicamente, por muito tempo, a variável gênero como elemento de diferenciação social, entendendo a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. Havia um discurso hegemônico na Geografia que se baseava em preceitos dos homens, brancos e heterossexuais, negando a existência de uma diversidade em relação aos conceitos importantes para essa ciência.

Assim, durante longo tempo, as espacialidades dos grupos de mulheres, dos não brancos e dos não heterossexuais não foram consideradas como objetos de estudos geográficos (REIS, 2015). No entanto, as geógrafas feministas vieram para

questionar a noção de que o espaço é neutro, considerando que as categorias gênero, etnia/raça, classe social, sexualidade, etc., são relevantes para compreender relações sociais e as dinâmicas espaciais e territoriais.

Desde seu início, conforme explica Linda McDowell (1999), a organização feminista no âmbito da Geografia abordou dois aspectos: uma indagação das Geografias de Gênero e uma atuação alternativa. A ideia era estudar os problemas de gênero e suas relações com os elementos geográficos e promover um espaço para as mulheres dentro da ciência geográfica.

Sofía Zaragocin (2020) entende que a inclusão do gênero na Geografia Crítica significou a inserção das mulheres e das distintas tradições intelectuais feministas, sendo importante para asseguras que as espacialidades sobre as violências de gênero, feminicídio, aborto, entre outras, fossem visibilizadas dentro desse campo. Assim, as Geografias Feministas reconhecem e visibilizam as experiências e os problemas das mulheres em relação ao espaço, território e aos lugares.

> Como se relacionam o gênero e a geografia? Dependem as diferenças entre os homens e as mulheres da zona do mundo em que habitam? Se os atributos de gênero são uma criação social, como variam a feminilidade e a masculinidade no tempo e no espaço? Quantas variantes conhecem as relações sociais entre os homens e as mulheres? Todas as sociedades concedem ao homem um papel central e situam a mulher nas margens? A geografia tem algo a dizer sobre esse respeito? (MCDOWELL, 1999, p. 11, tradução nossa).[11]

Essas questões são possibilidades de análise da relação entre gênero e geografia, considerando as diferentes posições e experiências dos homens e mulheres em sociedade. Janice Monk e Maria García-Ramon (1987) ponderam que desde meados da década de 1970, vem crescendo a produção científica em geografia com um enfoque feminista. Conforme os estudos aconteciam, foram criadas questões de teoria e de método para orientar as investigações, que tinham e têm diversos focos.

Em geral, a produção científica se concentra nas causas das desigualdades e no valor analítico do conceito de gênero para a compreensão dos modelos e processos espaciais, bem como encontraram relações entre gênero e outras causas

[11] No original: “¿Cómo se relacionan el género y la geografía? ¿Dependen las diferencias entre los hombres y las mujeres de la zona del mundo en que habitan? Si los atributos de género son una creación social, ¿cómo varían la feminidad y la masculinidad en el tiempo y el espacio? ¿Cuántas variantes conocen las relaciones sociales entre los hombres y las mujeres? ¿Todas las sociedades conceden al hombre un papel central y sitúan a la mujer en los márgenes? ¿Tiene algo que decir la geografía a este propósito?” (MCDOWELL, 1999, p. 11).

de desigualdades, como classe social e raça/etnia, entendendo a necessidade de considerar a diversidade de experiências das mulheres ao invés de pensá-las como uma categoria homogênea (MONK; GARCÍA-RAMON, 1987). Há também pesquisas que examinam os espaços e lugares que as mulheres criam para elas, as suas visões de mundo e a posição das mulheres como profissionais da geografia (MONK; GARCÍA-RAMON, 1987).

Joseli Maria Silva (2010a) entende que os estudos das Geografias Feministas se voltam para as mulheres, gays e lésbicas, buscando evidenciar as suas expressões materiais de produção do espaço, incluindo, por exemplo, a distribuição espacial das moradias e das áreas de lazer, os deslocamentos e as suas inserções nas relações produtivas e reprodutivas da sociedade patriarcal. São investigações que procuram compreender as invisibilidades de indivíduos e grupos nos discursos geográficos e como as relações de poder, como as relações de gênero, se reproduzem no espaço geográfico.

> A geografia incorpora a noção de construção social do sexo, gênero e desejo e as relações de poder inerentes a ela, num processo de permanente tensão e movimento. Ao incorporar a performatividade como o exercício do gênero, entendido como representação social, a geografia evidencia a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana e concreta e as possibilidades de subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa. (SILVA, 2010, p. 43).

A partir dessas incorporações, as Geografias Feministas consideram as relações de gênero que estão situadas no espaço geográfico e que o gênero é uma construção social, mas também espacial, porque varia de acordo com a sociedade, o lugar e a época. Os espaços surgem das relações de poder, que estabelecem as normas e estas definem os limites, que são sociais e espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem é excluído (MCDOWELL, 1999), bem como quais experiências, demandas e práticas pertencem a um lugar ou são excluídas. As relações de gênero interessam à geografia porque as divisões espaciais – público e privado, dentro e fora – contribuem com a construção social das divisões desiguais de gênero (MCDOWELL, 1999), determinando lugares, espaços e instituições que podem ou não ser ocupados por homens e mulheres.

A sociedade, com suas características culturais, políticas e econômicas que se refletem nas relações de gênero, ajuda a construir e estruturar o espaço. Há o

entendimento de que as relações de gênero são agentes centrais na construção do espaço e, por isso, a Geografia deve entendê-las como parte das práticas espaciais que contribuem para desvendar a base da organização geográfica das sociedades (REIS, 2015), considerando a diversidade existente nas relações sociais a partir da perspectiva espacial.

Gleys Ramos (2021) entende que as relações sociais de gênero encontram elementos para sua produção e reprodução no espaço, independentemente de suas escalas, enfatizando os sujeitos e os espaços deles. Tanto o gênero molda as experiências das diferentes pessoas no espaço, quanto o espaço influencia no desenvolvimento das relações de gênero, que são desiguais e envolvem o poder de um indivíduo ou grupo sobre outro.

Por isso, as Geografias Feministas analisam as categorias geográficas para compreender as relações de poder, os conflitos, as mediações entre cotidiano, sujeito e espaço (RAMOS, 2021), com o recorte de gênero e fazendo a intersecção com as questões de etnia, classe e sexualidade. As Geografias Feministas incorporam as contribuições teóricas do feminismo, como a categoria gênero, à explicação e à interpretação dos fatos geográficos (SILVA, 1998) para compreender as diferentes realidades existentes, as diversas relações estabelecidas e a dominação dos homens nos territórios, nas regiões e nos locais.

As Geografias Feministas examinam como os sistemas políticos e econômicos e os valores culturais configuram os papéis dos gêneros e suas relações de forma que determinam ou restringem suas escolhas espaciais (MONK; GARCÍA-RAMON, 1987). É uma concepção que se baseia em fontes de informação, métodos de análise e abordagens que evidenciem e se concentrem nas experiências das diferentes mulheres, suas demandas e visões de mundo que impactam nas diversas dimensões e instituições.

Já que a ciência é androcêntrica e tem sido parcial desde os seus primórdios, as Geografias Feministas são um enfoque necessário para considerar as mulheres e as relações de gênero (SILVA, 1998). É uma forma de fazer a ciência atentar para as mulheres e outras minorias, com abordagens interseccionais que trabalham com a diversidade e a pluralidade de pontos de vista. Contudo, as Geografias Feministas não são das ou de mulheres, pois não se estuda só essa metade da humanidade nem é o caso de que só elas possam fazê-la (SILVA, 1998).

As Geografias Feministas reconhecem a importância de duas esferas da vida para estudar as formas como elas se inter-relacionam: a da produção econômica, às vezes descrita como a esfera de ação pública; a da reprodução da sociedade, concebida como a esfera privada ou doméstica (MONK; GARCÍA-RAMON, 1987). É um entendimento que considera a esfera doméstica também como relevante para a análise geográfica e, ao pensar na inter-relação entre as duas esferas, consegue ter uma visão mais abrangente da realidade das mulheres, das opressões que vivenciam e das desigualdades que existem.

A investigação geográfica feminista tem uma tarefa a cumprir: mostrar a variação das relações de gênero e de poder, sua tendência a reprodução e as maneiras de impedir isso, bem como procurar superar as formas limitadas de ser homem ou mulher que pretendem nos impor (MCDOWELL, 1999). Ao estudar como as divisões espaciais se relacionam com as assimetrias de gênero, as Geografias Feministas propõem a investigação da vida e das relações cotidianas de homens e mulheres, que se refletem nas territorialidades.

As Geografias Feministas entendem que não há como fazer uma análise de gênero sem identificar onde as relações estão localizadas e como elas se reproduzem no espaço e suas respectivas escalas (RAMOS, 2021). Por isso, essa perspectiva nos permite olhar para as distintas relações das mulheres com o território, para os conflitos estabelecidos entre os gêneros dentro dele, para as territorialidades de mulheres e para as possibilidades de um desenvolvimento territorial que considere a equidade de gênero.

2.4 Articulação das três perspectivas teóricas

Os Estudos Culturais, Epistemologias Feministas e Geografias Feministas são teorias que podem ser articuladas para pesquisas que analisam gênero e mulheres e suas relações sociais, culturais, econômicas, políticas, espaciais e territoriais, considerando a diversidade e a interseccionalidade e problematizando as desigualdades. A primeira teoria olha para a cultura e as práticas sociais, como a jornalística, com base na construção social, envolvendo as relações de poder, os diferentes territórios e territorialidades e o contexto histórico. A segunda critica o modelo dominante de fazer ciência e propõem novas abordagens e conceitos que valorizam a diversidade de conhecimentos e de indivíduos. Já a terceira incorpora o

gênero na análise geografia e examina as condições sociais e espaciais das diferentes mulheres e que influenciam nas suas espacialidades e territorialidades.

O debate sobre gênero e as questões levantadas pelo feminismo se colocam para a discussão na sociedade em todas as áreas, inclusive em relação a produção de conhecimento. No caso da comunicação e da cultura, os Estudos Culturais foram influenciados por teóricas feministas que realizaram trabalhos com foco nas mulheres e suas realidades. Já a discussão sobre comunicação e cultura no campo do Desenvolvimento Regional vai além da perspectiva da dimensão cultural e sua função orgânica, pois a comunicação está presente na relação entre cultura e espaço (FELIPPI; BRANDT, 2016) e os acontecimentos cotidianos são permeados pela comunicação e fazem parte da cultura, influenciando e sendo influenciados por ela. Inclusive, no entendimento das Geografias Feministas, o espaço reflete as normas culturais de gênero e sexualidade.

Para Vanessa Oliveira (2021), a cultura, a partir dos Estudos Culturais, está unindo Desenvolvimento Regional e Comunicação a fim de executar investigações com interdisciplinaridade. Ao se relacionar com as Epistemologias Feministas e Geografias Feministas, acrescentamos o debate sobre as relações e assimetrias de gênero a essa concepção. Ao investigarmos o jornalismo independente, estamos abordando uma prática e processo comunicacional e cultural.

Laura Corrêa (2020) entende que os Estudos Culturais desenvolvem análises que se baseiam em diversas teorias e perspectivas. Pode ser empregado em diferentes ângulos de forma interdisciplinar, inclusive em articulação com as epistemologias decoloniais, como as feministas. As reflexões dos Estudos Culturais e seu olhar para a cultura são reforçadas pelo pensamento contra-hegemônico de considerar também as práticas culturais das minorias, como as mulheres e as pessoas LGBTQIA+.

A perspectiva cultural no Desenvolvimento Regional envolve o entendimento de uma prática na área dos Estudos Culturais (FELIPPI; BRANDT, 2016). Nesse sentido, buscamos compreender a prática jornalística independente feminista na construção de territorialidades de mulheres e na promoção da equidade entre os gêneros na sociedade. Consideramos que as mulheres, através do seu discurso, revelam outras territorialidades diferentes das evidenciadas pelos homens – que tendem a ser as dominantes.

Compreendemos que os Estudos Culturais, as Epistemologias Feministas e as Geografias Feministas valorizam a diversidade e a pluralidade de pensamentos e de conhecimentos. Os Estudos Culturais entendem que existem várias culturas com diversas práticas e manifestações culturais, as Epistemologias Feministas alertam para a generalização e universalização dos sujeitos e dos conhecimentos, e as Geografias Feministas consideram a existência de uma diversidade de mulheres e as relações entre gênero e outras causas de desigualdades. São perspectivas que evidenciam que as experiências, os objetivos e os valores dos indivíduos e dos grupos dominantes são apenas deles, e não da humanidade como um todo.

O interesse dos Estudos Culturais está na análise dos processos sociais em relação à atribuição de sentido às realidades e à evolução de uma cultura e das práticas sociais (WOLF, 1999). Essas interações, ações e relações estão sempre em transformação devido ao caráter dinâmico da cultura. O estudo foca na forma de organização social, objetivando entender como as inter-relações dessas práticas e padrões são vividas e experimentadas em um período (HALL, 2003b). Com isso, as análises versam sobre as práticas e as produções culturais e o modo como as pessoas as consomem, bem como as condições de produção e os discursos produzidos, pois esses aspectos fazem parte da relação entre cultura e comunicação.

Para Johnson (1999), há três premissas principais que estão na sua lista de influências nos Estudos Culturais:

> A primeira é que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda, é que a cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. E a terceira, que se deduz das outras duas, é que a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais. (JOHNSON, 1999, p. 13).

Essas três premissas mostram que os Estudos Culturais buscam compreender a cultura a partir das diversas relações sociais, do poder e das diferenças e das lutas sociais. As relações de gênero também são perpassadas por relações de poder, assim como o território. No caso do Desenvolvimento Regional, a articulação entre Estudos Culturais, Epistemologias Feministas e Geografias Feministas possibilita a compreensão dos múltiplos processos, temporalidades, apropriações e territorialidades que ocorrem no território.

A perspectiva dos Estudos Culturais possibilita compreender e analisar a dimensão cultural do desenvolvimento do território. A cultura, enquanto produção e prática social, se relaciona com o desenvolvimento visto que as manifestações e representações culturais e simbólicas impregnam o espaço geográfico (FELIPPI; BRANDT, 2016). Já as Epistemologias e Geografias Feministas, possibilitam um olhar mais amplo para considerar as práticas e as manifestações de homens e de mulheres no espaço geográfico, pois ambos participam da sociedade e se relacionam com território, muitas vezes, de forma diferente.

Com o entendimento de que cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero estabelecidas, hierarquizadas e instituídas socialmente (REIS, 2015), há a ampliação da compreensão sobre as relações de gênero, alargando o campo de estudo da geografia. Uma análise geográfica que incorpora as teorias de gênero permite desvendar as manifestações espaciais e territoriais de vários grupos sociais que, através de suas práticas, constroem diferentes espaços geográficos, já que o gênero é uma das relações estruturantes que situa um indivíduo no mundo (REIS, 2015). Assim, é possível entender como homens e mulheres, por meio de suas práticas que são influenciadas pelas relações de gênero, constroem territorialidades.

As Geografias Feministas incorporam as teorias, métodos e críticas feministas aos estudos da sociedade humana e do espaço geográfico, considerando as esferas econômica e doméstica como relevantes para a análise geográfica e reconhecendo que o gênero é uma das causas das desigualdades. É um pensamento que visa a transformação social e a promoção da equidade de gênero, assim como as Epistemologias Feministas, e esses objetivos estão diretamente relacionados com a cultura – que é o foco dos Estudos Culturais.

Para Paula Ziviani (2017), os Estudos Culturais refletem sobre as culturas existentes, seus produtos culturais e os conflitos gerados pelas diferenças de pensamento e comportamento dentro delas. Sua abordagem privilegia uma espécie de intervenção política como os estudos da política cultural, das diferenças racial e sexual que marcaram o campo. Nesse sentido, os Estudos Culturais possibilitam a compreensão dos impactos da postura política e ideológica de mídias jornalísticas independentes feministas frente à realidade e na exigência das reivindicações do movimento.

É uma concepção de que as imagens e os textos produzidos no jornalismo são representações de ideologia e da cultura (RESENDE, 2014) do indivíduo ou do grupo

que concebeu determinado discurso. Ou seja, todas as influências, diretas ou indiretas, da cultura em um sujeito é representada no discurso produzido por ele. Seus valores, seus conhecimentos e suas relações com as pessoas e com o espaço são reproduzidos nos diversos elementos que compõem um discurso.

Os Estudos Culturais permitem pensar a cultura e a processualidade da comunicação como prática social, considerando a integralidade do processo produtivo dos bens culturais/comunicacionais e as intercessões de ordem econômica, política, social etc. (FELIPPI; BRANDT, 2016). Ou seja, busca entender como a comunicação influencia e está presente em todos os processos e âmbitos. Ela expressa modos de ver, perceber e entrar em contato com a dimensão cultural (FELIPPI; BRANDT, 2016) de cada território, permitindo identificar as dinâmicas envolvidas no desenvolvimento de uma sociedade. Com o foco dos Estudos Culturais nos diversos grupos sociais e suas particularidades, bem como os conflitos e contestações das ideias hegemônicas realizadas pelo feminismo, é possível problematizar as diferenças culturais observadas entre homens e mulheres que resultam nas desigualdades na sociedade.

As Epistemologias e Geografias Feministas contestam as ideias de universalidade do saber e do conhecimento, procurando dar visibilidade a indivíduos e grupos sociais excluídos e invisibilizados pelo conhecimento e ciência hegemônicos. O enfoque do conceito de gênero na concepção feminista da produção do espaço permite uma leitura atenta do cotidiano e dos grupos sociais marginalizados, considerando que as suas representações se constituem em uma ordem socioespacial específica que envolve tempo, espaço e escala (REIS, 2015) e é atravessada pelas especificidades de gênero, classe social, etnia/raça, orientação sexual e identidade de gênero. As mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferente da dos homens, e essa experiência, muitas vezes, está às margens (CASTRO; EGGERT, 2012). Nessa pesquisa, buscamos investigar essa experiência delas que estão no cotidiano, nas conversas e relações diárias, nos espaços públicos e privados, visibilizadas pelo jornalismo independente.

No entendimento das Epistemologias e das Geografias Feministas, há, de um lado, uma desconstrução do caráter essencialista dos gêneros, da visão dicotômica dos ideais de feminilidade e masculinidade e da heteronormatividade para a compreensão das pessoas, das suas práticas e relações sociais e espaciais. Por outro lado, há a inclusão de pessoas que não se enquadram na ordem hegemônica,

mostrando a diversidade existente entre as pessoas, práticas e relações no espaço e nos territórios.

Os Estudos Culturais entendem a cultura como um espaço de significados, de manutenção, de transformação e de resistências. Ou seja, existem movimentos e contramovimentos em convivência que provocam tensões na estrutura da cultura e da sociedade. As experiências históricas e culturais das mulheres são expressadas na busca de uma nova linguagem e na produção de um contradiscurso (RAGO, 1998). Com as Epistemologias Feministas, os significados e as resistências das mulheres são vistos como um contramovimento na ciência, provocando tensões na sua estrutura e questionando os preceitos masculinos, a fim de que as experiências e os conhecimentos delas também tenham espaço e sejam reconhecidos. Já as Geografias Feministas analisam as influências dos sistemas econômicos e políticos e da cultura nos papéis e relações de gênero que condicionam as escolhas espaciais de homens e mulheres.

Para qualificar, descentralizar e descolonizar a investigação social, é preciso considerar as percepções, interpretações e teorias oriundas de grupos não hegemônicos que também constroem conhecimento (CORRÊA, 2020). Ao estudarmos o discurso da prática jornalística independente feminista, estamos nos dirigindo para as noções, as interpretações e as relações de um movimento cultural contra-hegemônico, caracterizando-se como espaço de resistência e de luta social contra a opressão e a dominação históricas e na busca por mudanças na cultura hegemônica que interfere nos modos de pensar e ver o mundo das pessoas em sociedade.

3 TERRITORIALIDADE, COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Na primeira seção desse capítulo, tratamos a respeito do conceito de território, pois seu significado vai além do sentido comum de área de terra limitada por fronteiras sob uma dada jurisdição. O território, que é uma produção social a partir do espaço geográfico e está perpassado por relações de poder, expressa uma representação simbólica de vínculo e pertencimento, relacionado a ideia de identidade territorial. Em seguida, apresentamos a multiplicidade de abordagens do território por três dimensões – política, cultural e econômica – proposta por Haesbaert (2012). Essa discussão inicial contextualiza o tema da territorialidade, concepção central para essa pesquisa.

No que se refere à territorialidade, explicamos seu conceito, como ela se manifesta no cotidiano, pois é no território que os indivíduos e grupos exercem sua territorialidade, influenciando e sendo influenciados por outras pessoas, fenômenos, normas e relações sociais e de poder, como as relações de gênero. Ressaltamos que as territorialidades apresentam uma multiplicidade de expressões – inclusive no campo da cultura e da comunicação – nos territórios, variando de acordo com os interesses dos indivíduos e as particularidades socioculturais.

Na segunda seção, discorremos sobre a relação da territorialidade com a comunicação, com um destaque para o contexto digital, tecnológico e globalizado em que vivemos na sociedade contemporânea. Com o foco na dimensão cultural e simbólica, abordamos como as diferentes práticas comunicacionais das pessoas e os meios de comunicação criam, configuram e reproduzem territorialidades que são expressadas por meio da linguagem e do discurso.

Por fim, a terceira seção estabelece conexões entre cultura, comunicação e o processo de desenvolvimento. De forma breve, apresentamos um panorama das perspectivas que relacionam comunicação e desenvolvimento desde a segunda metade do século XX até o momento atual, destacando a abordagem da comunicação para o desenvolvimento e transformação social e as características centrais do desenvolvimento territorial. Discutimos sobre a capacidade e a influência da cultura na produção de mudanças e a necessidade de um processo de desenvolvimento com a participação e empoderamento dos atores sociais e a promoção da democracia, da inclusão, da equidade e da justiça social.

3.1 Territorialidade: discutindo o conceito e sua relação com o gênero

Território é um dos principais conceitos trabalhados na Geografia, porque se relaciona com os processos de construção, de reconstrução e de transformação do espaço geográfico. Territorialidade é uma concepção que deriva do território, que é discutida por várias ciências como a Geografia, a Biologia, a Sociologia, a Comunicação e o Desenvolvimento Regional. Quando se trata dos animais, é uma atitude instintiva de defesa do território em que ocupam. Contudo, no caso dos seres humanos, a noção é mais abrangente porque se relaciona com a cultura e com o cotidiano.

Na Geografia, segundo Maria Schefler (2018), as primeiras discussões sobre o termo território estiveram associadas a um espaço concreto, com atributos naturais e sociais relacionados ao território nacional ou ao estado-nação. Mas, a noção de um território vai além da simples delimitação ou demarcação de um espaço geográfico. Essas delimitações ou demarcações precisam atuar nos indivíduos e grupos sociais em um campo de poder, moldando comportamentos e controlando o acesso a recursos.

Com o passar do tempo, o conceito de território foi se complexificando, abrangendo diferentes abordagens com interpretações realizadas por teóricos de outras áreas e não apenas da Geografia. Além de apresentar elementos físicos e materiais específicos, o território pode ser pensado a partir das ações dos sujeitos que o ocupam, das relações que eles mantêm e das dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas nele estabelecidas.

O território é o resultado de uma ação de um ator, pois é uma produção, a partir do espaço, envolve relações e se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993). O território é usado e apropriado pelos atores e grupos sociais, mediado pelas relações de poder. Por isso, conforme Santos (2005) explica, é o uso do território, e não ele em si mesmo, que o faz objeto da análise social. Envolve as relações sociais de poder e as diferentes apropriações que os seres humanos podem fazer a partir de um espaço.

> O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; *ideia* e *matéria*; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações *no* e *do*

> processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais. (SAQUET, 2013, p. 24, grifo do autor)

O autor considera que existem, ao mesmo tempo, elementos materiais e imateriais que compõem o território, o qual está diretamente relacionado ao poder. Assim, o território abrange a complexidade das ações e relações sociais e agrupa múltiplas dimensões, refletindo as dualidades que perpassam a vida humana. É resultado do processo histórico, mas também é dinâmico e está em constante transformação. O território se inscreve em um campo de forças, sendo resultado e determinante da unidade de relações socioespaciais (SAQUET, 2013).

Haesbaert (2012) agrupa a multiplicidade de abordagens do território nas seguintes dimensões: política, que se refere a todas as relações espaço-poder institucionalizadas, considerando o território como um espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce um determinado poder; cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e subjetiva, na qual o território é entendido como produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas e vê o território como fonte de recursos e/ou incorporado no conflito entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Há ainda a abordagem natural, na qual o território é visto com base nas relações sociedade e natureza, do comportamento natural dos seres humanos em relação ao seu ambiente físico (HAESBAERT, 2012).

A dimensão simbólica, como pontua Rosana Borges (2013), abrange ideologia, imagens, discursos, signos e linguagens que conformam os modos como o território é representado, significado e apropriado. Dentro dela, podemos pensar em uma perspectiva comunicacional no território que compreende os processos de transmissão das informações, os discursos, a linguagem e a produção de sentidos, considerando aspectos identitários e simbólicos.

Viviane Machado (2018) compreende que existem territórios da comunicação que são formados por plataformas de circulação, mensagens, códigos, linguagem, discursos, normas, procedimentos, meios e modos de produção utilizados em todo processo comunicacional e que são disputados e apropriados a todo o tempo. Nesse sentido, existem territorialidades comunicacionais estabelecidas no e pelo campo da

comunicação e no jornalismo, pois os meios de comunicação contribuem com a produção de sentidos sobre a realidade e a construção do território através dos discursos que difundem. As experiências comunicacionais que são produzidas nos territórios são territorialidades (MACHADO, 2018) comunicacionais que expressam as relações com os territórios – considerando todas suas dimensões –, os modos de vida, as vivências cotidianas e as interações sociais estabelecidas.

Todas essas dimensões do território estão no mesmo nível, porém ora uma(s), ora outra(s), em cada lugar e período histórico, pode(m) predominar diante das demais (SAQUET, 2013), relacionando-se uma(s) com as outra(s). Elas são produto das relações sociais, que também são dinâmicas e passam por transformações, e influenciam nas territorialidades e temporalidades que são estabelecidas em dado lugar e tempo. Desse modo, falar em território é falar de controle social e político, de conflito e poder, mas também de valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, fazendo com que o território cultural preceda os territórios político e econômico (SCHEFLER, 2018).

Uma das características do território é que pode ser constituído por lugares interligados. Para Santos (2005), ele pode ser formado por lugares contíguos (horizontalidades) e lugares em rede (verticalidades). As horizontalidades são os domínios de lugares próximos reunidos por continuidade territorial, enquanto as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros e ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 2005). Esses lugares em rede não têm necessariamente uma continuidade territorial, mas conseguem se articular, se relacionar e até exercer domínio, sendo favorecidas pelas tecnologias de informação e comunicação.

O território é considerado como o resultado de uma ação social e como um campo de disputa entre os diferentes atores sociais. É uma construção histórica e social a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, ao mesmo tempo, sociedade e espaço geográfico (HAESBAERT; LIMONAD, 1999). É uma forma construída socialmente e as relações espaciais nele estabelecidas dependem dos objetivos de quem está controlando e exercendo poder. Nesse processo de construção social e histórica, as pessoas se apropriam de um espaço, no qual há constantemente relações simbólicas, estruturais e de poder – até mesmo, hierárquicas – para assegurar a sua existência e as suas dinâmicas dentro da sociedade.

O território contempla vários elementos, tais como: poder, Estado, política, economia, cultura, comunicação, mediações, significações, representações, lugares, redes, etc. (BORGES, 2013). É produto e produtor de dinâmicas e processos sociais, permeando as relações entre os indivíduos e o espaço e contribuindo com a criação e a reprodução dos vínculos materiais e simbólicos que nele existem e que perpassam as relações de poder. Enquanto o viver modela o território, a configuração dele interfere nos modos de vida e nas práticas individuais e coletivas (BORGES, 2013).

Ao se apropriar e se relacionar com os territórios, podemos ver as territorialidades humanas. O ator social territorializa o espaço quando se apropria dele, concreta ou abstratamente (RAFFESTIN, 1993). A territorialidade é, portanto, uma ação de apropriação dos seres humanos em um território. Ela resume a maneira como as sociedades satisfazem, em um período e para um local, suas necessidades em energia e em informação (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade é um comportamento do ser humano ao se relacionar com o território e é expressada pelas práticas e estratégias dos indivíduos para criar, manter ou transformar os espaços em que vivem. Em termos geográficos, é uma forma de comportamento espacial, relacionando-se com as maneiras como as pessoas se organizam no espaço e como dão sentido ao lugar (SACK, 1986). Essas relações mudam de acordo com a cultura, sociedade a e a época. Ou seja, a territorialidade depende de quem está influenciando e controlando determinada coisa ou pessoa, nos contextos geográficos de espaço, lugar e tempo (SACK, 1986). No entanto, também há forças opostas e de resistência que se contrapõem ao domínio e controle hegemônico.

A apropriação de um território é simbolicamente construída, não existindo apropriação de territórios sem que exista atribuição de significados (BORGES, 2013), configurando as territorialidades também na dimensão cultural e simbólica. Isso se reflete nos sentidos produzidos por cada indivíduo, a partir de sua realidade particular, em relação as outras pessoas, ao mundo, aos lugares e as relações sociais.

A territorialidade é uma produção social a partir do espaço. Ela “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma comunidade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Expressa as múltiplas representações sociais dos indivíduos e grupos envolvidos com ela. Em função disso, um mesmo espaço pode ser territorializado e ressignificado de diversas formas,

dependendo dos atores sociais que se apropriam dele, seus interesses e sua identidade.

Ao ser apropriado – e adquirir um sentido simbólico –, o território surge como um campo de tensões e disputas, reveladoras da sua dimensão cultural (BORGES, 2013). O conhecimento sobre essa dimensão implica em saber sobre os modos de vida das diferentes pessoas, como produzem suas territorialidades e por elas são impactadas. Assim, a territorialidade considera a pluralidade de práticas socioespaciais dos sujeitos e das relações nas formas materiais e simbólicas.

Sack (1986) define territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou um grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações por meio da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica – o território (SACK, 1986). É uma expressão de poder que ocorre nos diversos contextos e instituições sociais, variando no grau de influência e de controle sobre os diferentes indivíduos.

> O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades. (SAQUET, 2013, p. 127).

Desse modo, podemos entender que as dimensões econômica, política e cultural do território interferem e configuram os diferentes processos de territorialização, com territorialidades diversas e plurais. A produção e a apropriação do território são econômica, política e cultural, a um só tempo (SAQUET, 2013), pois em todos os movimentos que ocorrem nessas dimensões são produzidas novas territorialidades e são modificadas as já existentes. Há uma relação estreita entre território, territorialidade e os processos de territorialização, em que eles se influenciam reciprocamente, pois, como pontua Saquet (2013), o território é produto e condição da territorialização e cada um deles é produzido espaço-temporalmente pelo exercício de poder por um grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas, as quais são, ao mesmo tempo, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território.

É no cotidiano que os seres humanos, a partir das suas práticas, estabelecem processos de territorialização e atribuem significados aos espaços, produzindo territorialidades. O cotidiano compreende as operações dos usuários, ou seja, suas práticas comuns e as artes de fazer cotidianas, que estão ligadas as atividades sociais

e inseridas em uma cultura (CERTEAU, 1998). Esse conceito abrange as questões do dia a dia que constituem os acontecimentos da vida e os significados e os sentidos construídos pelas pessoas. As maneiras de fazer compõem as mil práticas pelas quais os indivíduos se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (CERTEAU, 1998).

O termo cotidiano contempla aquilo que está presente nas vivências e no mundo diários dos seres humanos. Conforme Agnes Heller (1985), as pessoas participam na vida cotidiana com todos os aspectos de suas individualidade e personalidade, colocando em funcionamento todos os seus sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias e ideologia. É o espaço onde acontece o desenvolvimento da vida do ser humano e da sociedade.

> Não existem mais fatos sociais ou humanos sem ligação (conceitual, ideológica ou teórica) do que grupos sociais que não estejam reunidos por relações num conjunto. Tratando-se do cotidiano, tratando-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade”, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura). (LEFEBVRE, 1991, p. 35).

Nessa concepção, o cotidiano caracteriza a sociedade e é por meio dele que podemos conhecê-la, pois representa o conjunto de atividades, fatos, produtos e obras dos atores sociais e históricos que nela vivem. Por isso, a análise das práticas ou artes de fazer cotidianas envolve a compreensão do que as operações dos usuários fabricam (produzem) a partir delas e com os seus usos (CERTEAU, 1998), caracterizando o indivíduo e a sociedade.

A vida cotidiana é heterogênea, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou relevância de nossos tipos de atividade, tais como a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso (HELLER, 1985). A noção de vida cotidiana se concretiza na produção e no uso, na qual essa heterogeneidade se reflete nas diferentes atividades que desenvolvemos e na diversidade de sentidos que atribuímos às coisas e às práticas.

O cotidiano está diretamente relacionado com a socialização. O amadurecimento do ser humano significa que ele adquire todas as habilidades necessárias para a vida cotidiana da sociedade (HELLER, 1985). Ele apreende

capacidades e comportamentos, constrói sua personalidade e identidade, produz sentidos e cria marcas no espaço geográfico. A assimilação de todas essas habilidades e da manipulação delas é sinônimo da assimilação das relações sociais (HELLER, 1985) e das normas sociais que estão enraizadas nelas.

A capacidade dos sujeitos lidarem com a vida cotidiana é expressada no estabelecimento das relações sociais e com os territórios e na construção territorialidades, com afirmação de identidades e atribuição de significados. A vida cotidiana é a vida do indivíduo e está no centro do acontecer histórico (HELLER, 1985). A história está permeada por acontecimentos do cotidiano e a vida cotidiana é o lugar da ação humana. Assim, o território do cotidiano pode ser definido como o lugar em que o indivíduo age, tornando humana a sua vida (ROCHA JÚNIOR, 2006). Ou seja, é no cotidiano que vivenciamos a vida pública e a privada, vemos as relações familiares, de trabalho, de gênero, de etnia, temos momentos de lazer e construímos nossas identidades, reconhecendo-nos em certos territórios e configurando as territorialidades.

A construção simbólica e histórica do território consolida a noção de pertencimento socioespacial. A nossa identidade é construída a partir do pertencimento a determinado grupo, classe, gênero, orientação sexual, etnia, nacionalidade, faixa etária, profissão, etc., fazendo com que nos identifiquemos também com certas territorialidades. O sentimento de pertencimento se relaciona com os territórios físicos que habitamos, mas também com os territórios simbólicos, que é construído com a participação das relações interpessoais cotidianas e dos meios de comunicação (ANTOLINI; REBOUÇAS, 2017).

No entendimento de Rosa Medeiros (2008), o território é um espaço cultural de identidade, de identificação e de pertencimento, assim como é um espaço político, um jogo político e um lugar de poder. É uma perspectiva que valoriza o sentimento de pertencimento cultural, que se relaciona com as práticas aprendidas e vivenciadas no cotidiano, as normas culturais de cada lugar e a atribuição de significação. O território é uma parcela do espaço enraizada em uma mesma identidade, reunindo indivíduos com o mesmo sentimento (MEDEIROS, 2008).

Assim, há vários territórios e territorialidades simbólicos que podemos nos identificar culturalmente, nos quais vivenciamos as experiências cotidianas de pertencimento e de identificação. As representações identitárias permitem o reconhecimento do outro ou formas de exclusão, tornando o cotidiano um território

onde agem essas representações dos incluídos e dos excluídos (ROCHA JÚNIOR, 2006).

A territorialidade pode ser vista no cotidiano, sendo influenciada por elementos culturais, econômicos, políticos e ambientais dos indivíduos e grupos sociais. Corresponde as relações sociais e atividades diárias dos seres humanos, impactando na construção da identidade e na reorganização da vida cotidiana (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009), sendo construída historicamente com formas simbólicas e materiais vistas no cotidiano. No território e na vida cotidiana, existem indivíduos, organizações e instituições públicas e privadas com suas normas, princípios, objetivos, representações e características econômicas, políticas e culturais (SAQUET 2009), que interfere nas diversas esferas da vida social, como a família, o trabalho e a comunidade.

A afirmação de uma territorialidade ocorre de diversas maneiras, tais como: os direitos legais, a força bruta ou poder, as normas culturais, as permissões e as proibições de onde podemos ir e as forças de comunicação (SACK, 1986). Na nossa sociedade, muitas dessas normas, permissões e proibições são diferentes para cada gênero, implicando em distintas territorialidades. As construções sociais como, por exemplo, a feminilidade e a masculinidade, resultam de uma produção discursiva baseada em uma ideologia patriarcal, constituindo as subjetividades e configurando as territorialidades (SCHEFLER, 2018).

Há diferentes territorialidades para os diferentes indivíduos presentes em e que condicionam nossa vida cotidiana, fazendo parte da cultura. A territorialidade é múltipla e é o acontecer de todas as atividades cotidianas no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., revelando a complexidade social e, simultaneamente, as relações de dominação de indivíduos ou grupos com uma parcela do espaço geográfico (SAQUET, 2013). As territorialidades são vistas nas esferas pública e privada e evidenciam relações de dominação, como as que envolvem o gênero, em que as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ são colocadas em situação de subordinação nos seus cotidianos.

A territorialidade é a cultura aplicada (SARMENTO; MARTINUZZO, 2019) de um grupo ou de uma sociedade. Por isso, os movimentos sociais, políticos e econômicos dos indivíduos e grupos estão sempre influenciando na construção e desconstrução das territorialidades. A cultura e as territorialidades são dinâmicas. As territorialidades se conectam com a comunicação porque não há vida ou território que

se institua sem as mediações dos processos comunicacionais para estabelecer as hegemonias de uma comunidade (poder) ou para tecer o cotidiano das relações humanas (práticas) (SARMENTO; MARTINUZZO, 2019).

A organização e a vivência do território se dão pela territorialidade e, como os seres humanos são seres sociais, isso se expressa através das relações sociais entre os indivíduos e entre eles e o mundo. A territorialidade é “constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”, pois não é uma simples ligação com o espaço e sim é sempre uma relação com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161). A territorialidade é resultado de uma construção social a partir das relações sociais formatadas espacialmente e ela pode se dar por meio do discurso, o qual expressa essa relação com o meio e o espaço.

Por isso, conforme Sack (1986), vemos que a territorialidade está dentro do contexto das motivações humanas e objetivas, envolvendo as perspectivas daqueles que controlam e dos controlados, independentemente se são indivíduos ou grupos, e discernindo sobre os efeitos físicos, sociais e psicológicos. Existem, portanto, conflitos constantes entre os que controlam e os que são controlados, cada qual expressando seus interesses pelas relações de poder. Ao entender o poder como uma relação, há possibilidades de reação e de enfrentamento por parte dos que estão sofrendo imposição de poder (SCHEFLER, 2018), como, no caso das relações de gênero, as mulheres e as pessoas LGBTQIA+.

Como os territórios podem ser utilizados para conter, restringir ou excluir (SACK, 1986), os processos de territorialização não são neutros. A territorialidade indica que as relações espaciais humanas não são neutras, pois as pessoas, através da interação humana, do movimento e do contato, transmitem energia e informação para afetar, influenciar e controlar as ideias e as ações de outros e seus acessos às fontes (SACK, 1986). Cada territorialidade é socialmente construída a partir dos interesses e do ponto de vista de um indivíduo ou grupo, baseando-se em determinados discursos, reforçando certos aspectos normativos, deixando marcas simbólicas no espaço e influenciando outros sujeitos.

Como mencionado anteriormente, a configuração do território está diretamente relacionada com as relações sociais nele estabelecidas, as quais são relações de poder atravessadas pelas condições de gênero, etnia, classe, idade e sexualidade das pessoas que fazem parte dos territórios. Cada uma dessas condições influencia

nas relações dos indivíduos com os territórios e nas territorialidades criadas por cada um deles.

As relações de gênero podem ser consideradas como uma importante dimensão de análise territorial, pois as práticas espaciais e temporais estão inter-relacionadas com cada um dos processos de produção, reprodução ou ressignificação das relações sociais (MANTOVANI; AREOSA, 2022). Elas fazem parte do conjunto de elementos que compõem os territórios, suas contradições, possibilidades e tensionamentos, configurando as territorialidades de acordo com suas especificidades. Assim, a territorialidade é pensada a partir das relações e das interações que ela propicia, das formas de poder e de resistência que produz e da possibilidade de criação de espaços de iniciativa e de autonomia diante das dinâmicas recebidas pelo território (MANTOVANI; AREOSA, 2022).

Em um território, as relações sociais se estabelecem com base em negociação, tentativas de influência, coexistência de forças e diversidades, disputa e diálogo, entre os diferentes indivíduos e grupos sociais – como homens e mulheres – e sua construção do território é expressa pela territorialidade. Essas forças e poderes se constroem na vida cotidiana, perpassam todos os campos sociais e se relacionam e se rearticulam com outras categorias e dimensões do social – como o gênero, etnia/raça, idade/gerações, classe social, sexualidades, etc. – que formam e sustentam as práticas políticas que movem a sociedade (SCHEFLER, 2018).

Historicamente, as territorialidades se manifestam de diferentes maneiras e produzindo diversos efeitos na organização social. Alguns desses efeitos se estendem globalmente, sendo vistos nos diversos contextos históricos e sociedades. Como construções sociais, as territorialidades são perpassadas pelas relações desiguais de gênero, pois orienta determinados comportamentos e usos de um espaço dependendo do gênero do indivíduo.

As relações de gênero são determinadas pelo contexto histórico, social, cultural, político e econômico, pelo período temporal e pela localização social (MANTOVANI; AREOSA, 2022). Ou seja, são mutáveis e variáveis de acordo com esses fatores. Os papéis de gênero são aprendidos na socialização e institucionalizados através de sistemas políticos, sociais e econômicos, evidenciando que o território participa da construção e desconstrução das relações de gênero e da naturalização dos papéis e comportamentos atribuídos a mulheres e homens (MANTOVANI; AREOSA, 2022).

As territorialidades ligadas às relações de gênero são baseadas numa concepção patriarcal de superioridade dos homens e de inferioridade, subordinação e opressão das mulheres. Homens e mulheres constroem territórios, mas se apropriam diferentemente dos espaços sociais, criando territorialidades que são atravessadas por relações de poder e que conferem a eles, historicamente, uma posição dominante (SCHEFLER, 2018). No caso das relações desiguais de gênero, as territorialidades são usadas como estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações, visando manter e assegurar a estrutura patriarcal em todos os setores da sociedade. Através delas, são estabelecidos níveis de acesso a pessoas, recursos e poder diferentes a homens e mulheres.

Cada campo institucional, como o Estado, o mercado, a sociedade civil e o domínio da família, é territorializado, sendo perpassado por determinadas normas, crenças e valores – patriarcais, sexistas e androcêntricos –, as quais atuam sistematicamente na produção das desigualdades sociais e, especificamente, de gênero (SCHEFLER, 2018). Os valores da cultura patriarcal, a divisão sexual do trabalho, a dicotomização dos espaços, os papéis e os comportamentos atribuídos a cada gênero e as diferentes participações de homens e de mulheres nas esferas pública e privada são simbolizadas no território, deixando marcas nele. Ao analisarmos a realidade social com os filtros de gênero, podemos perceber que as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para encarar os problemas da vida cotidiana (SCHEFLER, 2018), refletindo-se em diferentes forças políticas e sociais de poder nas esferas públicas e privadas.

Hoje, cada vez mais as mulheres, de forma individual ou coletiva, por meio de suas organizações, estão rejeitando e contestando as relações desiguais e opressoras de gênero e identificando diferentes modos de agir, reagir e lutar; elas tecem novas territorialidades (SCHEFLER, 2018). Ao se organizarem através dos movimentos feministas, produzem ações e práticas de resistência.

> Esse movimento social emancipatório está organizado em diferentes escalas, dando lugar a diversas ações coletivas e ativismos em prol de um projeto político-social que, de forma ampla, propõe a construção de poderes e territorialidades autônomas, nos quais homens e mulheres possam se autodeterminar, livres de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais e legitimadas do poder. Mais especificamente, os movimentos feministas rejeitam e contestam o lugar hierarquicamente subalterno ocupado pelas mulheres na ordem social em vigor e propõem outro lugar político para as mulheres, uma outra territorialidade. (SCHEFLER, 2018, p. 39).

Essas outras territorialidades de mulheres representam a sua apropriação do território, criando seus próprios laços e na direção de interesses em comum. São territorialidades diferentes de outros grupos sociais porque elas têm oportunidades e acessos diferentes às diversas instituições e esferas da vida social devido à exclusão social e as imposições de gênero. O território incorpora-se à agenda política, promovendo espaços para projetos democráticos de participação e desenvolvimento (SCHEFLER, 2018) com o envolvimento de grupos sociais até então excluídos, como as mulheres.

> [...] a análise do território sob o enfoque de gênero, implica: a) em reconhecer e desvendar as relações de poder que se projetam no espaços (público e privado – esferas separadas segundo a ideologia patriarcal); b) em reconhecer que as relações de gênero constituem-se numa cadeia de desigualdades que se desenvolvem em todos os níveis, do micro (família e a comunidade), atravessando os sistemas normativos de mediação social (o mercado de trabalho, o sistema jurídico, as políticas estatais, os meios de comunicação), dentre outros aspectos, até as definições das macropolíticas de desenvolvimento. (SCHEFLER, 2018, p. 72).

A adoção da perspectiva de gênero para analisar os territórios e as territorialidades significa reconhecer as desigualdades históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas a que as mulheres estão sujeitas e atuar a fim de combatê-las. Necessita de um olhar global e abrangente para as relações desiguais de gênero, buscando identificar as condições que estabelecem as desigualdades entre os seres humanos, passando a excluir determinados sujeitos e interferindo na vida, no trabalho e na sua atuação em todas as esferas sociais.

Os conceitos de território e de territorialidade estão interligados, pois são caracterizados por relações de poder, e ambos mudam no espaço e no tempo. São concepções inerentes à vida na natureza e na sociedade, nas quais os seres humanos vivem relações sociais e de poder e diferentes atividades cotidianas (SAQUET, 2008), incluindo os elementos simbólico-culturais, as contradições, os processos comunicacionais na constituição de territórios e territorialidades.

O território é sempre apropriação e, simultaneamente, apropriação, em um sentido mais simbólico, e domínio, em um enfoque mais concreto, político-econômico, de um espaço socialmente partilhado (HAESBAERT; LIMONAD, 1999). A manifestação de poder ou de domínio dos agentes econômicos, sociais e políticos no espaço geográfico expressa a territorialidade.

Mais que território, territorialidade é um conceito empregado “para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2012, p. 74). Por meio da territorialidade, são estabelecidos laços simbólicos, configurando um sentimento de pertencimento a determinado território. Ao produzir e ressignificar um espaço, há a afirmação de identidades e a construção de territorialidades, contextualizadas nas relações sociais existentes na sociedade.

3.2 Compreendendo a dimensão comunicacional da territorialidade

O território também é comunicado pela linguagem e por símbolos e a comunicação participa da produção dos territórios e da construção e da articulação das territorialidades e faz a mediação no espaço que elas se produzem e se reproduzem. Para Ruth Reis e Daniela Zanetti (2017), sob a forma de redes, a circulação e a comunicação são dimensões que atuam no processo de constituição de territorialidades.

A comunicação está no nosso cotidiano, deixando marcas discursivas (MACHADO, 2018) e mediando todos os processos e relações dos seres humanos. Viviane Machado (2018) entende que a linguagem torna possível que compartilhemos a nossa vida cotidiana e está inserida nas interações humanas, as quais, na sociedade contemporânea globalizada, transcendem o tempo e o espaço.

Qualquer atividade humana se desenvolve através da comunicação, a qual é, ao mesmo tempo, fenômeno social e área do conhecimento. Dentre os múltiplos fluxos que atuam na constituição dos territórios, a comunicação está presente como paradigma organizador das relações e como máquina operadora dos processos de circulação de ideias, discursos e valores (REIS; ZANETTI, 2017). É por meio dela que informações, sentidos, significados e valores são compartilhados.

Como qualquer campo do conhecimento, a Comunicação também tem seu objeto de estudo. Vera França (2001) identifica dois objetos: os meios de comunicação – ou, de forma mais ampla, a mídia, referindo-se à comunicação realizada ou mediada pelas novas tecnologias –, e o processo comunicativo. A primeira perspectiva foca no papel das mídias na sociedade e na comunicação midiática. O termo mídia faz referência ao conjunto de instituições responsáveis por mediar a comunicação humana através de um suporte tecnológico (MACHADO, 2018). Ela não é um simples

meio ou suporte de informações, mas sim algo mais abrangente e complexo, além de constituir um poder dentro da nossa sociedade.

Com o decorrer da história, tivemos o surgimento da imprensa, do rádio e da televisão que fizeram com que os meios de comunicação ou a mídia ocupassem um espaço central nos estudos na área de Comunicação. Aliado a isso, a criação da internet e o desenvolvimento dos meios digitais de comunicação, com o papel determinante da informação na sociedade contemporânea, fortaleceram a centralidade da mídia nesse campo acadêmico. Contudo, fechar o objeto da comunicação nas mídias é algo redutor, pois estaremos excluindo inúmeras práticas comunicativas que edificam e marcam a vida social, as quais nem sempre passam pelo terreno das mediações tecnológicas (FRANÇA, 2001).

Já a segunda perspectiva se refere ao processo comunicativo que abrange os processos de produção e de circulação de informações, as práticas discursivas, a interpretação de sentidos e o contexto cultural. Nessa abordagem, há a descrição de todo o processo comunicativo, ressaltando a inter-relação entre os elementos, pois não se tratam de fenômenos isolados.

> A noção de comunicação, de processo comunicativo deve ser suficientemente sólida e articulada de forma a poder ser aplicada e permitir a análise das mais diferentes situações: a cobertura jornalística de um evento; as estratégias eleitorais de um político; a política interna de comunicação de uma pequena empresa; uma campanha publicitária de cunho social; a performance alcançada pelos membros de um ritual religioso; a relação comunicativa entre médico e paciente, e assim por diante.
> Mas deve ser suficientemente específica, direcionada, para nos permitir identificar nessas diferentes situações um mesmo processo básico, fundador. Uma dinâmica que, ao realizar-se, converte-se no próprio fulcro da vida social. (FRANÇA, 2001).

O campo da Comunicação precisa ter um olhar amplo, permitindo analisar situações muito diferentes e atentando para todas as práticas comunicacionais da vida cotidiana social, os fluxos de informação, as diversas mídias e os processos de produção e circulação de discursos e sentidos. Ao mesmo tempo, deve conseguir encontrar o que há em comum em todas essas situações e práticas, identificar as inter-relações. Outra autora que compartilha dessa visão mais abrangente da comunicação é Rosa Alfaro Moreno (2015), pois considera que a comunicação não engloba apenas os meios, que são aparatos culturais e tecnológicos, mas compreende também as práticas sociais de ação e inter-relação dos sujeitos.

No domínio da comunicação, se esculpem os contornos da ordem hegemônica, seus suportes ideológicos e suas hierarquias (MORAES, 2010), a fim de conquistar o consenso e a hegemonia cultural, político e ideológica. O conceito de hegemonia ajuda a desvendar os jogos de consenso e de dissenso que perpassam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na constituição do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder no mundo contemporâneo (MORAES, 2010).

A hegemonia é uma direção política, cultural e ideológica, influenciando na concepção de mundo (GRUPPI, 1978). Os meios de comunicação são responsáveis pela propagação de determinadas ideologias, que são entendidas como concepções de mundo, buscando interferir nas percepções, juízos de valor e princípios políticos das pessoas.

No que tange ao campo da Comunicação, Braga (2011) entende que todo e qualquer fato humano é problematizável a partir ângulo comunicacional. Ou seja, é possível analisar os diferentes objetos humanos e sociais através de uma abordagem comunicacional, inclusive a relação dos indivíduos e grupos com as mídias, com o território e as territorialidades que são criadas. Mas, esse foco na dimensão comunicativa implica em ir além de perceber como as pessoas estão se comunicando nas suas atividades e processos.

> Tratar-se-ia, antes, de procurar perceber o quê – nestes processos especificados por seus modos e objetivos sociais – é entretanto inerente não a estas especificações, mas resultante de (ou referente a) processos mais amplos de trocas simbólicas e de interações que sobredeterminam o que aí se faz. Ou, em corolário, procurar perceber como tais ações específicas outras sobredeterminam os processos de comunicação aí envolvidos. (BRAGA, 2011, p. 67).

A dimensão comunicativa também envolve a compreensão de que existem diferentes ângulos e interpretações para cada objeto. Há a proliferação dos pontos de vista – lugares de onde vemos e analisamos a realidade –, com a possibilidade de que as mesmas coisas possam sofrer muitas e variadas leituras (FRANÇA, 2001), sendo influenciada pelo sujeito que interpreta e produz sentido, dos seus propósitos e da sua bagagem e contexto cultural.

Ao entender que o território apresenta componentes históricos, econômicos, políticos, simbólicos, sociológicos e comunicacionais, ele também é um dos aspectos que influencia nos pontos de vista e na interpretação da realidade. O território, além

do ambiente físico e dos elementos materiais, representa o local em que se estabelecem laços afetivos, processos comunicacionais e relações simbólicas entre os indivíduos, que compõem as territorialidades.

As territorialidades, enquanto processos, ordens e valores que sustentam os territórios (REIS, 2017b), apresentam componentes relacionados à cultura e a forma como as pessoas se comunicam e interagem umas com as outras. O estudo das territorialidades analisa a atividade humana em relação à semantização do espaço territorial (REIS; ZANETTI, 2017). Essa atribuição de sentido ao espaço territorial, configurando territorialidades, é mediada por processos comunicacionais.

Atualmente, os processos comunicacionais, que constituem as territorialidades, são mediados por vários meios técnicos, como os comunicacionais, e os veículos de comunicação são visibilidade ao real – mas isso não se trata da realidade em si e sim de uma das diversas leituras possíveis dos eventos e processos territoriais (BORGES, 2013). Ao analisar a relação entre os sistemas de comunicação e os mecanismos de constituição das territorialidades, podemos explorar as formas e dinâmicas comunicacionais estabelecidas e compreender as linguagens e os discursos que estruturam essas territorialidades.

A reflexão sobre os territórios precisa considerar as relações com os conteúdos comunicacionais, que não estão limitadas apenas o que é disseminado pelos veículos de comunicação ou de jornalismo presentes na vida social (BORGES, 2013). Esses conteúdos comunicacionais contribuem na afirmação e na configuração de territórios e territorialidades. O sentido de um território é produzido por discursos historicamente situados, que estão envolvidos em hegemonias, disputas, impressões, conceitos, representações e imagens difundidos em diferentes linguagens e discursos comunicacionais (BORGES, 2013).

Os meios de comunicação são responsáveis por construir conhecimentos, agendar temas públicos e fornecer subsídios para que possamos entender o mundo, a partir das visões que apresentam, pois seus conteúdos exercem efeitos cognitivos sobre o público (MACHADO, 2018). São os meios que enunciam o discurso cotidiano (MORENO, 2015), tendo o papel de informar e divulgar assuntos que permeiam o campo social em todas as suas áreas e influenciando na forma como as pessoas pensam, veem o mundo e se relacionam com ele e na construção de sua identidade.

A força da comunicação é um dos fluxos que atua na constituição dos territórios como paradigma organizador das relações e como máquina operadora dos processos

de circulação de discursos, ideias, valores e riquezas (REIS; ZANETTI, 2017). Há diferentes formas de atuação da comunicação nos territórios pelas diversas maneiras como os indivíduos se apropriam e se relacionam com ela, impactando nas suas territorialidades comunicacionais cotidianas. Assim, os meios de comunicação podem estabelecer diferentes territorialidades a partir da maneira como a informação é produzida e é colocada em circulação no tempo e no espaço em um determinado contexto social (REIS; ZANETTI, 2017).

As tecnologias e seus usos estão influenciando e reconfigurando as territorialidades humanas. A emergência da internet e das tecnologias digitais, bem como sua potência e capacidade de perfurar as barreiras materiais ou simbólicas, desvelam novas experiências espaciais e territoriais (REIS; ZANETTI, 2017). Para compreendermos as novas territorialidades que incluem elementos específicos desse cenário tecnológico, precisamos, como pontua Ruth Reis (2017b), desvendar as relações sociais, de poder e de ocupação dos novos territórios informacionais.

Assim como no caso do território simbólico, existem várias territorialidades no contexto globalizado e em rede. A relação entre redes e território pode ser analisada a partir de uma dimensão relacional e interdependente (ANTON, 2021), já que elas, ao mesmo tempo, interligam e fragmentam os territórios. De forma isolada, as redes não têm operacionalidade; somente quando elas são animadas por dinâmicas que vão desde a escala local até a global, operam de maneira tangível (ANTON, 2021).

A noção de rede pode ser pensada pelo viés da realidade material, compreendendo as infraestruturas existentes no território que fazem o transporte de matéria, energia e informação, ou pelo viés social e político, contemplando as pessoas, mensagens e valores (SANTOS, 2006). Essa segunda perspectiva está relacionada a dimensão comunicacional. Santos (2006) ressalta que, com o papel que a informação e a comunicação conseguiram alcançar em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas se enriquece de novas dimensões. Nesse sentido, existem redes de comunicação que estão presentes fisicamente no território através da infraestrutura que possibilita a transmissão e circulação de informações como, por exemplo, satélites, antenas e fibra ótica, bem como exercem um papel social e político por estabelecerem comunicação, relações e trocas entre as pessoas.

Na sociedade contemporânea, essa infraestrutura composta por objetos possibilita fluxos de circulação material e imaterial em escala global e em uma velocidade cada vez maior (ANTON, 2021). Porém, a configuração dessa

infraestrutura difere nos vários lugares do mundo, criando monopólios e desigualdades. Isso torna os fluxos desiguais, pois estão concentrados em “nós”, especialmente nos centros capitalistas, demonstrando que essa infraestrutura é construída com uma certa intencionalidade (ANTON, 2021). Ou seja, é construída de acordo com os interesses dos atores privilegiados que detêm o poder e o dinheiro no sistema capitalista. No mundo atual, há uma exigência de fluidez, a qual é baseada nas redes técnicas, para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos (SANTOS, 2006). O uso das redes por esses agentes evidencia o seu caráter político e o seu poder manifestado nos territórios.

A territorialidade se efetiva por meio de relações de poder, da dominação, das redes de circulação e comunicação, das identidades e de outras relações sociais realizadas entre os sujeitos e entre eles e seu lugar de vida (SAQUET, 2008), como as relações de gênero. A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle do e no espaço, pois agem como mediadoras da reprodução do poder do grupo hegemônico e ligam o singular ao universal (e vice-versa), interferindo na territorialidade dos indivíduos e classes sociais (SAQUET, 2013).

A partir desse contexto, algumas territorialidades passam por modificações e novas territorialidades são criadas com características muito diferentes das que já existiam. Há dinâmicas territoriais da atualidade capitalista, global e informacional que ultrapassam os limites geográficos, físicos e materiais e formam múltiplas formas de pertencimento pelos vínculos comunicacionais (SARMENTO; MARTINUZZO, 2019) no ambiente digital.

No mundo capitalista globalizado, a sociedade atual ficou ainda mais dependente das diversas tecnologias e a comunicação tornou-se um elemento central nesse contexto. Há a circulação rápida de mercadorias e de informações e as relações humanas se dão em novas configurações de tempo e de espaço e surgem novos sentidos de território, que são mediadas pela comunicação e pelas tecnologias. As novas configurações de tempo e de espaço estão dentro de um contexto cultural, sendo influenciadas pelas ações humanas e pelos movimentos sociais, políticos, econômicos, etc. Já o território que, anteriormente estava ancorado em bases geográficas e físicas, passou a se configurar por meio de outros espaços, como os comunicacionais pelas conexões midiáticas, e surge a vida em rede, que junta global, nacional e local ao mesmo tempo no espaço multidimensional de interação social e comunicacional (SARMENTO; MANTINUZZO, 2019).

Isso é o que Castells (2013a) chama de sociedade em rede, porque a estrutura social é composta de redes ativadas por tecnologias digitais de comunicação e de informação. A estrutura social é entendida como “os acordos organizativos humanos na relação com a produção, o consumo, a reprodução, a experiência e o poder expressos por uma comunicação significativa codificada pela cultura” (CASTELLS, 2013a, p. 58). A organização em rede da sociedade é uma característica do mundo globalizado, com a informação se tornando um elemento central.

A sociedade em rede global é dinâmica e adaptável às forças sociais, à cultura, à política e às estratégias econômicas (CASTELLS, 2013a), ou seja, é altamente mutável. As atividades básicas humanas estão organizadas em redes globais como os mercados, a produção, a distribuição transnacional de bens e serviços, o trabalho, a ciência, os meios de comunicação, entre outros (CASTELLS, 2013a). Isso se reflete na necessidade de que, na sociedade em rede, todas as organizações, estruturas, instituições e áreas se reconfigurem para se adaptar ao novo contexto.

A própria noção de território passa por alterações para se adequar ao contexto global, pois a definição como uma área administrativa se tornou insuficiente para pensar os territórios em toda a sua complexidade. Em uma visão mais abrangente, há a compreensão de um território que não se restringe ao estritamente terreno, mas que se conecta a todas as possibilidades de realização da existência ou da experiência (REIS, 2017b), englobando territórios diferentes e informais com as disputas e os conflitos entre as classes e os grupos sociais, bem como as formas de apropriação do espaço por eles e as formas de configuração de poder existentes. Para essa compreensão, precisamos adentrar na dimensão constituinte das territorialidades, na qual predominam elementos da linguagem, do signo e dos discursos, produzindo conexões que criam processos de identificação e constituem territórios (REIS, 2017b).

No cenário globalizado, as territorialidades – sejam formais (divisões institucionais político-administrativas que formam regiões e municípios), sejam subjetivas (grupos da sociedade) – vivem um processo intenso de multiplicação, expressando o imaginário construído a partir das trocas global/particular (ULTRAMARI; CARDOSO; MOURA, 1995). Isso intensifica e cria novos processos sociais, com territorialidades que estão em constante movimento e conflito. Essas territorialidades subjetivas e formais não são excludentes, pois se sobrepõem no espaço e no tempo de maneira dinâmica, conflituosa e alternando-se na hegemonia de poderes (ULTRAMARI; CARDOSO; MOURA, 1995). As territorialidades subjetivas

estão no cotidiano. Elas expressam a identidade e a liberdade (ULTRAMARI; CARDOSO; MOURA, 1995), representando a diversidade existente entre os sujeitos.

No contexto digital, a paisagem onde se insere a vida, território e territorialidade são formados por narrativas comunicacionais instauradoras de sentido e redes de ideias e opiniões, conformando territórios e territorialidades simbólicas (SARMENTO; MARTINUZZO, 2019). Nessa dimensão simbólica, há a produção e o compartilhamento de territorialidades a partir dos mais diversos interesses. Pela divergência dos interesses dos atores e grupos sociais que as produzem, também há conflitos e disputas entre as territorialidades no ambiente em rede. São territorialidades que podem não encontrar materialidade imediata e, às vezes, se manifestam em espaços de vivência descontínuos como as comunidades em rede ou as articulações momentâneas em torno de ideias ou projetos sociais, culturais ou políticos (REIS, 2017b).

No caso do jornalismo, antes desse contexto globalizado, cada meio de comunicação estabelecia sua cobertura a partir do território em que estava situado. A fundação dos estados-nação no século XVIII foi fundamental para proliferação mais ampla do jornalismo, já que estabeleceu um território nacional para a cobertura de um periódico (SILVA JÚNIOR, 2002). Nesse sentido, a organização de regiões e cidades também serviu de base para os meios de comunicação se definirem como regionais ou locais.

Contudo, no cenário globalizado, as relações entre jornalismo e território se complexificaram. Hoje, há um cenário de múltiplas territorialidades, as presenciais e as informacionais (SARMENTO; MARTINUZZO, 2019), pois existem meios de comunicações tradicionais situados geograficamente nos territórios que passam a atuar também no ambiente em rede, mas há práticas jornalísticas que surgem diretamente no digital. Essas práticas podem ou não ter uma localização geográfica para sua sede no território, contudo, elas têm sua circulação e seu alcance em diferentes escalas propiciadas pela rede.

De um lado, há o modelo de produção do jornalismo de massividade e de caráter informacional e, de outro, há uma esfera informacional de públicos segmentados e identificados com outras dinâmicas de consumo da informação (SILVA JÚNIOR, 2002). É um cenário de constantes disputas entre práticas hegemônicas e as contra-hegemônicas que passam a ter voz e espaço na rede mundial e global.

Assim, o campo midiático não pode ser considerado como um todo harmonioso e homogêneo, pois está perpassado por sentidos e contrassentidos (MORAES, 2010).

No contexto digital, a ideia de pertencimento a um território se dá de forma flexível e descontínua, não obedecendo mais as lógicas de delimitação por espaços físicos urbanos ou nacionais (SILVA JÚNIOR, 2002). A construção da identidade e do pertencimento a um território é mediada por processos comunicacionais formais e informais que se constituem no cotidiano das pessoas, grupos, organizações e instituições sociais. A própria relação do jornalismo se insere na lógica dos territórios simbólicos e descontinuados do ambiente digital, com novos produtos, produtores e consumidores do jornalismo em uma escala global.

Na lógica da descentralização espaço-tempo e da descontinuidade do ambiente digital, o território se direciona mais para a identificação de espaços simbólicos constituídos e compartilhados por grupos, corporações e instituições (SILVA JÚNIOR, 2002) como, por exemplo, pessoas, grupos e coletivos feministas articulados de diversas formas nesse contexto. Mas, isso não significa dizer que o território, no seu conceito clássico, perdeu sua força, pois ele continua atuando e condicionando indivíduos, grupos e meios de comunicação na internet.

O território se define com referência às relações sociais e culturais e ao contexto histórico em que está inserido (HAESBAERT, 2012). Com essas transformações sociais advindas da globalização e dos avanços das tecnologias, os territórios são impactados e também surgem novas territorialidades adaptadas ao contexto da vida em rede. O território compõe “a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade [...] é inerente à condição humana” (HAESBAERT, 2012, p. 78).

Como algo inerente, as territorialidades estão no nosso cotidiano e cultura, em todas as esferas sociais e perpassando todas as atividades humanas. A territorialidade significa relações diárias que os seres humanos mantêm entre si, com suas naturezas interior e inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente (SAQUET, 2013), transformando-se as mudanças e as características de cada lugar e período histórico.

As formas de subjetivação expressadas contemporaneamente são pistas para a compreensão das novas formas de produção de territorialidades que se relacionam com o campo da comunicação (REIS, 2017b). Ou seja, as dinâmicas advindas dessa conjuntura digital, informacional e globalizada impactam diretamente na constituição

do sujeito, influenciando as formas como ele se comunica, recebe, interpreta e significa todas as informações a que é exposto e como ele se relaciona com os diferentes territórios, configurando sua identidade e territorialidades.

As territorialidades simbólicas vinculadas à comunicação e ao jornalismo advindas desse novo contexto são expressadas através dos usos particulares das tecnologias, constituindo experiências sociais que elaboram novas formas de ver o mundo e as pessoas. Além dessas territorialidades, o jornalismo, por meio do discurso, cria e evidencia territorialidades ao narrar sobre os indivíduos, o seu cotidiano e os territórios aos quais eles pertencem. Para analisar essas territorialidades, é preciso apreender as “relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”, considerando aquilo que as construíram, os lugares nos quais elas se desenvolvem e os ritmos que elas implicam (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Na condição de instituições mediadoras de conteúdos simbólicos, os veículos de comunicação e de jornalismo contribuem na formação humana e a análise da totalidade comunicacional por eles promovido revelam práticas de indivíduos e sociedades historicamente estabelecidas e territorialmente localizadas (BORGES, 2013). Essa reflexão deve ter ampla abrangência, considerando os conteúdos difundidos, a estrutura deles e das mídias e o seu funcionamento, bem como os nexos, as mediações, as ideologias e as significações produzidos por esses meios.

Isso envolve uma análise a partir da dimensão simbólica, no contexto cultural, na qual os territórios e as territorialidades são vistos como produtos da apropriação, valorização e identificação de um indivíduo ou grupo em relação ao seu espaço vivido. No campo simbólico, há a importância de considerar as redes comunicacionais e jornalísticas, já que elas envolvem os significados do território elaborados pelos sujeitos que produzem o lugar (BORGES, 2013). A diversidade nas interações e nas relações produzidas e compartilhadas pelas possibilidades de territórios e de territorialidades em rede fazem parte da formação e da manifestação de diferentes culturas no mesmo espaço.

3.3 A comunicação enquanto uma dimensão do Desenvolvimento Territorial

A comunicação compreende um processo abrangente e complexo que engloba mais do que somente a questão dos meios de comunicação e do emprego das

tecnologias e técnicas. É interação e perpassa todas as relações sociais dentro da cultura entre indivíduos e organizações e em todos os setores como o político, o econômico, o ambiental, etc. É um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, feito através de uma materialidade simbólica e inserido em certo contexto sobre o qual atua e do qual recebe reflexos (FRANÇA, 2001) a todo momento.

Roseli Figaro (2013) compreende a comunicação como o processo de interação entre os sujeitos que se inter-relacionam mediados por diferentes contextos históricos, culturais e econômicos, compartilhando os sistemas de códigos criados nesse processo. É por meio dela que os seres humanos apreendem determinada cultura, aprendendo noções, comportamentos e práticas na socialização. Assim, tudo que é percebido e compreendido por um indivíduo no mundo é um fazer/saber dado pela comunicação (FIGARO, 2013).

A comunicação é, portanto, um processo cultural e a linguagem humana é um produto da cultura, não sendo possível existir uma cultura se o ser humano não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação (LARAIA, 2001). A comunicação e a cultura atuam no processo de desenvolvimento não só do ponto de vista estratégico, mas também na construção social de todas as vivências cotidianas de cada indivíduo. Entre os pioneiros na concepção crítica da relação entre comunicação e desenvolvimento, Rosa Alfaro Moreno (2015) entende que toda concepção de desenvolvimento pressupõe uma concepção comunicativa e vice-versa, já que a comunicação está diretamente ligada ao desenvolvimento tanto como aporte auxiliar e metodológico quanto como objeto de transformação da sociedade e dos sujeitos que fazem parte dela.

Não existe apenas uma definição de desenvolvimento. Cada uma das perspectivas conceitua esse processo a partir de um ponto de vista focado em questões sociais, históricas, culturais, políticas, econômicas ou ambientais. A ideia do desenvolvimento, segundo Ester Limonad (2020), abrange múltiplas dimensões e diferentes significados, os quais dependem do sujeito, do objeto e do alvo social de seu discurso. As primeiras concepções de desenvolvimento associaram esse processo à acumulação de capital, ao crescimento econômico e à industrialização. Até hoje, as abordagens economicistas do desenvolvimento desfrutam de uma grande valorização.

Para além de apenas crescimento econômico, o desenvolvimento deve representar benefícios para os indivíduos e melhorias nas suas condições de vida. Moreno (2015) entende que a concepção de desenvolvimento não deve estar concentrada exclusivamente no econômico, pois esse processo envolve a inter-relação entre as diversas dimensões da vida social – a economia, o social, os processos culturais e a política –, na qual as pessoas devem decidir e conduzir o tipo de sociedade que desejam produzir, com liberdade. Ou seja, o desenvolvimento não pode ocorrer isoladamente em uma ou algumas das dimensões e os sujeitos desempenham um papel importante nesse processo.

É uma perspectiva de desenvolvimento que conta com a participação e o envolvimento das pessoas (MORENO, 2015) a fim de que as transformações na vida individual e pessoal reflitam no coletivo e no social. Ao supor diálogo e participação, a comunicação se coloca como parte fundamental na construção da democracia, refletindo nas ações de desenvolvimento (MORENO, 2015).

Por princípio, desenvolvimento é para o conjunto das pessoas que fazem parte das sociedades (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013). É um processo contínuo que considera os territórios, seus usos e especificidades, os recursos econômicos e ambientais, o contexto histórico, cultural e político para transformações na sociedade. Desenvolvimento implica adaptabilidade, transformações qualitativas e mudanças nas relações sociais, nas relações homem-natureza, nas práticas espaciais e nas formas de produzir o espaço social, a vida material e o cotidiano (LIMONAD, 2020). Assim, a mudança da sociedade é desenvolvimento (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013).

Apenas quando os setores primário, industrial e comercial passaram por fragilidades próprias do momento histórico, começaram a pensar no papel e na utilização dos emergentes meios de comunicação de massa para tornar efetivas as políticas e os planos de desenvolvimento (HEBERLÊ; SOARES, 2013). É nesse contexto do pós-guerra que surgem pesquisas que relacionam comunicação e desenvolvimento, focando nas possibilidades de uso dos meios de comunicação de massa.

Nas ciências da comunicação, a disciplina da comunicação para o desenvolvimento é uma das mais antigas (BARRANQUERO; HERRERA-HUÉRFANO, 2012), com seus fundamentos teóricos e metodológicos sendo discutidos por vários autores desse campo. Ângela Felippi (2020) explica que a relação entre Comunicação e Desenvolvimento remonta à metade do século XX

vinculada à corrente norte-americana dos estudos funcionalistas que trabalha estratégias desenvolvimentistas a fim de interpretar a função social dos meios de comunicação na sociedade.

A partir das teorias norte-americanas, existiam duas perspectivas que predominavam na América Latina. A primeira é a comunicação de apoio ao desenvolvimento, na qual o uso dos meios de comunicação era visto como fator instrumental para realizar as metas para o desenvolvimento econômico e social (BELTRÁN, 2005). Já a segunda é a comunicação de desenvolvimento, que é a criação, devido à influência dos meios de comunicação massiva, de uma atmosfera pública favorável à mudança, necessária para a modernização das sociedades tradicionais, através do avanço tecnológico, crescimento econômico e progresso material (BELTRÁN, 2005).

No decorrer da história, existiram protestos e iniciativas de mudança para combater as desigualdades sociais, políticas e econômicas na América Latina e lutar contra a dominação histórica oriunda do imperialismo e do colonialismo. Contudo, desde a segunda metade do século XX, eles atuam de forma mais organizada. Nesse contexto, surge a comunicação comunitária e cidadã que atenta para a ampla variedade de processos de comunicação desenvolvidos por e para cidadãos ou por grupos que tinham pouca ou nenhuma presença nos meios de comunicação dominantes, como os migrantes, as mulheres, as populações vulneráveis e as comunidades indígenas (BARRANQUERO, 2015), evidenciando questões importantes para pensar a teoria da comunicação.

Na década de 1970, ocorreram algumas mudanças nas perspectivas a respeito de desenvolvimento e comunicação, considerando as necessidades da população. Na América Latina, vários teóricos da comunicação fizeram proposições para mudar o modelo de desenvolvimento e renovar a teoria sobre isso (BELTRÁN, 2005). Eles fizeram críticas a noção da comunicação como um processo de transmissão de mensagens com receptores passivos e buscaram criar novas análises da comunicação levando em conta aspectos socias, culturais, políticos e econômicos. Além disso, a partir dessa década, ocorreu uma proliferação de estudos que problematizam a comunicação a partir de seus vínculos com as culturas populares, a cidadania, a participação e a mudança social (BARRANQUERO, 2015).

Beltrán (2005), na década de 1980, propôs um modelo de comunicação horizontal, definindo a comunicação como o processo de interação social democrática

que se baseia na troca de símbolos pelos quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências em condições de acesso, diálogo e participação livres e iguais. Esses três aspectos – acesso, diálogo e participação – são considerados interdependentes e são centrais para esse modelo.

Nesse período, foi formulada uma terceira perspectiva sobre comunicação e desenvolvimento – além daquelas duas já existentes: comunicação de apoio ao desenvolvimento e comunicação de desenvolvimento. Essa terceira trata da comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático, que é a expansão e o equilíbrio no acesso das pessoas ao processo de comunicação e na sua participação nesse processo empregando os meios de comunicação – massivos, interpessoais e mistos – para garantir o avanço tecnológico e do bem-estar material, a justiça social, a liberdade para todos e o governo da maioria (BELTRÁN, 2005).

Na América Latina, as pesquisas a respeito da comunicação alternativa e comunitária se fortaleceram nessa década, considerando a necessidade de uma comunicação que fosse democrática. Porém, a maior parte das investigações tinha uma postura de ver a mídia comunitária como um território de suposta bondade e pureza e a mídia hegemônica como um aparato ideológico a serviço dos poderes (BARRANQUERO, 2015), em uma concepção dicotômica estanque do cenário midiático e comunicacional.

As reflexões sobre comunicação e desenvolvimento na década de 1990 foram influenciadas pela globalização e pelo avanço tecnológico e como esses dois fatores impactavam nos meios de comunicação. Nessa época, os autores trabalharam em algumas noções acerca da comunicação: ser um fator instrumental e também agente de mediação; sua contribuição para a construção da cidadania e a participação ativa da população; o desiquilíbrio informativo, internacional e intranacional, relacionado ao subdesenvolvimento; seu papel na participação democrática para gerar mudança (BELTRÁN, 2005).

No século XXI, a relação entre comunicação e desenvolvimento continua sendo analisada em um contexto globalizado e tecnológico, no qual a informação se tornou um elemento central e de poder. A ideia de que a comunicação ajuda a promover a construção do desenvolvimento democrático permanece fazendo parte do debate na América Latina (BELTRÁN, 2005).

Nos últimos anos, a perspectiva da comunicação para a transformação social tem se fortalecido. Essa concepção entende que as comunidades devem ser

protagonistas de seu próprio desenvolvimento e que a comunicação é um mecanismo de diálogo horizontal e troca participativa (BELTRÁN, 2005)[12]. Há a compreensão de que a mídia e a Comunicação desempenham papel fundamental nos processos de mudança social e de desenvolvimento, nos quais as pessoas participam ativamente, inclusive atuando nos movimentos sociais.

Essa perspectiva reconhece o fato de que a busca de soluções sustentáveis[13] para os desafios do desenvolvimento do século XXI – por exemplo, HIV/AIDS, diabetes, degradação ambiental ou terrorismo –, necessita que abordemos e comuniquemos as causas profundas desses problemas (TUFTE, 2005). A ideia é que os comunicadores e as práticas comunicacionais consigam promover e apoiar a democracia e os processos de empoderamento, de equidade social e de desenvolvimento humano e inclusivo.

Essa concepção mais contemporânea envolve quatro desafios de comunicação: as práticas de comunicação precisam abordar questões de direitos humanos, garantindo voz e visibilidade para todos; as práticas de comunicação devem desafiar as relações de poder desiguais, como as relações de gênero; as pessoas devem entender como funciona a esfera pública mediada e globalizada para influenciar a política e a tomada de decisões; a comunicação significativa e empoderadora precisa ser culturalmente sensível e apropriada (TUFTE, 2005). Todos esses desafios representam questões básicas para que a mídia e a comunicação articulem a mudança social e o desenvolvimento justo e inclusivo, estimulando a participação dos indivíduos e grupos.

O desenvolvimento depende da comunicação com participação, porque as mudanças só ocorrem quando as pessoas se sentem agentes do processo e não como objetos (HEBERLÊ; SOARES, 2013). A comunicação pode ser usada como instrumento para perceber os problemas e as demandas da sociedade com vistas a estabelecer diálogos e procurar soluções que facilitem e promovam o processo de desenvolvimento. A comunicação também consegue promover modificações culturais e sociais que se espalham pelos outros setores da vida social. Em torno do conceito

[12] Vale ressaltar que há um conjunto de autores que tratam de comunicação, desenvolvimento e participação social nesse período e que são referências latino-americanas, tais como: Luis Ramiro Beltrán, Antonio Pasquali, Eliseo Verón, Mario Kaplun, Juan Días Bordenave, Jesús MartínBarbero, Armand Mattelart, dentre outros.

[13] Alguns autores, como Thomas Tufte, adicionam o adjetivo sustentável à perspectiva da Comunicação e Desenvolvimento como forma de atualizar a disciplina e trabalhar a partir da sua realidade a partir dessa frente de investigação.

de desenvolvimento se estabelece uma luta pela definição dos termos e ações a serem adotadas para a transformação social (BOLAÑO, 2016).

Tufte (2013) identifica quatro questões centrais a serem trabalhadas nessa abordagem da Comunicação para o desenvolvimento e transformação social[14]. A primeira remete ao desafio apresentado às estruturas de poder na sociedade por causa da nova geração de movimentos sociais, que são atores-chave nos processos de desenvolvimento e se volvam para articular demandas relacionadas ao emprego, renda, moradia, alimentação e educação (TUFTE, 2013). Eles fazem parte da onda global de movimentos sociais, incluindo os movimentos feministas.

A segunda questão trata das novas dinâmicas e relações sociais e políticas decorrentes do desenvolvimento e do avanço da telefonia móvel e da internet (TUFTE, 2013), envolvendo os diferentes indivíduos, grupos, ativistas, governantes, instituições e mídias. Os novos meios de desenvolvimento da mídia também resultam em empresas de Comunicação privadas despontando como forças motoras que reforçam a economia e um processo de desenvolvimento orientados para o mercado (TUFTE, 2013). Por outro lado, há o surgimento de mídias alternativas e/ou independentes, com outros modelos de financiamento, que atuam na promoção de direitos e causas sociais.

A terceira se refere as novas relações de poder nos processos de governo devido ao fato de organizações não-governamentais terem conquistado um papel central nos processos de desenvolvimento como agentes da defesa e da mudança (TUFTE, 2013). Essa transformação ocorreu em nível local, regional, nacional e internacional, inserido em um cenário globalizado, no qual as mudanças em certo lugar influenciam outros lugares e se inter-relacionam.

A quarta questão é a dificuldade de definir desenvolvimento por causa da mudança da economia política da indústria de desenvolvimento e as modificações no conceito que relativizam o termo (TUFTE, 2013). Hoje, além de existir vários discursos e teorias sobre o desenvolvimento – econômico, sustentável, humano, tecnológico, socioespacial, regional, territorial, etc. –, há diferentes modelos de desenvolvimento estabelecidos nos países.

Diante desses desafios apresentados, refletir criticamente a respeito da relação entre comunicação e desenvolvimento se torna mais complexo na conjuntura atual da

[14] Transformação social é outro termo agregado à perspectiva da Comunicação e Desenvolvimento para ser uma frente de pesquisa e intervenção.

sociedade. No campo social, é através da comunicação que as pessoas podem mostrar seus valores e suas realidades, podem defender suas causas e podem engajar em movimentos para gerar novas dinâmicas e mudanças sociais.

O contexto globalizado, tecnológico e digital impacta direta e indiretamente na relação entre comunicação e desenvolvimento. O papel das novas mídias digitais em processos de desenvolvimento e de mudança social é geralmente visto de duas maneiras: como uma revolução na organização das relações de tempo, espaço e sociedade; como uma extensão da velha mídia e seu papel na sociedade (TUFTE, 2013). Em ambos os casos, há a promoção de diferentes práticas comunicacionais e novas dinâmicas sociais. Essa coevolução das novas e velhas mídias resulta em usos sociais que ainda são desconhecidos e precisam ser explorados pela mídia, alguns dos quais podem ser considerados como uma manifestação de cidadania na vida cotidiana (TUFTE, 2013).

A compreensão da comunicação para o desenvolvimento e a transformação social deve estar atenta as diferentes formas de produção de conteúdo, os diferentes produtores e receptores e as plataformas de mídia que estão crescendo e propiciando espaços para os cidadãos participarem ativamente do processo. Isso envolve dois pontos: o primeiro é que as novas mídias digitais oferecem um modelo de comunicação que não é linear, de sentido único ou de cima para baixo, mas sim que é dinâmico, interativo e multidirecional; o segundo é ter cuidado para não superestimar o papel dos meios de comunicação em articular as mudanças políticas (TUFTE, 2013).

Assim, temos uma comunicação midiatizada na sociedade contemporânea, que está articulada em rede e na qual os processos ganham dimensões ampliadas e globais. Ao considerar que o desenvolvimento se relaciona com a oportunidade de as pessoas desenvolverem suas potencialidades, a fim de atingir maior justiça social e melhor qualidade de vida, a comunicação se torna um fator decisivo no processo pelo seu potencial de ampliar a transparência das políticas públicas e o empoderamento dos sujeitos na redução das assimetrias sociais (CARNIELLO; SANTOS; GALVÃO JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016).

As mídias, que são compreendidas como um aspecto constitutivo da sociedade contemporânea, caracterizam-se como um dos elementos culturais e tecnológicos que interferem nos processos de desenvolvimento (CARNIELLO; SANTOS, 2020). Por isso, para entendermos a relação entre comunicação e desenvolvimento, precisamos analisar como as estruturas de comunicação se estabelecem e impactam no território

e se elas contribuem com a participação dos atores sociais e com os processos de desenvolvimento.

Um cenário comunicacional favorável ao desenvolvimento de um território demanda que a comunicação seja vista como uma tecnologia social, possibilitando que a sociedade seja capaz de definir os rumos de sua realidade, a existência um ambiente equitativo de acesso à informação, a equidade na voz dos diferentes grupos sociais e a adaptação as questões locais (CARNIELLO; SANTOS, 2020). Ou seja, a comunicação deve ser estruturada com objetivos sociais, atuando para promover a inclusão, a equidade e a justiça.

A maneira como a comunicação e a mídia na sociedade contemporânea está estruturada se reflete direta e indiretamente nas condições de produção, nos processos comunicacionais e na abordagem das questões e problemas sociais, bem como impacta na promoção ou não de condições para ampliar a democracia e favorecer o desenvolvimento. No Brasil, a estrutura da comunicação e da mídia prioriza o crescimento econômico, estabelecida no modelo comercial com concentração de propriedade dos meios de comunicação e, por isso, uma comunicação para o desenvolvimento tende a ser marginal, situada fora da lógica de mercado (CARNIELLO; SANTOS; GALVÃO JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016), como no caso das mídias alternativas e/ou independentes.

Além dessa concentração de propriedade, Felippi (2020) assinala que há a concentração espacial das sedes das operações dos grupos de mídias nas grandes capitais litorâneas, com maior presença no Sudeste, principalmente nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa situação se reflete diretamente nos conteúdos noticiados e divulgados e nas fontes de informação, bem como nos recursos disponíveis para financiamento. Assim, a estrutura de comunicação contemporânea submete os fluxos de comunicação e os meios de produção de conteúdo à economia política de capital, dissociando a comunicação dos processos de desenvolvimento (CARNIELLO; SANTOS, 2020), já que as grandes corporações de mídia estão mais focadas em objetivos econômicos que garantam a sua sobrevivência e hegemonia.

O sistema midiático atual está estruturado de forma a assegurar a lucratividade em escala global e suas corporações estabelecidas e interligadas detêm um grande poder na sociedade, influenciando em todas as dimensões. Moraes (2013a) sintetiza três características desse sistema midiático:

> Primeiramente, evidencia a capacidade de fixar sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e em linhas predominantes do imaginário social. Em segundo lugar, demonstra desembaraço na apropriação de diferentes léxicos para tentar colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço de suas conveniências particulares. [...] Em terceiro lugar, incute e celebra a vida para o mercado, a supremacia dos apelos consumistas, o individualismo e a competição. A glorificação do mercado consiste em apresentá-lo como "único" capaz de traduzir anseios da sociedade, como se só ele pudesse se converter em instância de organização societária. (MORAES, 2013a, p. 18).

Ou seja, esse sistema está associado a uma lógica mercadológica e defende interesses particulares, interferindo na circulação de informações e interpretações. Apresenta projetos mercadológicos e ênfases editoriais que podem variar, mas concordam em um ponto-chave: operam, de forma consensual, para reproduzir a ordem do consumo e conservar as hegemonias constituídas (MORAES, 2013a). Suas corporações detêm a propriedade dos meios de produção e as tecnologias para difundir as informações, opiniões e pontos de vistas que julgarem necessárias para exercer a influência na sociedade.

Ao considerarmos a comunicação como uma ferramenta importante para o desenvolvimento e a transformação social, entendemos que ela é um elemento mobilizador dos atores e dos processos sociais para realizar intervenções na sociedade – nas suas diferentes dimensões. O enfoque da Comunicação e Desenvolvimento é o de estudar as relações sociais mediadas pela linguagem e cultura que possuam objetivos relacionados ao desenvolvimento, envolvendo as tecnicidades, sociabilidades, temporalidades, espacialidades e fluxos (FELIPPI, 2020), no qual a participação, o empoderamento, a democracia e a equidade social são centrais para o processo.

Nesse sentido, a promoção do empoderamento dos indivíduos se apresenta como um elemento-chave para o desenvolvimento. O termo empoderar compreende o processo pelo qual indivíduos e organizações conseguem recursos para ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007) e, assim, eles possam realizar intervenções nas suas realidades e lutar por mudanças sociais. A noção de empoderamento está relacionada com a autonomia, fazendo com que os indivíduos participem democraticamente do cotidiano coletivo e compreendam criticamente seu ambiente (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). O empoderamento e a autonomia fazem com que as pessoas consigam decidir sobre as questões que lhe dizem respeito e fazer suas próprias escolhas.

Para que os indivíduos desenvolvam essas capacidades, é necessário que eles tenham acesso à informação e que existam meios de expressão e de articulação social (CARNIELLO; SANTOS; GALVÃO JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016) a fim de que os sujeitos possam comunicar suas ideias, demandas e valores em um ambiente inclusivo e democrático. O papel dos meios de comunicação para empoderar as pessoas é o de informa-las sobre sua própria realidade, viabilizar o debate de temas de seu interesse, dar voz aos distintos grupos sociais e estabelecer canais de comunicação entre governo e sociedade (CARNIELLO; SANTOS; GALVÃO JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016).

As interfaces entre comunicação e desenvolvimento se estabelecem em um contexto historicamente delineado (CARNIELLO; SANTOS; GALVÃO JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016), ou seja, há uma conexão com a historicidade. O debate sobre essa relação deve estar atento as condições históricas de cada sociedade e época, levando em conta os fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos que ocorrem, bem como considerar as particularidades de um dado território ou região no seu processo de desenvolvimento.

A perspectiva do desenvolvimento territorial entende que esse processo parte da mobilização dos atores sociais, com uma estratégia de adaptação aos limites externos e baseado na identificação coletiva com uma cultura e um território (PECQUEUR, 2005). Esse território é um recorte espacial de poder, no qual podemos ver os movimentos de cooperação e de conflito entre os atores sociais e entre eles e as diversas instituições sociais. É uma perspectiva que coloca os atores sociais como protagonistas do desenvolvimento (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013), analisando suas ações e as relações sociais, culturais, políticas, econômicas e institucionais que estabelecem.

Dessa maneira, podemos realizar uma abordagem territorial do desenvolvimento a partir de uma perspectiva relacional, já que os processos sociais ocorrem por meio de uma relação dialética entre sociedade e indivíduos (MANTOVANI; AREOSA, 2022). Nessa análise relacional, focamos nas construções e nos processos sociais e políticos estabelecidos nos territórios, assim como nas configurações de todas as relações e as interações humanas – de confluência ou de conflito –, pois todos esses fatores interferem no desenvolvimento.

Saquet e Briskievicz (2009) entendem que, para pensarmos o desenvolvimento territorial, devemos considerar os quatro elementos principais que compõem o

território: as relações de poder; as redes de circulação e comunicação; as identidades; a natureza. É uma perspectiva que considera tanto componentes econômicos, políticos e naturais quanto elementos simbólicos, culturais e comunicacionais na formação dos territórios e, consequentemente, das territorialidades, expressando as vivências dos atores em cada lugar, seus traços simbólicos e identitários, no contexto de relações estabelecidas. Desenvolvimento territorial significa considerar os componentes do território e da territorialidade em um concepção histórico-crítica e entendendo esse processo como a luta pela conquista de melhores condições de vida (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

É no território que os indivíduos interagem, cooperam, estabelecem trocas de informações e mecanismos de controle, de disputa e de coesão social e, por isso, a cultura e a identidade são elementos centrais na mobilização dos atores/atrizes sociais no projeto coletivo de desenvolvimento sustentável, político e socialmente legitimado (SCHEFLER, 2018). Nesse sentido, o poder perpassa tanto as relações territoriais quanto as relações de gênero e precisamos que os olhares se voltem para as mulheres e outras minorias, que são marginalizadas e oprimidas na nossa sociedade patriarcal, para que elas também participem desse processo.

A partir da noção de que o desenvolvimento territorial é uma construção dos atores, a qual só pode ser concebida como uma dinâmica e é inserida no tempo (PECQUEUR, 2005), temos que considerar a participação das mulheres e os seus interesses nesse processo. No campo de desenvolvimento territorial, Schefler (2018) indaga como analisaremos as territorialidades sem questionar as relações de poder hierárquicas e desiguais entre mulheres e homens e sem fazer a intersecção com a classe, raça/etnia, idades/gerações. É nesse sentido que as abordagens feministas procuram evidenciar as conexões entre o território e as territorialidades com as questões de gênero e também de classe social, etnia/raça, orientação sexual e idade, buscando pensar e propor estratégias de transformação dessas relações de poder e das estruturas patriarcais nas diferentes sociedades.

No processo de desenvolvimento, há a necessidade de analisar as relações de gênero, as assimetrias originadas nessas relações, as condições de vida de cada uma das pessoas e as instituições e estruturas que produzem e reproduzem a exclusão e as desigualdades. Um desenvolvimento pensado pela perspectiva de gênero nos permite compreender como se constroem as relações entre as pessoas e como elas produzem e são produzidas pelas dinâmicas sociais, olhando o território não sob o

ponto de vista dos homens ou das mulheres, mais sim a partir das relações que se estabelecem entre eles (MANTOVANI; AREOSA, 2022).

Por isso, a redução das desigualdades e a promoção da equidade de gênero se apresentam como desafios para pensar o desenvolvimento em todas as escalas – local, regional, estadual e nacional –, pois é preciso pensar em uma estratégia a longo prazo que vise melhorar a qualidade de vida de todas pessoas na sociedade, considerando as particularidades e as limitações de cada cultura e território quanto aos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Luciana Butzke (2020) entende que uma perspectiva para o desenvolvimento regional, fazendo a interlocução com a realidade vivida nas regiões, é considerar a ótica das minorias, na qual classe social, gênero e etnia importam.

A articulação entre essas características nos territórios pode contribuir com, por exemplo, a redução das desigualdades e promoção da equidade, a criação e manutenção de políticas públicas não discriminatórias e a melhor distribuição de renda. É possível considerar que as regiões, as quais são construídas pelo poder, podem ser também *locus* de pluralismo e de resistência (BUTZKE, 2020), sob o foco dos vários territórios e culturas, valorizando a diversidade em todos os sentidos. É um trabalho com visão complexa e sistêmica de áreas interdependentes e não de setores fragmentados, posto em prática com a participação de todos os atores sociais. Há a participação das pessoas na produção de uma cultura democrática (MORENO, 2015) que pode se espalhar para outras esferas sociais.

Diante disso, compreendemos que comunicação e desenvolvimento são indissociáveis, visto que qualquer processo de desenvolvimento é um ato coletivo e a comunicação é o meio através do qual difundimos e introduzimos as ideias nos grupos sociais (CARNIELLO; SANTOS, 2020). Esse processo envolve os objetivos da estrutura de mídia de um território, a participação e a interação entre os atores sociais e as questões e particularidades históricas, culturais, políticas e econômicas de um território.

Na relação entre comunicação e desenvolvimento, entendemos que a cultura é um fator e vetor de desenvolvimento (CARNIELLO; SANTOS, 2020). A comunicação é parte do sistema cultural, sendo uma atividade social e o estudo de uma cultura não pode esquecer os processos comunicacionais envolvidos tanto nas suas manifestações concretas, quanto nos modos de pensar e de idealizar a sociedade. O processo comunicativo é algo dinâmico e instituidor de sentidos e de relações, lugar

onde os sujeitos dizem e assumem papéis, construindo-se socialmente, e é um espaço de realização e renovação da cultura (FRANÇA, 2001). A compreensão e o conhecimento das culturas e das manifestações comunicacionais contribuem para identificar os desafios sociais e políticos de cada território, pensando no desenvolvimento territorial nas diferentes escalas – nacional, estadual, regional ou local.

A cultura é caracterizada pela maneira como os indivíduos realizam suas vidas na coletividade social (ROCHA JÚNIOR, 2006). É algo inerente a todos os seres humanos e está diretamente relacionada ao cotidiano, que é o lugar em que as práticas sociais são realizadas. A vida cotidiana se organiza a partir dos elementos culturais, instituídos e vivenciados pelos indivíduos diariamente (ROCHA JÚNIOR, 2006), ocorrendo os processos sociais de aprendizado, de orientação das suas práticas e comportamento e de construção das suas identidades.

A cultura é uma das condições constitutivas das práticas sociais e cada uma delas apresenta uma dimensão cultural e tem caráter discursivo (HALL, 1997). Nessa perspectiva, a mídia está diretamente relacionada com a cultura visto que os discursos midiáticos - como o jornalístico - influenciam a sociedade e ela escolhe quais grupos sociais têm visibilidade ou não e de que forma eles são ou não representados, contribuindo para a construção de visões hegemônicas. É por meio da mídia que os padrões culturais de pensamento e de comportamento são mostrados e propagados para serem reproduzidos pelos indivíduos.

Marcia Veiga da Silva (2010b) entende que a mídia e, em particular o jornalismo, participa da produção de sentidos, da formação de valores e das relações de poder que se interseccionam com as formas como são produzidas as diferenças e as desigualdades. Ou seja, histórica e culturalmente, interferem nos modos de vida das pessoas e nas mudanças que acontecem. A mídia está no centro do “complexo fenômeno de interação entre valores sociais e culturais, as instâncias de poder e a sociedade em geral”, pois participa ativamente e se retroalimenta “do que é produzido nestas esferas e (re)produzindo uma instância igualmente de poder” (SILVA, 2010b, p. 28). É por isso que os sentidos produzidos afetam, direta e indiretamente, no jeito como os indivíduos veem o mundo, pensam e se comportam.

A cultura é uma das categorias importantes para explicar e promover mudanças na sociedade. Segundo Raquel Cunha (2010), ela pode ser modificada pela ação dos meios de comunicação ou pela necessidade de reflexão crítica sobre este processo.

É preciso definir o tipo de mudança social que interessa (BOLAÑO, 2016) ao processo de desenvolvimento para o território brasileiro, com a equidade e a inclusão de todas as pessoas e grupos sociais. E para as transformações na cultura, as manifestações comunicacionais, dentre elas o jornalismo, precisam reproduzir e refletir esse discurso.

Portanto, a comunicação e a cultura são elementos centrais no processo de desenvolvimento territorial, pois estão diretamente relacionadas com a essência dos seres humanos. O desenvolvimento territorial precisa ser construído participativamente, reconhecendo os diferentes sujeitos, interesses, anseios, necessidades, tempos, territórios, temporalidades, territorialidades e a conquista da autonomia (SAQUET, 2013). Com o objetivo de melhorar as condições de vida de todas as pessoas, considerando suas particularidades, o desenvolvimento territorial está diretamente vinculado aos indivíduos e a autonomia de cada um deles.

Ao considerar que o desenvolvimento é uma intervenção cultural e deve contemplar transformações concretas da vida das pessoas, melhorar a qualidade de vida, com o acesso digno aos bens e ao emprego, e buscar justiça social (MORENO, 2015), esse processo precisa considerar as questões e as relações de gênero que estão intrínsecas na sociedade. Um novo paradigma de desenvolvimento fundamentado em abordagens que não considerem o gênero não é, necessariamente, neutro, indicando que as construções que produzem e são produzidas por relações assimétricas entre os gêneros não são percebidas e acabam sendo naturalizadas e reproduzidas (MANTOVANI; AREOSA, 2022). Ou seja, é um modelo que ignora as relações de gênero que estruturam as desigualdades entre homens e mulheres, colocando-as em situação de exclusão e de subordinação.

Nesse sentido, a abordagem de gênero no desenvolvimento implica em olhar as necessidades das mulheres como parte de um sistema relacional que perpassa o lugar, as instituições, as práticas sociais, culturais e econômicas a fim de superar as desigualdades que são estruturais (MANTOVANI; AREOSA, 2022). É uma noção de desenvolvimento para o coletivo, baseado na liberdade, equidade e empoderamento, com igualdade de oportunidades e de acesso a bens, serviços e instituições.

4 FEMINISMO: DEBATES HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS E SUA RELAÇÃO

Na primeira seção desse capítulo, discutimos o conceito de feminismo, que contempla mais do que os movimentos de mulheres, pois se trata da luta pela emancipação delas e pela equidade entre os gêneros em todos os sentidos na sociedade, combatendo o modelo social baseado no patriarcado. Em seguida, abordamos o seu enquadramento como movimento social e político, já que está relacionado com a noção de transformação social.

Para compreendermos a história dos movimentos feministas, podemos utilizar a metáfora das ondas feministas, que são o assunto desenvolvido na segunda seção. Dessa maneira, apresentamos as quatro ondas feministas, suas características principais nos contextos mundial, latino-americano e brasileiro. Atualmente, estamos inseridos na quarta onda e, por isso, tratamos sobre os principais debates feministas contemporâneos, tais como: a relação com os meios de comunicação digitais; a questão da interseccionalidade; o feminismo decolonial – que está relacionado com a perspectiva da epistemologia feminista; e a crítica ao feminismo individualista e neoliberal.

Ademais, discorremos a respeito das características específicas da quarta onda na América Latina, destacando as perspectivas do campo crítico-emancipatório das diferenças, proposto por Marlise Matos (2014), e do enquadramento dos feminismos como campos discursivos de ação, realizado por Sonia Alvarez (2014). Essas duas proposições atuais estão diretamente relacionadas com a questão da diferença, da diversidade e da pluralidade existentes entre as mulheres e entre os feminismos.

Na terceira seção, abordamos algumas questões que são centrais para o debate feminista contemporâneo – androcentrismo, patriarcado, sexismo e gênero –, visto que fazem o ancoramento teórico das pautas e reivindicações das mulheres. Essa discussão fundamenta o entendimento da naturalização das desigualdades entre homens e mulheres em nossa sociedade e da interrelação entre igualdade e diferença, contribuindo para a compreensão do conceito de equidade de gênero, que é central para essa pesquisa.

A quarta seção trata da relação entre feminismo e mídia. No início, explicamos o conceito de jornalismo feminista, diferenciando-o do jornalismo feminino, especificando o conteúdo, a linguagem e outros aspectos que caracterizam o jornalismo feminino e suas influências na sociedade. Em seguida, apresentamos um

breve histórico dos periódicos femininos e feministas no mundo e realizamos um resgate histórico mais detalhado dos veículos brasileiros desde o século XIX até o momento atual, destacando seus discursos, objetivos e relações com o contexto em que circularam. Ao conhecermos esse histórico, podemos compreender como as mulheres eram vistas, seus papéis sociais e os espaços que podiam ocupar, e como o jornalismo feminino e feminista se desenvolveu no Brasil.

4.1 Feminismo: movimento social e político

Feminismo é um termo de origem francesa e está relacionado à questão das mulheres. Conforme Carmen Silva e Silvia Camurça (2010, grifo das autoras), o termo vem da palavra *femme* que significa mulher, podendo ser compreendido como tudo aquilo que se refere à emancipação das mulheres. O feminismo confronta todo um sistema de dominação e propõe transformações sociais na vida das mulheres e da sociedade como um todo. É, ao mesmo tempo, uma teoria que faz uma análise crítica do mundo e da situação das mulheres, um movimento social que luta por transformações e uma atitude pessoal diante da vida (SILVA; CAMURÇA, 2010).

Carla Garcia (2011) assinala que, ao longo de sua história, o feminismo foi alvo de campanhas para que a população em geral acreditasse que era um inimigo a se combater. Essa prática deslegitimou não só o movimento como também as mulheres e as suas reivindicações. Também foram produzidos muitos discursos de legitimação da desigualdade entre homens e mulheres como, por exemplo, na mitologia, nas religiões, na ciência e na filosofia (GARCIA, 2011), reforçando a dominação dos homens e opressão e subordinação das mulheres.

O feminismo objetiva alcançar a equidade de gênero na sociedade, evidenciando e problematizando as desigualdades existentes entre as mulheres e os homens na cultura da sociedade patriarcal. Pode ser entendido como a tomada de consciência das mulheres da opressão, da dominação e da exploração de que foram e são objeto por parte dos homens no patriarcado (GARCIA, 2011) na busca de transformações sociais para atingir o seu objetivo. O feminismo se articula como filosofia política e movimento social (GARCIA, 2011) por envolver, ao mesmo tempo, teoria e prática ao analisar o convívio e a organização sociais com as relações de poder e lutar por uma causa social e política.

O feminismo é um movimento social protagonizado por mulheres em busca de direitos civis. Os movimentos sociais surgem das lutas sociais, as quais ocorrem quando grupos de pessoas, que enfrentam situações de injustiça, dominação e/ou exploração, atuam coletivamente a fim de mudar essa conjuntura (SILVA; CAMURÇA, 2010). Com o feminismo, as mulheres, ao se conscientizarem de sua condição de opressão e de subordinação, procuram evidenciar a sua realidade e exigir mudanças.

É no processo das lutas sociais que uma situação passa a ser vista como problemática, evidenciando as injustiças e que o problema não é uma situação natural, mas sim algo produzido pelas relações sociais, provocando indignação frente ao problema e construindo a luta política para enfrentá-lo (SILVA; CAMURÇA, 2010). O feminismo mostra que os problemas de gênero – desigualdades entre homens e mulheres, a dominação por parte deles e a opressão delas – não são naturais, mas sim criados e ancorados na cultura da sociedade patriarcal.

Um movimento social é muito mais que a soma de suas lutas, pois envolve um processo contínuo de ações coletivas e organizadas para resistir ou transformar uma situação econômica, cultural ou política (SILVA; CARMURÇA, 2010). Compreende o trabalho constante de evidenciar os problemas, mobilizar pessoas e realizar ações para combatê-los. Ao longo do tempo, esses movimentos foram e continuam sendo alavancas da mudança social (CASTELLS, 2013b), influenciando e sendo influenciados pelos contextos sociais em que estão inseridos.

A atuação e os impactos das ações dos movimentos sociais, como o feminismo, se expandem para além da sociedade civil, requisitando a participação de outros setores e instituições sociais. Eles estão ancorados na sociedade civil, ampliando-se lateralmente para abarcar suas diversas instâncias organizativas e estendendo-se verticalmente em direção à sociedade política, ao Estado e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais (ALVAREZ, 2014).

Nos últimos anos, os movimentos sociais ganharam mais destaque e força por causa do desenvolvimento das tecnologias e da internet, utilizada como plataforma para ampliar suas mobilizações. Eles são conectados em rede de diferentes formas (CASTELLS, 2013b), manifestando-se na e pela internet. Os movimentos feministas e LGBTQIA+ são exemplos de mobilizações sociais que têm reivindicações e interesses bem definidos, inclusive com o cruzamento de agendas entre alguns deles.

No cenário atual e globalizado, os movimentos feministas atuam em escala global, com diálogo entre ativistas e temas de vários lugares do mundo. Isso ocorre

porque os movimentos sociais estão inseridos no contexto da sociedade em rede, na qual a comunicação se transforma para ter redes horizontais multidirecionais e interativas na internet (CASTELLS, 2013b). Ou seja, as tecnologias, os recursos comunicacionais e a internet fortalecem a atuação desses movimentos e servem ao propósito de transmitir suas mensagens a um público cada vez maior em um curto espaço de tempo, organizando novas formas de pensar e de fazer política. Além disso, os movimentos sociais são mobilizados em torno de valores culturais (CASTELLS, 2015). No caso das feministas, elas partem de seus valores culturais e almejam mudanças na cultura para transformar as instituições sociais e os comportamentos das pessoas em sociedade.

Historicamente, os movimentos feministas participam da dinâmica das transformações sociais, políticas e culturais da sociedade. Ao longo do tempo, em cada época e país, existiram e coexistiram vários tipos de feminismo com um nexo comum: luta pelo reconhecimento de direitos e de oportunidades para as mulheres e pela equidade de todos os seres humanos (GARCIA, 2011). Nesse sentido, existem vários tipos de feminismo, pois são correntes de pensamento que consideram as realidades e as características dos diferentes tipos de mulheres e de contextos sociais. Ou seja, o feminismo é constituído pelo fazer e pensar das mulheres pelo mundo todo (GARCIA, 2011). São exemplos de vertentes do feminismo: liberal, interseccional, radical, negro, marxista ou socialista, dentre outras.

Essas diferentes vertentes feministas atuam dentro do campo feminista, dialogando entre si e se inter-relacionando, evidenciando a diversidade existentes entre as mulheres e suas demandas. Por se tratar de um movimento complexo, diversificado, com diversas raízes e construído no cotidiano, o feminismo não tem uma definição única, mas se trata de um processo de transformação, tendo contradições, avanços e recuos (MACHADO, 2018). No decorrer do tempo, certas lutas e conquistas dessas mulheres são consideradas marcas na história, sendo agrupadas em ondas feministas, as quais são abordadas na próxima seção.

4.2 Ondas feministas: conquistas e debates históricos e contemporâneos

O feminismo, enquanto movimento organizado de mulheres, surge na metade do século XIX. Mas, ao longo de toda a história, as mulheres se organizaram e se mobilizaram de diversas maneiras. Como cada momento histórico teve suas

particularidades, as mulheres que vivenciavam cada um deles também tiveram suas demandas específicas. Jessica Costa (2018) ressalta que, em todos os contextos e épocas, existiram mulheres que resistiram e denunciaram as opressões sofridas, nem todas eram ricas ou tinham formação escolar, muitas foram mortas e as que ficaram conhecidas são uma minoria.

A partir das reivindicações, dos ideais e das demandas sociais e políticos, esses momentos históricos são agrupados em ondas do feminismo. Essa periodização em ondas é baseada em referenciais históricos em países específicos do Ocidente, não refletindo necessariamente uma sincronia geográfica do movimento feminista (BALLESTRIN, 2020), pois essa síntese não abrange a diversidade existente desde sempre nos feminismos.

Outro ponto é que as narrativas mais propagadas sobre as ondas feministas contemplam, em sua maioria, as demandas e as ações das feministas brancas de classe média e alta dos Estados Unidos e da Europa, não representando a diversidade existente entre as mulheres. No entanto, embora não tenham suas histórias amplamente divulgadas, as mulheres negras, da classe operária, lésbicas, etc., desses e de outros lugares do mundo também tiveram suas reivindicações e uma atuação nos movimentos feministas.

Até o Renascimento, consideravam a mulher como um ser naturalmente inferior ao homem e imperava a ideia de uma profunda desigualdade de capacidades intelectuais e cognitivas e de papéis sociais para ambos (GARCIA, 2011). Nesse período entre o século XIV e XVII, existiram algumas manifestações de mulheres com críticas sobre as condições de vida delas e a opressão que sofriam, porém ainda não eram movimentos organizados. Em Veneza, no século XVII, surgiram as primeiras formulações radicais da concepção feminista com a discussão a respeito das capacidades, do papel social e da suposta inferioridade das mulheres (GARCIA, 2011). Esse período é chamado de feminismo pré-moderno.

No século XVIII, com a Revolução Francesa, ocorreu um desenvolvimento técnico e científico, a razão se tornou central e surgiu o pensamento de defesa da igualdade e da cidadania. Porém, isso não incluía as mulheres, que continuavam sendo colocadas em situação de sujeição e subordinação aos homens. Apesar da misoginia presente no pensamento filosófico da maioria dos intelectuais da época, a mudança política realizada pela Revolução Francesa teve como consequência o surgimento do feminismo e, ao mesmo tempo, sua absoluta rejeição e violenta

repressão (GARCIA, 2011). Assim, o feminismo surge como uma espécie de resposta a algumas conquistas dos homens provocadas pela Revolução Francesa.

A primeira onda feminista ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX e foi marcada pela luta por direitos básicos, tais como a educação, o voto e a participação política e na vida pública. As mulheres brancas queriam adquirir direitos iguais aos homens, como aprender a ler e a escrever, porque entendiam que o acesso à educação mudaria a condição da sua suposta inferioridade e refutavam o casamento devido à situação de submissão em que elas se encontravam dentro do matrimônio (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021). Já as mulheres negras se envolveram também na reivindicação da abolição da escravatura. No campo acadêmico, as teóricas feministas incorporavam a questão das mulheres tanto às ideias liberais quanto às ideias socialistas e marxistas.

Na primeira onda, a palavra central era mulher, em uma oposição à palavra homem, que era considerado o ser universal (COSTA, 2018) e que pretendia incluir todos os seres humanos. Isso porque, até esse período, predominava uma visão essencialista da mulher, focando apenas nas diferenças de caráter biológico em relação ao homem. Com o destaque para a noção de mulher, as feministas buscavam evidenciar que as demandas específicas das mulheres não eram contempladas pela concepção universal de homem.

Nessa fase, Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006) destacam que o movimento sufragista, que se estruturou na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha, teve fundamental importância. Esse movimento iniciado no século XIX tinha como objetivo conseguir o direito ao voto para as mulheres, bem como que elas pudessem participar ativamente da política e serem votadas.

Em meados da década de 1950 até a metade da década 1990, temos a segunda onda do feminismo. Nos Estados Unidos, as feministas denunciavam a opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas focavam na necessidade das diferenças entre homens e mulheres serem notadas, dando visibilidade à especificidade da experiência feminina, que era, geralmente, negligenciada (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Nesse período, as feministas questionavam o que é ser mulher, tiveram estudos focados na condição delas e discussões sobre os direitos reprodutivos e a sexualidade. Algumas procuravam entender a raiz da opressão sofrida por elas, surgindo a vertente do feminismo radical. Foi quando começou a distinção entre sexo

e gênero, compreendendo que, embora existissem diferenças entre todas as mulheres do mundo, a opressão com base no gênero é algo que acontecia com todas. Desse modo, o feminismo conquistou direitos para as mulheres sobre o próprio corpo, contribuiu com o desenvolvimento de políticas públicas com foco na sexualidade, na violência contra a mulher, nos direitos reprodutivos e nas campanhas de combate ao câncer (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Outro aspecto é que nessa fase se iniciou o debate sobre a questão da igualdade e da diferença dentro dos movimentos feministas, compreendendo as noções de equidade e paridade. As propostas feministas que caracterizam certas posições, por enfatizarem a igualdade, ficaram conhecidas como feminismo da igualdade, enquanto as que destacam as diferenças e a alteridade são consideradas como feminismo da diferença (NARVAZ; KOLLER, 2006). Haviam discussões e críticas internas porque o feminismo que enfatizava a igualdade acabava sendo excludente com as mulheres que eram marginalizadas por outras razões além do gênero – como, por exemplo, etnia, sexualidade e classe social – e que tinham outras demandas para serem reivindicadas.

Até meados da década de 1970, como explica Maria Schefler (2018), a participação das mulheres nas estratégias de desenvolvimento era nula e previa-se que esse processo beneficiaria todos na sociedade, o que contemplava as mulheres nos seus papéis tradicionais de mães, esposas e cuidadoras. Ou seja, não consideravam as mulheres como agentes participativas nem se preocupavam com as questões as suas realidades para pensas esse processo. Após 1975, as teóricas feministas estabeleceram a crítica, denunciando os impactos contraditórios e perversos do desenvolvimento para as mulheres tais como as desigualdades em relação aos homens quanto ao acesso ao mercado de trabalho, aos salários, aos benefícios sociais e ao acesso a serviços e direitos formais (SCHEFLER, 2018).

Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto dos feminismos europeu e norte-americano, favorecendo a discussão sobre a condição das mulheres no cenário internacional (SARTI, 2004) e visibilizando o movimento feminista que ainda atuava, muitas vezes, em uma espécie de clandestinidade. Esse reconhecimento oficial contribuiu para que as mulheres de outros países também pudessem criar grupos de discussão, organizar manifestações e mostrar as suas reivindicações.

Apesar de ser influenciado pelos feminismos europeu e norte-americano, a segunda onda teve características específicas na América Latina. Nas décadas de 1970 e 1980, a segunda onda emergiu a partir da resistência e da luta das mulheres contra o autoritarismo, a violência e a falta de cidadania dos regimes militares, constituindo feminismos em posição de aversão ao Estado (MATOS, 2014). Era um contexto em que o Estado reproduzia condições negativas para as mulheres e os movimentos feministas buscavam delimitar seus contornos e defendiam espaços próprios para suas pautas.

No Brasil, as feministas também fizeram resistência à ditadura militar, visibilizando suas questões e reivindicações nas ruas. No contexto da década de 1970, como ressalta Cynthia Sarti (2004), houve a eclosão do feminismo brasileiro, após as mudanças efetivas na situação das mulheres no país a partir de 1960 propiciadas pela modernização e colocando em questão a tradicional hierarquia de gênero. Nesse período, as mudanças sociais e culturais que o país estava passando influenciaram transformações sociais e de comportamento das mulheres. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional gerou, ainda que de maneira excludente, novas oportunidades para as mulheres, bem como houve uma facilitação no acesso a métodos anticoncepcionais e às terapias psicológicas e psicanálise (SARTI, 2004). Essas novas experiências conflitavam com os padrões tradicionais, autoritários e patriarcais enraizados culturalmente.

Na segunda onda, as mulheres denunciaram a manipulação exercida sobre seus corpos, as violências físicas, sexuais e simbólicas e os assassinatos que sofriam (MACHADO, 2018) e continuam sofrendo até hoje. Suas principais pautas eram as lutas pela valorização do seu trabalho com exigências de direitos, salários e funções iguais aos dos homens, pelo direito ao prazer, por direitos civis e pelo uso do anticoncepcional, além de combaterem a violência sexual (MACHADO, 2018).

O feminismo brasileiro inicia nas camadas médias, mas logo expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses (SARTI, 2004). A participação de todas essas mulheres nos movimentos as retirava da esfera doméstica para discutir e questionar as suas condições de vida e as opressões que sofriam e exigir e cobrar o Estado em relação a suas demandas. As questões que se referiam a identidade de gênero ganharam espaço com o processo de abertura política no país nos fins da década de 1970 e vários grupos se declarando abertamente como

feministas, possibilitando a reivindicação no plano das políticas públicas e o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher (SARTI, 2004).

Na década de 1980, o feminismo brasileiro se fortaleceu política e socialmente. Havia um clima receptivo, as ideias feministas difundiram-se no cenário social do Brasil e os grupos feministas alastraram-se pelo país (SARTI, 2004). As organizações feministas passaram a atuar em áreas específicas, utilizando os canais institucionais para visibilizar suas pautas. Nessa tendência à especialização, houve a discussão sobre a saúde da mulher e os direitos reprodutivos, desenvolveu-se a pesquisa acadêmica sobre as mulheres, teve a explosão desse tema no mercado editorial, criaram-se conselhos federais, estaduais e municipais para atender suas pautas e as organizaram-se delegacias próprias para tratar dos casos de violência contra as mulheres (SARTI, 2004). No final dessa década, a Constituição Federal de 1988 extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal (SARTI, 2004), alterando significativamente a situação da mulher no país.

A terceira onda feminista surge na década de 1990, sendo marcada pela diversidade de mulheres e o entendimento sobre a necessidade de uma abordagem interseccional no feminismo. Há uma abertura para o questionamento de certos paradigmas que foram definidos nas ondas anteriores. O feminismo que estava posto passou a ser desconstruído (MACHADO, 2018) a partir de análises e críticas que contribuíram para a renovação do próprio movimento e dos seus conceitos. Por exemplo, Butler (2003) questiona a construção da categoria mulher, a existência de uma base universal para o feminismo e de um patriarcado universal e a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular.

As feministas entendiam que o discurso feminista realizado até o momento era excludente (MACHADO, 2018), visto que as opressões afetam cada mulher de forma distinta de acordo com as condições sociais, educacionais, econômicas, culturais, étnicas e de acesso às instituições. Por exemplo, havia disparidade entre as demandas das diferentes mulheres: as da elite desejavam acesso à educação e ao trabalho, enquanto as operárias lutavam contra o padrão moral da época e pela redução da jornada de trabalho e questionavam a imposição do casamento e a submissão da mulher em casa (MACHADO, 2018).

Assim, o feminismo, em diálogo com os movimentos negro, dos homossexuais, das lésbicas, das transexuais, etc., passa a analisar as diferentes opressões que as mulheres sofrem – etnia, classe social e sexualidade – e incorporou as demandas

específicas de cada grupo social. A partir dessa época, as mulheres conseguiram ocupar cargos que antes eram exclusivos dos homens e um maior espaço na política e conquistaram mais direitos sobre o corpo, sua sexualidade, a contracepção e o aborto (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

No âmbito acadêmico, o campo de estudo sobre as mulheres se desloca para a reflexão crítica das relações de gênero e suas influências na sociedade e são criados grupos e centros para realizar essas investigações. Há estudos que analisam as diferenças, a alteridade, a diversidade e a produção discursiva da subjetividade – pensando a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades das mulheres e dos homens (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Nesse período, muitos países da América Latina já tinham estabelecido ou estavam transitando para governos democráticos e se modificou a relação dos feminismos com o Estado (MATOS, 2014), com novos canais de interlocução para discutir as questões de gênero. Também, houve a institucionalização de organizações feministas. Cada vez mais profissionalizadas, as ONGs feministas avançaram na introdução dos temas relacionados ao gênero nas agendas nacional e internacional (MATOS, 2014).

A partir da década de 1990, os movimentos feministas formam um campo feminista e de gênero que inclui forças heterogêneas, diversificadas, plurais, policêntricas de organização de mulheres que vão às ruas, criam espaços de autorreflexão e de crítica a instituições políticas, universidades, ONGs, etc. (MATOS, 2014). Hoje, há alguns teóricos que defendem a existência de uma quarta onda do feminismo, motivada pela atuação dos movimentos feministas nos meios digitais. É caracterizada pelo uso das redes sociais e a criação de mídias jornalísticas para transmitir informações, divulgar opiniões, promover debates e organizar mobilizações em escala global e com um público cada vez maior. As feministas criaram uma rede de atuação que já extrapolou a forma de organização meramente nacional, construindo interações no ciberespaço e através de outros meios globais de comunicação de massa e tecnologia (MATOS, 2014).

No século XXI, nos deparamos com uma crise do capitalismo global, o desgaste da democracia, o retrocesso político devido à ascensão de uma direita conservadora e os problemas decorrentes de uma pandemia mundial aprofundaram as desigualdades sociais. Nesse contexto, as feministas modificaram suas práticas políticas e teóricas, incluindo o ativismo midiático. A linguagem política da quarta onda

envolve a unificação do pessoal e do coletivo, a identificação como sujeito social e não como sujeito político e a passagem do universal abstrato para o universal concreto (HOLLANDA, 2020) na luta pelos direitos fundamentais.

Quanto à comunicação, por um lado, as novas tecnologias e a internet permitiram a criação de diferentes mídias e formatos jornalísticos, bem como ampliaram as possibilidades de produção, disseminação e consumo de conteúdo pelo público. Há uma maior facilidade de acesso à informação e maior interatividade por parte da audiência. Mas, de outro lado, há um movimento de desinformação e notícias falsas que se fortaleceu nos últimos anos e que é reforçado pela crise de confiança que algumas pessoas estão tendo com as instituições como a imprensa e a ciência.

Fabiana Martinez (2021) considera que a relação entre mulheres e mídias digitais – característica importante da quarta onda feminista – imprimiu uma nova dimensão às lutas feministas e contribui para que o feminismo esteja no imaginário cultural de mulheres de todos os tipos, vivências e marcadores sociais. Esse ativismo digital feminista, ou ciberfeminismo, evidencia a diversidade de sujeitos e de vertentes feministas com seus discursos, perspectivas e alinhamentos teóricos. Essa diversidade eleva a noção de interseccionalidade como um aspecto central da quarta onda feminista (MARTINEZ, 2021).

O conceito de interseccionalidade foi elaborado pela norte-americana Kimberlé Crenshaw em 1989 para compreender a sobreposição das opressões sofridas pelas mulheres.

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Segundo essa concepção, raça, etnia, gênero, classe social, sexualidade, etc., são eixos de poder que perpassam os campos social, cultural, econômico e político e nos quais vemos o desempoderamento, as desigualdades e as discriminações. Tratam-se de eixos de poder distintos e mutuamente excludentes: o racismo é distinto do patriarcalismo, que, por sua vez, é diferente da opressão de classe, mas são

sistemas que se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas (CRENSHAW, 2002) de diferentes formas de opressão.

A inclusão desse conceito na teoria feminista contribui para uma abordagem mais completa e complexa das realidades e das demandas das diferentes mulheres. Quando a teoria feminista tenta descrever as experiências delas pela análise do patriarcado, da sexualidade ou de esferas ideológicas separadas, pode, muitas vezes, negligenciar o papel da raça e, assim, contribuir para a dominação de outras mulheres (CRENSHAW, 1989). A noção de interseccionalidade busca olhar para todos os eixos de poder, analisando-os de forma inter-relacionada, entendendo as particularidades envolvidas na subordinação e na opressão de cada mulher.

Em uma perspectiva interseccional, Milena Oliveira-Cruz (2020) analisa a relação entre classe social e gênero, entendendo que existem desigualdades entre os gêneros em uma mesma classe e existem desigualdades entre as classes dentro de um mesmo gênero. Há, portanto, a articulação entre duas ou mais categorias na concepção interseccional para entendermos as práticas e as relações estabelecidas entre os sujeitos. A título de exemplo, os modos como as mulheres reconhecem e vivem seus papéis de mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora dependem também da posição de classe que ocupam (OLIVEIRA-CRUZ, 2020), bem como varia de acordo com a raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e localização geográfica.

É a partir dessa compreensão que, na quarta onda feminista, as ações interseccionais se fortalecem e são mais difundidas, alcançando um maior número de pessoas e disseminando conhecimentos sobre suas intervenções no combate ao racismo, a homofobia e a LGBTfobia (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021). Há, ainda, a organização das mulheres e de outros grupos oprimidos nas diferentes esferas. Por exemplo, os coletivos de mulheres formados por acadêmicos que promovem discussões sobre as questões de gênero, etnia e sexualidade dentro das universidades (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Há a potencialização política e estratégica das vozes dos vários segmentos feministas interseccionais e das diversas configurações identitárias, bem como da demanda por seus lugares de fala (HOLLANDA, 2020). Ou seja, se fortalecem os feminismos negro, indígena, trans, lésbico, etc. e aumentam as críticas em relação ao feminismo eurocentrado e que foca apenas nas demandas das mulheres brancas.

Heloisa Hollanda (2020) identifica duas tendências atuais do feminismo. A primeira é a do feminismo decolonial concebido por intelectuais latino-americanas, com contraepistemologias para enfrentar o império cognitivo norte-americano e europeu; a segunda é a crítica ao feminismo individualista e neoliberal feita por intelectuais norte-americanas, ressaltando as desigualdades sociais e preocupada com a colonialidade do poder (HOLLANDA, 2020).

A primeira tendência aborda o feminismo decolonial que foca nos problemas decorrentes das relações coloniais e propõe a descolonização do pensamento. É uma corrente que abrange os feminismos subalternos e contra-hegemônicos pensados por intelectuais negras, lésbicas, transexuais, indígenas, latino-americanas, indianas, asiáticas, africanas, imigrantes, entre outras. Para Ochy Curiel (2020), o feminismo decolonial oferece uma perspectiva para analisar as relações e entrelaçamentos entre raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica. É uma perspectiva que questiona o feminismo hegemônico, branco e com privilégios de classe.

A colonialidade é uma expressão de poder que está presente no ocultamento da história dos povos colonizados e das suas lutas e no silenciamento das vozes de indivíduos e grupos minoritários. No contexto da colonialidade do poder, Jessica Ferrara e Silvina Carrizo (2021) entendem que existe uma continuidade do processo de colonização iniciado séculos atrás quando há a invisibilização das múltiplas experiências das mulheres que se constroem em e habitam espaços como a América Latina a partir da universalidade criada pela episteme europeia.

Conforme Luciana Ballestrin (2020), o feminismo de(s)colonial remonta à primeira década do século XXI e se baseia na heterogeneidade de mulheres no continente transamericano que estão inseridas em situações e em relações de subalternidades diversas e comumente sobrepostas referentes à etnia, classe, cultura, orientação sexual, nacionalidade e geografia. A noção de subalternidade leva ao termo feminismos subalternos que está presente nos discursos feministas atuais, contemplando a pluralidade dos feminismos contemporâneos. Os feminismos subalternos são aqueles que identificam na existência de um feminismo hegemônico a promoção de uma relação de subalternidade sobre mulheres historicamente subalternizadas (BALLESTRIN, 2020).

Essa discussão evidencia as tensões e os debates internos que se estabelecem nos movimentos feministas, gerando e mostrando as identidades diversas existentes. Os feminismos subalternos expõem e criticam o feminismo

hegemônico por se basear em noções universais para todas as mulheres, esquecendo de questões coloniais, étnicas, de classe, de sexualidade, etc. Há, portanto, uma dupla construção: os feminismos subalternos denunciam o silenciamento de várias expressões do feminismo ao mesmo tempo em que agenciam um antagonismo em relação a um feminismo hegemônico do Primeiro Mundo ou Norte Global: elitista, ocidental, branco, universalista e etnocêntrico (BALLESTRIN, 2020).

Nos contextos múltiplos da América Latina, não há como pensar um feminismo que não perpasse pelas questões de classe e de raça, sendo insuficiente uma luta que busque homogeneizar as experiências das mulheres (FERRARA; CARRIZO, 2021). O desenvolvimento dos movimentos feministas e das suas agendas foi e é diferente em cada país que vivenciou o processo colonizatório a sua maneira, criando particularidades que influenciaram nas formas de opressão e de exploração das mulheres e nas suas múltiplas demandas.

Por isso, o feminismo decolonial contesta a colonialidade do saber e propõe uma revisão epistemológica das teorias feministas eurocentradas (HOLLANDA, 2020), valorizando e recuperando a história e os conhecimentos das mulheres e dos povos colonizados. Essa corrente busca descentralizar e descategorizar, evidenciando as formas de colonialidade que impactam nas vidas de mulheres não brancas, pois a decolonialidade mostra a impossibilidade de pensar o sistema gênero sem considerar o sistema de racialização e da divisão mundial de trabalho – eixos que sustentam o padrão de poder capitalista, colonialista e moderno (FERRARA; CARRIZO, 2021).

Dentro da segunda tendência, Cinzia Arruza, Thiti Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) propõem um outro feminismo, associado com ativistas antirracistas, ambientalistas e pelos direitos trabalhistas e de imigrantes, a fim de alcançar uma sociedade mais justa. As autoras criticam o feminismo liberal que contribui para o avanço do neoliberalismo. Centrado no Norte global, o feminismo liberal, focalizado pela grande mídia, é parte do problema, pois não trata das restrições socioeconômicas que impedem a liberdade e o empoderamento de uma ampla maioria de mulheres, beneficiando apenas aquelas que já contam com vantagens sociais, culturais e econômicas (ARRUZA; BHATTACHARY; FRASER, 2019).

Em um contexto de ascensão dos conservadores em muitos países, os movimentos feministas defendem a democracia, lutando pelos direitos fundamentais. A proposta desse outro feminismo se volta para a maioria das mulheres e suas

demandas, considerando as diversas opressões e discriminações a que estão sujeitas e o contexto de crise social, política, ambiental e econômica estabelecido.

> [...] o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres queer, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da "classe média" enquanto o capital as explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às "questões das mulheres" como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos feminismo para os 99%. (ARRUZA; BHATTACHARY; FRASER, 2019, p. 21).

Nessa corrente de pensamento, há a ampliação da agenda do feminismo para que seja popular e emancipador, focando nas necessidades da maioria – dos 99% – e fazendo a integração entre as diversas frentes da luta contra as discriminações e desigualdades sociais. A proposição das autoras é de um feminismo que não pode se satisfazer com equivalência até termos igualdade; não pode se satisfazer com direitos legais até termos justiça; não pode se satisfazer com a democracia até que a liberdade individual seja estabelecida na base da liberdade para todas as pessoas (ARRUZA; BHATTACHARY; FRASER, 2019).

Além dessas duas tendências de pensamento feminista, a quarta onda na América Latina apresenta algumas características específicas sobre as perspectivas teóricas, a atuação dos movimentos feministas e a relação com as instituições sociais. A primeira característica é o alargamento e o aprofundamento da concepção de direitos humanos (MATOS, 2014) com recortes plurais e valorizando a diversidade. A segunda trata da ampliação e diversificação da base das mobilizações políticas e sociais dentro de um enquadramento transnacional e global e de uma moldura ressignificada nacionalmente (MATOS, 2014). Isso quer dizer que as mobilizações se baseiam em diversos temas e ocorrem em escala ampliada.

A terceira característica é o reconhecimento da importância do *sidestreaming* que valoriza os "feminismos outros", considerando não só a discriminação de gênero, como também de raça, etnia, geração, classe, nacionalidade ou religião (MATOS, 2014). Ou seja, a inclusão das várias vertentes feministas, independente das diferenças, e promovendo o diálogo entre elas. A quarta refere-se ao foco no

mainstreaming feminista com destaque para as novas formas de relação com o Estado e a construção participativa de ações transversais, interseccionais e intersetoriais para despatriarcalizar as instituições estatais (MATOS, 2014). Isso representa um esforço coletivo para combater o patriarcado e as violências institucionalizadas.

A quinta característica é a necessidade de pensar em micro e macroestratégias de ação articuladas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil a partir de um feminismo interseccional, transversal, multinodal e policêntrico – que é, ao mesmo tempo, estatal e antiestatal e é despatriarcalizador e descolonizador (MATOS, 2014). É uma perspectiva teórica para pensarmos as ações estatais e sociais que tenham objetivos comuns. A sexta trata de uma renovada retomada e aproximação entre teoria e movimentos feministas – o campo crítico emancipatório das diferenças –, que se concentra em tradições teórico-críticas feministas contemporâneas decoloniais (MATOS, 2014), reconhecendo e valorizando a pluralidade dos movimentos feministas e a diversidade existente entre as mulheres.

O campo crítico-emancipatório das diferenças faz a crítica a todas as formas de opressão, desigualdades e hierarquias e é um campo que não ignora as diferenças que nos são constitutivas, mas sim as leva em consideração, porque elas fazem parte das nossas identidades individuais e coletivas (MATOS, 2014). É a partir das diferenças que se constroem e reconstroem conceitos e teorias que as contemplem.

Para o campo crítico-emancipatório das diferenças, não há separação estanque entre economia, política, cultura e sociedade, pois estas são áreas complexamente imbricadas e interligadas (MATOS, 2014). Assim, os conhecimentos não podem ser pensados isoladamente, mas devem ser trabalhados de forma integrada. Esse campo crítico-emancipatório das diferenças envolve a necessidade de uma nova linguagem decolonial (MATOS, 2014) que represente a complexidade e a diversidade existente.

Outra perspectiva atual é o enquadramento dos feminismos como campos discursivos de ação proposto por Sonia Alvarez (2014). Os campos discursivos de ação abarcam uma gama de atores e atrizes individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos, entendendo que, em diferentes momentos, distintas vertentes ou atores e atrizes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural (ALVAREZ, 2014), recebendo acesso aos recursos e mais espaço para fazer com que suas pautas sejam vistas.

A articulação entre esses atores e atrizes com indivíduos e instituições sociais ou estatais formam redes político-comunicativas, que atuam nas ruas, na sociedade, no Estado, na academia, nas indústrias culturais, na mídia e na internet (ALVAREZ, 2014). Essas redes se estabelecem com base em discursos que compartilham linguagens e visões de mundo com que os indivíduos se identificam, constituindo uma cultura comum.

Com a compreensão dos feminismos como campos discursivos de ação, Alvarez (2014) identifica três momentos nas trajetórias dos feminismos na América Latina. O primeiro é caracterizado pelo centramento do campo e a configuração do "feminismo no singular" e está situado no período da segunda onda com as feministas atuando na resistência e na oposição às ditaduras militares (ALVAREZ, 2014). Apesar dessa configuração do feminismo no singular, já existiam diversas mulheres com suas diferentes especificidades pensando sobre o feminismo, formando um campo plural desde a década de 1970.

No segundo momento, ocorre o descentramento e a pluralização dos feminismos e do *mainstreaming* de gênero na época da redemocratização entre as décadas de 1980 e 1990 (ALVAREZ, 2014). A partir de então, se reconhece a existência de feminismos plurais e diversos representados pelas diferentes mulheres. Nesse período, muitas mulheres adentraram nas várias instituições masculinistas, reposicionando-se para além da sociedade civil (ALVAREZ, 2014), fazendo com que esse fosse o momento em que o movimento se institucionaliza. Quanto ao gênero, esse foi um dos discursos definidores do campo nesse momento, entendendo que ele perpassava todas as relações e espaços sociais e políticos, necessitando, assim, que as feministas também estivessem em todo lugar (ALVAREZ, 2014) e não apenas em alguns espaços.

O terceiro momento é o atual em que vemos o fluxo horizontal dos discursos e das práticas de feminismos plurais para diversos setores na sociedade civil e a resultante multiplicação de campos feministas (ALVAREZ, 2014). Os discursos articuladores são caracterizados por discussões sobre termos que estão surgindo para abranger todas as diferenças e as particularidades existentes nos campos feministas. Há debates a respeito das corporalidades, sexualidades, identidades de gênero e outras noções que implodem a categoria "mulher" e a própria noção de feminismo (ALVAREZ, 2014), necessitando que sejam revistas e se modifiquem para incluir os diferentes indivíduos e visões de mundo.

Hoje, as redes e os meios sociais têm papel de destaque na popularização dos feminismos e na articulação dos diversos campos discursivos de ação (ALVAREZ, 2014). Através dos meios massivos de comunicação e interação, esses feminismos comunicam suas pautas, estabelecem diálogos entre si e organizam manifestações – que são cada vez menos institucionalizadas.

Nesse cenário, existem feminismos cada vez mais plurais e com diferenças entre si e, inclusive, dentro de si, os quais produzem novos discursos com novos sentidos e significados, configurando novos campos discursivos de ação. Com essa diversidade, há a preocupação urgente com a política de tradução feminista (ALVAREZ, 2014). Essa noção de política de tradução feminista é discutida para a análise e reflexão crítica dos feminismos, indo além da questão linguística. Cláudia Costa (2010) compreende que a tradução é um processo de abertura à/ao outra(o), em um contexto de hospitalidade, extrapolando o processo linguístico de transferências de significados de uma linguagem para outra. Há o entendimento de que qualquer descrição e interpretação de pessoas ou ideias está inserida em um contexto de relações de poder.

A prática de política tradutória envolve uma série de deslocamentos, entre identidade e alteridade, para compreender o outro a partir da sua realidade. Tradução significa ir e vir, incluindo discursos e práticas feministas que viajam através de diversos lugares e direcionalidades (COSTA, 2010) abrangendo diferentes interpretações sobre gênero, classe, etnia, sexualidade e demais questões que são pertinentes para as mulheres do mundo. Tratam-se de viagens imersas politicamente em um contexto de globalização e pressupõem trocas através de diferentes localidades (COSTA, 2010), entre mulheres com realidades e experiências diversas ao redor do mundo.

Como exemplo, podemos ver feministas latino-americanas e latinas dos Estados Unidos que fazem uma política de tradução que usa os conhecimentos produzidos pelos feminismos latinos, de cor e pós-coloniais no norte das Américas em análises de teorias, práticas, culturas e políticas no Sul e vice-versa (COSTA, 2010). Isso mostra o diálogo possível entre as diferentes visões, criando novos e revisando conceitos, modelos e teorias que se voltem para as diversas questões e sejam mais inclusivos.

A tradução transcultural é indispensável para a formação de alianças feministas pós-coloniais/pós-ocidentais, pois a América Latina deve ser vista como translocal, o

que possibilita a articulação da colonialidade do poder/gênero nas escalas locais nacionais, regionais e globais com as diferentes características de sujeito (gênero, sexualidade, etnia, classe, etc.) constitutivas da identidade (COSTA, 2010). Esse movimento faz parte da construção de epistemologias feministas descoloniais.

Diante disso, toda essa discussão que está inserida na quarta onda feminista evidencia os debater atuais e que o movimento está em constante processo de elaboração e reelaboração, sendo influenciado e influenciando novos conhecimentos a todo o momento. Há debates e disputas discursivas dentro do próprio movimento entre as diferentes vertentes defendidas pelas diferentes mulheres, incluindo, por exemplo, as noções de um feminismo pós-moderno, que procura desconstruir categorias modernas e totalizantes como a categoria mulher, e de um pós-feminismo que defende que o feminismo não é mais necessário, pois seus objetivos já foram alcançados. Isso evidencia a complexidade do movimento e dos debates no contexto contemporâneo.

Em geral, as reivindicações das primeiras ondas feministas estiveram mais focadas nas realidades de apenas algumas mulheres – europeias, brancas e de classes média e alta – que eram prejudicadas e sofriam com a estrutura patriarcal que dificultava seu acesso à educação e à participação na vida pública, limitando sua atuação ao espaço doméstico. Contudo, foram essas condições – por serem brancas, europeias e de classe média e alta – que possibilitaram a luta pelos direitos básicos, ainda que com dificuldades e vários repúdios. Gradativamente, as reivindicações de outras mulheres foram ganhando espaço e sendo vistas, tornando o movimento plural, diverso e mais inclusivo.

Os aspectos políticos e teórico-epistemológicos das ondas do feminismo não podem ser entendidos a partir de uma perspectiva histórica linear, porque as diferentes propostas e características de cada uma das fases sempre coexistiram e seguem coexistindo na contemporaneidade (NARVAZ; KOLLER, 2006). Além disso, as características de cada onda são influenciadas por questões geográficas e territoriais e as necessidades e reivindicações variam dependendo de onde as feministas estavam localizadas.

Atualmente, o feminismo é um movimento global com importância em termos de inovação teórica, atuação política, intervenção social e resistência democrática (BALLESTRIN, 2020). Seus impactos são vistos nos mais distintos setores sociais e em todos os lugares do mundo. De um lado, a globalização do movimento feminista

acentuou as fissuras nas relações de poder que sustentam e perpetuam as desigualdades e hierarquias de gênero em uma escala internacional e, por outro lado, há uma reação global as conquistas do movimento, articuladas em discursos antifeministas e misóginos explícitos (BALLESTRIN, 2020).

Em suma, o feminismo é uma consciência crítica que evidencia as tensões e as contradições “que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal” (GARCIA, 2011, p. 14), problematizando-os e tentando modificá-los. Procura ajudar as pessoas a se perguntarem a respeito dos jogos de poder envolvidos nas suas vidas (TIBURI, 2018) e suas influências nos seus comportamentos e nas suas formas de ver e pensar o mundo. É um movimento que reflete a luta por direitos sociais e políticos iguais para homens e mulheres, independentemente do gênero, da etnia, da classe social, da orientação sexual, etc., combatendo as desigualdades de gênero e promovendo a equidade entre todos e todas.

4.3 Conceitos-chave para o ancoramento das pautas feministas

Dentro do universo dos feminismos, existem alguns conceitos-chave que são centrais para o debate feminista e a compreensão do que as mulheres estão reivindicando. São conceitos que servem para analisar as sociedades atuais, identificar os mecanismos de exclusão, conhecer suas causas e propor soluções para mudar essa realidade (GARCIA, 2011).

Um desses conceitos-chave é o de androcentrismo que abrange o entendimento de que o homem representa a humanidade como um todo. Significa considerar o homem como medida para tudo e todas as coisas e essa noção provocou graves consequências na vida cotidiana, inclusive distorcendo e deformando a ciência (GARCIA, 2011). Assim, a internalização do androcentrismo afeta toda nossa realidade e existência, impactando em todas as esferas da vida das pessoas. Ao enfocar um estudo ou produzir uma notícia, por exemplo, a partir de uma visão androcêntrica, os resultados dessa pesquisa e a cobertura dos fatos noticiados não são estendidos a todas as pessoas.

Associado à concepção de mundo androcêntrica, temos o patriarcado que também é um conceito-chave para a teoria feminista para analisar e explicar a hegemonia dos homens e do masculino. Inicialmente, o termo era usado para

designar o governo dos patriarcas, no século XIX passou a ser empregado em seu sentido crítico e, a partir da década de 1970 do século XX, as feministas radicais o utilizam como peça-chave em suas análises (GARCIA, 2011). É uma forma de organização política, econômica e social de controle e de domínio das mulheres. Na concepção feminista, Christine Delphy (2009) explica que o patriarcado é considerado uma formação social na qual os homens detêm o poder ou, mais simplesmente, o poder é dos homens, sendo sinônimo de dominação masculina e de opressão das mulheres. As sociedades patriarcais consideram o gênero masculino e a heterossexualidade como superiores a outros gêneros e orientações sexuais e, em relação à raça e etnia, privilegiam mais os homens brancos.

É um sistema no qual os homens controlam, individual e coletivamente, o corpo, a sexualidade e o trabalho das mulheres, assim como o mundo público da política, da produção e construção do conhecimento e das decisões que afetam a ambos (SCHEFLER, 2018). Ou seja, há um sistema patriarcal consolidado em nossa sociedade, que é opressor com as mulheres, a partir do qual as relações sociais são estabelecidas e suas influências se estendem para todas as esferas sociais, públicas e privadas.

As formas do patriarcado variam ao redor do mundo, pois seu mecanismo de atuação e os recursos que mobiliza dependem da realidade do país ou região. Em países que as mulheres não têm tantos direitos, como a Arábia Saudita, o patriarcado atua de forma diferente dos países europeus, onde elas conseguiram seus direitos, e esse sistema se vale de outros instrumentos para manter os papéis sexuais, os estereótipos e as discriminações de gênero (GARCIA, 2011).

Além disso, o patriarcado é um sistema que permanece estruturando a sociedade ao longo do tempo, adaptando-se e modificando-se de acordo com as características de cada período histórico.

> A noção de patriarcado pode contribuir para que se identifique como, a despeito das conquistas sociais e dos dispositivos legais que postulam a igualdade de direitos e regem as relações sociais entre homens e mulheres, o discurso normativo do patriarcado persiste, convivendo com valores modernos, justificando, legitimando e perpassando as ciências, a cultura, a política e a cotidianidade da vida, enfim, contribuindo na produção de territórios. (SCHEFLER, 2018, p. 46).

O discurso normativo e a distribuição desigual de poder social e político do patriarcado impactam na produção de territórios e na configuração de territorialidades.

Assim, esses territórios e territorialidades refletem uma desigual apropriação e participação dos espaços, contribuindo para a manutenção das relações desiguais entre os gêneros, da dominação dos homens e da opressão e da subordinação das mulheres.

Há feministas que concebem uma linha de pensamento articulando capitalismo e patriarcado, por se tratarem de dois sistemas opressores. O patriarcado, enquanto sistema que domina e oprime as mulheres, é indissociável dos mecanismos de dominação-exploração do sistema capitalista e, por isso, é impossível trabalhar as dimensões de gênero fora desse contexto (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). Com o aumento da desigualdade social, a situação de dominação e exploração das mulheres é intensificada, porque as formas de controle e de opressão, bem como de violação de direitos, são reforçadas tanto na esfera privada do âmbito familiar quanto na pública como, por exemplo, intervenções do Estado sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Assim, conforme Silvana Santos e Leidiane Oliveira (2010), o sistema capitalista se beneficia da opressão sofrida por elas através da preservação e da reprodução do papel conservador da família e da mulher e pela inserção precária e subalterna delas no mundo do trabalho.

Relacionado ao patriarcado, o sexismo é um outro conceito-chave feminista. Esse termo é definido como o conjunto dos métodos empregados no patriarcado para manter o sexo/gênero dominado em situação de inferioridade, de subordinação e de exploração (GARCIA, 2011) a fim de que as desigualdades sejam perpetuadas. No caso de nossa sociedade, o sexo/gênero dominado é a mulher/feminino. Uma ideia ou comportamento é sexista quando sobrepõe o gênero masculino ao feminino, construindo uma atmosfera de depreciação e de estigmatização (BOTTON; STREY; ROMANI; PALMA, 2019), inclusive invisibilizando esse gênero.

O sexismo, assim como o gênero, é cultural, sendo visto nos comportamentos sociais e na linguagem (BOTTON; STREY; ROMANI; PALMA, 2019) com discursos que privilegiam os homens e o masculino em detrimento das mulheres e do feminino. Ele contribui para manter as relações desiguais entre homens e mulheres demarcando os papéis e os lugares de ambos dentro da sociedade patriarcal.

Uma forma de sexismo é o machismo, que é uma atitude de discriminação baseada no sexo ou no gênero, colocando os homens como superiores as mulheres. O machismo, enquanto discurso de desigualdade, é um conceito utilizado para

qualificar os atos ou as palavras com os quais de modo ofensivo se demonstra o sexismo subjacente à estrutura social (GARCIA, 2011).

Outro conceito-chave é o de gênero. Esse termo foi elaborado nas Ciências Sociais para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina (GARCIA, 2011). É um elemento que influencia na condição social de um indivíduo na sociedade assim como etnia, classe, escolaridade, orientação sexual, etc. Dentro desse conceito, estão todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por biologicamente serem mulheres (GARCIA, 2011). Usamos esse termo não como sinônimo de mulheres, mas sim para demarcar as relações de poder e de opressão existentes na sociedade.

Há uma distinção entre sexo e gênero. O primeiro é uma categoria biológica relacionada a constituição do corpo humano e o segundo é uma construção social. Para Joan Scott (1995, p. 72), as feministas utilizam gênero para se referir “à organização social da relação entre os sexos”. Logo, ser homem ou ser mulher não é algo natural, mas sim construído ao longo do tempo de acordo com cada época, sociedade e cultura que criaram os padrões de ação e comportamento adequados para cada gênero.

Para refutar qualquer determinismo, Simone Beauvoir (1967, p. 9) explica que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A imposição de um gênero a um corpo é uma construção social e cultural, que não necessariamente está relacionado com sexo biológico. O uso do termo gênero rejeita o determinismo biológico e as suas explicações que buscam explicar e justificar as diversas formas de subordinação feminina com os “fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior” (SCOTT, 1995, p. 75). Ou seja, as diferenças não são naturais nem predeterminadas pela biologia de cada um.

Gênero é “uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres”, porque é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75). Antes mesmo de nascer, o ser humano já tem características e objetos atribuídos a ele que concordem com o gênero que consideram que deveria se identificar. As definições de comportamento para cada gênero são estabelecidas por meio dos aprendizados sociais que se tem ao longo da vida que, por sua vez, fazem parte da cultura de determinada sociedade.

Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) destacam que o gênero é percebido como algo dado no nosso cotidiano, pois reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher instantaneamente e organizamos nossas atividades em torno dessa distinção. Embora as diferenças biológicas dos sexos influenciam na visão que os sujeitos têm a respeito dos gêneros, ele é uma construção social e cultural, não necessitando corresponder ao sexo de um indivíduo.

A partir da concepção de gênero, há a noção sobre as relações sociais de gênero, dentro das quais os indivíduos e grupos coexistem e atuam.

> O termo “gênero” [...] também é utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. (SCOTT, 1995, p. 75).

Nessa lógica, o uso da palavra gênero reforça a ideia de que há uma organização relacional entre homens e mulheres. As relações sociais de gênero produzem particularidades e se organizam de formas específicas de modo a absorver e reproduzir valores, poder e direitos nos mais diferentes ambientes como o trabalho, a família, a política (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). Elas se dão em um sistema complexo estruturado pela socialização e pela cultura, nas quais os modos de pensar e agir são construídos, introjetados e reproduzidos no cotidiano dos indivíduos. Essas relações de força são desiguais, traduzindo-se em hierarquias, fazendo surgir os conflitos, pois os grupos menos favorecidos ao reivindicarem seus direitos exercem pressão sobre os grupos dominantes, os quais atuam para a manutenção e preservação do poder e dessa estrutura de dominação.

Contudo, tudo o que uma mulher vive não é explicado apenas pelas relações de gênero e pelo patriarcado, mas também por outras relações sociais de opressão e/ou exploração como as relações raciais, inter-étnicas e de classe (SILVA; CAMURÇA, 2010). Ou seja, há um conjunto de relações sociais que configuram um sistema de dominação e, por isso, o feminismo atua de forma a combater todos os tipos de opressão, não apenas a de gênero.

Nesse sentido, o enfrentamento do racismo também é uma questão central para o feminismo, pois as relações raciais participaram historicamente da construção do sistema de dominação no qual vivemos, que se baseou no escravismo e no colonialismo, ambos articulados ao patriarcado capitalista (SILVIA; CAMURÇA, 2010).

O reconhecimento das formas de opressão vivenciadas pelas mulheres negras e a atenção para as suas demandas fazem parte de uma perspectiva feminista que atua na luta antirracista a fim de construir uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática.

Com a discussão sobre os conceitos-chave feministas, fica evidente que as distinções existentes entre homens e mulheres se baseiam em questões sociais e culturais. Essas diferenciações se transformam em desigualdades sociais que são históricas e são vistas em todos os âmbitos da sociedade. Historicamente, muitas delas foram e ainda são justificadas pelas diferenças e características biológicas dos corpos – e que, portanto, eram e são consideradas naturais.

A naturalização das desigualdades de gênero vem de uma concepção cultural de que os homens são superiores às mulheres, a qual se relaciona também com a noção do androcentrismo. Ser homem é natural, dispensando apresentações como um indivíduo de determinado sexo e, sobretudo, há um tipo humano absoluto que é masculino (BEAUVOIR, 1970). Trata-se de um discurso no qual o homem e a masculinidade são considerados neutros, universais e superiores, enquanto a mulher e a feminilidade são vistas como específicas e inferiores, caracterizando o outro.

A força da ordem masculina se evidencia por dispensar justificação, pois se impõe como uma posição neutra que não precisa de discursos para legitimá-la, enquanto a feminina é explicitamente caracterizada (BOURDIEU, 2012). A premissa de que as diferenças sexuais são naturais implica em considerar que se trata de algo inerente, isto é, faz parte de uma essência que define que o homem ou a mulher sejam o que são. No estado natural, segundo Carole Pateman (1993), a máxima de que todos os homens nascem livres e são iguais entre si vale apenas para os homens, porque as mulheres não nascem livres nem tem liberdade natural.

> A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p. 17).

Embora as desigualdades de gênero existam há muito tempo, a consolidação do sistema capitalista acabou por aprofundá-las e fortalecê-las. Com o surgimento das propriedades privadas, as configurações familiares e as relações de trabalho se

modificaram, fazendo com que os papéis definidos para cada gênero ficassem ainda mais distintos. Danièle Kergoat (2009) identifica que há uma divisão sexual do trabalho com as mulheres destinadas à esfera reprodutiva e os homens à esfera produtiva com a ocupação de funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.), separando não só trabalhos para eles e outros para elas, mas também os hierarquizando, pois o trabalho de homem vale mais do que um de mulher. Por exemplo, os homens tinham de trabalhar nas indústrias para prover o sustento da família, enquanto as mulheres ficavam restritas ao espaço doméstico, como responsáveis pelos cuidados da casa, do marido e dos filhos.

Esse contexto de desigualdade de gênero coloca as mulheres, enquanto um grupo dominado, em situações de subordinação e de opressão por terem menos poder do que os homens. Essa condição pode ser agravada dependendo se uma mulher pertence a uma etnia, classe, orientação sexual e/ou outra categoria que são oprimidos historicamente. Por isso, para analisar as complexas relações entre gênero, etnia, classe e capitalismo, é preciso considerar as particularidades que determinam e permitem a reprodução desse sistema e o fato de que as formas de opressão se atualizam em cada conjuntura (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). Assim, não basta somente equalizar esses três aspectos dentro da estrutura capitalista.

É nesse sentido que as feministas discutem a respeito da igualdade de gênero e da equidade de gênero. A igualdade de gênero pode ser entendida como a igualdade de direitos, liberdades, oportunidades, participação, reconhecimento e valorização de mulheres e de homens, nos espaços públicos e privados e considerando as dimensões econômica, política, cultural e ambiental da sociedade. Já a equidade de gênero é um conceito mais amplo que compreende a igualdade, levando em conta que as diferenças e as particularidades das pessoas devem ser pensadas para garantia dos seus direitos e oportunidades.

A igualdade e a diferença não são termos opostos, mas conceitos interdependentes que estão em tensão (SCOTT, 2005). É preciso articular os dois termos para pensar a equidade, reconhecendo as características próprias, as diferenças, as vulnerabilidades e as necessidades de um indivíduo para o colocar em condições de equilíbrio e de justiça em relação aos outros. A igualdade não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração (SCOTT, 2005, p. 15).

Portanto, a equidade de gênero não é apenas uma questão de ter salários iguais para homens e mulheres nos mesmos empregos ou ter mais mulheres em cargos de chefia e liderança. Trata-se de conseguir mudanças nos pensamentos, normas e práticas sociais dentro da cultura de determinada sociedade. Só podemos obtê-la com igualdade substantiva na vida social para que mulheres e homens de diferentes etnias, orientações sexuais e identidades de gênero possam vivenciar sua diversidade sem opressão (SANTOS; OLIVEIRA, 2010), sendo uma condição necessária para pensar qualquer processo de desenvolvimento inclusivo e com melhorias sociais.

Diante de toda essa discussão, vemos que o feminismo não atenta apenas para as mulheres e para o gênero, já que envolve o diálogo e o cruzamento entre todas as formas e expressões de opressões que vemos na sociedade. Não é possível reduzir o feminismo à discussão de gênero e de sexualidade sem fazer uma ligação direta com as classes sociais, a etnia e a plasticidade, na qual se inserem as questões das deficiências, das aparências e da idade, que afetam diversas minorias (TIBURI, 2018). É através da articulação da questão de gênero com todas essas condições que avançamos em busca da transformação social.

4.4 Feminismo e mídia: panorama histórico do jornalismo feminino e feminista

A relação entre feminismo e jornalismo não é algo recente. Ao longo da história, as mulheres – identificadas como feministas ou não, sendo ativistas ou não – se articularam para criar meios de comunicação que realizassem um jornalismo a fim de visibilizar suas pautas, notícias, opiniões e reivindicações. Embora a forma de praticar jornalismo e o movimento feminista tenham se modificado com o tempo, tanto o jornalismo quanto o feminismo têm como princípio estruturante a análise crítica da realidade em cada momento histórico, tendo como deveres evidenciar as desigualdades existentes e buscar transformações na sociedade.

O movimento feminista reconheceu desde cedo o papel da mídia na produção de estereótipos de gênero (WOITOWICZ, 2012), criticando a forma como as mulheres são representadas nos meios de comunicação, os quais reforçam a cultura patriarcal e machista em que estamos inseridos. A mídia e o jornalismo são vistos como ferramentas de luta, nos quais as feministas podem confrontar as narrativas existentes e colocar outros discursos em circulação para a sociedade.

Assim como não há uma definição única para o feminismo, também não existe um conceito único para o jornalismo feminista. Viviane Freitas (2017) compreende que imprensa feminista se refere a um jornalismo feito por mulheres, a respeito delas e para elas, objetivando ser um espelho fiel delas e suas contradições, desejos, conquistas, questionamentos, problemas e lutas. Ou seja, não se tratam apenas de meios de comunicação identificados com a causa feminista e das mulheres, mas sim que representem elas e consigam contemplar todos os seus aspectos.

Já Dulcília Buitoni (1990) conceitua imprensa feminista como as publicações que têm a finalidade política de defender as mulheres, tratando-se, em geral, de veículos alternativos, pois é difícil conciliar publicidade e objetivos de militância. A autora destaca o posicionamento e o engajamento político das mídias feministas na sociedade, bem como a questão do jornalismo alternativo como um espaço mais aberto e adaptado à prática e aos ideais feministas.

Contudo, para discutirmos a respeito do jornalismo feminista, é preciso tratar também sobre o jornalismo feminino existente em jornais, revistas, programas de rádio e de televisão e páginas na internet. Tanto a imprensa feminista quanto a imprensa feminina se direcionam a um público formado por mulheres. Contudo, elas têm formas diferentes de abordar os temas e as pautas que trabalham. A imprensa feminina é dirigida e pensada para mulheres e a feminista se distingue pelo fato de defender causas (BUITONI, 1990).

Desde seu início, a definição de imprensa feminina se baseia em um conceito generificado, com a distinção de público notadamente marcada. A maioria das publicações, programas de rádio e de TV femininos sempre indicaram claramente a quem se dirigem, inclusive em seus nomes (BUITONI, 1990). Porém, com os homens isso não acontecia. Não existia uma imprensa masculina e, embora os jornais fossem lidos predominantemente por eles – pois eram os únicos letrados que tinham acesso –, eram destinados a todas as pessoas, independente do gênero (BUITONI, 1990). A criação de publicações destinadas aos homens só veio a ocorrer mais tarde devido à segmentação de mercado.

A imprensa feminina não pode ser considerada como um segmento de público especializado ou de assunto especializado. Isso porque as mulheres não constituem um público especializado e a gama de assuntos tratados é enorme, não permitindo consideramos que há especialização de assunto (BUITONI, 1990). No entanto, dentre os veículos da imprensa feminina, podem existir os dois casos. Por exemplo, uma

revista de moda é de assunto especializado e uma revista para adolescentes têm um público especializado.

Em relação ao conteúdo da imprensa feminina, a maioria dos assuntos estão ligados à esfera doméstica e da família ou trata de temas como moda, beleza, culinária, decoração e trabalhos manuais (costura, crochê, tricô, etc.). Sua área de abrangência parece infinita: poesias, receitas de bolo, reportagens, figurinos, artigos sobre sentimentos e psicologia, entrevistas, testes, horóscopo, contos, fofocas, maquiagem, saúde, educação infantil, entre outros (BUITONI, 1990). Essa diversidade de temas se reflete também em uma grande variedade de seções na imprensa feminina:

> O retalhamento em inúmeras seções é uma característica da maioria dos veículos femininos. A não ser edições especializadas – sobre costura, ou culinária, por exemplo –, vemos uma variedade muito grande de temas. Os jornais e revistas de informação têm editorias definidas e acrescentam novas seções com bastante cautela. Uma revista feminina pode criar uma nova rubrica de um mês para outro, ao sentir que a necessidade existe no público. Ou, ainda, pode até criar a necessidade. Modismos são incorporados muito mais facilmente que no restante da imprensa. (BUITONI, 1990, p. 67-68).

Os conteúdos abordados nesses periódicos também reforçam a diferença entre homens e mulheres. Nucia Oliveira (2001) identifica que a fronteira que separava as publicações para eles e para elas estava baseada pressupostos bem distintos: para as mulheres, a moda era o assunto e sua beleza era uma preocupação, enquanto, para os homens, os esportes eram abordados como tema e a beleza das mulheres aparecia como um lazer. Essa diferenciação das pautas tratadas e das formas de abordagem dos conteúdos nos veículos para cada público fortaleciam – e ainda fortalecem – as desigualdades de gênero e a noção de que há papéis e comportamentos a serem desempenhado por homens e por mulheres.

Quanto à linguagem, a imprensa feminina tinha como elemento central a persuasão. Por detrás do tom coloquial, existia um ordenamento de conduta (BUITONI, 1990) a fim de orientar as mulheres sobre como deviam se comportar e o que poderiam ou não fazer, além de direcionar as suas escolhas enquanto consumidoras.

> A utilização de formas verbais imperativas – “Faça”, “Olhe”, “Ande”... – diminui a faixa de liberdade da leitora. Numa linguagem muito próxima da publicitária, os textos dirigidos à mulher são verdadeira comunicação persuasiva, aconselhando-a a todo momento sobre o que fazer. A proximidade e a

> contaminação são tão grandes, que muitas vezes não distinguimos um texto publicitário de uma matéria. A matéria parece um anúncio e vice-versa. Publicidade e parte editorial atingem as leitoras usando os mesmos recursos, o que não é muito louvável. (BUITONI, 1990, p. 75-76).

Esse tom impositivo e de ordem é visto até mesmo nas matérias que se pretendem informativas. Elas buscam um tom impessoal e caem no pedagógico, inclusive utilizando a ciência para discursos autoritários (BUITONI, 1990). Esse ordenamento da conduta das mulheres tem caráter educativo e normatizador, além de refletir os papéis que eram atribuídos a elas na sociedade. Para Christa Berger e Vanessa Heuser (2019), a imprensa reproduz, desde seu aparecimento até hoje, uma espécie de idealização do que seja a mulher. Essa idealização do que é mulher demonstra ainda a falta de representação da diversidade de e entre as mulheres na imprensa feminina.

> A imprensa feminina não mostra a negra, a índia, a japonesa; não mostra a pobre nem a velha – apresenta como ideal a mulher branca, classe média para cima e jovem. A juventude é outro dos mitos modernos que foi totalmente adotado pelos veículos femininos, servindo para estimular o mercado ao exigir eterna renovação. (BUITONI, 1990, p. 78).

Existe também uma perspectiva de contraposição entre imprensa em geral e imprensa feminina. Há a valorização da primeira que é considerada como o verdadeiro jornalismo e o entendimento de que a segunda é um espaço para distração, lazer, consumo e, até mesmo, alienação (BUITONI, 1990). A partir desse ponto de vista, a imprensa feminina não faz jornalismo, pois não está ligada aos fatos, às notícias objetivas e à análise do que está acontecendo no mundo, desvalorizando tudo o que é publicado. Até quem trabalha na imprensa feminina costuma qualificar o que faz como jornalismo de amenidades, esclarecimentos, serviço e/ou entretenimento (BUITONI, 1990).

Há ainda a questão da atualidade que é um dos critérios de noticiabilidade do jornalismo. A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos usados para escolher o que vai ser noticiado, incluindo quais características que os acontecimentos precisam apresentar para serem transformados em notícias (WOLF, 1999). Ou seja, constituem o processo de seleção. Os valores-notícia são partilhados pelos jornalistas para definir se um acontecimento ou um assunto é susceptível de se tornar notícia (TRAQUINA, 2005b). No caso da atualidade, o jornalismo precisa focar em fatos atuais, o que significa não só

acontecimentos do presente, mas também engloba situações que se mantêm relevantes para o público durante determinado período.

Na imprensa feminina, não há representação da atualidade no sentido do registro dos fatos novos e os conteúdos publicados como moda, beleza, culinária e decoração até aceitam a ligação com o atual, mas não são por ele determinados (BUITONI, 1990). Ela não se baseia na mesma factualidade que existe no jornalismo diário. Quando há espaço na imprensa feminina para acontecimentos atuais, geralmente trata de astros de cinema e TV (BUITONI, 1990).

A imprensa feminina tende a focar na novidade ligada ao consumo. Muitas vezes, os veículos são influenciados pela moda em vestuário e impregnam-se da febre do novo (BUITONI, 1990). Assim, ao longo do tempo, ela se desenvolve estimulando o consumo dos mais variados produtos para as mulheres. Com uma representação conservadora da mulher, a imprensa feminina afirma que, na sociedade do consumo, é preciso ter para ser, ditando receitas sobre seu comportamento (BUITONI, 1990).

O surgimento, o desenvolvimento e as características da imprensa feminina estão relacionados e são influenciados pelo contexto histórico e pelos acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos que ocorreram na sociedade. Revistas e jornais femininos funcionam como termômetro dos costumes da época em que são veiculados, com cada novidade sendo incorporada, desenvolvida e disseminada (BUITONI, 1990).

Surgida em um contexto no qual as mulheres tinham de estar restritas ao ambiente da casa, da família e da igreja, a imprensa feminina correspondia e reforçava essa realidade. Ela precisava ter utilidade: tinha que trazer informações, na forma de conselhos, receitas e procedimentos, para facilitar a vida da mulher no seu cotidiano de cuidar da casa e da família (BUITONI, 1990).

Desde o final do século XVII, já existiam publicações de um jornalismo produzido para as mulheres na Europa. Em 1693, na Inglaterra, surge o primeiro periódico feminino chamado *Lady's Mercury* que tinha até um consultório sentimental – seção que faria um enorme sucesso na maioria dos veículos da imprensa feminina (BUITONI, 1990, grifo da autora). Na Alemanha, o primeiro veículo feminino apareceu em 1774, intitulado *Akademie der Grazien*; e, em 1800, na Alemanha e na Áustria, começam a surgir periódicos dedicados à moda para as costureiras e modistas (BUITONI, 1990, grifo da autora).

Entretanto, dentre os países europeus, foi na França que a imprensa feminina teve mais destaque. O primeiro periódico conhecido foi o *Courrier de la Nouveauté*, de 1758, e, mais tarde, surgiu o *Journal de Dames* que começou como jornal literário e depois se tornou o *Journal des Dames et des Modes* (1759-1778), dando conselhos sobre educação, falando sobre a mãe de família e elogiando os externatos para moças que estavam aparecendo (BUITONI, 1990, grifo da autora). Nesse período, também surgem os primeiros anúncios publicitários de livros, roupas e objetos para o consumo das mulheres.

Com a Revolução Francesa, as mulheres lutaram por emancipação e por seus direitos e criaram alguns veículos de comunicação. Nessa época, aparecem periódicos com objetivos mais políticos: *Les Annales de l'Education du Sexe* (1790), *Les Événements du Jour* (1791), escrito por uma sociedade de cidadãs; *La Feuille du Soir* (1791), redigido por uma sociedade de mulheres (BUITONI, 1990, grifo da autora).

Nos Estados Unidos, a imprensa feminina também se desenvolveu a partir do século XIX. O primeiro jornal feminino foi o *American Magazine*, mas o mais conhecido foi o *Ladies' Magazine* que surgiu em 1828, cujos pontos principais eram entretenimento, esclarecimento e serviço (BUITONI, 1990, grifo da autora). Em relação ao conteúdo, os periódicos norte-americanos e franceses focavam nos temas sobre casa e comida. Eram repletos de conselhos sobre como cuidar da casa e dos filhos e de receitas de culinária para facilitar a vida da mãe de família (BUITONI, 1990), chamando a atenção das leitoras.

Até a metade do século XIX, eram poucas leitoras da imprensa feminina, pois era um produto para mulheres da elite que sabiam ler e tinham tempo para isso (BUITONI, 1990), bem como conseguiam pagar o valor das assinaturas. Uma inovação que fez crescer as tiragens foi a disseminação dos moldes em papel e os Estados Unidos foi o primeiro a imprimir as modelagens em série (BUITONI, 1990), aumentando também o número de leitoras.

A partir de 1869, as revistas começaram a ser vendidas em lojas e livrarias nos Estados Unidos, libertando-se da dependência do correio e, na Europa, a venda sem ser por assinatura também iniciou nessa época (BUITONI, 1990). Essa facilidade de acesso às publicações e o estímulo do mercado de moldes, fez aumentar ainda mais os números de tiragens e de leitoras. A expansão da imprensa feminina teve como

grande consequência a democratização da moda, pois os moldes influenciavam as vestimentas dos homens e mulheres, independente da classe social (BUITONI, 1990).

Esses periódicos para mulheres não se caracterizam como feministas porque não tinham como objetivos principais defender os direitos delas e gerar mudanças na sociedade. As primeiras publicações de imprensa feminista surgem na França, como consequência da Revolução Francesa, e na Alemanha e na Itália, junto com a luta pela independência (BUITONI, 1990). Esses veículos tinham um conteúdo e posicionamento político, discursos revolucionários e muitos deles focavam em temas relacionados ao trabalho das mulheres. Com o movimento sufragista no final do século XIX, também são criados jornais das sufragistas na França e na Inglaterra que defendiam o voto da mulher (BUITONI, 1990).

Assim, na última metade do século XIX, existiam várias publicações que lutavam pelos direitos das mulheres. Em 1897, a francesa Marguerite Durand cria o primeiro jornal diário inteiramente redigido, composto, administrado e distribuído por mulheres, chamado *La Fronde*, que tinha editorias variadas e conteúdos bem diversificados, inclusive descobertas científicas e economia doméstica (BUITONI, 1990, grifo da autora). Esse periódico teve grande repercussão na França. Nos Estados Unidos, a revista feminista *Ms*, fundada em 1971 pela líder feminista Gloria Steinem (BUITONI, 1990, grifo da autora) que também tinha todo o processo jornalístico dirigido por mulheres.

Já no Brasil, a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo, nas primeiras décadas do século XIX (DUARTE, 2016). A imprensa foi o espaço para muitas escritoras de literatura iniciarem seus trabalhos ou se expressar publicamente sobre os assuntos que desejavam. Desde o surgimento da imprensa brasileira, vemos vozes e textos com assinaturas de mulheres e conteúdos com argumentação em defesa da justiça, igualdade e inclusão social e política (CARDOSO, 2004).

Assim que as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, elas se apoderaram da leitura que, por sua vez, as levou à escrita e à crítica, e os jornais e as revistas foram os primeiros e os principais veículos da sua produção, configurando-se como espaços de aglutinação, divulgação e resistência (DUARTE, 2016). Elas escreviam textos engajados e reflexivos sobre a condição subalterna da mulher, denunciando os problemas e reivindicando mudanças.

Através da moda e da literatura, a imprensa feminina se desenvolveu. Havia duas razões importantes para que os jornais e as revistas fossem assinados e ansiosamente esperados: a continuação dos romances lidos em série e os novos modelos de Paris (BUITONI, 1990). Com essa necessidade de acompanhar as novas edições com atualizações, se criou uma espécie de ligação temporal com caráter de atualidade, uma característica importante do jornalismo. Por outro lado, essa estruturação em torno dos conteúdos de moda e literatura também tinha efeitos negativos:

> Sintomaticamente, sustentar-se no eixo moda-literatura significava adotar uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas. Tais veículos desaprovavam qualquer idéia mais progressista; no máximo diziam que a educação beneficiava a mulher. (BUITONI, 1990, p. 41).

Assim, conforme veremos a seguir, a imprensa feminina e feminista brasileira se estrutura com várias dicotomias e propostas antagônicas em relação aos conteúdos tratados e aos posicionamentos dos periódicos. Constância Duarte (2016) identificou que circularam 143 revistas e jornais femininos e feministas no país durante o século XIX e, embora o maior número de títulos estivesse na cidade do Rio de Janeiro, os periódicos também surgiram em cidades do interior e nas periferias. Desde o início, os periódicos alcançaram diferentes públicos pelo território nacional, relacionando-se com as realidades e as particularidades de cada região. Quanto aos títulos, eles receberam os nomes de flores, pedras preciosas e animais graciosos, fazendo metáforas para a figura da mulher (BUITONI, 1990).

Esses periódicos traziam uma grande diversidade em relação aos conteúdos tratados, à abordagem das pautas, ao seu posicionamento na sociedade e ao seu engajamento político. Existiram os veículos que eram assumidamente feministas ou conservadores, os que não se comprometeram, os que se limitaram ao passatempo, os que visaram certos segmentos (jovens, mães, adolescentes, estudantes, casadas) e os que se dedicaram a temas específicos (DUARTE, 2016).

Ao longo de todo o século XIX, os periódicos apresentam uma dicotomia em relação à educação das mulheres. Alguns se empenham em acompanhar as transformações e defendem que as mulheres devem ser respeitadas, ter o direito de frequentar as escolas e os espaços públicos, enquanto outros reiteram sua fragilidade e delicadeza e se limitam a falar de moda e crianças (DUARTE, 2016). Esses

posicionamentos antagônicos ocorriam inclusive dentro do mesmo periódico, com textos que apoiavam ora uma postura, ora outra.

Os primeiros periódicos destinados às mulheres foram criados por homens da imprensa. Em 1827, surge o primeiro título – *O Espelho Diamantino*, fundado por Pierre Plancher, que circulou no Rio de Janeiro até 1828 e que tinha textos sobre literatura, arte, moda e política (DUARTE, 2016, grifo da autora). Intitulava-se um Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas dedicado as Senhoras Brasileiras e, em sua primeira edição, ressalta a importância da instrução para as mulheres:

> [...] Tendo as mulheres huma parte tão principal, nos nossos interesses e negocios, necessario he que se lhes dê conta destes mesmos negocios, e dos principios que originão os deveres, e os acontecimentos, para que ellas fiquem à altura da civilisação e dos seus progressos, pois que pretender conserva-las em hum estado de preocupação, e estupidez, pouco acima dos animaes domesticos, he huma empreza tão injusta como prejudicial ao bem da humanidade, e as nações que a têm ensayado, tem cahido no maior abrutecimento, e relaxação moral.
> [...]
> O nosso periodico [...] tem por especial destino promover a instrucção e entretenimento do bello sexo desta Corte apresentando-lhe as noticias e novidades mais dignas de sua attenção. (O ESPELHO DIAMANTINO, 1827, p. 2 e 3).[15]

Com esse trecho, podemos observar que a necessidade de educação para as mulheres está relacionada com o desenvolvimento dos países e da humanidade como um todo. Além da instrução, a publicação se propõe a promover entretenimento para elas e a selecionar o que poderiam saber ou não. Ainda nessa edição, explica o motivo para a escolha desse nome para o periódico:

> [...] Devemos aqui declarar que o titulo de Espelho Diamantino não foi meramente escolhido por fantasia. O espelho he o confidente mais estimado das Senhoras, e poucas ha que com elle se não entretenhão hum bom bocado cada dia..... além d'isto ninguem se persuada que o nosso Espelho está simplesmente allegorico..... [...]. (O ESPELHO DIAMANTINO, 1827, p. 4).

Assim, o nome do jornal estava relacionado com a vaidade das mulheres, objetivando que as leitoras mirassem nesse espelho para procurar as respostas que

[15] Optamos por reproduzir o discurso original, com a ortografia e as regras gramaticais da época em que o periódico foi publicado, para preservação do discurso presente nos documentos citados nesta pesquisa.

desejavam a respeito dos mais diferentes assuntos. Esse veículo tinha periodicidade quinzenal e publicou contos, poesias, notícias sobre acontecimentos políticos, artigos sobre moda e culinária e comentários sobre arte (DUARTE, 2016).

Dois anos depois, o professor José Alcebíades Carneiro lança *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), na cidade de São João del-Rei em Minas Gerais, que defendia o acesso das mulheres à educação e ao debate político (DUARTE, 2016, grifo da autora). No editorial de seu primeiro número, é explicado como as mulheres eram vistas na época e ao que se destinava esse periódico:

> As Senhoras supposto nao sejao destinadas para as armas, nem para a Magistratura [...]
> As Senhoras pelos deveres, que lhes sao inherentes fazem o fundamento principal da sociedade humana, e por isso sao dignas de huma instrucção mais solida, e capaz de promover o bem geral de huma Nação.
> [...]
> Este nosso Periodico nao tem outro maior merecimento que abrir o caminho para os mais habeis escritores, que gratos aos beneficios que de suas Mãis receberao hajao de pagar à posteridade com os fructos de sua instrucção: apresentaremos por tanto ao bello sexo as noticias, e novidades dignas de sua attençao, e algumas vezes nos será indispensavel dar algumas liçoes sobre politica, persuadidos de que este sexo he bem capaz de conceber idéias sublimes, e de dar hum realce nao pequeno à marcha, e bom andamento do Systema de Governo que nos rege; [...] (O MENTOR DAS BRASILEIRAS, 1829, p. 2-3).

Observamos que as mulheres eram definidas e caracterizadas a partir dos seus deveres em relação à maternidade e à administração da casa – considerados como inerentes. Novamente, podemos notar que a educação das mulheres é considerada necessária para o bem-estar geral do país. Vemos que havia o entendimento de que os homens escritores, além de selecionar o que é digno da atenção das mulheres, são responsáveis por ensiná-las sobre os assuntos. Essa publicação tratava de temas como belas artes, política, moda, história, educação moral e familiar, defendia a escolarização das mulheres e tinha uma seção reservada para as opiniões e as produções literárias das leitoras (DUARTE, 2016).

Mais tarde, surgem o *Manual das Brasileiras* (1830) em São Paulo, *O Despertador das Brasileiras* (1830-1831) em Salvador e *O Espelho das Brazileiras* (1830) em Recife, que foram criados por homens (DUARTE, 2016, grifo da autora). Apesar de defenderem a instrução das mulheres, todos esses primeiros periódicos não deixavam de reforçar os papéis de cuidados da casa, dos filhos e do marido atribuídos a elas. Seus títulos se relacionavam ao campo semântico da educação,

evidenciando a ideologia patriarcal que os dominava (DUARTE, 2016). Os homens veiculavam o que consideravam importante e se entendiam como os responsáveis por educar e orientar as mudanças das mulheres e de seus comportamentos – dentro do que fosse permitido para elas.

A partir da década de 1830, surgem vários veículos que tinham literatura, crônicas, conteúdos relacionados à moda e variedades. Alguns tinham intenções pedagógicas e outros eram voltados para o entretenimento das mulheres (DUARTE, 2016). Homens e mulheres trabalhavam nessas publicações, porém com distinção nos seus papéis, espaços e periódicos:

> A imprensa feminina era um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, principalmente no caso das produções menores, e um seguro campo de trabalho para homens que se iniciavam ou já possuíam fama na literatura, no caso das revistas e jornais melhores. (BUITONI, 1990, p. 40).

Com essa diferenciação, notamos que há uma condição de desigualdade e de hierarquização entre homens e mulheres na esfera do jornalismo feminino, desvalorizando o trabalho e as produções literárias realizadas por elas. Em relação à literatura, nessa época, as mulheres passaram a ter uma nova área em que lhes era permitido atuar.

É nesse contexto que surgem os primeiros periódicos femininos criados por mulheres. São eles: *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-1834) e *Idade d'Ouro* (1833) em Porto Alegre e *A Filha Unica da Mulher do Simplicio* (1832) e *A Mineira no Rio de Janeiro* (1833) no Rio de Janeiro (DUARTE, 2016, grifo da autora). Todas essas publicações buscavam incentivar o envolvimento das mulheres com a política. Contudo, os quatro primeiros periódicos dirigidos por mulheres não trataram das questões específicas do gênero (DUARTE, 2016).

Em 1852, surge o periódico que é considerado como fundador do jornalismo feminino. O *Jornal das Senhoras* (1852-1855), criado por Joana Paula Manso de Noronha no Rio de Janeiro, tinha um discurso emancipacionista e incentivava as mulheres a buscarem instrução e a se conscientizarem do seu valor (DUARTE, 2016, grifo da autora), destacando-se dos outros periódicos produzidos para esse público. Na primeira edição, a fundadora escreve um recado as suas assinantes:

> [...] Ora pois, uma Senhora a testa de uma redacção de um jornal! que bicho de sete cabeças será?
> Contudo em França, em Inglaterra, na Itália, na Hespanha, nos Estados-Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundão de Senhoras dedicadas à litteratura collaborando differentes jornaes.
> Por ventura a America do Sul, ella só, ficará estacionaria nas suas ideias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade?
> Ora! não pode ser. A sociedade do Rio de Janeiro principalmente, Corte e Capital do Imperio, Metropoli do sul d'America, acolherá de certo com satisfacção e sympathia O JORNAL DAS SENHORAS redigido por uma Senhora mesma: por uma americana que, senão possue talentos, pelo menos tem a vontade e o dezejo de propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher. (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. 1).

Podemos observar que a fundadora reconhecia a novidade que era uma mulher estar dirigindo um periódico no país naquela época, sendo um movimento surpreendente e ousado. Contudo, ela destacou que isso já acontecia em outros lugares do mundo, que estavam se desenvolvendo, e a América do Sul não poderia ficar defasada. Ademais, explica que tinha o objetivo de contribuir com melhorias nas condições de vida das mulheres na sociedade.

Essa publicação trazia notas sociais, comentários sobre moda e receitas e artigos clamando por melhores condições de vida, que se destinavam às leitoras mulheres, mas também aos homens como forma de convencê-lo a aceitar e apoiar o novo quadro que se desenhava (DUARTE, 2016). No início de julho de 1952, passou por uma troca na sua direção. Com essa mudança, os textos defendendo a emancipação das mulheres diminuíram, os folhetins ganharam espaço e surgiram matérias sobre saúde (DUARTE, 2016).

Outro periódico carioca foi o *Bello Sexo* (1862), dirigido por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, que tinha periodicidade semanal e incentivava a produção literária e a instrução das mulheres, bem como a sua participação da vida pública (DUARTE, 2016, grifo da autora), defendendo a emancipação delas por meio da educação. O editorial da primeira publicação apresenta o posicionamento da diretora, direcionando-se aos homens escritores e às mulheres:

> Ahi vai o nosso Jornal, queridas amigas; e depois de ter ouvido os conselhos de meu marido, que tanto tem praticado na vida de escriptor, peço-vos licença por instantes para cumprir com um dever de cortezia, para com todos os illustres senhores redactores das folhas diarias e periodicas, e depois serei comvosco.
> Senhores redactores. Eu sou a primeira que conheço o acanhamento de minha intelligencia e instrução, e por isso a ousadia que tomo em apresentar em publico esta folha, que por força será imperfeita em todos os lugares por

> onde a minha pobre penna tem de marcar o meu pensamento; mas eu só tenho em mente obrigar o meu sexo a vir a imprensa concorrer com o seu contingente para o progresso social, para esse grande bem publico, e assim fazer com que se desenvolvão grandes intelligencias, grandes capacidades, grandes genios que existem no meu sexo, olhados com pia indifferença, abandonados pelos homens de lettras, esquecidos pela fraqueza de sua constituição propria.
> Eu desejo que as minhas companheiras de sexo marquem na minha terra uma época de sua grandeza, illustração e completo progresso; desejo que as minhas companheiras de collegio venhão encontrar-se comigo neste labyrintho da vida, e provar que os nossos pais, os nossos mestres, não despenderão, nem trabalharão de balde; desejo que não se limitem só a ser mãis de família esquecendo seus deveres de filhas da pátria; porque, assim como os homens trabalhão para o nome e gloria de seus filhos, nós, como mulheres, devemos emprehender tambem trabalhos da intelligencia [...] (BELLO SEXO, 1962, p. 1).

Vemos no editorial que há, ao mesmo tempo, uma dependência da opinião e aprovação dos homens, inferiorizando as mulheres, e o incentivo para que elas participassem em trabalhos intelectuais, não se limitando a serem mães de família. Esse jornal tinha uma postura vanguardista e a diretora se recusava a publicar textos anônimos ou sob pseudônimos das suas colaboradoras (DUARTE, 2016), estimulando o engajamento coletivo das mulheres.

Assim, vemos que os periódicos femininos do século XIX tinham em comum o apelo pela educação das mulheres. Até a década de 1870, existiam poucas brasileiras que eram alfabetizadas, já que o senso comum patriarcal se opunha à instrução delas e às mudanças de comportamento que poderiam acontecer (DUARTE, 2016). Mas, desde o final dessa década, alguns colégios e faculdades começaram a permitir o ingresso de mulheres.

No final do século XIX, começaram a surgir órgãos editados por mulheres, os quais defendiam os direitos femininos, mas não diferiam muito da imprensa feminina em geral porque também traziam literatura, moda e entretenimento (BUITONI, 1990). Eram publicações que ainda estavam preocupadas em atrair a simpatia do público e, por isso, traziam conteúdos para distração delas. Embora lutassem por direitos e pelo crescimento intelectual da mulher, Ana Paula Bandeira (2012) ressalta que o discurso de alguns periódicos reforçava o papel dela como mãe, esposa e dona de casa.

Por outro lado, o surgimento de publicações feministas também teve outras repercussões. A partir de 1870, com os órgãos feministas se multiplicando e realizando uma rede de apoio e intercâmbio intelectual entre eles, houve a minimização do isolamento das mulheres e divulgação de suas conquistas (DUARTE, 2016), além de problematizar as questões de gênero. As mulheres que escreviam nos

periódicos passam a se empenhar em conscientizar as leitoras de seus direitos à educação, à propriedade, ao voto e ao trabalho (DUARTE, 2016), com um posicionamento político e ideológico definido e abrindo espaço para outras vozes de mulheres que antes não tinham essa oportunidade. É quando começa a transformação no perfil da imprensa: de revistas de moda a órgãos de reflexão (DUARTE, 2016).

Em 1873, surge um jornal com teor feminista, embora também abordasse temas relacionados ao entretenimento, à literatura e à moda. *O Sexo Feminino* (1873-1889), lançado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz em Minas Gerais, tinha como uma das pautas recorrentes a defesa do casamento civil (DUARTE, 2016, grifo da autora). Intitulado como um semanário dedicado aos interesses da mulher, apresenta, na sua primeira edição, o posicionamento incisivo da fundadora:

> Zombem muito embora os *pessimistas* do apparecimento de um novo orgão na imprensa – *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os *indifferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; rião os *curiosos* seu riso sardonico de reprovação à idéa que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigam os *retrogrados* com seus diterios de chufa e mofa nossas conterraneas, chamando-as de *utopistas*: *O Sexo Feminino* apparece, hade luctar, e luctar até morrer: morrêrá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.
> O seculo XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais da metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de *um traste de casa*, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns individuos menos delicados ousão atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!
> Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional *perfeitamente*, e depois, *economia* e *medicina domestica*, a *puericultura*, a *litteratura* (ao menos a nacional e portugueza), a *philosophia*, a *historia*, a *geographia*, a *physica*, a *chimica*, a *historia natural*, para coroar esses estudos a *instrucção moral e religiosa*; [...] (O SEXO FEMININO, 1873, p. 1, grifo do autor).

Logo no início, o discurso da fundadora já se refere às pessoas que poderiam se colocar contra a criação dessa publicação, confrontando-as. Podemos notar que o periódico incentiva a educação das mulheres e deseja conscientizar os homens sobre a importância disso, buscando mudanças no pensamento e na atitude deles. Era uma publicação dirigida à mulher, alertando-a para que se conscientizasse de seus direitos e sua identidade, e defendia a independência econômica e o direito a uma educação

melhor para dar fim a sujeição das mulheres (BANDEIRA, 2012). Após a Proclamação da República, esse periódico mudou de nome. Passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890), representando simbolicamente a esperança que a mudança política do país se refletisse em avanços na vida das mulheres (DUARTE, 2016, grifo da autora).

Além da educação para as mulheres, outro assunto que recebeu espaço em alguns periódicos femininos foi a maternidade e os cuidados dos filhos devido aos altos índices de mortalidade infantil no país. Criados por médicos, padres e jornalistas, esses veículos estavam empenhados em convencer as mulheres a se tornarem mães perfeitas, especialmente as da elite que estavam indiferentes à criação de seus filhos (DUARTE, 2016). Isso naturalizou ainda mais o papel da mulher como mãe e o seu confinamento na esfera doméstica. Um desses foi *A Mai de Familia* (1879-1888), do Rio de Janeiro, que teve como diretor o médico pediatra Dr. Carlos Costa e foi criado para aconselhar e orientar as mulheres para um bom desempenho da função materna, bem como argumentava que a divisão social das funções delas e dos homens era um fenômeno natural e biologicamente determinado (DUARTE, 2016, grifo da autora). Tinha como subtítulo Jornal Científico, Literário e Ilustrado e, no primeiro editorial, há a justificativa para sua criação:

> [...] *A Mãe de Familia* dedicado às dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser *mães de familia* bem devem comprehender o sublime encargo que lhes é confiado.
> [...]
> As mulheres em nosso paiz não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mães...
> Umas por vaidade, outras por pobreza e finalmente muitas por desculpada ignorancia não cumprem a sua missão sublime, *a unica* que lhes foi confiada, a da Maternidade!
> [...]
> Fundando um jornal onde se procurará ensinar tudo quanto se lida à *Educação physica da criança*, mostrar, baseados na experimentação e na prática de todos os homens de sciencia, o caminho errado que seguem em geral para o fim almejado, tudo fazer para convencer dos inconvenientes de prejuizos e erros aceitos pelas senhoras, etc., será cumprir um dever. (A MAI DE FAMILIA, 1879, p. 2, grifo do autor).

Além de considerar a maternidade como um dever obrigatório das mulheres, o editorial ressalta que elas não estão cumprindo esse dever de forma adequada e satisfatória. Por isso, a necessidade de criação do periódico a fim de que os homens informassem e explicassem, utilizando a ciência, como as mães deveriam agir e educar seus filhos, não cometendo mais erros no cumprimento desse dever.

Já em relação às atividades literárias das mulheres, no decorrer da segunda metade do século XIX, os periódicos femininos e feministas eram um espaço para elas poderem escrever e publicar suas produções.

> As atividades literárias, que podiam ser realizadas em casa, eram um escape aceitável para as energias femininas, e um escape cada vez mais usados pelas mulheres da classe superior. As escritoras menos controversas, que elogiavam o lar e a família, podiam ser vistas como uma prova das aptidões intelectuais femininas por homens simpáticos e uma emancipação feminina moderada. Além do mais, nem sua pessoa nem suas idéias deixaram os homens de sua própria classe muito constrangidos. Ao contrário das mulheres da classe inferior, elas ainda podiam ser vistas como criaturas delicadas e gentis. Suas manifestações literárias benignas não causavam grandes preocupações. (HAHNER, 1981, p. 89-90).

Ou seja, algumas mulheres tinham um espaço em que lhes era permitido se manifestar desde que de forma moderada, conciliando com seus deveres e cuidados com o lar e a família e sem gerar um constrangimento e/ou preocupação para os homens. A prática dessa atividade, portanto, não contrariava os comportamentos considerados condizentes para elas. Outro aspecto é que isso reforçava a diferença no tratamento dado para as mulheres de classes diferentes.

No Brasil, os conteúdos sobre moda e literatura tiveram muito destaque na imprensa feminina – no caso da literatura, havia um grande sucesso com os folhetins, um espaço no rodapé das páginas para romances, crônicas e resenhas sobre arte. Alguns veículos surgiam principalmente em função da literatura, como revista mensal *A Mensageira* (1897-1900), editada em São Paulo, que trazia artigos acerca da condição da mulher, noticiário cultural e textos literários (BUITONI, 1990, grifo da autora). Intitulada como uma Revista Literária destinada à Mulher Brasileira, essa publicação desejava contribuir com o desenvolvimento intelectual das mulheres, conforme vemos no primeiro editorial:

> Estabelecer entre as brazileiras uma sympathia espiritual, pela comunhão das mesmas ideias, levando-lhes de quinze em quinze dias, ao remansoso lar, algum pensamento novo – sonho de poeta ou fructo de observação acurada, eis o fim que modestamente nos propomos.
> [...] Assim, ao emprehendermos esta publicação, sentimo-nos animadas da mais viva esperança, depositada no espirito progressivo e na benemerencia de nossas compatriotas.
> [...] Que a nossa revista seja como que um centro para o qual convirja a intelligencia de todas as brazileiras! [...]. (A MENSAGEIRA, 1897, p. 2-3).

Esse periódico estava identificado com a causa feminista, tendo expectativas de conseguir mudanças para melhorar as condições de vida das brasileiras. Criado pela jornalista mineira Presciliana Duarte de Almeida, a revista, no lugar de conselhos sobre moda, receitas, anedotas e textos que enfatizavam a condição de inferioridade, pretendia colaborar com a emancipação, destoando da maioria das publicações destinadas às mulheres da época (DUARTE, 2016). Esse e outros periódicos do final do século XIX abriram espaço para as vozes feministas e, consequentemente, contribuíram para o fortalecimento do feminismo brasileiro.

Nessa época, a ideia da emancipação da mulher estava se fortalecendo. Conforme June Hahner (1981), algumas mulheres não queriam apenas respeito, tratamento favorável na esfera da família ou direito à educação, mas sim o desenvolvimento pleno das suas faculdades, dentro e fora do lar. Aliado à causa do sufrágio, elas lutavam por seus direitos básicos e pela igualdade.

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira passava por mudanças como a abolição da escravatura, a industrialização e o crescimento da urbanização, influenciando no desenvolvimento da imprensa feminina. Há o desenvolvimento das empresas jornalísticas com mais recursos e equipamentos para suas produções.

O primeiro grande periódico feminino brasileiro foi a *Revista Feminina*, fundada por Virgilina de Souza Salles em 1914, que tinha uma diagramação inovadora para a época e um esquema comercial bem organizado, anunciando produtos destinados às mulheres que eram fabricados e comercializados pela Empresa Feminina Brasileira – proprietária também da revista (BUITONI, 1990, grifo da autora). Era uma publicação mensal que abordava temas relacionados ao papel social da mulher, como o voto e o trabalho, por exemplo, mas sem deixar de lado as suas obrigações como mãe e esposa.

O discurso sobre a beleza que predominava nas primeiras décadas do século XX se alternava entre duas perspectivas: colocando a beleza como uma questão de saúde ou descrevendo-a como um dom divino (OLIVEIRA, 2001). O padrão de beleza da época era representado por uma mulher de pele clara, saudável e que não precisasse de cosméticos para ajudar a melhorar a sua aparência.

Nas três primeiras décadas do século XX, as reivindicações feministas nas publicações brasileiras tratavam principalmente da questão do direito ao voto para as mulheres. Nessa época, as vozes feministas, mais do que em veículos específicos,

ganhavam espaço na grande imprensa (BUITONI, 1990). Cada vez mais mulheres reivindicavam direitos comparáveis aos dos homens, inclusive em relação ao trabalho. Sua espécie de feminismo era aceitável socialmente, pois, ao contrário de algumas feministas anteriores, elas não reivindicavam mudanças importantes nas relações familiares, bem como o voto e o título universitário não as impediria de realizar seus deveres domésticos (HAHNER, 1981).

Desse modo, havia um certo tipo de feminismo moderado, lutando por alguns direitos específicos para as mulheres, que era admissível pela sociedade brasileira, pois não causaria grandes rupturas com os padrões existentes. Após a conquista do direito ao voto em 1932, as reivindicações feministas passaram por um período de baixa repercussão, o que se refletiu no desenvolvimento da imprensa feminista, que só volta a se fortalecer na década de 1970.

No jornalismo para as mulheres, uma novidade das primeiras décadas do século XX foi a criação de seções específicas destinadas a elas em alguns meios de comunicação tradicionais. Na década de 1940, o jornal *O Estado de S. Paulo* passou a publicar uma página feminina nas sextas-feiras, que se tornou, em 1953, em um suplemento de 16 páginas - o *Suplemento Feminino de O Estado de S. Paulo* (BANDEIRA, 2012, grifo da autora). Desse modo, os conteúdos voltados para esse público se transformaram em uma segmentação jornalística.

Depois das duas guerras mundiais, um tipo de conteúdo, ainda vinculado a literatura, se desenvolveu e passou a fazer grande sucesso entre as leitoras brasileiras. A imprensa feminina importou uma recente novidade europeia: a fotonovela, que trazia histórias românticas e tratava dos problemas sentimentais e amorosos das pessoas (BUITONI, 1990).

A revista *Capricho*, lançada em 1952 pela Editora Abril em São Paulo, tinha como um dos atrativos a fotonovela completa em uma edição e também trazia contos, notas curiosas, consultório sentimental e conteúdos sobre moda e culinária (BUITONI, 1990, grifo da autora). Essa publicação rapidamente ganhou destaque no cenário da imprensa brasileira, contribuindo para o crescimento da Editora Abril.

Na década de 1950, a vinculação entre consumo e imprensa feminina se consolidava devido ao crescimento das indústrias relacionadas à mulher e a casa, ao fortalecimento do mercado interno e à ampliação da classe média (BUITONI, 1990). As mulheres passam a ser vistas como consumidoras em potencial, aumentando os anúncios de produtos destinados a elas.

Entre os anos de 1950 e 1960, os periódicos femininos apresentaram uma mudança no discurso sobre a beleza. Até meados da década de 1950, nas revistas e nos seus anúncios, a beleza era representada como algo natural ou um presente divino e essa condição só poderia ser protegida e conservada, e a feiura poderia ser tratada com o uso de produtos que prometiam trazer de volta a vivacidade, a robustez, a saúde ou a brancura da pele (OLIVEIRA, 2001). Já na década de 1960, os veículos e a publicidade começaram a tratar da beleza e do cuidado com o corpo como hábitos que podem ser criados e mantidos. Era uma nova representação: a beleza que se constrói, como algo que todas as mulheres podem ter, pois ela pode ser adquirida e moldada através da compra de cosméticos ou da prática de exercícios e regimes (OLIVEIRA, 2001).

Outros referenciais de beleza ressaltados nesse período foram a magreza e a juventude. Ou seja, havia novas formas de construção da beleza e emergiam novos elementos que identificam o que é belo ou não (OLIVEIRA, 2001). O estímulo contínuo ao consumo ou à realização de dietas para o emagrecimento e de exercícios fazia parte das colunas e dos textos publicados. Apresenta-se a beleza como um hábito, um ritual diário (OLIVEIRA, 2001).

Em 1961, surge a primeira revista brasileira com nome de pessoa. Lançada pela Editora Abril, *Claudia* contribuía com a busca de identidade da mulher de classe média urbana e estimulou e foi estimulada pelo consumo emergente (BUITONI, 1990, grifo da autora). Em suas edições, tratava de temas do cotidiano das mulheres, sobre sexo e prazer, métodos contraceptivos, educação dos filhos e relacionamento com o marido. A revista foi criada para falar com a mulher moderna e trouxe a conotação de jornalismo feminino como jornalismo de serviço (BANDEIRA, 2012).

Na década de 1960, o Brasil passava por um processo de modernização e as mulheres tinham um papel nessa conjuntura, o qual era mostrado em revistas da época como a Claudia:

> [...] a contribuição feminina para a modernização da sociedade partia do privado (suas casas deveriam ser equipadas com os mais modernos tipos de eletrodomésticos) para posteriormente alcançar o público (sua aparência deveria ser bela e construída com os novos cosméticos, mais elaborados e feitos a partir das mais avançadas pesquisas, como prometiam os anunciantes). (OLIVEIRA, 2001, p. 40).

Após o lançamento dessa publicação, tivemos o crescimento das revistas femininas brasileiras. Elas tinham discursos a respeito das novas formas de vivência/construção da beleza, relacionamentos e comportamentos (BANDEIRA, 2012). Houve o aumento também do incentivo ao consumo das mulheres, fortalecendo a participação da indústria de bens de consumo nesses periódicos. As revistas femininas passaram, sobretudo a partir da década de 1960, a apresentar e ensinar às mulheres práticas para cuidar da aparência e do lar, mostrando formas para fazer isso: comprando produtos, essencialmente (BANDEIRA, 2012).

Na década de 1970, os periódicos femininos e os seus anúncios começaram a tratar de outras possibilidades e experiências para as mulheres em relação à educação, ao trabalho e aos relacionamentos. Havia um conflito de representações nessa imprensa: de um lado, o espaço constituído que enfatiza as tarefas do lar e as prescrições de cuidados com a beleza e, de outro, um novo discurso que destaca a emancipação feminina e os ideais de individualidade e de liberdade (OLIVEIRA, 2001). Esse novo discurso estava aliado ao momento dos movimentos feministas e de contracultura que contestava os padrões impostos pela sociedade.

Dessa maneira, foram criados novos hábitos e públicos. A beleza não era mais oferecida a qualquer mulher, mas sim a mulher emancipada (OLIVEIRA, 2001). Além disso, aumentou a demanda das mulheres por informações sobre sexo e pílulas contraceptivas. Nesse contexto, a Editora Abril lançou outros dois periódicos: *Nova*, fundada em 1973 para mulheres solteiras ou casadas com ambições profissionais e de uma certa liberação sexual; *Carícia*, criada em 1975, que trazia fotonovela e várias matérias sobre sexo (BUITONI, 1990, grifo da autora).

A *Nova* foi projetada para esse novo público feminino, apresentando a imagem da mulher emancipada, mas que também está preocupada com sua aparência (OLIVEIRA, 2001, grifo nosso). Essa nova mulher era inteligente, capaz de pensar e decidir, porém não podia deixar de cuidar da beleza. Na década de 1960, a mulher se fazia bela para o marido e, a partir dos anos 1970, ser bela é importante para se sentir segura e confiante, conseguindo ânimo e alegria de viver (OLIVEIRA, 2001).

Além disso, na década de 1970, as discussões feministas voltam a aparecer com mais ênfase nos jornais e revistas. Surge uma imprensa feminina mais reivindicatória em decorrência das contradições urbanas e sociais aumentadas pelos anos de ditadura (BUITONI, 1990). A partir desse momento, as reivindicações para a

igualdade de direitos e os questionamentos sobre o papel submisso das mulheres ganhavam espaço na sociedade.

Nessa época, a imprensa alternativa estava ganhando espaço e se fortalecendo no cenário midiático e os periódicos feministas foram considerados, devido ao seu engajamento social e político, como parte dessa imprensa. Era um contexto em que o movimento e a imprensa feministas lutavam também contra a ditadura militar. A maioria das feministas estava vinculada à esquerda organizada e tratava de questões políticas como a união do feminismo, a luta democrática e a luta pelo socialismo (CESTARI, 2008).

Assim, surgem jornais femininos alternativos como o *Brasil Mulher* (1975) – editado pela Sociedade Brasil Mulher e ligado ao Movimento pela Anistia –, e o *Nós Mulheres* (1976) – que era um órgão da Associação das Mulheres (BUITONI, 1990, grifo da autora). Esses dois veículos tratavam de pautas desprezadas pelos outros meios de comunicação. Por exemplo, lutavam por creches, por liberdades democráticas, por condições igualitárias de trabalho, pelo direito ao aborto e contra a violência doméstica (BERGER; HEUSER, 2019).

Os periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* fazem uma crítica à imprensa, à publicidade e à imposição da beleza como qualidade feminina, tratando a beleza e a feminilidade como elementos que reforçam a submissão das mulheres (OLIVEIRA, 2001, grifo nosso), problematizando essas duas questões como formas de opressão. Por outro lado, ao enfatizaram a desconsideração com os cuidados do corpo e buscarem livrar as mulheres das tiranias da beleza, esses jornais tratam a possibilidade de ser bela não como uma vontade, mas sim como uma exigência social (OLIVEIRA, 2001). Esse posicionamento não considera que as mulheres poderiam voluntariamente estar interessadas em cuidarem de seus corpos e consumirem os produtos e cosméticos.

Mariana Cestari (2008) identifica que o feminismo brasileiro dessa década, através da língua, produz sentidos que estavam em confronto com outros sentidos em circulação na sociedade. A imprensa feminista questionava as opressões sofridas e tratava de assuntos das mulheres que, até então, não eram discutidos – por exemplo, controle reprodutivo e liberdade sexual –, além de atuar no combate as repressões da ditadura militar. Nas décadas de 1970 e 1980, foram criados grupos de reflexão, associações e manifestações públicas vinculados à causa feminista (WOITOWICZ, 2012), que discutiam a respeito das condições de vida das mulheres.

Outra frente de atuação feminista era nas pesquisas acadêmicas que analisavam a relação entre as mídias e as mulheres. Na década de 1970, Ana Carolina Escosteguy (2018) assinala que as investigações sobre gênero e mídia expressavam uma posição de equivalência entre feminismo e mulheres, isto é, todas elas sofrem com o patriarcado e, portanto, vivem experiências em comum, revelando uma carga unificadora e universalizante. Os estudos se concentravam na condição de ser mulher e o que isso significava naquele contexto, problematizando as desigualdades, mas sem considerar nas diferenças existentes entre as mulheres.

De maneira geral, as pesquisas focavam no modo como os discursos dominantes da mídia reforçavam os papéis tradicionais de gênero e uma visão machista da sociedade (ESCOSTEGUY, 2018). Era um período em que o feminismo vivia um paradoxo:

> [...] ao mesmo tempo que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar. Isto desembocou num tensionamento permanente entre dois vetores: aquele associado às lutas que davam ênfase à sexualidade, ao corpo e ao prazer versus aquele outro que priorizava a luta de classes e a luta pela democracia. Nessas condições, o escopo das reflexões feministas não incorporou os temas propriamente culturais. Apesar disso, não se pode subestimar que, nesse mesmo período, o uso de meios, neste caso, da imprensa, como forma de atividade política feminista foi muito expressivo, o que evidencia a importância da mídia na ação transformadora almejada pelo movimento. (ESCOSTEGUY, 2018, p. 16).

A partir da década de 1970, houve uma expansão da literatura científica e ficcional acerca das mulheres e se multiplicaram os jornais e revistas femininas, além de outras mídias (BANDEIRA, 2012) que passaram a circular em quase todo o território nacional. Porém, com o avançar das décadas e essa profusão de títulos, a imprensa alternativa, que atuava como aliada na denúncia das opressões e na conscientização da luta pela igualdade de direitos, foi se diluindo em meio à imprensa feminina, a qual acompanhou a tendência de segmentação e cresceu em títulos, tiragens e leitoras (BANDEIRA, 2012).

Nos anos 1980, pesquisadoras, jornalistas e militantes feministas, envolvidas na análise da realidade vivida pelas mulheres no Brasil, criaram um periódico para oferecer informações sobre o assunto, com o apoio da Fundação Carlos Chagas[16] e

[16] Criada em 1964 no Brasil, a Fundação Carlos Chagas é uma instituição que atua na área de pesquisa e educação sobre temas como, por exemplo, direitos sociais, relações etárias, raciais e de gênero.

da Fundação Ford[17]. Sob direção de Adélia Borges, o *Mulherio* (1981-1987) trazia as discussões do feminismo da diferença, sem abdicar de tratar do que era considerado, pelo grupo, como próprio do universo das mulheres (OLIVEIRA, 2001, grifo nosso). Vemos, na sua primeira edição, a explicação para o nome da publicação e uma crítica à imprensa brasileira da época:

> Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, "gostosura. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? [...] Mulherio, por sua vez, nada mais é do que "as mulheres" ou "uma grande porção de mulheres". E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e conseqüente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática.
> [...]
> Nos últimos anos, a imprensa brasileira está descobrindo o assunto "mulher", antes relegado às páginas de culinária e dicas de beleza. No entanto, as informações da imprensa sobre mulher ainda são, em geral, superficiais, esparsas e contraditórias. Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação. [...] (MULHERIO, 1981, p. 1).

Podemos observar que o nome dessa publicação foi escolhido como uma forma de criticar os sentidos pejorativos que permeiam o universo das mulheres. É ressaltado que o periódico atuaria de maneira séria, mas não teria uma postura mal-humorada e um tom impositivo nas suas edições. Ademais, faz uma crítica ao modo como a imprensa brasileira aborda os temas sobre as mulheres, explicando que esse veículo trataria desses assuntos de forma mais aprofundada, com informações e fontes confiáveis.

No âmbito acadêmico, a reflexão feminista não estava muito focada em temas relacionados à mídia, devido à conjuntura sociopolítica brasileira daquele momento. A pesquisa feminista dava atenção ao microcosmo do cotidiano, buscando a compreensão do social a partir das experiências pessoais, e relegava a um segundo plano a análise das relações estruturais entre mídia e sociedade (ESCOSTEGUY, 2018).

[17] A Fundação Ford foi criada em 1934 nos Estados Unidos e atua no Brasil desde 1962 financiando estudos sobre temas relacionados à democracia, educação, saúde, pobreza, injustiça, direitos das mulheres e desigualdades sociais.

Na década de 1990, as revistas brasileiras, inclusive as femininas, estavam voltadas para o consumo e tinham muitas matérias envolvendo as celebridades. Em 1991, a Editora Globo fundou a *Marie Claire*, a partir da *Marie Claire* francesa (1937), inovando na apresentação de uma revista feminina com capas que estampavam rostos de mulheres, bonitas, jovens e alegres, além de muito branco e pouco texto nas suas páginas (BANDEIRA, 2012, grifo da autora). Essa publicação trata de temas como moda, trabalho, amor e sexo e dá dicas de beleza para seu público.

Nessa época, o feminismo acadêmico passa por mudanças, especialmente porque as pesquisas superam a ideia de que existe uma opressão comum a todas as mulheres, desconsiderando as diferenças entre elas. Há o entendimento de que qualquer ponto de vista feminista deve ser apresentado como parcial, amplia-se as análises para uma abordagem multifacetada que redimensiona as supostas diferenças/identidades entre homens e mulheres e surge uma teoria feminista negra que problematiza a falta de estudos de audiência com mulheres negras (ESCOSTEGUY, 2018).

Desde os anos 1990, com a invenção da internet e com a globalização, se iniciou uma revolução tecnológica e informacional que transformou a comunicação e influenciou no funcionamento e nos conteúdos das mídias tradicionais e feministas. O domínio das tecnologias constitui uma oportunidade e um desafio (WOITOWICZ, 2019) para as feministas criarem suas mídias e divulgarem suas pautas. No século XXI, a utilização de meios de comunicação pelos grupos feministas é uma das suas estratégias de luta e de visibilidade pública (WOITOWICZ, 2019) para as diferentes mulheres e para as suas diversas reivindicações.

Na virada do século XX para o XXI, há uma ressignificação da agenda feminista e sua utilização pelo discurso neoliberal (ESCOSTEGUY, 2018). Esses fatores são analisados não apenas por feministas brasileiras, mas também fazem parte das pautas do feminismo global. Dentro da crítica feminista da mídia, existem pesquisas centradas em identificar a mídia como um espaço de produção da subjetividade feminina relacionada com os ideais tradicionais de feminilidade e a construção de um modelo identitário de uma mulher bem-sucedida e poderosa, convocando as mulheres mais para uma transformação individual do que para a ação política (ESCOSTEGUY, 2018).

Nos últimos anos, os movimentos e organizações feministas têm aumentado, assim como os espaços para discussão sobre o feminismo vêm sendo ampliado. Hoje,

existem grupos que usam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoio para as causas feministas e também experiências de ativistas produtoras de conteúdo virtual que usam a internet para combater representações e estereótipos na mídia *mainstream* sobre as mulheres e as identidades não-hegemônicas (ESCOSTEGUY, 2018, grifo da autora). É um cenário em que as tecnologias de informação e de comunicação exercem um papel importante para atuação política e coletiva das mulheres e dos movimentos feministas.

> Todas essas práticas de comunicação, ao mesmo tempo em que produzem uma diversidade de narrativas que se contrapõem aos valores dominantes e a representações estereotipadas, fortalecem o pluralismo num cenário midiático excessivamente conservador, pressionando por políticas públicas para atenuar as desigualdades de gênero, pela eliminação das discriminações contra a mulher e demais identidades não-hegemônicas e contribuindo para uma política mais democrática. (ESCOSTEGUY, 2018, p. 24).

Atualmente, conforme Karina Woitowicz (2012), inúmeros grupos que fazem parte do movimento feminista têm meios de comunicação nos diversos formatos e suportes (impresso, sonoro, audiovisual e digital), atuando em uma lógica de contrainformação, apresentando as reivindicações das mulheres e promovendo o debate. Mas não apenas as mídias identificadas com o feminismo abordam pautas sobre as mulheres e suas condições de vida. Os meios de comunicação tradicionais também incorporaram algumas dessas pautas as suas agendas, tais como: exploração sexual, direitos sexuais e reprodutivos, aborto, violência de gênero e feminicídio (HASAN, 2016).

Porém, os veículos feministas apresentam mais pluralidade e diversidade de vozes e fontes que os meios de comunicação tradicionais. Valeria Hasan (2016) entende que há espaço para vozes provenientes tanto do movimento através de organizações da sociedade civil, redes de jornalistas especializadas quanto de profissionais, intelectuais e acadêmicos que estudam os temas abordados, a fim de criar uma agenda de especialistas e fontes alternativas às tradicionais do jornalismo hegemônico.

A inserção, a representação e a abordagem do feminismo e das suas pautas nos meios de comunicação tradicionais e hegemônicos também foram diferentes ao longo do tempo. A partir de um estudo sobre as edições da Folha de São Paulo, Rayza Sarmento (2017) identificou os principais assuntos relacionados ao feminismo e a luta

pelos diretos das mulheres que eram retratados no século XX e no início do século XXI. Nas primeiras décadas do século XX, o sufrágio era um conteúdo discutido no Brasil e no mundo. De 1921 a 1959, os temas mais recorrentes foram o voto feminino, o ativismo feminista para além do voto, o trabalho fora do lar – para as mulheres brancas – e as questões sobre comportamento com novos padrões de aparência ou de costumes (SARMENTO, 2017).

A partir da década de 1960, aparecem novas pautas e narrativas sobre o feminismo e as feministas. Entre 1960 e 1989, os assuntos mais abordados estavam relacionados à cultura, ao ativismo feminista, à participação e representação política, ao comportamento, ao trabalho e à violência, bem como os textos informativos gradualmente deixavam de reproduzir desrespeitos ou ironias sobre o feminismo (SARMENTO, 2017).

Já, na década de 1990, temos a expansão do pensamento e da crítica feminista para outros setores da sociedade. De 1990 e 2016, os temas mais discutidos ainda se relacionavam com o ativismo feminista, à participação e representação política, à cultura e ao comportamento – e, dentro desses dois últimos tópicos, há textos ligados à representação das mulheres em produtos culturais e de mercado e ao enfrentamento de situações antes consideradas normais, exigindo novas posturas (SARMENTO, 2017).

Além disso, a autora constatou que algumas questões se mantiveram presentes nos três períodos históricos analisados. São elas: a ideia da feminista como uma mulher diferente, fora dos padrões; a oposição entre feministas e mulheres ou entre feminismo e feminilidade; a existência de discursos antifeministas; a ausência ou baixa presença das mulheres negras nos textos e da discussão da relação entre feminismo e racismo (SARMENTO, 2017).

Isto posto, existem alguns estudos que analisaram diferentes veículos criados ao longo do tempo e contribuíram com suas conclusões para a compreensão sobre o jornalismo feminino e feminista no Brasil. A respeito da imprensa feminista, Elizabeth Cardoso (2004) identificou que existiram duas gerações na imprensa feminista brasileira do século XX. As características dessas duas gerações estão relacionadas com as propostas dos movimentos feministas no país e o contexto social e político no qual estão inseridos. A primeira geração, de 1974 a 1980, tinha a classe como conceito principal, abordava temas gerais de interesse de toda a sociedade, as questões políticas tratavam da anistia, denúncia da repressão da ditadura militar e

autonomia partidária e a reivindicação principal era justiça social para homens e mulheres (CARDOSO, 2004).

A mudança para a segunda geração acontece quando movimento feminista rompe com os partidos de esquerda e com as questões de classe (CARDOSO, 2004), passando a focar na mulher e nas questões específicas de gênero e ampliando o debate. A segunda geração, de 1981 a 1999, tinha o gênero como conceito principal, discutia de temas específicos da mulher, as questões políticas eram sobre abertura democrática, reformas de leis trabalhistas e cíveis e maior participação das mulheres na política e a reivindicação principal era a igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença (CARDOSO, 2004).

A partir da sua pesquisa, a autora classificou a imprensa feminista em oito grupos diferentes de acordo com os conteúdos publicados: noticioso, estatal, saúde, universitário, trabalho, religioso, legislativo e variados – incluindo educação, questões raciais e sexualidade (CARDOSO, 2004). Desse modo, havia uma certa diversidade de abordagens das pautas feministas entre os periódicos, sendo alguns mais generalistas e outros mais segmentados.

Em seu estudo, Viviane Freitas (2017, grifo da autora) analisou a agenda de quatro periódicos feministas – *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014). Esses jornais feministas abordaram temas como a divisão sexual do trabalho, os direitos sexuais e reprodutivos, a família, o custo de vida, a saúde da mulher, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, as violências e as diversas formas de discriminação contra as mulheres e a participação e os impactos da política institucional nas suas vidas (FREITAS, 2017). As agendas dessas publicações estavam conectadas as pautas dos movimentos feministas dos períodos em que circularam.

Diante do que foi apresentado, vemos que a relação entre jornalismo e feminismo é estabelecida no século XIX com os primeiros movimentos de mulheres e se fortalece no decorrer do século XX, com destaque para a imprensa alternativa feminista. Dentre os periódicos feministas, alguns reproduziram papéis conservadores para as mulheres, outros se assumiam abertamente como feministas e houve aqueles que, ao mesmo tempo, focavam nos papéis delas como mães e esposas e defendiam alguns direitos para elas. Observamos que, com o passar do tempo, algumas características da imprensa se modificavam, outras se tornavam mais permanentes.

Como vimos, a imprensa feminina tem um discurso que construiu um modelo ideal de mulher para que fosse seguido em relação à aparência física e ao comportamento, estimulando ao máximo o consumo. Era uma imprensa sustentada em três grandes eixos: moda, casa e coração (BUITONI, 1990). Os periódicos e os anúncios publicitários trazem sugestões de cosméticos, moda, atitudes e práticas que devem ser comprados e adotados para se encaixar nesse padrão. A influência dessa imprensa nas mulheres se estende para vários segmentos de sua vida, tais como: os objetivos que almejam (casamento, maternidade, etc.), o comportamento para conquistar um homem, a escolha de seguir ou não uma carreira profissional, a criação dos filhos, os assuntos que podem ou não se interessar e os lugares que podem ou não frequentar.

Dentro da imprensa feminista, existiram grupos de mulheres se articularam para produzir periódicos que traziam notícias, comentários, artigos, charges, resenhas, mas também gritos por liberdade, autonomia, reconhecimento, justiça, democracia e cidadania (FREITAS, 2017) ao problematizar a realidade e as condições de vida das mulheres e empoderá-las na luta por mudanças. Ao longo do tempo, as publicações foram modificando a sociedade e refletindo as modificações que aconteciam. Inclusive, a visão sobre o feminismo e as feministas passou por transformações.

Desde o início, um dos grandes problemas para os meios de comunicação feministas é a sobrevivência econômica, pois há dificuldades de conseguir recursos para se manter em circulação. Eles estão fora do esquema da grande imprensa, alguns buscam o patrocínio de alguma entidade e outros tentam anúncios comerciais (BUITONI, 1990).

No universo da imprensa alternativa, houve mais espaço para expressões feministas. Porém, apesar de já existirem manifestações dos movimentos feministas da década de 1970 na Europa tornando públicos os debates sobre família, corpo e sexo, as reivindicações das brasileiras permaneciam sendo ignoradas pelos principais jornais alternativos (FREITAS, 2017). Foram apenas os periódicos alternativos identificados com a causa feminista que deram espaço as reivindicações das mulheres. Hoje, há o jornalismo independente que, em geral, está vinculado a causas sociais, como a feminista, luta contra as desigualdades sociais e defende os direitos humanos, conforme veremos no próximo capítulo.

5 JORNALISMO INDEPENDENTE: CONCEITO E MÍDIAS FEMINISTAS

Nesse capítulo, discutimos a respeito do jornalismo independente e das mídias independentes feministas. Na primeira seção, abordamos o jornalismo como prática social, apresentando brevemente as suas fases na história. Em seguida, focamos no jornalismo do século XXI que está inserido em um contexto de crise econômica da mídia convencional e de expansão das tecnologias digitais e que segue a lógica da notícia como mercadoria, resultando em uma crise de legitimidade e abrindo espaço para outras experiências jornalísticas, como as mídias independentes. Tratamos do conceito de independência e de jornalismo independente e das diferenças e semelhanças com a noção de alternativo, entendendo que as mídias independentes buscam um distanciamento do jornalismo convencional e focam no empoderamento das pessoas e na ampliação da democracia.

Na segunda seção, discorremos a respeito das experiências de jornalismo independente no Brasil e na América Latina, suas práticas jornalísticas, características organizacionais, modelos de negócios e fontes de financiamento. Também apresentamos o mapeamento do jornalismo independente no Brasil, realizado pela Agência Pública, para conhecermos algumas características dessas mídias.

A terceira seção foca no jornalismo independente feminista e com perspectiva de gênero que utiliza a comunicação de maneira estratégica para a ação política, comunicando suas pautas e militando, ao mesmo tempo. São mídias que abordam diversos temas com o recorte de gênero, considerando a diversidade existente entre as mulheres e fazendo a intersecção com as questões de raça/etnia, classe social, orientação sexual e identidade de gênero. Abordamos ainda as contribuições e tensões que o feminismo apresenta para o jornalismo e as disputas discursivas dentro do cenário midiático, com as mídias independentes propondo outros discursos sobre o mundo e fazendo críticas ao jornalismo convencional, suas abordagens das questões de gênero e suas representações das mulheres.

Dentro dessa seção, apresentamos as sete mídias independentes feministas do Brasil, pontuando suas características, pautas principais, constituição da equipe de profissionais e modelos de negócios. Após um olhar abrangente para essas mídias, focamos na *Revista AzMina*, objeto de estudo desta dissertação, caracterizando-a e discorrendo sobre a sua prática jornalística e os conteúdos publicados.

5.1 Jornalismo e a prática jornalística independente

O jornalismo é uma prática social que está presente na vida cotidiana de todas as pessoas, cumprindo uma finalidade social na nossa sociedade. Esse propósito do jornalismo não é definido pelos jornalistas, pelas técnicas que eles empregam ou pelas tecnologias, mas sim por algo mais básico: a função que a notícia desempenha na vida das pessoas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014). Cada notícia é uma construção que se relaciona com os processos sociais, culturais e históricos da sociedade em que está inserida. As notícias podem ser vistas como uma construção social, já que são o resultado de inúmeras interações entre os agentes sociais na organização das notícias em prol de suas estratégias de comunicação (TRAQUINA, 2005a).

Através dos seus discursos, o jornalismo constrói a realidade social ao selecionar os fatos sociais e transformá-los em acontecimentos públicos. As notícias são estruturadas profundamente nos valores, na identidade e na cultura que os jornalistas partilham, enquanto membros, com a sociedade (TRAQUINA, 2005a), sendo influenciadas e influenciando o contexto e o território em que estão inseridos. É no discurso que vemos como o jornalismo incorpora a cultura e nos mostra sua postura política e ideológica. O papel do jornalismo está relacionado aos impactos que as informações divulgadas têm para os indivíduos. Seu principal objetivo é fornecer às pessoas as informações de que precisam para serem livres e autogovernadas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014).

O jornalismo surgiu porque houve e ainda há uma necessidade social da informação. O que chamamos de jornalismo é o sistema que as sociedades desenvolveram para fornecer informações sobre o que é e o que está por vir, pois precisamos de notícias para viver, nos proteger e criar laços uns com os outros (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014). É por meio do jornalismo que os indivíduos passam a conhecer diversos fatos, mas também se informam sobre aquilo que interfere direta e indiretamente no seu cotidiano. As notícias influenciam a qualidade de nossas vidas, pensamentos e cultura (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014).

Em uma sociedade democrática, o papel do jornalismo é informar o público sem censura (TRAQUINA, 2005a), dando voz e espaço para os diferentes ângulos e perspectivas. O jornalismo tem o papel de fazer a vigilância do poder e de prestar informações relevantes para o público, baseando-se na ética jornalística para informar a todas as pessoas, sem privilegiar os mais abastados e dar voz às diversas correntes

de opinião (BUCCI, 2000). Essa prestação de informações, além de seguir princípios éticos, deve ser orientada pela busca da verdade e abranger uma pluralidade de pontos de vista.

Para Cláudia Nonato (2013), o jornalismo, além de ser um difusor de informação, tem instrumentos que possibilitam a reflexão e compreensão dos fatos e da história, consolidando-se como fonte de conhecimento. Com esse papel de fonte e difusor de conhecimento, passou a servir como espaço de liberdade democrática, sendo o mediador da sociedade e buscando promover o diálogo. O jornalismo tem um caráter constitucionalmente político, tendo a capacidade de interferir nos destinos da humanidade e nos seus processos decisórios (CAMASÃO, 2017).

O jornalismo tem o dever de formar, esclarecer e abrir para o público o acesso à informação, à educação e ao conhecimento (BUCCI, 2000). A função vai além da simples transmissão de informações, porque o jornalismo precisa investigar, interpretar e traduzir essas informações em uma linguagem e forma compreensíveis para o público. Ao garantir o direito e o acesso à informação, pode ser considerado um agente de desenvolvimento, pois consegue oferecer os elementos e as condições para que as pessoas exerçam seus direitos na democracia (OLIVEIRA, 2017).

Marcondes Filho (2000) classifica o jornalismo em quatro fases ao longo de sua história, relacionando com as mudanças pelas quais a sociedade passou. De 1789 à metade do século XIX, há o primeiro jornalismo caracterizado por ser político-literário, focado nos fins pedagógicos e de formação política, deixando os fins econômicos em segundo plano (MARCONDES FILHO, 2000). Estava concentrado na formação de ideias, objetivando inserir a política na vida da população. Os jornais eram armas na luta política e identificados com causas políticas (TRAQUINA, 2005a).

Era um jornalismo voltado para propaganda e divulgação de ideais políticos e partidários, sendo influenciado também pelos valores da Revolução Francesa e do Iluminismo, como liberdade e igualdade. Os iluministas, entendendo o papel do jornalismo como educacional, se apoiaram na imprensa como principal meio de comunicação para propagar o direito à liberdade de expressão, sem as intromissões da Igreja e do Estado (NONATO, 2013).

Essa visão sobre o jornalismo se modifica radicalmente ao longo do século XIX. O campo jornalístico começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais com o desenvolvimento do capitalismo e de outros processos como a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o avanço tecnológico e a emergência da

imprensa como mídia massiva (TRAQUINA, 2005b). Essas mudanças econômicas tecnológicas transformaram o jornalismo e o seu discurso, incorporando aspectos como competição, concorrência, sobrevivência financeira e o objetivo do lucro.

O segundo jornalismo tem o jornal como grande empresa jornalística, com a necessidade de vender muito para se autofinanciar (MARCONDES FILHO, 2000) e de ter lucro. Além das notícias, há a venda de espaços publicitários para garantir a sobrevivência econômica do veículo. Era o início de uma nova fase, na qual a imprensa está cada vez mais próxima do capital, necessitando de estratégias empresariais para vender seu produto – a informação (NONATO, 2013).

Esse é o início do jornalismo como conhecemos hoje, que, no século XIX, passou a fornecer informação, baseando-se nos fatos e não nas opiniões (TRAQUINA, 2005a). Essa mudança de foco para notícias – e não mais opiniões e ideais políticos – se deve à necessidade de ampliação do público e de atração de anunciantes para conseguir se sustentar financeiramente. Com isso, há a emergência de valores que ainda hoje são identificados com a prática jornalística, tais como: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e a noção de serviço ao público (TRAQUINA, 2005a).

Ao longo do século XX, surgem emissoras de rádio e de televisão que se juntam aos jornais e revistas no cenário jornalístico. Esses novos meios impactaram na atividade jornalística, mas também criaram outras práticas de comunicação ligadas à cultura e ao entretenimento. Nesse século, há o desenvolvimento e crescimento das empresas jornalísticas e, consequentemente, há a constituição de monopólios que caracterizam o terceiro jornalismo (MARCONDES FILHO, 2000). Ou seja, há a formação de grandes conglomerados que controlam o mercado de produção jornalística. Também, a indústria publicitária e de relações públicas emergem como novas formas de comunicação que competem com o jornalismo (MARCONDES FILHO, 2000).

Do final do século XIX à metade do século XX, foram poucas mudanças que ocorreram na rotina das redações jornalísticas e no processo produtivo do jornalismo (NONATO, 2013). Foi um período em que o jornalista passou a ter certo destaque na sociedade, organizando-se como uma categoria. Já o jornalismo, conforme explica Roseli Figaro (2013), se consolida, no século XX, como a narrativa produzida por profissionais especializados que se dedicam exclusivamente a selecionar os fatos do cotidiano que merecem se tornar notícia.

A partir da década de 1970, temos o quarto jornalismo, no qual as inovações tecnológicas interferem na rotina jornalística e nos conteúdos produzidos (MARCONDES FILHO, 2000).[18] Nessa fase, há o aumento da velocidade na transmissão da informação e a valorização de aspectos visuais. Outro ponto é que os comunicados e materiais de imprensa fornecidos por agentes empresariais e públicos (assessorias de imprensa) se misturam e se confundem com a informação jornalística das notícias e reportagens dentro dos veículos (MARCONDES FILHO, 2000). É o jornalismo da era tecnológica, que, gradativamente, incorpora as características da produção para a internet.

No Brasil, no decorrer do século XX, a indústria da comunicação se concentrou nas mãos de poucas corporações familiares que controlavam os meios de comunicação de massa. Nas últimas três décadas desse século, eram dez grupos familiares que tinham o controle de quase todos os meios: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (Folha de São Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Globo), Mesquita (O Estado de São Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil Sul) (COSTA, 2005). O modelo de negócio era financeiramente sustentado pela propaganda, no qual mais consumidores representavam mais anunciantes e, portanto, mais lucro.

Na virada para o século XXI, com a consolidação da internet, o jornalismo teve que se adaptar e se reconfigurar com as demandas e plataformas digitais. Pollyana Ferrari (2010) avalia que o jornalismo contemporâneo precisou moldar produtos editoriais interativos com qualidades atraentes ao público, como grande abrangência de temas e personalização, e com diferentes formas de transmitir a informação. Há a modificação de várias etapas e processos do fazer jornalístico, com novas práticas para a checagem dos fatos, divulgação de conteúdos e mensuração da audiência. No jornalismo digital, os jornalistas necessitam saber trabalhar com os recursos multimídias e ter uma visão multidisciplinar, com noções comerciais e de marketing, adaptando-se às transformações sociais (FERRARI, 2010).

As interferências sociais e tecnológicas no jornalismo contemporâneo são inúmeras. Clarissa Pereira (2018) menciona a sociedade hipermidiatizada, o apelo aos recursos visuais e as mudanças de valores como exemplos de fatores que

[18] Vale ressaltar que a classificação de Ciro Marcondes Filho é de 2000 e não incorpora as mudanças dos últimos anos com a consolidação da internet.

influenciam o jornalismo, que se altera conforme se modifica a sociedade, a tecnologia e as necessidades do público.

Com o cenário de transformações econômicas e tecnológicas, surge um adjetivo para o jornalismo: o jornalismo da informação em tempo real (FIGARO, 2013), ressaltando o aspecto da rapidez e instantaneidade presentes no jornalismo contemporâneo. Embora o jornalismo, desde sua origem, esteja sustentado em um arcabouço discursivo fundamentado nos valores da autonomia e da emancipação do cidadão, ele está ligado a uma lógica de organização empresarial que o enquadra nos objetivos da lucratividade (FIGARO, 2013), com uma grande centralidade da publicidade na atividade jornalística dentro desse processo capitalista.

A publicidade chega a influenciar o texto jornalístico, com um discurso que evidencia seu caráter manipulador e constrói positivamente uma imagem do tema-produto (NONATO, 2013) e, muitas vezes, essa manipulação e construção persuasiva passa despercebida pelo público. Isso porque segue as regras dos manuais de redação adotado pelo meio de comunicação para as suas pautas (NONATO, 2013), apresentando-se como jornalismo.

A mídia é um dos principais constituidores contemporâneos da hegemonia, e o jornalismo, ao lado de outros aparelhos privados de hegemonia, contribui para estabelecer mapas cognitivos a partir dos quais as pessoas leem o mundo e se posicionam diante dos fatos (NEGRÃO, 2005). Ao longo do tempo, o jornalismo foi se configurando de acordo com as condições específicas do contexto histórico, cultural, político e econômico que estava inserido. Além da publicidade, os demais conteúdos divulgados nos meios de comunicação também têm sua produção orientada por determinados interesses:

> [...] definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e exclusão. Este processo é realizado segundo diversos critérios que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos jornalistas. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 12).

Apesar de reproduzirem uma visão parcial da realidade, a maioria dos meios de comunicação convencionais sempre adotou um discurso da realização de um jornalismo baseado objetividade e na neutralidade e pautado pelo interesse público. Esses meios de comunicação convencionais e dominantes podem ser redes de

televisão, emissoras de rádio, jornais impressos e portais de notícias que são gerenciados por grandes empresas midiáticas, nos quais os interesses comerciais e mercadológicos são mais valorizados. Nas corporações de mídia, conforme destaca Luisa Tavares (2019), o jornalismo está configurado de forma a construir uma lógica de conduta com uma noção de público de caráter universal, servindo igualmente a todos, sem posicionamentos ou parcialidades.

No entanto, o que vemos, frequentemente, são meios de comunicação comprometidos mais com os interesses mercadológicos do que com sua função social. O avanço do capitalismo impulsionou o jornalismo, especialmente a partir do surgimento das novas tecnologias, e transformou a informação em mercadoria (NONATO, 2013), sendo manipulada de acordo com interesses políticos, econômicos e ideológicos e focando em estratégias mercadológicas.

É nesse contexto que o jornalismo contemporâneo está inserido. O jornalismo, enquanto fenômeno social, é, ao mesmo tempo, muito questionado e muito consumido na contemporaneidade, seja pelos meios tradicionais, seja pelas ferramentas digitais (CAMASÃO, 2017). De um lado, o jornalismo contemporâneo passa por uma crise de legitimidade perante o público. O fracasso coletivo da indústria midiática em se adaptar à revolução digital gerou uma profunda crise de confiança sobre as notícias (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014).

Além da questão da credibilidade, há um crescente movimento de desinformação e de distribuição de notícias falsas no cenário global que influenciam na prática jornalística e na confiança por parte do público. Pollyana Ferrari e Margareth Boarini (2020) entendem que o processo de desinformação, de notícias falsas e do negacionismo se valem dos efeitos poderosos das ferramentas comunicacionais que as tecnologias atuais oferecem, sendo potencializados e agindo conjuntamente de maneira interdependente. Ao se inserir no fluxo informacional e comunicacional, esse processo é ágil tanto na entrega da informação quanto na observação dos seus impactos, como a geração de uma instabilidade na sociedade.

Existem alguns fatores que contribuem para a força do processo de desinformação: a configuração das redes digitais; a exploração dos recursos tecnológicos dentro do universo narrativo a fim de alcançar audiências gerais ou delimitadas por bolhas; a crise de confiança experimentada por instituições como a ciência e a imprensa (FERRARI; BOARINI, 2020). Esses fatores não agem

isoladamente, mas sim de forma simultânea e interdependente, estimulando a produção e a circulação da desinformação.

Por outro lado, estão sendo criadas diferentes experiências jornalísticas no ambiente digital que buscam resgatar a autonomia e a confiança dessa atividade e procurando democratizar a informação. Na internet, surgem um grande número de pequenos meios que se inspiram em uma atuação contra-hegemônica (FIGARO, 2013) em relação aos meios de comunicação convencionais. São mídias alternativas que podem atuar como instrumento de ação contra-hegemônica em busca de transformação política, econômica e social (GOÉS, 2007) ao promoverem outras práticas e valores.

As novas tecnologias – computadores, dispositivos móveis e Internet – causaram impactos no modo de produção do jornalismo e transformações culturais, nos hábitos de consumo e de interatividade por parte do público (CAMASÃO, 2017), bem como na digitalização do processo, produto e circulação no campo comunicacional. Assim, surgiram outras possibilidades para o jornalismo no ambiente digital com diferentes recursos multimídia e com uma interação mais direta com o público, que pode escolher o que deseja acessar e não é mais apenas um receptor das informações, pois pode discutir e também produzir conteúdos. Para Daniela Lacerda (2016), com a possibilidade de se conectar ao público sem precisar mais da intermediação das corporações midiáticas e sem estar condicionado às diretrizes ideológicas e comerciais delas, grupos de jornalistas começaram a criar novas organizações de comunicação, sem fins lucrativos, alargando as fronteiras das decisões, filtros, valores e discursos editoriais envolvidos na apuração e compartilhamento das informações.

Porém, somente os fatos de ter acesso à internet e da existência dessas mídias e das redes sociais não significam que a comunicação seja democrática. É preciso ter educação para acessar e buscar a informação, além de termos uma disseminação de publicações por meio de algoritmos (PEREIRA, 2018), que escolhem as informações e os conteúdos que vão apresentar a cada pessoa do público consumidor.

Além dos desafios econômicos, o jornalismo contemporâneo tem de aprender a lidar com as redes sociais, o celular, a ascensão do vídeo e a produção multimidiática, sem perder a essência do jornalismo (PEREIRA, 2018). Os dispositivos móveis, como o celular, passam a ser pensados pelo jornalismo tanto na produção de conteúdo quanto para o consumo do público, apresentando, por exemplo, sites

adaptados para esse dispositivo e perfis nas redes sociais e aplicativos gerenciados pelos meios de comunicação.

Há processos de reconfiguração e mudanças econômicas e culturais, por causa das novas tecnologias, influenciando nos seus discursos, nos seus produtos e nas condições de trabalho. As mudanças tecnológicas incorporadas na atividade jornalística redesenharam as maneiras dos jornalistas trabalharem (FIGARO, 2013) com novas funções, processos, formatos e recursos. Gradualmente, as organizações jornalísticas vêm incorporando a cultura da convergência, que é caracterizada pela pluralização das formas de conceber, fazer e consumir notícias e pelo entrelaçamento de diversas plataformas, pessoas e tecnologias (LACERDA, 2016).

Em um contexto de convergência jornalística e com a mobilidade propiciada pelos dispositivos móveis, as organizações estão passando por um processo de inovação e renovação na produção de conteúdos, linguagens, formatos de apresentação, edição e consumo das informações. Há a convergência de mídias e dos ambientes de trabalho – as redações – e uma tendência de digitalização crescente dos dados e produtos simbólicos e de interligação da sociedade em redes de comunicação móvel, impactando em um novo modelo informacional de estrutura e organização social (FRANCISCATO, 2014). Esse modelo também tem novas rotinas de trabalho jornalístico. O jornalismo demanda a aproximação com outras áreas do conhecimento, especialmente tecnológicas e computacionais, para a compreensão dos fenômenos e na formulação de novas formas e experiências possíveis (FRANCISCATO, 2014), como o uso de recursos tecnológicos nos processos de apuração e processamento do grande volume de dados.

Além disso, o papel do jornalismo não é mais de decidir quais as informações o público deve ou não saber. Por exemplo, se determinado jornal decidir não publicar algo, um dos inúmeros outros sites, emissoras de rádio, redes de mídia social, blogs, etc., vão divulgar (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014) e as pessoas ficarão sabendo dessa informação. É um local onde todos publicam tudo e a disputa de atenção é cada vez maior (PEREIRA, 2018). Assim, os jornalistas devem utilizar seus critérios, técnicas e tecnologias para organizar e checar as informações e transmiti-las de maneira compreensível para as pessoas a fim de que elas tenham os meios necessários para interferirem na sua realidade.

Apesar de todos os desafios citados, há a possibilidade de produzir peças jornalísticas diferenciadas, com recursos interativos, de animação e de gamificação,

experimentando novas formas de passar a informação (PEREIRA, 2018) e convivendo com novos hábitos de consumo de informação. A revolução tecnológica potencializou a globalização, transformando as relações territoriais e de espaço-tempo e as sociabilidades (NONATO, 2013). As novas práticas jornalísticas digitais expressam novas apropriações dos territórios e novas territorialidades, que participam da construção da visão de mundo das pessoas nos contextos culturais em que estão.

As mídias digitais abrem espaço para novos agentes de produção de conteúdo e informação, apresentando motivações para ação e críticas ao jornalismo produzido pelas corporações (TAVARES, 2019) e refutando a suposta imparcialidade defendida pela mídia convencional. É um jornalismo atualizado em termos tecnológicos, acompanhando as inovações possíveis a partir do que provém do digital, e em termos políticos e sociais, com uma prática mais inclusiva, mais diversificada e mais representativa de diferentes populações (TAVARES, 2019).

Hoje, indivíduos, grupos sociais e jornalistas podem se informar e transmitir informação, sem depender da mídia convencional. Grupos historicamente marginalizados têm um potencial de articulação e de divulgação em sites e redes sociais e utilizam o jornalismo como forma de visibilizar realidades negligenciadas ou estereotipadas na mídia convencional (TAVARES, 2019).

Essas mídias que fazem críticas à falta de espaço e de representatividade de determinados indivíduos e grupos nos meios de comunicação convencionais. Eles fazem um jornalismo que se concentra na elite especializada, não refletindo o mundo como a maioria das pessoas o vive e o experimenta (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014). Da mesma forma, há problemas quando o jornalismo segmentado foca apenas no público especializado e entendido do assunto. Por exemplo, se a cobertura política se concentra em considerações para o viciado em política, ela deixa para trás o meramente interessado e também o desinteressado, falhando nas responsabilidades do jornalismo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014).

Algumas dessas mídias atuam com uma postura contra-hegemônica. São pontos de resistência aos discursos hegemônicos formados por meios, redes e plataformas que, sobretudo através das tecnologias digitais, disseminam informações e ideias que valorizam a consciência social e os direitos da cidadania (MORAES, 2010). Assim, há disputas entre discursos diferentes – ou, até mesmo, opostos – no cenário midiático. Um dos desafios para o pensamento contra-hegemônico é alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos a fim de alterar gradual e

permanentemente as relações sociais e de poder (MORAES, 2010), transformando estruturas e instituições.

No ambiente digital, de um lado, existem meios de comunicação convencionais e hegemônicos, administrados por empresas jornalísticas, como emissoras de televisão e rádio, que ainda são as detentoras de poder na produção e distribuição de informações. Por outro lado, há produtores de conteúdos e mídias independentes – alguns dos quais surgiram na internet – que se inserem no cenário jornalístico. Essas iniciativas apresentam autonomia editorial e um discurso que retoma o jornalismo focado no interesse público e no fortalecimento da democracia (LACERDA, 2016).

As experiências de jornalismo independente, como explica Vanessa Oliveira (2021), são criadas a partir das possibilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais de comunicação e elas têm a internet como seu suporte de circulação. Elas apresentam características que convergem com a prática de um jornalismo pautado pela diversidade e pluralidade, divulgando informações que possam contribuir com o empoderamento das pessoas e a ampliação da democracia. Essas mídias são identificadas por não estarem vinculadas a nenhuma grande empresa de comunicação e pode ser observado um olhar diferente para a escolha das pautas e, consequentemente, a produção de conteúdo (REIS, 2017a).

O conceito de jornalismo independente envolve diferentes perspectivas e significados dependendo do ângulo de abordagem e do contexto em que está inserido, inclusive com algumas concepções que são contraditórias. As organizações e os atores da mídia declaram independência – do controle estatal, das forças do mercado ou das convenções dominantes – a fim de reforçar sua legitimidade e credibilidade junto ao público, a outras organizações e atores midiáticos e aos formuladores de políticas (KARPPINEN; MOE, 2016). Desse modo, o termo independência pode remeter a uma distância do Estado, das forças de mercado, dos interesses empresariais e comerciais ou das concepções dominantes sobre a prática jornalística hegemônica.

A independência da mídia é um conceito relacional e não existe independência total ou absoluta no domínio da mídia, pois qualquer meio sempre vai ter que lidar com diferentes restrições e influências externas (KARPPINEN; MOE, 2016). Por ser um conceito relacional, assume diferentes significados nos mais distintos contextos e pode ser apropriada de acordo com interesses diversos dependendo da intenção dos

atores ou organizações sociais. Devemos questionar por quem e com que propósito esse conceito está sendo mobilizado (BENNETT, 2015).

A palavra independência significa a condição de ser livre e independente, liberdade de sujeição ou ausência de controle em determinado sentido. Descreve a liberdade da influência de outros, a capacidade de um indivíduo ou instituição têm de tomar decisões e agir conforme sua própria lógica (KARPPINEN; MOE, 2016). Esse termo está relacionado com a questão da autonomia apresentada por essas mídias que, por sua vez, está ligada à autenticidade. A autenticidade garante o valor das produções da mídia independente para o público (BENNETT, 2015), assinalando uma condição de veracidade e de legitimidade para esse veículo.

A noção de mídia independente se refere aos meios de comunicação alternativos que são, muitas vezes, sem fins lucrativos ou subversivos, bem como inclui os meios de comunicação ativistas digitais, alternativos e cidadãos (KARPPINEN; MOE, 2016). Dentre as experiências que se colocam como diferentes do jornalismo convencional e distantes da grande mídia, elas podem se identificar com vários termos, tais como: alternativas, independentes, populares, comunitárias, etc. Por isso, há um debate sobre todas essas nomenclaturas, com alguns consensos e dissensos entre os autores.

No Brasil, o termo alternativo surgiu para caracterizar o tipo de imprensa que se colocava contra a ditadura militar na segunda metade do século XX. Entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos da imprensa alternativa, fazendo críticas ao modelo econômico e cobrando com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos (KUCINSKI, 2001). Esse discurso era oposto ao propagado pelos meios de comunicação convencionais da época.

Desde o início, há uma demarcação bem clara entre a imprensa convencional e a alternativa. Na história do jornalismo brasileiro, existiram também outros momentos em que tivemos uma imprensa alternativa como, por exemplo, os pasquins irreverentes e panfletários do período da regência e os jornais anarquistas de operários de 1880 a 1920 (KUCINSKI, 2001).

A noção de alternativo representa quatro dos significados essenciais dessa imprensa: algo que não está ligado a políticas dominantes; opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; única saída para uma situação difícil; desejo das gerações de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que almejavam (KUCINSKI, 2001). Assim, jornalistas e intelectuais da época encontraram nessa

imprensa um espaço alternativo aos meios de comunicação tradicionais e à universidade para poderem trabalhar suas pautas e fazer suas reivindicações.

Nessa discussão sobre o alternativo, devemos pensar “alternativo a quê?”, pois esse termo pressupõe uma relação com outro elemento predominante que, no caso dos meios de comunicação, é o jornalismo convencional ou tradicional. O jornalismo alternativo se apresenta como outro jornalismo, propondo uma percepção diferente da realidade (CARVALHO; BRONOSKY, 2017) e disputando a atenção do público com os meios de comunicação dominantes. O diferencial do alternativo em relação ao tradicional está em uma postura ativista no âmbito estrutural, prático ou discursivo (ASSIS; CAMASÃO; SILVA; CHRISTOFOLETI, 2017).

Para Cicilia Peruzzo (2009), a comunicação alternativa pretende ser uma opção como canal de expressão e conteúdos infocomunicativos em relação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora. Os meios de comunicação alternativa têm uma orientação política e ideológica bem definida, uma abordagem crítica e formas de organização e produção que visão a participação e a mobilização dos atores sociais.

> No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contracomunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social. (PERUZZO, 2009, p. 132).

Desse modo, a comunicação alternativa está desvinculada de interesses econômicos e governamentais. É uma forma de comunicação que tem como princípios organizacionais a participação coletiva e o financiamento não comercial, buscando focar nas demandas da população e democratizar a informação para conseguir mudanças sociais.

Em outra perspectiva, Sandoval e Fuchs (2010) consideram que a compreensão da mídia alternativa como mídia participativa é insuficiente. Os autores propõem que ela seja entendida como mídia crítica por realizarem críticas radicais no nível do conteúdo – especialmente ao capitalismo e à desigualdade social produzida por esse sistema –, mas não necessariamente como alternativa por se diferenciarem no nível da forma econômica do produto e dos processos de produção (SANDOVAL; FUCHS, 2010). Esses conteúdos críticos questionariam as estruturas de dominação

e de opressão e expressariam e representariam as visões de indivíduos e grupos oprimidos e marginalizados. O objetivo é que, através do conteúdo midiático crítico, essa mídia alternativa contribua para a transformação emancipatória da sociedade (SANDOVAL; FUCHS, 2010).

Já a comunicação popular é uma forma alternativa de comunicação feita por segmentos marginalizados da população, visando a sua mobilização e participação política na busca por seus direitos. Tem sua origem nos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina e caracteriza um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares (PERUZZO, 2008).

No final do século XX, o termo comunicação comunitária passou a representar esse mesmo tipo de comunicação no Brasil. É uma forma de comunicação que por vezes incorpora conceitos e reproduz práticas da comunicação popular, mas, ao mesmo tempo, constrói outros matizes, inclusive, em alguns casos, se desconectando dos movimentos sociais (PERUZZO, 2008). Seu foco é difundir conteúdos educativos que ampliem a cidadania e garantir o acesso das pessoas aos canais de comunicação.

> Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2008, p. 370).

Com o tempo, o termo alternativo passou a denominar diferentes práticas de comunicação, complexificando o seu conceito. Pode se referir a meios comunicativos independentes – orgânicos ou não a movimentos sociais ou organizações semelhantes –, a publicações alternativas criadas por segmentos da burguesia e vendidas em bancas e a veículos de comunicação popular, comunitária ou sindical (PERUZZO, 2009).

No contexto da internet, a comunicação popular, comunitária e alternativa teve suas possibilidades e recursos ampliados. Há uma renovação em sua linguagem, formato, importância e alcance, bem como passa por processo intrínseco de reelaboração, que inclui o empoderamento das tecnologias de informação e comunicação disponíveis (PERUZZO, 2018). São exemplos páginas e perfis nas redes sociais, canais no YouTube, rádios digirais e redes no aplicativo WhatsApp

usadas para difundir essa comunicação, buscando conscientizar a população e lutar por direitos básicos. Existem também meios digitais alternativos de comunicação que produzem e divulgam visões alternativas de fatos, coberturas de temas não abordados pela mídia convencional, análises aprofundadas de questões políticas e econômicas, além de difundirem documentos sigilosos (PERUZZO, 2018).

O surgimento de meios alternativos está relacionado a ideia de que o jornalismo convencional se distanciou dos seus valores fundamentais, passando a se concentrar mais no interesse comercial e econômico do que no interesse público (OLIVEIRA, 2009). Ou seja, o jornalismo se tornou uma atividade comercial, necessitando que outras mídias foque nas demandas da maioria das pessoas da sociedade. Assim, o jornalismo alternativo confronta a estrutura midiática monopolizada, acreditando que é possível fazer algo diferente (OLIVEIRA, 2009).

No entendimento de Mariana Silva (2017), o termo jornalismo alternativo é uma espécie de guarda-chuva que abriga diversas iniciativas que, muitas vezes, têm propostas ou abordagens semelhantes, mas naturezas significativamente distintas. Isso porque a diversidade de origens, propostas, pautas, conteúdos, formatos, atores e organizações permeia essas experiências, especialmente as que são digitais. Por isso, não há uma definição única que dê conta de toda a gama de experiências que estão fora do âmbito do jornalismo convencional (SILVA, 2017). Cada mídia tem uma denominação para sua prática jornalística de acordo com o posicionamento adotado.

No caso do conceito de independência para os meios de comunicação, ele está ligado à compreensão democrática do papel da mídia na sociedade que envolve a liberdade de imprensa, a crítica ao poder, a mídia como quarto poder e a função vigilante dos jornalistas (KARPPINEN; MOE, 2016). Nesse sentido, o papel da mídia vai além da simples transmissão de informações, pois ela deve atuar com uma postura crítica diante da realidade para propiciar o acesso à informação, representar os diferentes indivíduos e grupos e regular os órgãos públicos.

Bennett (2015) entende que a independência da mídia pode ser pensada a partir de quatro perspectivas: sociopolítica, industrial, formal e retórica ou discursiva. Na primeira, uma imprensa livre é vista como fundamental nas sociedades democráticas e a mídia independente cumpre um papel social e político, oferecendo espaço para críticas ao governo e aos meios de comunicação (BENNETT, 2015). A segunda compreende que a independência opera em termos de arranjos econômicos e regulatórios e as mídias independentes têm a liberdade da excessiva

regulamentação ou dos imperativos comerciais, bem como trabalham nos espaços criativos livres da indústria convencional (BENNETT, 2015).

A terceira perspectiva entende que a mídia independente produz e mobiliza um conjunto de códigos estéticos e preferências particulares que envolvem a ideia de autenticidade (BENNETT, 2015). A quarta, que opera de forma inter-relacionada com as outras três perspectivas, considera os interesses e os motivos mobilizados na declaração de independência de uma mídia (BENNETT, 2015). Para o autor, essa última abordarem – a retórica ou discursiva – é a mais crucial para a formação e o papel da mídia independente nos diferentes contextos.

A noção de independência também se refere a uma maneira particular de fazer as coisas que é alternativa à grande mídia e a sua lógica, significando uma distância da indústria convencional (*mainstream*) (KARPPINEN; MOE, 2016, grifo nosso) e dos valores que orientam a atividade jornalística desses meios. Esse distanciamento é visto no formato, nas práticas e rotinas de produção, estabelecendo um modo diferente de fazer o jornalismo, no qual as regras de mercado e dessa indústria não aprisionam a criatividade e a liberdade dos produtores (ASSIS; CAMASÃO; SILVA; CHRISTOFOLETI, 2017).

Assim, ao se declarar independente, uma mídia se coloca como diferente – e, às vezes, até oposta – à indústria convencional e a sua lógica de mercado. O rótulo de jornalismo independente é cunhado a partir de seus próprios produtores e, mais do que explicitar se há independência, cumpre o papel distintivo, como uma maneira de se distinguirem de um formato jornalístico em vigor (OLIVEIRA, 2021). Essa autodenominação explicita o seu papel social, valorizando seus aspectos identitários e reforçando a distância e a diferença de outro – nesse caso, a indústria convencional.

Mas não é apenas em relação à indústria convencional (*mainstream*) que a concepção de mídia independente é construída. Sua estruturação também se baseia em outros binários, tais como: autêntico X falso/comercial; sem fins lucrativos X livre mercado; livre X controlada; pequena escala X conglomerado de mídia; baixo orçamento X alto orçamento; inovador/experimental X formatado/previsível; subcultura X dominante (BENNETT, 2015). Esses binários contribuem com a formação da mídia independente e dos seus ideais – umas mais, outras menos – em cada contexto particular e de acordo com os interesses mobilizados pelos atores e organizações sociais.

Além desses binários, a mídia independente é definida em relação à mídia alternativa, situando-se como arranjos híbridos entre o *mainstream* e o alternativo (BENNETT, 2015, grifo nosso). Essa é uma forma de estabelecer limites entre as diferentes formas de jornalismo, embora nem sempre a distinção esteja tão clara. Esses arranjos híbridos podem ser entendidos como uma forma da mídia independente conseguir equilibrar pragmaticamente as pressões financeiras e regulatórias com as liberdades individuais e criativas (BENNETT, 2015).

A questão do financiamento é um dos principais obstáculos para a sobrevivência das mídias independentes. Enquanto os meios de comunicação tradicionais buscam na venda de anúncios publicitários a sua sobrevivência econômica, a maioria dos veículos independentes procura formas de financiamento coletivo. Essa ideia é acompanhada da premissa de que quanto mais financiadores uma mídia tiver, mais independente ela vai ser (ASSIS; CAMASÃO; SILVA; CHRISTOFOLETI, 2017). Por isso, esses veículos buscam ter o maior número possível de financiadores individuais a fim de garantir a sua autonomia. Nesse caso, não há anunciantes ou proprietários/acionistas que possam interferir no conteúdo produzido (CAMASÃO, 2017) e impedir que determinados temas sejam abordados.

No Brasil, um dos principais portais de financiamento coletivo é o Catarse[19], fundado em 2011 (CAMASÃO, 2017). Nessa plataforma, as pessoas podem divulgar as informações de seus projetos a fim de conseguir apoiadores e arrecadar contribuições monetárias para financiá-los. No caso dos projetos jornalísticos, a maioria das arrecadações serviu para ajudar com o capital inicial para lançar mídias digitais ou para viabilizar um projeto pontual, como uma cobertura, uma revista, um livro, um documentário, etc. (CAMASÃO, 2017).

Outra fonte de financiamento comum para mídias independentes é o investimento realizado por fundações nacionais e internacionais através de doações e de editais de projetos. Algumas mídias também utilizam a publicidade como estratégia para o seu financiamento. Esses recursos viabilizam a manutenção desse meio de comunicação e o seu desenvolvimento.

Quanto ao público, as experiências de jornalismo independente se direcionam a pessoas que estejam interessantes em alternativas de informação em relação à mídia convencional. Uma mídia independente deve encontrar a audiência certa, que

[19] Disponível no link: https://www.catarse.me/.

esteja comprometida com os ideais industriais, estéticos, éticos e sociopolíticos desse veículo e que esteja envolvida na luta discursiva a respeito do seu significado e valor (BENNETT, 2015). As iniciativas podem tratar de pautas sociais gerais, não se direcionando a um grupo específico da sociedade, ou podem ser segmentadas e atender a algum nicho e/ou representar as demandas de algum movimento social. Mas, nem sempre o público da mídia independente é apenas um nicho ou marginal (BENNET, 2015).

Existem algumas experiências de jornalismo independente que estão identificadas com grupos ou movimentos sociais, apresentando discursos voltados, por exemplo, para questões raciais, de gênero ou LGBTQIA+, direcionando-se a segmentos da população que também estejam identificados com essas causas sociais. São práticas de jornalismo focadas na diversidade e que fazem um ativismo digital, lutam pelos direitos e demandas de determinados grupos e possibilitam que outros pontos de vista tenham espaço e voz no cenário midiático. Sem diversidade não pode haver imprensa ética, pois os meios tendem a representar a voz das grandes corporações (BUCCI, 2000) e apenas os interesses de alguns grupos são valorizados e levados em consideração.

Nesse sentido, a noção de independente pode representar uma orientação para justiça social e um compromisso político (KARPPINEN; MOE, 2016) que está presente desde a decisão das pautas, passando pelo modo de produção e se refletindo na sua postura dentro da sociedade. As mídias independentes estão discursivamente inscritas por e para subculturas como forma de desafiar a estética dominante e a política do centro (BENNETT, 2015), colocando-se como alternativas de informação para os públicos.

5.2 Experiências de jornalismo independente no Brasil e na América Latina

No século XXI, especialmente a partir da segunda década, vemos um aumento do número de experiências de jornalismo independente no Brasil e na América Latina. Há um mercado em ebulição de organizações com características que as enquadram no rótulo jornalismo digital independente: sem fins lucrativos, com foco no jornalismo a serviço do público e sobre temas relacionados aos direitos essenciais da população, sem influência de anunciantes públicos ou privados e criados já no ambiente da sociedade em redes digitais (LACERDA, 2016). São mídias idealizadas e produzidas

por sujeitos e grupos que procuram formas de também terem visibilidade e espaço no cenário midiático, dos quais alguns atuam com uma postura contra-hegemônica.

Na América Latina, existem práticas de comunicação alternativa desde a primeira metade do século XX que buscaram dar voz a segmentos excluídos ou discriminados pelos grupos monopólicos privados que controlavam o setor de mídia (MORAES, 2013b). Haviam rádios comunitárias que divulgavam, principalmente, temas educativos e religiosos para a população e algumas abordavam as questões sindicais e políticas.

No final do século XX e início do século XXI, com o desenvolvimento da Internet e das novas tecnologias, a comunicação alternativa em rede se fortaleceu na América Latina. Acrescido a isso, as mudanças socioculturais, políticas e econômicas promovidas pelos governos eleitos com as bandeiras da justiça social e da inclusão das pessoas nos processos de desenvolvimento também serviram de estímulo para as experiências alternativas (MORAES, 2013b).

As agências alternativas de notícias latino-americanas rejeitam os controles ideológicos da mídia convencional e criam modelos colaborativos e não lucrativos na ambiência descentralizada e interativa da internet a fim de renovar sistemáticas de produção, difusão e circulação social de informações (MORAES, 2013b). Elas aproveitam os baixos custos de produção e os recursos do ambiente digital para estabelecer outras práticas comunicacionais e de difusão das informações, afastando-se das preocupações com interesses econômicos e mercantis. Através das ferramentas digitais, atuam com um sentido contra-hegemônico: difundir conteúdos que contestam às formas de dominação impostas por classes e instituições hegemônicas e priorizam temáticas ligadas aos direitos da cidadania e à justiça social (MORAES, 2013b).

Com uma perspectiva mais abrangente e inclusiva, reivindicam um novo sistema de comunicação que seja, como ressalta Moraes (2013b), pluralista, opondo-se à centralização das informações nas mãos de um número reduzido de corporações e dinastias familiares. São práticas comunicacionais mais participativas que contribuem com a democratização da informação e do conhecimento.

Ao analisar as iniciativas de jornalismo independente da América Latina, Oliveira (2021) constata que se tratam de experiências de jornalismo nativo digital, não corporativo e não partidário, que, a partir de um modelo de negócios com fontes de recursos financeiras plurais e equilibradas, buscam assegurar a sua independência

financeira. É um jornalismo comprometido com a sociedade e utiliza as ferramentas digitais para elaborar e divulgar suas pautas e conteúdos, estar em contato com o seu público e procurar recursos financeiros. A respeito do jornalismo independente latino-americano, a autora explica que:

> Configura-se em modelos plurais e diversificados, no que diz respeito aos modelos de negócios, à organização do trabalho, e também aos gêneros e formatos jornalísticos que publica. Os une a busca pela autonomia, os valores e princípios que regem uma agenda de notícias própria, preocupada em dar visibilidade às relações desiguais de poder, com o aprofundamento da democracia, da defesa dos direitos humanos e da justiça social, demandas inerentes aos territórios latino-americanos. Produz e faz circular um conteúdo segmentado, de nicho, que é igualmente consumido por um público específico. (OLIVEIRA, 2021, p. 315).

Trata-se, portanto, de uma mídia engajada que foca em ter uma liberdade editorial, estabelecendo diferentes modelos de negócios, de produção e de distribuição. Trabalha com diversos gêneros de conteúdo, oferecendo informações de relevância social – inclusive, em alguns casos, realizando um jornalismo investigativo que demanda tempo e investimento.

Na América Latina, o jornalismo independente se configura como uma forma cultural híbrida entre alternativo e tradicional – mas sem estar exatamente centralizado entre as duas formas –, pois se vale de elementos de ambos para configurar uma forma jornalística emergente, na qual velhos valores e práticas são ressignificados em novas relações e processos produtivos, trazendo tensionamentos para os dois modelos (OLIVEIRA, 2021). São forças diversas com um posicionamento crítico diante dos meios de comunicação e da realidade, que realizam disputas e lutas, mostrando suas demandas e exigindo mudanças.

A autora propõe que essas experiências sejam reconhecidas pelo termo já autoproclamado de jornalismo independente, pois elas perseguem uma autonomia editorial a ser garantida por seus modelos de negócios e que são expressas em suas decisões de temáticas, pautas, fontes e angulações (OLIVEIRA, 2021). Ou seja, são organizações que apresentam as características identificadas com o jornalismo independente, procurando exercer uma comunicação democrática e pluralista. Essa denominação se refere a ser independente de uma indústria midiática tradicional (OLIVEIRA, 2021), cumprindo o papel de diferenciar essas mídias diante do público.

Ao analisar seis mídias independentes da América Latina, sendo duas criadas no Chile, uma na Argentina e três na Colômbia, García (2015) identificou uma série

de características presentes nesses meios. Uma das características é que se tratam de meios especializados em uma área temática, em um procedimento do jornalismo ou em um tipo especial de jornalismo (GARCÍA, 2015). Por exemplo, podem ser especializados em algum tema, como política, economia ou gênero, ou podem fazer a checagem de dados.

Esses meios também buscam construir uma agenda própria (GARCÍA, 2015) que influencia todo o processo de produção e distribuição da informação. Outro aspecto é que não tem a notícia como formato dominante, trabalhando com uma convergência de gêneros e formatos (GARCÍA, 2015), como a checagem de fatos e a reportagem em profundidade com análise e interpretação da realidade.

São mídias que participam de atividades convergentes e pluridisciplinares, relacionando-se com laboratórios de criação e experimentação (GARCÍA, 2015), realizando atividades diferentes e adaptando-se mais rapidamente as mudanças culturais. As experiências independentes também podem operar transmídias, produzindo conteúdos em colaboração com outros meios e atuando em plataformas e redes sociais (GARCÍA, 2015). No Brasil, é comum vermos reportagens que foram realizadas em colaboração por diferentes mídias independentes. A título de exemplo, na pandemia, os meios *Amazônia Real*, *AzMina*, *#Colabora*, *Eco Nordeste*, *Marco Zero Conteúdo*, *Portal Catarinas* e *Ponte Jornalismo* fizeram uma parceria para monitorar os casos de violência doméstica e feminicídio no país durante o período.

Em relação à sobrevivência financeira do meio de comunicação, uma das características vistas é que os jornalistas têm mais participação com a área econômica, procurando a sua sustentabilidade, pois, em geral, essas mídias não possuem departamentos de mercado e vendas (GARCÍA, 2015). Nesse caso, editores e jornalistas trabalham na captação de recursos e de financiamento.

Outra característica é que essas mídias procuram reposicionar os pactos de independência e transparência com o público (GARCÍA, 2015), representando espaços de cidadania e democratização da informação e apresentando declarações sobre as fontes de receita e de financiamento. Os meios independentes promovem um jornalismo ativo, procurando fidelizar audiências, cooperar com elas e dar-lhes um papel ativo na realização da mídia (GARCÍA, 2015), construindo uma relação diferente com seus públicos.

No Brasil, segundo Roseli Figaro (2018), desde o século XIX, discursos alternativos são expressos em jornais populares, operários, sindicais, comunitários,

feministas e antirracistas. Tinham como objetivo informar e dar voz a outros relatos não visibilizados nos meios convencionais. Em geral, são iniciativas ligadas a grupos sociais que se apresentam como resistentes à ordem vigente, como é o caso dos movimentos sociais (CARVALHO; BRONOSKY, 2017).

No início do século XX, a imprensa operária assume papel importante em oposição à imprensa elitista brasileira, mantida por industriais e fazendeiros (CARVALHO; BRONOSKY, 2017). Mais tarde, ainda no século XX, tivemos várias experiências de jornalismo que atuavam como alternativas por se colocarem como contrárias à ditadura militar e terem discursos políticos de oposição. A partir da segunda década do século XXI, vemos a criação de novas iniciativas que se autointitulam independentes e/ou alternativas às corporações de mídia, com um crescimento notadamente marcado desde 2012 e apresentando um grande aumento entre 2014 e 2015 (FIGARO, 2018).

De um lado, temos o avanço das tecnologias e os movimentos sociais e, por outro, temos a crise do modelo de empresa jornalística tradicional (FIGARO, 2018), em um cenário que favorece o crescimento das iniciativas de jornalismo independente. As grandes empresas jornalísticas procuram formas de alavancar os seus lucros e respondem à crise com a alteração da maneira de se relacionar com seus públicos e anunciantes, tornando o material jornalístico ainda mais voltado para a lógica da audiência (cliques, curtidas e visualizações, por exemplo) (FIGARO, 2018), o que influencia nas pautas e temáticas abordadas e nos conteúdos publicados.

Dentre as experiências independentes brasileiras, a separação da lógica da indústria convencional parece ser a essência dessas iniciativas que atuam em paralelo ao jornalismo tradicional (ASSIS; CAMASÃO; SILVA; CHRISTOFOLETI, 2017). Apresentam uma estrutura diferente das grandes empresas jornalísticas, sendo uma opção tanto para quem faz jornalismo quanto para os públicos que acessam os conteúdos. Trata-se de um jornalismo realizado de forma digital e com maior liberdade editorial, com diferentes possibilidades de alcance e de financiamento.

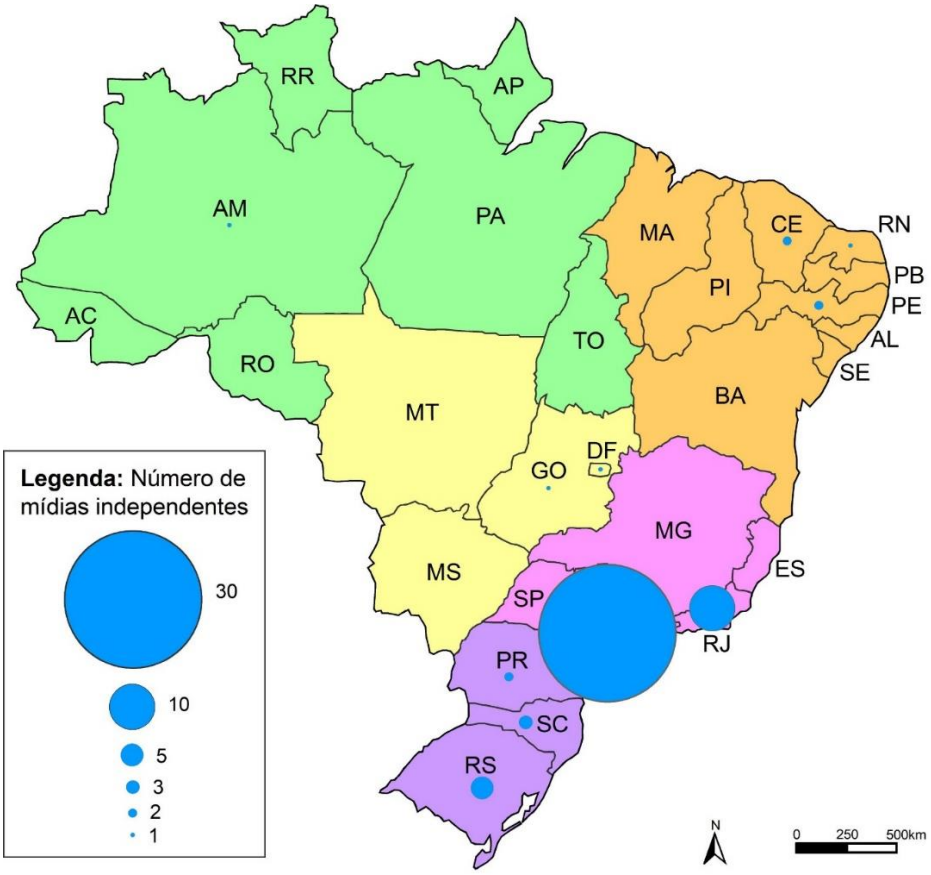
No Brasil, a Agência Pública[20] elaborou um projeto para identificar iniciativas independentes brasileiras e lançou o Mapa de Jornalismo Independente em 2016. Esse mapa que continua sendo atualizado com novas experiências que surgem no

[20] A Agência Pública é uma agência brasileira de jornalismo investigativo sem fins lucrativos. As reportagens publicadas têm como princípio a defesa dos direitos humanos. O acesso está disponível através link: https://apublica.org/.

território brasileiro[21]. O levantamento foi feito seguindo estes critérios: organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; organizações que nasceram na rede; projetos coletivos, que não se resumem a *blogs*; sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022).

Em 2022, constam 82 iniciativas independentes na seleção da Agência Pública para o mapa interativo. Desse total, verificamos que 58 delas seguem atualizadas com publicações nesse ano e 24 estão desatualizadas. A distribuição geográfica das experiências independentes brasileiras que se mantêm atualizadas pode ser vista no mapa a seguir (Figura 1):

Figura 1 – Mapa das mídias independentes por Estado



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados das mídias independentes brasileiras.

A partir desse mapa, podemos observar que a maioria das mídias se localiza na Região Sudeste (30 em São Paulo e 10 no Rio de Janeiro). Em seguida, temos 10

[21] Embora esse projeto continue sendo atualizado, é possível que existam mais experiências no Brasil que não foram mapeadas, especialmente em nível local.

mídias na Região Sul, cinco no Nordeste, duas no Centro-Oeste e apenas uma no Norte do país. A concentração espacial das mídias independentes na Região Sudeste, que também é vista com os meios de comunicação convencionais, ocorre pela maior circulação de pessoas e recursos culturais, econômicos e políticos nessa região do Brasil.

Ao analisar as experiências apresentadas no mapeamento da Agência Pública, vemos que a maioria delas foi criada na segunda década do século XXI. Mariana Silva (2017) identifica que os modelos de organização variam de coletivos horizontais a empresas, existindo desde projetos que atuam por meio de páginas em redes sociais até sites de portais de notícias e tendo algumas propostas segmentadas em nichos e outras que fazem coberturas mais amplas. Ou seja, não existe um modelo único de organização e de jornalismo praticado.

Em relação às pautas abordadas por essas iniciativas, também há diversidade e pluralidade. Alguns meios que divulgam pautas gerais do jornalismo e outros trabalham com segmentação de conteúdo, especializando-se em determinados temas e direcionando-se a públicos específicos. A título de exemplo, podemos citar temáticas como: direitos humanos, sustentabilidade e meio ambiente, cidades e espaços urbanos, política, economia, arte, cultura, questões étnicas e raciais, empoderamento das mulheres e equidade de gênero.

Ao estudar 70 iniciativas independentes brasileiras localizadas na Grande São Paulo, Roseli Figaro (2018) constata que esses meios se colocam como vozes de discursos de pontos de vistas diferentes daqueles que são enunciados pelos grandes conglomerados de mídia e de alguns veículos menores com discursos que reiteram a ideologia dominante. Isso está relacionado ao fato de terem um compromisso político assumido de abordarem de temas vinculados a causas, valores e demandas sociais. Do ponto de vista editorial, essas temáticas são tratadas de forma humanista e de viés que transita do democrático ao popular (FIGARO, 2018).

Apesar de focarem em um discurso social e político voltado para o interesse público, essas experiências jornalísticas se dividem entre as denominações independente e alternativo. Algumas se colocam independente dos interesses econômicos e políticos, já outros se definem como alternativas aos discursos hegemônicos do poder e dos conglomerados de mídia (FIGARO, 2018). Há também as que se identificam como independentes e alternativas, pois, como destaca Figaro

(2018), fazem uma contraposição aos conglomerados de meios, às suas linhas editoriais e aos seus interesses econômicos pouco confessáveis.

No que tange à questão do financiamento, essas iniciativas procuram diferentes formas de garantir a sustentação financeira. Existem várias tentativas: doações de leitores, *crowdfunding*, fundações privadas nacionais e internacionais, projetos em editais públicos, venda de serviços não diretamente vinculados ao jornalismo como palestras e cursos e venda de serviços de comunicação como assessorias e conteúdos (FIGARO, 2018).

Quanto à periodicidade de divulgação de conteúdos, essas mídias, em geral, não seguem uma frequência específica de publicações. O conceito de periodicidade se alarga conforme as possibilidades e se comprime com a urgência dos acontecimentos (FIGARO, 2018). Isso também se deve, muitas vezes, à falta de recursos para investir no trabalho jornalístico.

Embora nem todas as mídias se declarem como independentes e/ou alternativas, essas experiências contribuem com a pluralização e diversificação o cenário jornalístico, evidenciando temas e pessoas que não são representados – ou, até mesmo, são invisibilizados – pelos meios de comunicação convencionais. Propõem outros modos de pensar o jornalismo e estimulam a participação e o empoderamento dos indivíduos na busca por informação e na luta por seus direitos, tentando romper com a dominação do sistema midiático convencional.

5.3 Jornalismo independente feminista e com perspectiva de gênero

No cenário midiático, o feminismo e as feministas identificam que o jornalismo convencional não atende as demandas feministas de transformação social, pois atua construindo e reforçando as relações desiguais entre os gêneros. Trata-se de um jornalismo baseado na hegemonia patriarcal, no qual todo o processo de produção favorece a perspectiva dos homens e não é sensível as questões de gênero. É nesse sentido que Márcia Veiga da Silva (2010) constata que o jornalismo é masculino e que todos os procedimentos realizados na produção das notícias estão perpassados por concepções de gênero e relações de gênero e poder.

Por isso, surgem mídias jornalísticas com uma perspectiva feminista e de gênero que utilizam a comunicação como espaço estratégico de ação política, comunicando-se e militando ao mesmo tempo. Gabriela Schander (2021) entende que

o chamado jornalismo com perspectiva ou enfoque de gênero, ou ainda jornalismo feminista, surge como uma crítica à masculinidade hegemônica que está imposta e enraizada no jornalismo, podendo ser exercido por meios de comunicação hegemônicos ou alternativos.

Ao longo da trajetória do movimento feminista, a comunicação foi usada para difundir interna e/ou externamente os ideais do movimento, denunciar opressões contra as mulheres e como parte do processo de organização e mobilização (WOITOWICZ, 2019). Isso foi visto, por exemplo, nos jornais e revistas feministas publicados desde o século XIX em vários lugares do mundo e na imprensa alternativa do século XX no Brasil que eram produzidos por mulheres.

Hoje, como explica Karina Woitowicz (2019), os movimentos sociais – como o feminismo – estão buscando novas estratégias de ação no campo da mídia, voltando-se para o ambiente digital. Na Internet, seja através das mídias, seja através das redes sociais, indivíduos e grupos sociais que se encontram marginalizados, como as mulheres, encontraram um espaço amplo e aberto para comunicar as suas pautas e debater sobre os seus direitos, causas e lutas. Assim, o movimento feminista utiliza a potencialidade das tecnologias para articulação política e estratégica a fim de promover e visibilizar as suas lutas (WOITOWICZ, 2019).

Nos últimos anos, conforme destaca Viviane Machado (2018), vemos um maior número de mulheres fazendo um movimento de resistência diante das diversas situações cotidianas de opressão, ressaltando questões que foram apagadas dos discursos da sociedade durante séculos, como cultura do estupro, assédio sexual e moral e machismo. Elas disseminam as ideias, pautas e reivindicações dos movimentos feministas e buscam transformações na sociedade que melhorem a realidade das mulheres.

As iniciativas jornalísticas com perspectiva de gênero tendem a mobilizar outras lógicas e tensionar os valores dominantes que regem o jornalismo (SCHANDER, 2021). Mas, não se trata de um jornalismo apenas sobre mulheres ou sobre temas importantes para elas e sim de um jornalismo que respeita e inclui as diferentes pessoas e problematiza as relações desiguais e assimetrias baseadas no gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual e idade.

Dentro do cenário jornalístico, existem algumas mídias independentes que são segmentadas e se identificam com determinados temas como, por exemplo, o feminismo e as questões de gênero. São *sites*, *blogs*, portais de notícias, revistas e

jornais digitais que trabalham a partir de uma perspectiva feminista e de gênero, problematizando as relações desiguais entre os gêneros nos mais diversos setores da sociedade.

São iniciativas que buscam uma visibilização midiática das mulheres, tentando estabelecer novas formas de representá-las como sujeitos sociais autônomos, portadoras de direitos e responsáveis por suas trajetórias de vida e participação político-social (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017). É um jornalismo que trabalha para a inserção das mulheres em todas as esferas da vida social, focando nas suas experiências e especificidades diante dos problemas existentes. Fazem um jornalismo que busca a superação dos estereótipos e está consciente sobre o papel da mulher na sociedade, demonstrando como o jornalismo na internet pode promover a visibilização das mulheres e seu empoderamento (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017), estimular a pluralização de vozes e pontos de vista das diferentes mulheres e possibilitar a ruptura com os discursos e sentidos dominantes e hegemônicos.

Outro aspecto muito presente nessas mídias é a interseccionalidade. Jessica Costa (2018) identifica que as abordagens sobre as assimetrias de gênero feitas nesses meios consideram outros marcadores sociais, demonstrando a perspectiva feminista interseccional. Ou seja, além de tratar das assimetrias de gênero, as experiências jornalísticas buscam relacionar esses aspectos com as questões de raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, etc., entendendo que as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ são diferentes, com realidades e demandas diferentes, e não são categorias universais. Isso mostra uma tentativa de ruptura com os sentidos produzidos pela mídia convencional que ainda trata das temáticas que envolvem as mulheres de forma essencializada, privilegiando as vozes das mulheres brancas, heterossexuais e de classe média.

Essas práticas de ativismo político na Internet se configuram em experiências que renovam a energia do movimento feminista e também se constituem como potentes tentativas de estabelecer lações com redes feministas transnacionais e solidariedade entre feminismos do Sul e do Norte (ESCOSTEGUY, 2018). Isso porque a desigualdade entre os gêneros é um problema global, porém com especificidades em cada território e região. Assim, ao redor do mundo, vemos mídias independentes feministas que apresentam uma agenda de reivindicações semelhante, mas voltam o seu olhar para analisar como cada um dos problemas causados pela desigualdade de gênero afeta a realidade das mulheres dos territórios e regiões que cobrem.

Essas experiências midiáticas feministas representam possibilidades de uso da comunicação para o fortalecimento do movimento e para a luta pela equidade de gênero, como no caso das redes de comunicadoras e jornalistas feministas organizadas nos países da América Latina (WOITOWICZ, 2019). Através de fóruns, redes sociais, agências de notícias, rádios digitais, entre outros formatos, realizam um jornalismo com visão de gênero e difundem as demandas das mulheres. Esse trabalho em rede fundamenta diferentes estratégias de inserção do debate sobre gênero na agenda social (WOITOWICZ, 2019).

As mídias independentes são um espaço de atuação política e um espaço de mobilização e fortalecimento das mulheres e do feminismo. O ativismo no ambiente digital propicia a construção de novos padrões de autorrepresentação, bem como viabiliza a participação política que ocorre simultaneamente no digital com o ciberativismo e nos movimentos de rua (WOITOWICZ, 2019). Desse modo, as mulheres são sujeitos da comunicação e conseguem ter representatividade, expressando seus conhecimentos, opiniões e pontos de vista a respeito de suas realidades e da sociedade. Esse jornalismo é uma forma de ativismo que integra as lutas pela cidadania das mulheres, sendo visto como um espaço de construção de discursos contra-hegemônicos e de identidades de resistência (WOITOWICZ, 2012)

Há também a representatividade como profissionais que trabalham nos meios de comunicação como jornalistas, produtoras, editoras, diretoras, entre outros cargos. Na análise das 70 iniciativas independentes brasileiras da Grande São Paulo, Figaro (2018) constata que há dirigentes mulheres em 54,2% dos arranjos, sendo 28% fundados e dirigidos por mulheres jornalistas, e em 17% têm homens e mulheres nas direções.

> Esses dados corroboram a presença majoritária das mulheres na profissão; afirmam a postura de protagonismo dessas profissionais que, em situação de precarização do trabalho e desaparecimento dos empregos, buscam alternativas para exercerem o jornalismo; e mais do que isso, buscam exercer a profissão de movo a praticar um jornalismo responsável com as questões sociais que afligem grande parte da população. Praticam um jornalismo preocupado com a cobertura sobre os direitos humanos, as questões de gênero, do direito à educação, à política, mas também aos temas culturais: a música, o futebol e o cinema. (FIGARO, 2018, p. 186).

Dentre essas mídias dirigidas por mulheres, algumas se destacam por tratar especificamente das questões de gênero e apresentar uma perspectiva feminista na sua prática jornalística. São exemplos de iniciativas com essa abordagem: *AzMina*,

Catarinas, *Cientista que virou Mãe*, *Gênero e Número*, *Lado M*, *Nós, Mulheres da Periferia* e *Think Olga*.

Os meios com perspectiva feminista e de gênero contribuem para redescobrir formas de resistência, denunciar opressões e desigualdades e pautar o debate público, especialmente sobre questões que costumam ser ignoradas (WOITOWICZ, 2019). São capazes de propor temas da agenda feminista para a esfera pública, apresentando interpretações e sentidos que buscam desnaturalizar determinadas concepções e comportamentos, denunciando as estruturas que geram desigualdades e violências e tensionado a ordem social dominante.

Além disso, são mídias que fazem críticas a respeito da forma como as questões de gênero são – ou não são – abordadas e como as mulheres são – ou não são – representadas nos discursos e das imagens divulgadas pelos meios de comunicação convencionais. De modo geral, o jornalismo convencional produz e reproduz representações de gênero hegemônicas e dificilmente tem um olhar crítico sobre elas (SCHANDER, 2021).

O jornalismo convencional tende a apresentar certos sujeitos, comportamentos, corporalidades, etnias/raças, identidades de gênero, classes, orientações sexuais, etc. como possíveis e recomendáveis, privilegiando suas demandas e visibilizando essas pessoas. Por isso, as críticas, em geral, se referem à falta de uma abordagem dos temas que considere a perspectiva de gênero e das mulheres e a diversidade existente entre elas e suas demandas, bem como ao reforço e à reprodução dos estereótipos e preconceitos de gênero, inclusive nas mídias dirigidas às mulheres.

Schander (2021) identifica alguns elementos presentes na prática de um jornalismo com perspectiva de gênero, tais como: incorporação de mulheres nos meios de comunicação; diversificação das fontes; linguagem inclusiva; subjetividade na prática jornalística; transversalização temática. O primeiro elemento se refere a inserção e participação das mulheres na rotina produtiva para atuar nas diversas funções, que está relacionado com a reivindicação do movimento feminista de que as mulheres possam ocupar os diferentes espaços profissionais.

O segundo elemento se trata da consulta de fontes diversas, trazendo novas vozes e pontos de vista ao jornalismo, como as mulheres e pessoas LGBTQIA+. O terceiro elemento aborda o uso da linguagem inclusiva, propondo tensionamentos no masculino genérico e a desconstrução de normatizações e estereótipos através da linguagem textual, imagética e sonora (SCHANDER, 2021).

O quarto elemento versa sobre a adoção de um papel de subjetividade no jornalismo e não de um papel supostamente neutro. Essa característica está relacionada com o debate sobre objetividade, neutralidade e imparcialidade do jornalismo. O jornalismo só é visto como objetivo, neutro e imparcial quando reproduz o senso comum e os valores hegemônicos que estão enraizados na sociedade e qualquer tentativa de transformação social mais posicionada, a partir da problematização das hierarquias e desigualdades sociais como as de gênero, implica no rótulo de jornalista tendencioso (COSTA, 2018). Os valores de objetividade, neutralidade e imparcialidade do jornalismo e dos jornalistas fazem com que normas de gênero, preconceitos e estereótipos sejam reproduzidos e aceitos como fatos e uma representação verdadeira da realidade. Por isso, há uma resistência em relação às problematizações feministas trazidas por mulheres dentro das redações, causando atritos com os colegas jornalistas e com os editores (COSTA, 2018).

Já o quinto elemento é a transversalização temática, compreendendo que todo e qualquer tema ou acontecimento pode ser abordado a partir do recorte de gênero, fazendo a intersecção com as outras opressões, para entender como aquilo impacta na realidade das pessoas. Esse jornalismo trata de uma diversidade ampla de assuntos, que dialogam também com as pautas das diferentes mulheres e feminismos.

Nos últimos anos, os meios de comunicação têm dado destaque as temáticas de gênero e sexualidade, refletindo uma mobilização da sociedade e, especialmente, dos movimentos feministas (COSTA, 2018), embora essas questões influenciem em qualquer notícia seja ela sobre política, economia ou saúde, por exemplo. Isso porque as relações de gênero incidem em todos os setores e instituições, inclusive no jornalismo e nos processos de construção da notícia, pois todos os sujeitos envolvidos são perpassados por questões de gênero, etnia/raça, sexualidade, classe social e geração. Até mesmo as escolhas das pautas, dos repórteres para cada cobertura, das fontes, etc., são influenciadas, mesmo que inconscientemente, por esses aspectos.

O feminismo tensiona os pilares que sustentam o jornalismo, problematizando as estruturas que reproduzem as opressões e as desigualdades e buscando rupturas. O feminismo tem muito a acrescentar ao jornalismo e o trabalho desenvolvido por jornalistas feministas fora da mídia hegemônica pode trazer um novo olhar sobre a profissão (COSTA, 2018) e sobre os valores que orientam a prática jornalística.

O crescimento e a visibilidade dessas vozes no espaço público exacerbam a difusão e popularização do feminismo, embora ainda não seja suficiente como indicador de uma comunicação democrática (ESCOSTEGUY, 2018). Os movimentos feministas propiciam que uma pluralidade e uma diversidade de visões e de opiniões sejam comunicadas no ambiente digital e adentrem na esfera da opinião pública, bem como contribuem na construção de espaços deliberativos e podem fazer a sociedade reparar em determinadas temáticas que, em geral, passam despercebidas. Porém, também há uma reação com movimentos antifeministas que aparecem nas redes sociais e em sites, contestando as pautas feministas.

Dentro do cenário midiático e jornalístico, há, portanto, a possibilidade de circulação de diferentes discursos e narrativas. O jornalismo também é uma prática discursiva (TRAQUINA, 2005b), construindo a realidade social e participando da formação dos sujeitos. É produto da sociedade em que está inserido e, através dos seus discursos, reflete os valores que sustentam essa sociedade. Porém, pode promover ruptura com determinados valores, propondo novos.

O jornalismo tem um papel central na visibilidade e no apagamento de discursos e, ao fazer isso, o jornalismo pauta e modela as questões que se tornam presentes no nosso cotidiano (MACHADO, 2018), refletindo em cada sujeito e na sociedade. No caso do jornalismo convencional, é privilegiado os discursos que reforçam os estereótipos de gênero e as relações desiguais entre os gêneros.

> Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo. (SILVA, 2010b, p. 63).

Assim, a mídia, o jornalismo e as demais instituições sociais são influenciadas pelo gênero e, ao mesmo tempo, interferem na construção do nosso conhecimento sobre os sujeitos, inclusive em relação ao gênero. Por isso, o jornalismo precisa passar por mudanças para deixar de produzir discursos que reproduzam as violências simbólicas e as desigualdades em relação às mulheres e seus atravessamentos de etnia/raça, sexualidade, classe social e geração (COSTA, 2018).

As mídias com perspectiva feminista e de gênero propõem outros sentidos sobre o mundo através de seus discursos. São iniciativas de, para e sobre mulheres, pois elas estão presentes nas pautas, nos temas e no enfoque (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017), valorizando o papel delas na sociedade e suas experiências e problematizando as desigualdades de gênero nas instituições e esferas sociais. São iniciativas que trabalham com a diversidade e a pluralidade, buscando dar visibilidade para as diferentes pessoas e as diferentes realidades nos seus discursos.

Essas mídias inserem outros discursos na arena jornalística para disputar a atenção das pessoas e incorporar as suas questões no debate público e no nosso cotidiano. São discursos que não só questionam e problematizam os discursos dos meios convencionais, mas também propõem outras perspectivas e valores resultantes das reflexões sobre as diferentes mulheres e pessoas LGBTQIA+. As mídias voltadas para as demandas das mulheres representam a possibilidade de produzir discursos capazes de interferir na realidade, configurando-se como expressões de resistência que, ao produzirem outras subjetividades e criarem projetos políticos coletivos, contribuem com transformações rumo à equidade de gênero no território das práticas cotidianas (WOITOWICIZ, 2019). Desse modo, o jornalismo se torna o palco de disputas discursivas a respeito das relações de gênero, do feminismo e dos direitos das mulheres na sociedade.

O jornalismo, tal como está configurado, é um espaço de disputa de poder, controle e hegemonia pelos diferentes discursos e hegemonias que circulam e se consolidam (MACHADO, 2018), construindo o nosso cotidiano. Nas sociedades democráticas, as capacidades oferecidas pela internet aos jornalistas e ao público no acesso à informação, na proliferação de canais e na explosão de locais de comunicação e de informação possibilitam acesso às vozes alternativas da sociedade, convertendo o campo jornalístico em uma arena de disputa entre todos os membros da sociedade (TRAQUINA, 2005a). Inclusive, as mulheres e pessoas LGBTQIA+ buscam espaço no cenário midiático, especialmente por meio da internet, e produzem discursos que podem ser contrários aos que estão em circulação na sociedade.

No ambiente digital, há diversas formas de ativismo feminista através dos mecanismos criados para pensar e fazer política e promover a efetivação de direitos que consideram fundamentais, bem como há uma maior democratização na construção e divulgação das ideias com a participação de mais pessoas. A Internet é utilizada como um instrumento para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e

contradominar (CASTELLS, 2015) pelas feministas a partir dos seus interesses, gerando relações sociais de convergência ou de resistência com as pessoas, as instituições, as empresas e o poder público. Dessa maneira, há a inserção política das mulheres e do feminismo no campo da mídia no contexto das disputas contra-hegemônicas (WOITOWICZ, 2019).

Os discursos jornalísticos transparecem e transmitem os valores e as formas de construção da realidade da cultura em que está inserida. Se uma sociedade é marcada pela desigualdade entre os gêneros, todos os setores dela vão refletir e reproduzir isso também, inclusive o jornalismo. Mas, se existem práticas jornalísticas contra-hegemônicas com discursos que analisam o gênero como fonte de dominação e poder dentro da cultura, podem produzir sentidos e significados diferentes, influenciando o pensamento e a opinião do público.

A prática jornalística, seus processos e produtos podem ser vistos como fenômenos culturais (FELIPPI; ESCOSTEGUY, 2013). A todo momento, o jornalismo concebe e realiza escolhas e reflexões no campo da cultura, que influenciam e são influenciados por ela. Na sua função educativa, o "jornalismo é um dos principais articuladores da produção de saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura" (SILVA, 2010b, p. 33). Dentro desse papel de orientação desempenhado pela e na cultura, participa da normatização da sociedade.

É por isso que os discursos midiáticos interferem nas formas como as normas e os valores da cultura são significados e compreendidos pelos sujeitos e grupos sociais (SILVA, 2010b). O jornalismo atua como produtor e produto de uma cultura, sendo capaz, inclusive, de gerar transformações ao (re)produzir e refletir valores mais inclusivos para circularem em sociedade. E a cultura, enquanto uma força de mudança histórica global (HALL, 1997), pode gerar mudanças de pensamento e dos modos de ver o mundo por parte das pessoas da sociedade.

5.3.1 Mídias independentes feministas no Brasil

No Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública, existem sete mídias que se identificam com o feminismo, as questões das mulheres e de gênero e que seguem atualizadas no ano de 2022. São elas*: AzMina*, *Catarinas*, *Cientista Que Virou Mãe*, *Gênero e Número*, *Lado M*, *Nós, Mulheres da Periferia* e *Think Olga* (Quadro 1).

Quadro 1 – Mídias independentes feministas brasileiras

	AzMina	**Catarinas**	**Cientista Que Virou Mãe**	**Gênero e Número**	**Lado M**	**Nós, mulheres da periferia**	**Think Olga**
Conceito-chave	Jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero.	Jornalismo independente, feminista e antirracista.	Mulheres, mães, maternidade, empoderamento, educação sem violência e tudo com Ciência e amor: Ligia Moreiras, Cientista Que Virou Mãe.	Gênero e raça traduzidos em dados e visualizações.	Empoderamento e protagonismo feminino.	Nós: Uma redação de mulheres periféricas registrando seu jeito de ver o mundo.	Comunicação de impacto para catalisar mudanças na vida das mulheres.
Definição	O Instituto AzMina é uma organização sem fins lucrativos que luta pela igualdade de gênero. Produz uma revista digital, um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica, uma plataforma de monitoramento legislativo dos direitos das mulheres, palestras e consultorias.	Portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos.	Blog para compartilhar material científico e descobertas referentes à maternidade, à infância e à vida das mulheres que se tornam mães.	A primeira organização de mídia do Brasil orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero e raça.	Portal sobre empoderamento e protagonismo feminino. Ambiente de aprendizado, reflexão e debate sobre tabus e questões femininas da atualidade.	Redação jornalística de mulheres periféricas com um olhar para os temas que são importantes no Brasil e no mundo.	Organização não-governamental de inovação social com foco em criar impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo por meio da comunicação.
Fundação	2015	2016	2010	2016	2014	2014	2013
Propriedade	Instituto AzMina	Associação Catarinas	Ligia Moreiras	Associação Gênero e Número	Grupo de mulheres	Coletivo Nós, Mulheres da Periferia	Organização Não-Governamental
Sede	São Paulo, São Paulo	Florianópolis, Santa Catarina	Florianópolis, Santa Catarina	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	São Paulo, São Paulo	Periferia de São Paulo, São Paulo	São Paulo, São Paulo
Abrangência	Nacional	Regional e Nacional	Nacional	Nacional e América Latina	Nacional	Periferia de São Paulo	Nacional
Média de publicação	Menos de 10 publicações por mês.	Cerca de 27 publicações por mês.	Menos de 3 publicações por mês.	Menos de 10 publicações por mês.	Menos de 10 publicações por mês.	Cerca de 20 publicações por mês.	Atuação em projetos e em ferramentas, não tendo frequência específica.

Site	https://azmina.com.br/	https://catarinas.info/	https://cientistaquevirou mae.com.br/	https://www.generonumero.media/	https://medium.com/lado-m	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/	https://thinkolga.com/
Equipe	3 mulheres na Direção do Instituto e da Revista; 7 mulheres no Conselho e 17 mulheres na equipe do Instituto; 3 mulheres na equipe de Arte, 2 mulheres na equipe de Audiovisual, 4 mulheres na equipe de Captação, 2 mulheres na equipe do Financeiro e Administrativo e 4 mulheres na equipe de jornalismo da Revista; 10 colunistas; 1 voluntária;	1 Gestora administrativa; 1 Diretora executiva; 1 Coordenadora de Projetos; 1 Repórter de cobertura local e projetos especiais; 1 Editora de conteúdo e estratégias digitais; 1 Repórter e desenvolvedora de web stories; 1 Repórter e assistente de roteiro; 1 Repórter e editora; 1 Designer e ilustradora; Conselho editorial: 11 mulheres;	1 cientista, escritora e produtora de conteúdo digital.	1 Cofundadora e Diretora; 1 Diretora de Conteúdo; 1 Diretora de Design e Arte; 1 Editora Assistente; 1 Diretora de Dados; 1 Designer; 5 jornalistas experientes; 2 designers de informação; 1 Cientista de dados e pesquisadora; 1 Cientista política e pesquisadora; 1 Especialista em produto; 1 Especialista em ciências contábeis; Colaboradores de tecnologia e de audiovisual; Conselho Consultivo: 7 pessoas.	2 editoras e 92 colaboradoras voluntárias de diferentes idades e regiões.	2 cofundadoras e gestoras operacional; 2 cofundadoras e diretoras institucional; 2 cofundadoras e editoras; 1 diretora administrativa; 1 diretora musical do podcast Conversa de Portão; 4 colaboradoras.	11 mulheres
Editorias	Política, Violência, Saúde, Feminismos, Comportamento, Cultura, Dinheiro, Esporte, Maternidade, Opinião, Divã D'AzMina	Notícias, Opinião, Violências, Agenda, Entrevista, Especial, Cultura, Corpo, Movimentos Sociais, Território, Destaque, América Latina, Educação, Editorial, Política, Feminismos, Mídias, Jornalismo, Aborto ...	Adolescência, Amamentação, Bebê, Carreira, Ciência, Crianças, Culpa, Direitos, Divórcio, Dormir, Educação sem violência, Empoderamento, Família, Feminismo, Finanças, Gravidez, parto e pós-parto, LGBTQIA+, Machismo, Maternidade, Mulheres, Pandemia, Paternidade, Relacionamentos, Saúde, Saúde mental,	Trabalho, Política, Direitos Reprodutivos, Cultura, Ciência e Educação, Violência, Esporte, Mobilidade, Latinoamérica, Justiça	Feminismo, Mulheres reais, Comportamento, Saúde, Cultura, Cotidiano	Análise, Comportamento, Contexto, Histórias	Interseccionalidade, Laboratório, Projetos, Ferramentas, Jornadas

			Sexualidade, Sobrecarga, Trabalho, Velhice, Violência...				
Pautas e temas principais	Cotidiano das mulheres, direitos, violência, equidade de gênero, etnia/raça, preconceito, maternidade, aborto, esporte, política, saúde, trabalho, cultura, educação, meio ambiente.	Cotidiano das mulheres, maternidade, violência, educação, política, meio ambiente, esporte, saúde, identidades de gênero.	Maternidade, saúde das mulheres e das crianças, empoderamento, violência, educação.	Cotidiano das mulheres, direitos, violência, equidade de gênero, etnia/raça, preconceito, esporte, política, trabalho, ciência, educação.	Resenhas de livros e filmes de mulheres, cotidiano das mulheres, notícias factuais e atuais sobre mulheres (violência, saúde, política, etc.).	Cotidiano das mulheres negras, preconceitos, racismo, machismo, direitos, política, cultura e dicas de livros, filmes e eventos.	Direitos humanos e das mulheres, violência de gênero e assédio sexual, gênero, empoderamento, diversidade, identidades LGBTQIA+, racismo, mulheres na pandemia, no esporte e na política.
Financiamento	Financiamento coletivo com doações de pessoas físicas e organizações nacionais e internacionais, editais, patrocínio e projetos.	Financiamento coletivo com doações de pessoas, instituições e sindicatos de Santa Catarina.	Financiamento coletivo.	Financiamento coletivo com doações de pessoas e de organizações internacionais.	Publicidade no site.	Financiamento coletivo com doações de pessoas e editais de financiamento de projetos.	Financiamento coletivo com doações de pessoas, organizações nacionais e internacionais, institutos relacionados à causa das mulheres e empresas privadas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública e das mídias independentes representadas, em setembro de 2022.

O *Catarinas* é um portal com conteúdo jornalístico com perspectiva de gênero, focando nos direitos das mulheres. Busca articular o engajamento feminista para a construção de narrativas jornalísticas e valorizar as mulheres que comumente são invisibilizadas na mídia convencional – negras, brancas, indígenas, lésbicas, periféricas, cisgêneras e trans –, com um enfoque não estereotipado delas (CATARINAS, 2022). Em suas pautas, trabalha com temas abrangentes, mas com um olhar analítico para todos os assuntos a partir da perspectiva de gênero. Na visão das produtoras desse portal, um jornalismo que se diz neutro ou imparcial acaba, de forma consciente ou inconsciente, contribuindo com a manutenção das relações de poder já existentes e das violências geradas por elas (CATARINAS, 2022). Essa mídia está situada fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, onde muitos meios de comunicação convencionais e independentes se concentram. Paula Rocha e Andressa Dancosky (2018) identificam que essa mídia privilegia fontes locais e tem como público alvo a região de Santa Catarina, apresentando a localidade como um critério de noticiabilidade.

O *Cientista Que Virou Mãe* é um blog criado pela cientista, escritora e produtora de conteúdo digital Ligia Moreiras para tratar da vida de mulheres mães. Em 2015, junto com a engenheira agrônoma e mãe Nani Feuser, transformou o site na primeira plataforma brasileira de informação independente produzida por mulheres mães e financiada coletivamente (CIENTISTA QUE VIROU MÃE, 2022). Mas, em 2019, o blog voltou a ter como foco o trabalho da Ligia Moreiras, que também produz um podcast, escreve livros e ministra cursos e palestras voltados para as mulheres e a maternidade. No site, há uma loja virtual para venda dos livros e outros produtos com a marca *Cientista Que Virou Mãe*.

A *Gênero e Número* é uma iniciativa independente de jornalismo de dados analisando temáticas relacionados ao gênero e raça/etnia. Seu propósito é “gerar e repercutir informação qualificada e verificada para embasar discursos de mudança” (GÊNERO E NÚMERO, 2022). Essa mídia tem uma perspectiva baseada na diversidade e na interseccionalidade, evidenciando as desigualdades e objetivando promover a equidade.

O *Lado M* é um portal que foca no empoderamento das mulheres por meio de notícias, reportagens, opiniões, resenhas, vídeos e ensaios fotográficos. Com um conteúdo mais plural e inclusivo possível trata de temáticas atuais para as mulheres

e promove campanhas – como #NãoQueroFlores e #NãoSouObrigada –, para gerar mobilização em torno das causas (LADO M, 2022).

O *Nós, Mulheres da Periferia* é um site jornalístico que busca representatividade para as mulheres das periferias, problematizando as questões de gênero fazendo a intersecção com etnia, classe social e território. É produzido por mulheres que criaram um site para escrever e registrar histórias que não encontravam em lugar nenhum (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, 2022) a partir da perspectiva, das vivências e dos contextos das diferentes mulheres periféricas. Tem como objetivo "ser uma organização feita por mulheres focada em produzir o melhor conteúdo para mulheres", com o compromisso de "oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e o mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal" (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, 2022).

Think Olga é uma Organização Não Governamental (ONG) feminista que, através de comunicação, tecnologia e inovação, divulga informações, dados, conteúdos e produtos que contribuem para entender a realidade das mulheres e para o debate de gênero. Sua missão é "sensibilizar a sociedade sobre questões de gênero e suas intersecções e educar e instrumentalizar pessoas dispostas a serem agentes de mudança na vida das mulheres" (THINK OLGA, 2022). Possui uma organização irmã, a *Think Eva*, que é uma consultoria de inovação social que atua no setor privado.

AzMina é um instituto sem fins lucrativos, do qual faz parte a *Revista AzMina*. A *AzMina* se intitula como "uma resposta feminista à desigualdade de gênero" (AZMINA, 2022b). A missão dessa instituição é "promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual" e a visão é "criar um mundo onde gênero não influencie o acesso das pessoas a direitos e oportunidades" (AZMINA, 2022b). Tem cinco frentes de atuação: Jornalismo, Tecnologia, Palestras, Campanha e Consultorias. As características do instituto e da revista estão diretamente relacionadas e serão abordadas de modo mais aprofundado no próximo capítulo.

Diante disso, essas experiências jornalísticas são espaços de mulheres para as mulheres que tratam de assuntos que permeiam as suas realidades. São mídias que se identificam explicitamente com o feminismo, buscando evidenciar as desigualdades de gênero, romper com as normas e estereótipos de gênero e promover o debate a respeito dos diversos temas pela ótica de gênero.

6 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo descreve os procedimentos metodológicos empregados nessa dissertação. Na primeira seção, apresentamos o objeto de estudo, a *Revista AzMina*, e suas principais características editoriais e financeiras, considerando a sua relação com o *Instituto AzMina*, do qual faz parte. Na segunda seção, tratamos da abordagem dessa investigação e dos procedimentos de coleta de dados, explicando os critérios utilizados para definirmos os documentos a serem coletados e o recorte temporal.

Na terceira seção, discorremos sobre as duas técnicas escolhidas para a análise de dados: análise de conteúdo e análise de discurso. A respeito da primeira, explicamos no que consiste a análise de conteúdo e detalhamos as etapas propostas por Laurence Bardin (2016) para a sua realização. Já sobre a segunda técnica, discutimos o conceito de discurso e as características da análise de discurso. Por fim, abordamos a articulação dessas duas técnicas e como são empregadas em uma pesquisa que envolve territorialidades e relações de gênero.

6.1 *Revista AzMina*: jornalismo independente feminista

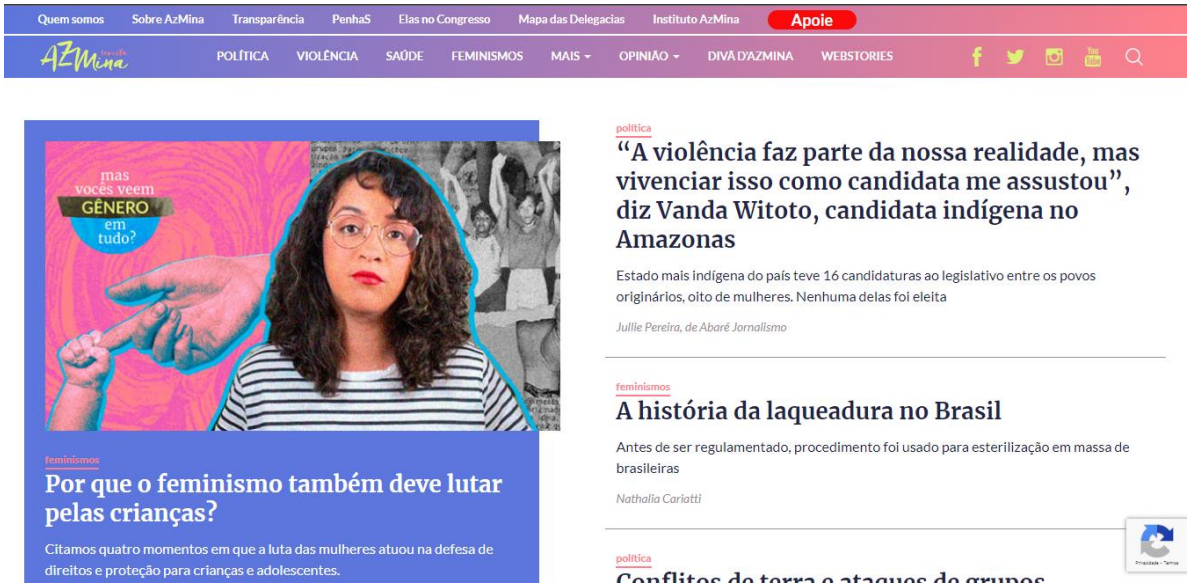
A *Revista AzMina* faz parte do *Instituto AzMina*, um instituto sem fins lucrativos dedicado a promover a equidade de gênero através de cinco frentes de atuação – Jornalismo, Tecnologia, Palestras, Campanha e Consultorias. No jornalismo, trabalha com a produção e disseminação de informações plurais que sejam relevantes para as mulheres. Essa atuação acontece por meio da *Revista AzMina*, plataforma Elas no Congresso (projeto que monitora os direitos das mulheres no poder legislativo), redes sociais, websséries, *podcasts*, projetos e *newsletters* produzidas. Relacionada ao jornalismo, há a frente Tecnologia que alia tecnologia e informação para lutar contra a desigualdade de gênero, usando a plataforma Elas no Congresso, o aplicativo PenhaS que faz o enfrentamento à violência contra a mulher e outros projetos.

A instituição também promove palestras, debates, oficinas e eventos que discutem os direitos das mulheres e o combate ao machismo. Dentro de campanhas, o instituto trabalha com campanhas de conscientização contra o machismo, buscando mobilizar as pessoas. A título de exemplo podemos mencionar as campanhas Violência Contra a Mulher – Esse Problema Também é Meu e #Machismo Não É Brincadeira. Na frente Consultoria, há projetos que envolvem empresas e seus

funcionários, inclusive meios de comunicação, para criar soluções para as desigualdades de gênero.

A *Revista AzMina* é uma publicação jornalística criada em 2015 com financiamento coletivo por Nana Queiroz, Helena Bertho e Carolina Oms, em São Paulo. Intitula-se como uma revista feminista independente que respeita e valoriza a mulher em toda a sua diversidade e se baseia na ideia de equidade entre as pessoas (AZMINA, 2022a). A revista aborda temas diversos com recorte de gênero, considerando a interseccionalidade e a diversidade, publicando diversos conteúdos jornalísticos em seu site (Figura 2).

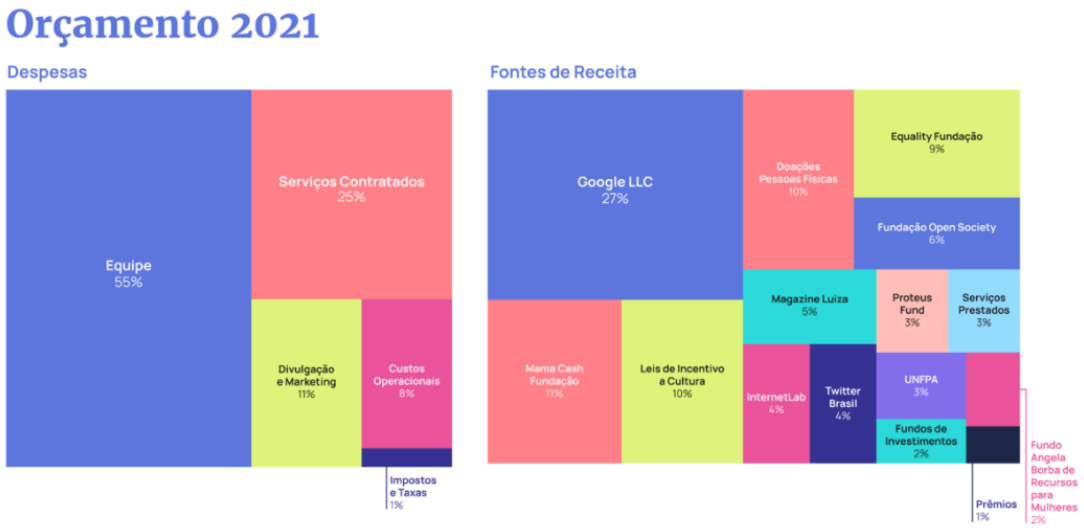
Figura 2 – Página inicial do site da *Revista AzMina*



Fonte: Print do site da *Revista AzMina* em 12 de outubro de 2022.

Em 2017, a revista passou a fazer parte do *Instituto AzMina* devido à expansão das atividades, mas a revista segue com independência editorial, trabalhando sem a interferência do instituto e dos seus doadores (AZMINA, 2022a). Quanto ao financiamento, a *AzMina* divulga as despesas e as fontes de receita em cada ano através de relatórios. O *Instituto AzMina* e a *Revista AzMina* mantêm sua estrutura e criam seus projetos com recursos vindos de doações de pessoas físicas e de fundações, editais e patrocínio de projetos (Figura 3). Também, há parceiros que prestam serviços pro bono para a instituição.

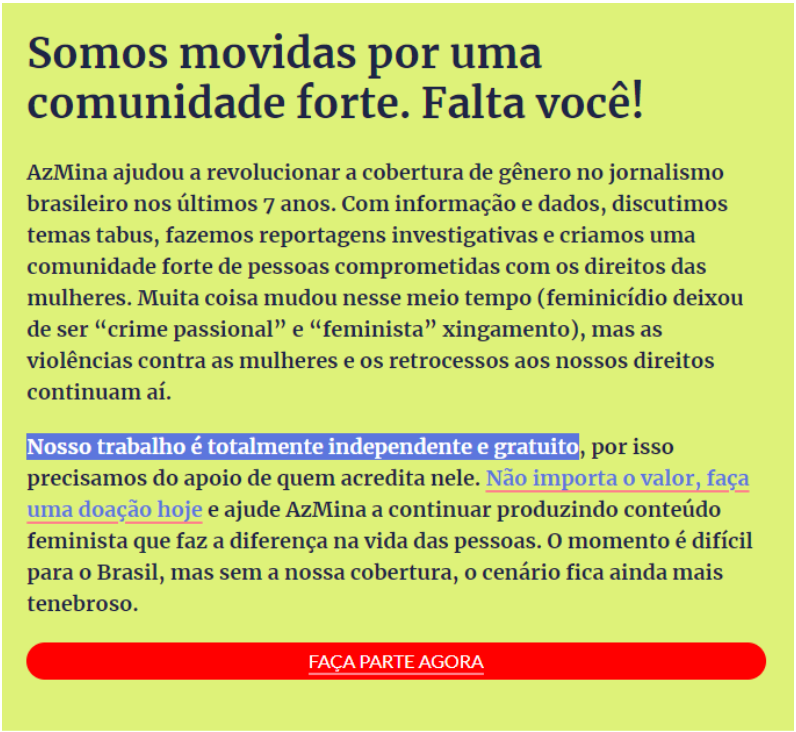
Figura 3 – Orçamento de despesas e fontes de receita do *Instituto AzMina* em 2021



Fonte: Print do site da *AzMina* em 18 de setembro de 2022.

Desde 2021, a *AzMina* passou a investir em mais estratégias que contribuem com o desenvolvimento e sustentabilidade a longo prazo. Ao final de cada conteúdo publicado na revista, há mensagens para que o público possa fazer doações que ajudem no financiamento através do link para a página no Catarse (Figura 4).

Figura 4 – Mensagem de pedido de doação para a *Revista AzMina*



Fonte: Print do site da *Revista AzMina* em 12 de outubro de 2022.

Em 2021, 1094 pessoas apoiaram a *AzMina*, representando um crescimento de 67% da receita de doações de indivíduos em comparação com o ano anterior (AZMINA, 2022c). Além disso, o financiamento institucional realizado por empresas e fundações que investem nos diferentes projetos e contribuem para a sustentabilidade da organização a longo prazo. Esses financiadores não interferem na independência do jornalismo, projetos ou campanhas e a *AzMina* não aceita doações de empresas ou instituições que têm conflito de interesses e valores com a produção e atuação da organização (AZMINA, 2022a).

Sua equipe tem uma composição diversa e é formada por profissionais mulheres que atuam como diretoras, jornalistas, colunistas e voluntárias, bem como fazem parte da equipe administrativa, financeira, de arte e de audiovisual. Conforme dados de novembro de 2022, são 24 profissionais que estão localizadas em cinco estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo 66,7% negras, 25% brancas, 4,2% indígenas e 4,2% amarelas (AZMINA, 2022a). Em relação à idade, 29,2% têm menos de 24 anos, 45,8% têm entre 25 e 34 anos e 25% têm entre 35 e 44 anos (AZMINA, 2022a). Quanto à orientação sexual, 50% são heterossexuais, 33,3% bissexuais e 16,6% pansexual (AZMINA, 2022a). A respeito da identidade de gênero, 95,83% são mulheres cisgêneros e 4,17% são não-bináries (AZMINA, 2022a).

A *Revista AzMina* adota uma perspectiva feminista interseccional e considera que as mulheres não são uma categoria universal, pois as pessoas enfrentam diferentes opressões relacionadas às questões de etnia/raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, geração, localização geográfica, etc. A cobertura jornalística tem uma visão inclusiva abrangendo homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias que também podem sofrer com o machismo e a violência de gênero, além de adotar, sempre que possível, a linguagem neutra em relação ao gênero como, por exemplo, usando as palavras “pessoas” e “todas e todos”.

> AzMina acredita que feminismo é uma questão de direitos humanos e é impossível atingir a equidade de gêneros sem diálogo com toda a sociedade, o que inclui os homens. Conscientes de que as mulheres estão em posição de desvantagem social, no entanto, priorizamos, sempre que possível, as vozes femininas, para desfazer um desequilíbrio histórico reproduzido e reforçado pela imprensa tradicional. Também buscamos uma visão interseccional, com reconhecimento das desigualdades vividas por diferentes grupos de mulheres, por isso, trazemos para o debate público vozes de diversas raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros. (AZMINA, 2022a).

A *Revista AzMina* divulga informações que mostram e problematizam a realidade das diferentes mulheres e das pessoas LGBTQIA+ na sociedade e visa combater toda a violência de gênero, tratando de assuntos como, por exemplo, condições de vida das mulheres, direitos, violência, equidade de gênero, etnia/raça, preconceito, maternidade, esporte, política, saúde, trabalho, cultura, educação e meio ambiente. As nominações do debate feminista são abordadas na revista, explicando os termos usados e atualizando sobre as discussões feministas contemporâneas. Há também a cobertura de pautas ignoradas pela mídia convencional ou que, em geral, são abordadas a partir da ótica dos homens ou que desconsideram o recorte de gênero.

O enquadramento e angulação das pautas são baseados em uma abordagem atenta ao recorte de gênero e que faz a intersecção entre as perspectivas de raça/etnia, classe social, orientação sexual e identidade de gênero. Para a *AzMina*, o trabalho realizado “só faz sentido se impactar as vidas das mulheres brasileiras” (AZMINA, 2022c).

Os conteúdos são produzidos no formato de notícias, entrevistas, reportagens e colunas de opinião, além de um espaço para os textos de leitoras chamado Divã D’AzMina. Por se tratar de uma revista digital, utiliza os recursos e linguagens multimídia nas suas produções jornalísticas, como imagens, ilustrações, infográficos, vídeos e áudios, e usa o hipertexto para vincular conteúdos relacionados por meio de links no decorrer dos textos.

Nos materiais publicados, a revista prioriza especialistas e fontes mulheres, procurando contemplar uma diversidade de vozes em relação à etnia/raça, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, etc., bem como busca fontes e instituições fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, incluindo especialistas em outros países – nesse caso, fazendo a entrevista em outro idioma e traduzindo para o português (AZMINA, 2022a). Assim, as diferentes mulheres são valorizadas como fontes, contribuindo para o seu empoderamento. Para Paula Rocha e Andressa Dancosky (2018), há preocupação em propor representações de gênero opostas à lógica do patriarcado e da prevalência da voz dos homens e do masculino como fontes hegemônicas.

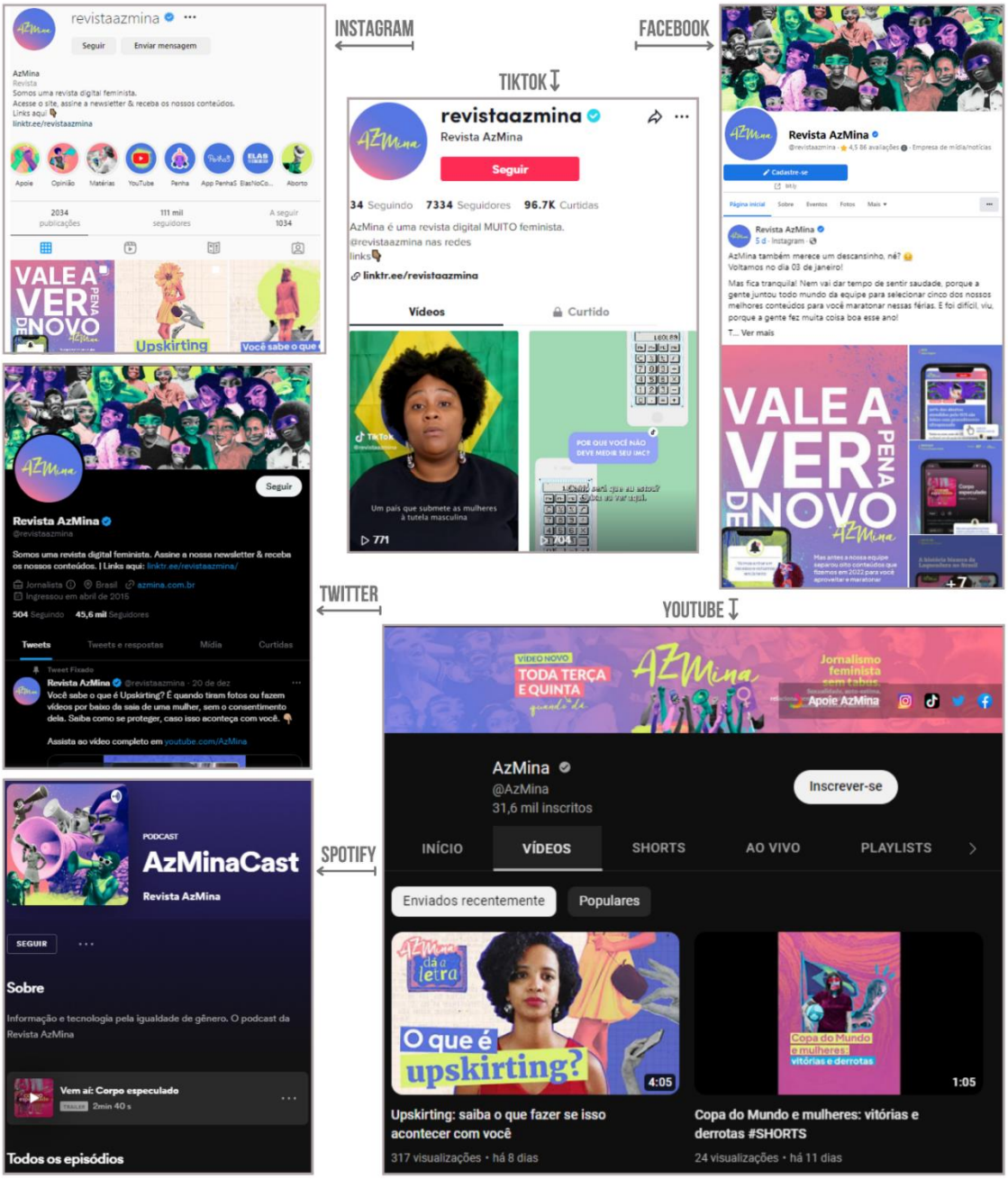
Quanto ao público, a *AzMina* se dirige às diferentes mulheres e pessoas LGBTQIA+, considerando seus interesses distintos – o que está diretamente ligado

com a perspectiva de feminismo da revista –, mas também aos homens cisgêneros que desejam saber sobre os assuntos abordados. Conforme dados sobre o ano de 2021, a revista teve mais de 1,3 milhão de acessos no site e teve seus textos republicados mais de 50 vezes por outros meios de comunicação (AZMINA, 2022c)[22].

Além do site, plataformas e aplicativos, a *AzMina* tem perfis nas redes sociais. A revista tem 111 mil seguidores no Instagram[23], 45,6 mil seguidores no Twitter[24] e 131,4 mil seguidores no Facebook[25], perfis nos quais divulga os novos conteúdos publicados no site. No TikTok[26], a *AzMina* produz vídeos curtos sobre os temas que faz a cobertura, tendo 7.334 mil seguidores. Também tem um podcast no Spotify[27] chamado *AzMinaCast*, mas que não está regularmente atualizado com apenas uma publicação em 2022. No canal no YouTube[28], tem 31,6 mil inscritos e publica dois vídeos por semana com análises de temas pela perspectiva de gênero, conteúdos institucionais e áudios de podcasts. Desde 2021, a *AzMina* tem um quadro semanal, chamado *Mas Vocês Veem Gênero em Tudo*. Os perfis nessas redes sociais podem ser vistos no mosaico a seguir (Figura 5). A revista também produz uma newsletter, na qual as pessoas podem se inscrever para receber seus conteúdos semanalmente por e-mail.

[22] Esses são os dados disponibilizados pela revista sobre seu consumo. Como essa dissertação, tem o foco no produto da *Revista AzMina* – ou seja, os textos – não realizamos entrevistas com a diretoria para coletar dados relacionados com o consumo e a recepção.
[23] Disponível no link: https://www.instagram.com/revistaazmina/.
[24] Disponível no link: https://twitter.com/revistaazmina.
[25] Disponível no link: https://www.facebook.com/revistaazmina.
[26] Disponível no link: https://www.tiktok.com/@revistaazmina.
[27] Disponível no link: https://open.spotify.com/show/0fFnrqOX5QBh4ik2MtVfGP.
[28] Disponível no link: https://www.youtube.com/channel/UCoyYnOCs_pr0oaXSitYi35g.

Figura 5 – Mosaico das redes sociais da *Revista AzMina*



Fonte: Mosaico elaborado pela autora a partir de prints das redes sociais (Instagram, Twitter, Facebook, TikTok, Spotify e YouTube) da *Revista AzMina* em 28 dez. 2022.

O *Instituto AzMina*, através de suas diversas frentes de atuação, já recebeu alguns prêmios. Em 2021, a *Revista AzMina* conquistou o segundo lugar da categoria Profissionais do Jornalismo do Prêmio 99 de Jornalismo[29] com o podcast Futurar, desenvolvido em parceria com o *Nós, Mulheres da Periferia*. O episódio premiado foi

[29] Prêmio anual que analisa conteúdos jornalísticos e teve o tema Tecnologia para Todos em 2021. É organizado pela Folha de São Paulo em parceria com a empresa de transporte por aplicativo 99.

o terceiro da série que abordou os usos e o futuro das tecnologias por mulheres negras. Também nesse ano, o observatório de violência política de gênero nas redes sociais, projeto da *Revista AzMina* e do *InternetLab*, foi um dos ganhadores do Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados[30].

A jornalista Júlia Miranda conquistou o segundo lugar da categoria imprensa do Prêmio Respeito e Diversidade[31] com a reportagem “Heroínas negras do Brasil: cinco mulheres que todos devem conhecer” em 2021. A diretora Carolina Oms venceu por meio de votação popular na categoria Jornalista Empreendedora do Troféu Mulher Imprensa em 2020[32].

A *Revista AzMina* é um espaço de defesa dos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+ e de combater as diferentes violências e preconceitos, valorizando a diversidade e a interseccionalidade e promovendo a ampliação da democracia. Gabriela Schander (2021) entende que a prática jornalística da *AzMina* rompe com os estereótipos de gênero, tensiona os pressupostos tradicionais do jornalismo e gera narrativas contestadoras que assumem uma parcialidade discursiva.

Essa publicação tem uma abordagem focada e aprofundada nas temáticas a partir da categoria gênero e como ele impacta na vida das pessoas. O gênero é visto como critério de noticiabilidade e como referência na abordagem e na constituição dos textos, fotos, vídeos e infográficos, produzindo conteúdos diversificados sobre gênero para vários nichos e com uma perspectiva de empoderamento (ROCHA; DANCOSKY, 2018). Sua prática jornalística evidencia temas pouco debatidos na sociedade ou os discute com outras abordagens, bem como confronta os discursos e narrativas dos outros meios de comunicação.

6.2 Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa propõe uma abordagem qualitativa para compreender como as territorialidades de mulheres podem ser evidenciadas a partir do discurso do jornalismo independente feminista da *Revista AzMina* e de que modo essas territorialidades se relacionam com a equidade de gênero. A noção de qualitativo é

[30] Prêmio anual na área de jornalismo de dados. É uma iniciativa da Escola de Dados (Open Knowledge Brasil), em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).
[31] Prêmio anual do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que avalia matérias e reportagens que promovem a conscientização para uma sociedade democrática e livre de preconceitos.
[32] Premiação concedida anualmente para reconhecer o trabalho das mulheres na comunicação no Brasil e promover os direitos das mulheres.

para pensar em qualidade se referindo às características específicas de alguém ou alguma coisa, não se tratando de mérito ou algo positivo (MARTINO, 2018). Engloba as conexões entre quem diz, por que diz, o que é dito e como é dito em uma perspectiva social e cultural para entender e interpretar as relações sociais que perpassam certo contexto, compreendendo questões específicas e os motivos dos fenômenos. Dessa forma, não há preocupação com o tamanho da amostra, mas sim com as suas características (MARTINO, 2018).

A pesquisa qualitativa lida com a parte subjetiva do objeto analisado. Por isso, responde a questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, que estão em um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos e que não podem ser reduzidos a operações quantitativas com variáveis (MINAYO, 2002). Há a preocupação com o processo de pesquisa e com a interpretação dos resultados, considerando o objeto de estudo em seu contexto. Ou seja, como destaca Maria Minayo (2002), é uma abordagem para aprofundar-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas.

Nesse estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica a fim de conhecer o referencial já existente sobre o tema investigado a partir de artigos científicos, dissertações, teses e livros para construir o referencial teórico. Em geral, seu propósito é sistematizar linhas de pensamento sobre um assunto, organizando o caminho percorrido pelas autoras e autores (MARTINO, 2018).

Em relação à coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental. Essa técnica é empregada para a coleta de documentos, como textos de uma mídia independente identificada com o feminismo e o debate sobre gênero, a *Revista AzMina*, para a análise posterior. Gil (2008) explica que as reportagens de jornal são consideradas documentos de primeira mão, já que não receberam qualquer tratamento analítico.

Os documentos são meios através dos quais se expressam poder social e estão situados em um contexto social e político, construindo a realidade social e as versões dos fatos ocorridos (MAY, 2004). Por isso, a pesquisa documental também pode ser vista como uma forma de compreensão social em um tempo e espaço.

A escolha da mídia a ser analisada é baseada no Mapa de Jornalismo Independente, um projeto da Agência Pública lançado em 2016 para identificar iniciativas independentes brasileiras, que continua sendo atualizado. Esse mapeamento foi realizado de acordo com os seguintes critérios: organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; organizações que nasceram na

rede; projetos coletivos, que não se resumem a *blogs*; sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022). Atualmente, constam 82 iniciativas independentes nesse mapa e verificamos que 58 delas seguem atualizadas com publicações em 2022 e 24 estão desatualizadas.

Das 58 atualizadas, sete delas abordam o feminismo e as questões das mulheres e de gênero. Após examinar os perfis e os conteúdos dessas mídias, escolhemos a que mais se enquadrava no escopo da nossa pesquisa e que mantém um fluxo de publicações constante – a *Revista AzMina*. Trata-se, portanto, de uma amostra não probabilística escolhida por conveniência, porque baseia-se em critérios do pesquisador e não em fundamentos matemáticos ou estatísticos (GIL, 2008).

Definimos um recorte temporal que abrange os textos publicados nos de 2019 a 2021 a fim de ter uma visão mais abrangente dessa mídia, do seu posicionamento, dos temas abordados e do seu discurso. Devido aos impactos de uma pandemia na sociedade, precisamos ressaltar que esse recorte de três anos compreende os textos escritos antes da pandemia (2019), durante o período de isolamento social (2020) e o início de um pós-pandemia que problematiza suas consequências (2021). Desse conjunto de materiais, realizamos uma leitura aprofundada para identificar um conjunto menor de textos que se adequa ao propósito do estudo.

A respeito do formato e conteúdo das postagens da revista, coletamos os textos que estão nas editorias Política, Violência, Saúde, Feminismos, Comportamento, Cultura, Dinheiro, Esporte e Maternidade. No início de cada texto, há a sinalização de qual(is) editoria(s) ele pertence. Nessas editorias, identificamos pelo formato dos textos que se tratam de notícias, entrevistas e reportagens, que pertencem ao gênero jornalístico informativo, pois tratam dos fatos, acontecimentos e pontos de vista dos entrevistados e da análise aprofundada da realidade. Na análise, empregamos os termos texto e matéria para nos referirmos aos materiais analisados. Assim, não incluímos em nossa pesquisa os textos opinativos das colunistas e das leitoras divulgados em outras seções da *AzMina*, pois são conteúdos que trazem as opiniões de pessoas acerca dos fatos e das experiências vivenciadas.

6.3 Procedimentos de análise de dados

Após a coleta dos textos, a análise é realizada utilizando duas técnicas: análise de conteúdo e análise de discurso. A primeira é usada para uma exploração inicial

dos materiais e ter uma visão abrangente dos temas tratados pela revista no período definido. Já a segunda, é empregada para examinarmos os elementos presentes no discurso e os sentidos produzidos. Os dois procedimentos vão contribuir para atingir os objetivos da pesquisa, identificando as territorialidades de mulheres evidenciadas e a sua contribuição para a equidade de gênero.

A análise de conteúdo surgiu nos Estados Unidos no início do século XX para investigar os materiais comunicacionais e jornalísticos. Laurence Bardin (2016) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que usa procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens com a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou de recepção por meio de indicadores quantitativos ou não.

É uma técnica baseada em procedimentos sistemáticos para criar inferências válidas a respeito de conteúdos verbais, visuais ou escritos, objetivando descrever, quantificar ou interpretar determinado fenômeno em relação a seus significados, intenções, consequências ou contextos (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Através da análise de conteúdo, produzimos inferências e interpretações sobre as mensagens.

Na análise de conteúdo, como destaca Maria Franco (2005), o ponto de partida é a mensagem verbal (oral ou escrita), gestual, figurativa, silenciosa, documental ou diretamente provocada e essa mensagem, necessariamente, expressa um significado e um sentido. Apresenta uma grande variedade de aplicações e finalidades envolvendo a análise de mensagens.

> Em termos de aplicação, a análise de conteúdo permite o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros. (OLIVEIRA, 2008, p. 570)

No estudo de textos jornalísticos, seu emprego mais comum é para verificar a frequência que determinados termos aparecem, em uma abordagem quantitativa. Porém, pode ser utilizada também em pesquisas qualitativas para examinar, por exemplo, a presença ou a ausência de uma característica ou as relações mantidas entre dois elementos em um texto.

A análise de conteúdo permite que o leitor crítico de uma mensagem tenha informações suplementares para saber mais sobre esse texto, apoiando-se na

mensagem (significação e código) e seu suporte ou canal ou no emissor e receptor (BARDIN, 2016). Ou seja, podemos interpretar os textos e saber o que está por trás da superfície textual.

Na análise de conteúdo, existem diversos tipos de análise que podem ser adotados. Conforme Denize Oliveira (2008), cada um deles permite a exploração do material a partir da observação de diferentes elementos presentes no texto, conduzindo a resultados distintos em termos de compreensão da mensagem. Nessa pesquisa, realizamos a análise de conteúdo categorial, ou seja, a análise por categorias. Essa técnica funciona através do desmembramento do texto em unidades (categorias), conforme reagrupamentos analógicos (BARDIN, 2016).

Dentre as diferentes possibilidades de categorização, escolhemos a investigação dos temas, a análise temática, dos materiais selecionados. A análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que formam uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem algo para o objeto de estudo (MINAYO, 2014).

A realização de uma análise de conteúdo pressupõe algumas etapas definidas por Bardin (2016): pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase da organização e objetiva tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais a fim de conduzir a um plano de análise (BARDIN, 2016). Ou seja, consiste em toda a preparação para a análise propriamente dita. Nessa etapa, há alguns passos a serem cumpridos: a leitura flutuante de todo o material coletado para conhecê-lo; a escolha do universo de documentos de análise que podem fornecer informações sobre o problema de pesquisa; a formulação das hipóteses e dos objetivos da análise; a referenciação dos índices e dos indicadores para a intepretação; a preparação do material para análise, incluindo a edição dos textos para o alinhamento (BARDIN 2016).

A exploração do material é uma fase longa e fastidiosa, na qual realizamos as operações de codificação, decomposição ou enumeração de acordo com regras previamente formuladas (BARDIN, 2016). Envolve a aplicação das decisões tomadas sistematicamente na etapa de exploração do material. A codificação é a transformação dos dados brutos do texto, permitindo, por recorte, agregação e enumeração, atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão (BARDIN, 2016). É nesse processo que atribuímos códigos aos elementos que apresentam relevância para o objetivo da investigação. Um código é um rótulo ou uma etiqueta

que empregamos para classificar, qualificar e registrar partes do conteúdo (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021).

A definição das unidades de registro e as unidades de contexto faz parte dessa fase e depende da natureza da pesquisa, ajudando na organização da análise de conteúdo posterior. A unidade de registro é a unidade de significação codificada, correspondendo ao segmento de conteúdo considerado unidade de base visando a categorização (BARDIN, 2016). É baseada em um critério de recorte realizado de acordo com o objetivo da pesquisa. Refere-se aos elementos obtidos por meio da decomposição do conjunto da mensagem, podendo ser a palavra, a frase ou a oração, o tema, o personagem, o acontecimento relatado ou o documento (GOMES, 2002).

Nessa pesquisa, realizamos uma análise temática, tendo o tema como unidade de registro. Em geral, o tema é usado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças, tendências, etc., analisando, por exemplo, as respostas de entrevistas ou as comunicações de massa (BARDIN, 2016). No caso, buscamos identificar os temas que compõem a comunicação da *Revista AzMina*, cuja presença ou frequência de aparição podem ter significado para o objetivo da investigação. O tema é considerado como a unidade de registro mais útil, pois incorpora, com maior ou menor intensidade, o aspecto pessoal atribuído pelo emissor sobre o significado de uma palavra e/ou sobre as conotações atribuídas a um conceito (FRANCO, 2005).

Já a unidade de contexto é a unidade de compreensão para codificar a unidade de registro, podendo ser, por exemplo, a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (BARDIN, 2016). O objetivo é conseguir entender a significação da unidade de registro. Trata-se de precisar o contexto do qual a mensagem faz parte (GOMES, 2002).

Essa etapa ainda envolve a categorização. Essa operação é a classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e por reagrupamento segundo o gênero, com base em critérios previamente definidos (BARDIN, 2016). Esses critérios dependem da natureza da pesquisa. As categorias reúnem as unidades de registro sob um título genérico em razão das suas características comuns (BARDIN, 2016). Ou seja, o investigador precisa identificar o que há em comum entre os elementos para agrupá-los. Com as categorias, temos os meios para descrever o fenômeno estudado (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021).

A categorização pode empregar dois processos inversos: o sistema de categorias é fornecido e se repartem da melhor maneira possível os elementos à medida que são encontrados; o sistema de categorias não é fornecido, mas sim resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos e o título de cada categoria só é definido no final da operação (BARDIN, 2016). Em nosso estudo, empregamos o segundo processo, no qual as categorias são evidenciadas ao longo da análise.

A terceira etapa é o tratamento dos resultados obtidos para evidenciar e interpretar as informações fornecidas pela análise. Os resultados são tratados de modo a serem significativos e válidos para que, assim, o analista possa propor inferências e adiantar interpretações conforme os objetivos previstos na pesquisa (BARDIN, 2016).

Ao considerar que a análise de conteúdo deseja saber mais sobre um texto, a inferência pode se apoiar nos elementos constitutivos do mecanismo da comunicação: o emissor; o receptor; a mensagem (significação e código); o suporte ou canal (BARDIN, 2016). Nessa pesquisa, as inferências são baseadas nas significações que a mensagem fornece. Muitas vezes, os conteúdos estão ligados aos códigos que contêm, suportam e estruturam as significações, ou então, às significações segundas que as primeiras escondem e que a análise procura extrair – mitos, símbolos e valores –, que são sentidos segundos que se se movem com descrição e experiência sob o sentido primeiro (BARDIN, 2016).

Para auxiliar na análise de conteúdo do conjunto de textos, empregamos um software de análise de dados qualitativos assistido por computador chamado Atlas.TI[33]. Por meio dessa ferramenta, podemos fazer a localização, codificação e anotação de comentários nos dados analisados, além de visualizar facilmente e graficamente os elementos demarcados. Nesse estudo, realizamos a leitura exploratória e codificação de todos textos nesse programa, destacando os temas e subtemas identificados.

Após a análise de conteúdo, realizamos a análise de discurso. Seu emprego visa entender como os discursos produzem sentidos em um certo contexto social, refletindo e reelaborando concepções em circulação (MARTINO, 2018). Nessa pesquisa, partiremos dos enunciados como unidade de análise, contemplando os

[33] Disponível no link: https://atlasti.com/pt.

elementos expressos textual e verbalmente, como os títulos, os intertítulos, os textos e as falas em áudio e vídeo, para apontar as marcas discursivas de maior relevância para responder ao problema de acordo com os objetivos propostos. A escolha dessa técnica justifica-se por ela ser capaz de compreender os aspectos que estão presentes – e, até mesmo, os silenciados – no discurso jornalístico independente.

Nessa concepção, o discurso se refere às manifestações de maneira falada, escrita ou pensada de alguém ou de certo grupo, revelando as suas visões de mundo, como, por exemplo, discurso machista reflete concepções distorcidas da realidade em relação a questões gênero (MARTINO, 2018). Em função disso, a técnica da análise de discurso engloba as relações entre quem diz, por que diz, o que é dito e como é dito em uma abordagem social e cultural.

A análise de discurso surge como campo de estudo na França, na década de 1960.

> Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2013, p. 15).

Logo, a linguagem, enquanto sistema, é entendida como forma de interação social e o discurso é mediação. Como ato de discurso, a linguagem aponta para o modo pelo qual a circulação da fala é organizada em uma comunidade social ao produzir sentido e, por isso, podemos pensar que a informação implica em processo de produção de discurso na situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2013). É uma atividade exercida cotidianamente com base em conhecimentos linguísticos e extralinguísticos entre os indivíduos.

Nós usamos da linguagem para, por exemplo, transmitirmos informação e todo discurso é produzido por um sujeito e direcionado a outro ou outros, estabelecendo uma comunicação. Na análise de discurso, Eni Orlandi (2013) entende que a comunicação não é um simples ato de transmissão de informação, porque põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, existindo um processo complexo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos.

Assim, todo o discurso tem uma intenção e depende das experiências sociais e culturais desse sujeito que o produziu, os quais são fatores a ser considerados na

análise. A linguagem pode ser empregada para comunicar e para não comunicar, pois os sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados (ORLANDI, 2013). Em cada um dos casos, há um discurso com produção de sentidos. É através dele que podemos observar a relação entre língua e ideologia (ORLANDI, 2013), para poder conhecer e entender os sentidos produzidos pelos sujeitos que fazem o discurso e pelos que são ouvintes ou leitores.

Há o entendimento de que o discurso é uma atividade produtora de sentidos que são construídos a partir das experiências e do contexto do sujeito. Por isso, conforme explica Helena Brandão (2004), a análise de discurso não considera um sentido a priori, mas sim que é construído no processo de interlocução, levando em conta as condições de produção desse discurso. Essas condições dizem respeito ao sujeito, ao público, ao meio, à intenção, à forma de organização do discurso, ao contexto cultural, ao período histórico, entre outros fatores.

Nessa forma de análise, é realizada uma leitura em profundidade do discurso. Essa técnica procura compreender como determinado texto significa, já que ela produz um conhecimento a partir dele, porque entende que ele tem uma materialidade simbólica própria e significativa e uma espessura semântica, concebendo-o em sua discursividade (ORLANDI, 2013). A simples escolha dos termos a serem utilizados em um texto, em detrimento de outros, já faz parte da formação do discurso. As palavras cotidianas já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, entretanto, significam em e para nós (ORLANDI, 2013). Com isso, os sentidos dos termos usados se tornam importantes para a análise e as palavras são significadas a partir da sua relação com as outras e o contexto do discurso.

A análise de discurso procura apreender como as condições sociais e históricas de produção se inscrevem no linguístico (BRANDÃO, 2004). O discurso é uma forma de representação do mundo e se manifesta em textos verbais e não verbais, ou seja, está em tudo que o ser humano fala, escreve e até quando ele silencia. Dessa maneira, existem inúmeros discursos produzidos a todo o momento nos mais diversos locais e instituições. Um deles é o discurso jornalístico, que é

> [...] sobretudo o relato dos acontecimentos que tiveram lugar recentemente, relato que é produzido como notícia e que circula regularmente no nosso dia a dia através dos diferentes dispositivos da informação. É, por isso, o resultado de um processo social de construção da realidade, definido por certas condições factuais, regras e convenções narrativas que vão desde as regras sintáticas e semânticas até as normas ético-pragmáticas do falar. São estas regras e convenções que funcionam como estruturas do discurso

> jornalístico e que constituem os pressupostos de um contrato de leitura entre o jornalista e o leitor. (MARQUES, 2008, p. 2).

Por sua função social de informar a população, o jornalismo presta um serviço público à sociedade. Os textos produzidos são influenciados por fatores sociais, pela cultura e pela história. O discurso é o resultado principal do funcionamento da instituição jornalística, já que o discurso jornalístico é o discurso mediador da experiência humana para determinar os contornos dos eventos e dos objetos (MARQUES, 2008) que fazem parte da nossa realidade. Com essa função de discurso mediador, os produtos jornalísticos influenciam direta e indiretamente na sociedade e na forma como as pessoas veem determinados indivíduos e grupos sociais, como as mulheres.

Para a análise de discurso, os sentidos são socialmente construídos e, em função disso, esse campo de estudo objetiva entender como um discurso produz sentido em um contexto social. Isso porque cada discurso depende do contexto – cultural, social, econômico, político, histórico, etc. – em que está inserido, sendo influenciado pelos processos que ocorrem em todas essas dimensões na sociedade. No caso do jornalismo, ao produzir discursos acerca da realidade, tem o papel evidenciar os problemas e as desigualdades sociais e contribuir para a promoção da equidade entre todas as pessoas, razão pela qual se justifica um estudo aprofundado do discurso produzido pelo jornalismo independente feminista.

Nessa pesquisa, a análise de discurso é realizada em um conjunto de textos selecionados por apresentarem as marcas discursivas relevantes para o entendimento das territorialidades comunicacionais identificadas. A partir disso, identificamos formações discursivas que reúnem os sentidos produzidos pelo discurso. Uma formação discursiva pode ser definida “como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2013, p. 43). As formações discursivas nos permitem compreender o processo de produção de sentidos, colocando os enunciados dentro de uma organização. O discurso se constitui em seus sentidos porque o que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra a fim de ter um sentido e não outro (ORLANDI, 2013).

Diante dessa discussão, propomos a articulação entre a análise de conteúdo e análise de discurso nessa pesquisa. A primeira procura extrair os sentidos dos textos, respondendo “o que este texto quer dizer?”, e a segunda atravessa o texto para

encontrar um sentido do outro lado, respondendo “como este texto significa?” (ORLANDI, 2013, p. 17) diante de um determinado contexto social e histórico. A análise de conteúdo trabalha com os produtos e a análise de discurso com os processos de constituição (dos sujeitos e dos sentidos) (ORLANDI, 2013), podendo ser empregadas em conjunto dependendo dos objetivos da pesquisa.

No entendimento de Haesbaert (2021), o conjunto de relações de poder de onde emerge um discurso é profundamente marcado pelas condições geográficas da existência enquanto indivíduo, classe e/ou grupo cultural. No caso do feminismo, dentre suas ações de resistência, busca construir outros discursos acerca das mulheres, dos homens e da sociedade na direção da equidade de gênero, bem como procura desconstruir os discursos discriminatórios que, em geral, são os dominantes na nossa cultura.

O espaço, impregnado por relações de poder desiguais que são, ao mesmo tempo, destrutivas e criativas, opressoras e liberadoras, possibilita diferentes perspectivas pelas quais podemos enunciar e produzir nosso mundo (HAESBAERT, 2021). Uma dessas perspectivas pode ser entender como as mulheres territorializam os espaços sociais. Nas relações de gênero, consideramos que cada territorialidade, produzida através de um discurso, expressa, como destaca Maria Schefler (2018, p. 40), “relações de poder que demarcam o lugar de homens e mulheres no mundo”.

Essas relações de poder desiguais são baseadas nas normas e padrões de gênero impostos pela sociedade, influenciando nas formas que homens e mulheres pensam e veem o mundo, vivenciam as experiências e se relacionam com os diferentes sujeitos. Suzanne Borela (2017) entende que as relações de poder são definidas e moldadas pelos discursos cotidianos.

Assim, toda a relação de um sujeito com as outras pessoas e com o mundo é feita por meio do discurso. A inscrição de um corpo no mundo é realizada discursivamente, pois é através do discurso que o corpo é expressado e ganha significado na sociedade (BORELA, 2017). Esse discurso manifesta a sua identidade, como a de gênero e de sexualidade, definindo-o como sujeito.

Quanto ao gênero, é preciso analisá-lo como um fenômeno histórico que vem sendo produzido, reproduzido e transformado pelo tempo e pelas diversas situações (BORELA, 2017). Essa produção, reprodução e transformação são vistas nos diferentes discursos que foram construídos – e desconstruídos – ao longo do tempo, expressando os significados e sentidos subjetivos de homens e de mulheres. Uma

das contribuições do feminismo é atuar na construção de outros discursos, significados, valores e práticas para a transformação das desigualdades de gênero (SCHEFLER, 2018).

Nessa pesquisa, analisamos o discurso da *Revista AzMina* para compreender as territorialidades de mulheres que são evidenciadas e de que modo elas contribuem com a equidade de gênero. Em primeiro lugar, identificamos os temas abordados pela revista e, em segundo lugar, analisamos as marcas discursivas que expressam a forma de abordagem desses temas e os sentidos produzidos. Essas territorialidades evidenciadas são comunicacionais expostas pelo jornalismo da *Revista AzMina*, contribuindo com a construção das realidades cotidianas das mulheres brasileiras.

O propósito deve ser mais do que saber o que o discurso diz e sim investigar o que ele faz (RESENDE, 2014). Para tanto, devemos atentar para todos os elementos que compõem o discurso desde a escolha das palavras até o contexto do sujeito que fala. E é no viés da cultura que pode ser possível reconhecer a dimensão complexa que inscreve os discursos midiáticos como produtores de sentido (RESENDE, 2014), com os Estudos Culturais representando uma forma de analisar todo esse cenário, conectando com as relações de poder e a ideologia, com as Epistemologias Feministas se voltando ao discurso produzido por e para mulheres, e com as Geografias Feministas examinando as condições em que as mulheres estão submetidas social e espacialmente.

Para Ruth Reis (2017b), há uma dimensão constituinte das territorialidades, na qual predominam elementos da linguagem, do signo e dos discursos, produzindo conexões que criam processos de identificação e constituem territórios. Dentro da dimensão simbólico-cultural, o discurso expressa territorialidades comunicacionais das diferentes mulheres, considerando as especificidades das suas experiências, que impactam e tensionam outras dimensões da sociedade – política, econômica, ambiental etc. Nesse caso, a *AzMina* utiliza estratégias discursivas para construir e desconstruir discursos, relatando e problematizando as vivências das diversas mulheres, suas crenças, suas atuações, seus modos de vida e suas relações com as instituições sociais, que configuram as territorialidades dessas mulheres.

7 ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES COMUNICACIONAIS DOS TEXTOS DA REVISTA AZMINA

Nesse capítulo, apresentamos as análises de conteúdo e de discurso dos textos da *Revista AzMina*. Na primeira seção, caracterizamos os procedimentos realizados para a análise inicial dos materiais coletados, com a apresentação de gráficos, figuras e quadros que ilustram o desenvolvimento dos processos. Descrevemos os resultados da análise de conteúdo temática, assinalando os temas evidenciados, e, depois, as orientações para a análise de discurso dos textos escolhidos.

Em seguida, temos nove seções que abordam cada uma das nove territorialidades comunicacionais que são os resultados principais dessa pesquisa. Em cada seção, apresentamos as territorialidades comunicacionais, discutimos os temas e as abordagens da *Revista AzMina* e realizamos a análise de discurso de trechos que exemplificam as marcas e elementos relevantes para o propósito desse estudo. Há ainda o complemento com dados e escritos dos autores que contribuem para o debate sobre os assuntos tratados e os resultados obtidos.

7.1 Descrição da análise

Conforme destacado anteriormente, Bardin (2016) apresenta três etapas para a análise de conteúdo: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nessa pesquisa, seguimos essas fases para orientar a análise de conteúdo temática e, posteriormente, complementamos com a análise de discurso.

Na pré-análise, que é a etapa da organização e sistematização para a análise propriamente dita, identificamos que um total de 223 textos publicados pela *Revista AzMina* nas editorias Política, Violência, Saúde, Feminismos, Comportamento, Cultura, Dinheiro, Esporte e Maternidade nos anos 2019, 2020 e 2021. Desse total, 68 matérias[34] foram divulgadas em 2019, 103 em 2020 e 52 em 2021. Ao realizar a leitura flutuante desse material, encontramos 57 textos (6 de 2019, 44 de 2020 e 7 de 2021) que não foram escritos por jornalistas da equipe da *AzMina*, que se tratavam

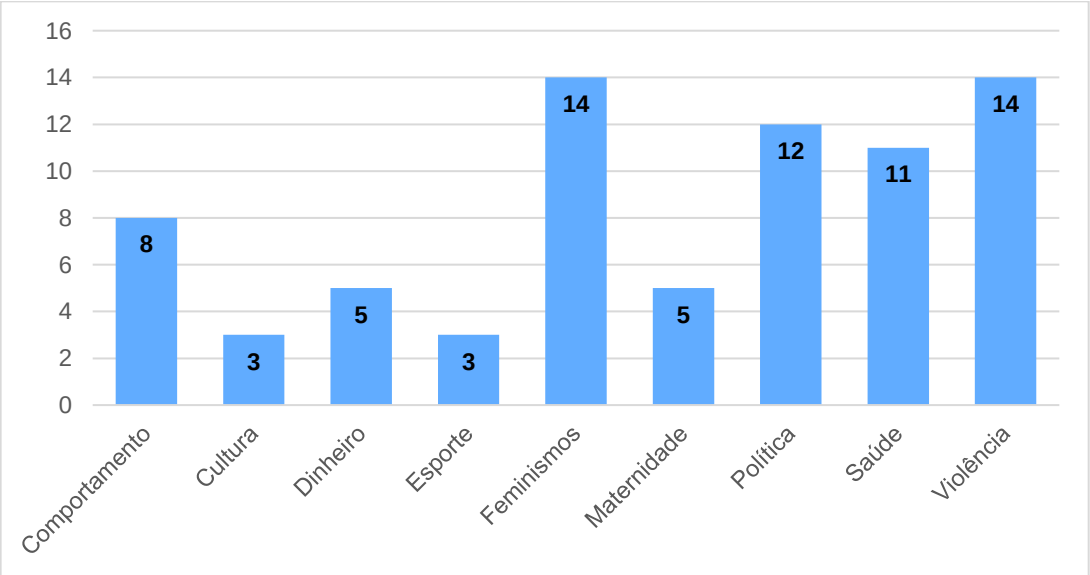
[34] Como explicamos na metodologia, utilizamos matéria como um sinônimo de notícia ou reportagem do gênero jornalístico informativo.

de republicação de matérias de outras mídias ou foram uma colaboração entre jornalistas da *AzMina* com profissionais de outros meios. Decidimos descartar esses textos por considerarmos que não representavam um discurso produzido apenas pela *AzMina*, que é o interesse dessa pesquisa.

Desse modo, os 166 textos restantes compõem o nosso universo dos documentos de análise, sendo que 62 foram publicados em 2019, 59 em 2020 e 45 em 2021. São textos dos formatos notícia, entrevista e reportagem, que pertencem ao gênero jornalístico informativo. Alguns dos materiais apresentam vídeos, os quais foram transcritos para o formato de texto escrito, já que seu conteúdo e discurso também são considerados na análise. O conjunto dos textos foi organizado em ordem alfabética e foi dividido pelos anos de publicação dentro de pastas no software Atlas.TI.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição das matérias publicadas em 2019 nas editorias, sendo que 13 delas constam em duas editorias (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição dos textos de 2019 nas editorias da *Revista AzMina*



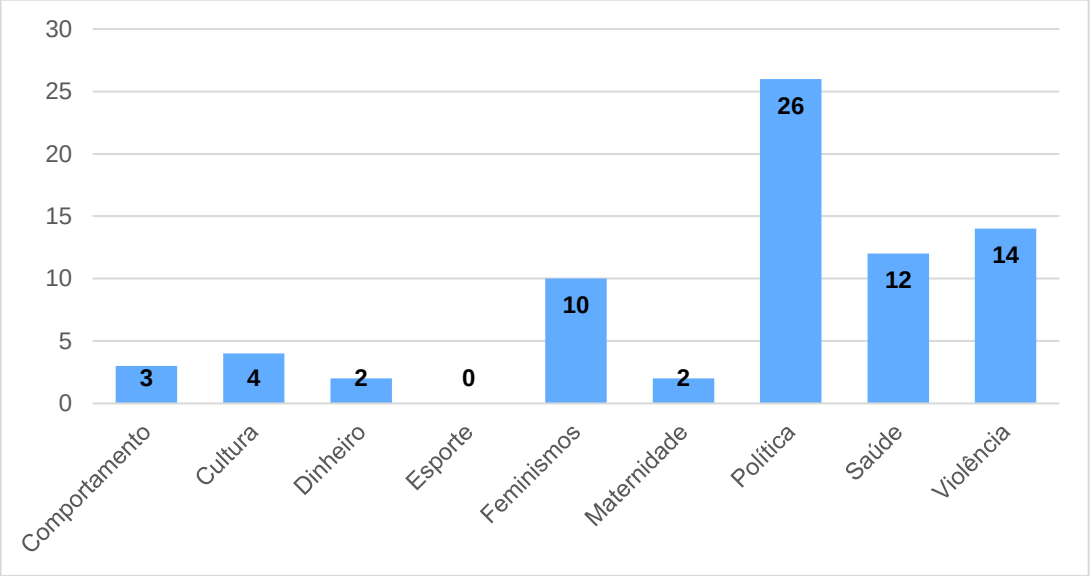
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos materiais da *Revista AzMina*.

A respeito desse material de 2019, observamos que as editorias com mais textos são Feminismos e Violência, com 14 matérias cada, e as com menos textos são Cultura e Esporte, com três matérias cada. Na editoria Feminismos, podemos destacar que sete textos focam na perspectiva de mulheres, contando suas histórias e lutas e apresentando suas opiniões, seu trabalho e/ou suas atuações no ativismo

feminista. A título de exemplo podemos mencionar que uma matéria aborda a visão da historiadora Silvia Federici sobre a realidade das mulheres dentro do sistema capitalista, um texto foca na vida e no trabalho da rapper Luana Hansen e seu ativismo em prol dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ e outra entrevista traz o ponto de vista da empresária e advogada Eliane Dias sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho por causa do machismo e do racismo. Já na editoria Violência, cinco matérias explicam os tipos de violências e como elas podem se manifestar como, por exemplo, as violências doméstica, patrimonial e psicológica e as práticas do mansplaining e manterrupting.

A seguir, apresentamos a distribuição dos textos publicados em 2020 nas editorias, considerando que 14 deles pertencem a duas editorias (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição dos textos de 2020 nas editorias da *Revista AzMina*



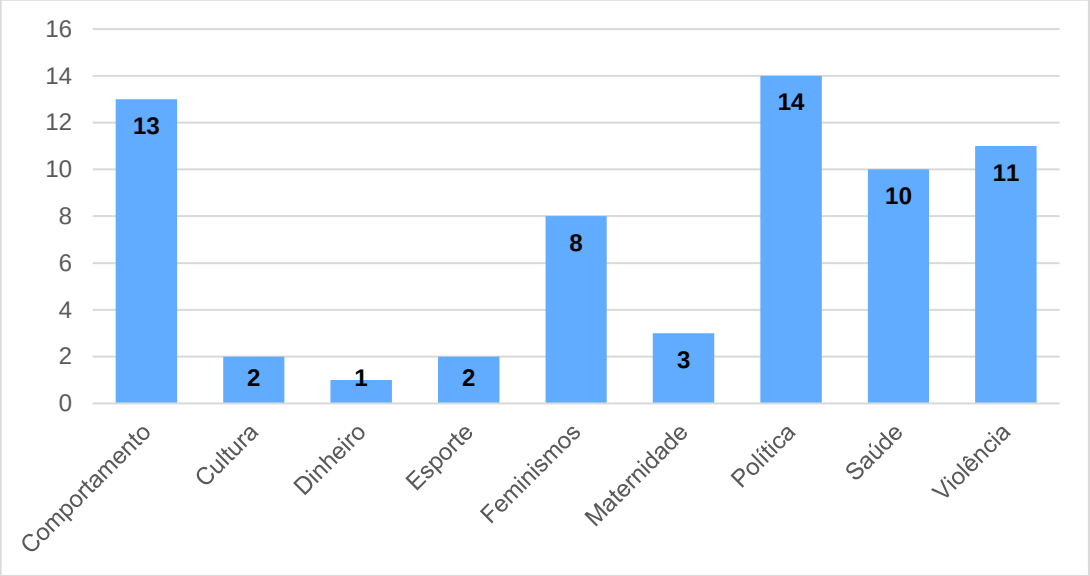
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos materiais da *Revista AzMina*.

Em 2020, a editoria com mais textos foi a Política e a editoria Esportes não teve nenhuma matéria. A incidência de postagens na editoria Política está relacionada com o fato de 2020 ser um ano de eleição no Brasil, pois diversos textos tratam da luta para inserção das mulheres na política e das ofensas e agressões que as políticas sofrem, bem como algumas matérias que analisam os projetos de leis criados pelas mulheres e homens na política e sua relação com a promoção ou redução dos direitos delas.

Além disso, nesse ano, tivemos textos que problematizam os diferentes impactos da pandemia de Covid-19 para a vida e a realidade das mulheres. Dentre os temas abordados, podemos citar as mudanças de rotina relacionado ao cuidado de pessoas na pandemia, o aumento da violência doméstica, os projetos de leis com recorte de gênero propostos na pandemia, as dificuldades para fazer os pedidos e receber os pagamentos de pensão alimentícia, os obstáculos para realizar aborto e as possíveis consequências da doença do coronavírus para a gravidez, o parto e o período pós-parto.

A seguir, mostramos a distribuição dos textos publicados em 2021 nas editorias, considerando que 17 deles constam em duas editorias e uma matéria aparece em três editorias (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição dos textos de 2021 nas editorias da *Revista AzMina*



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos materiais da *Revista AzMina*.

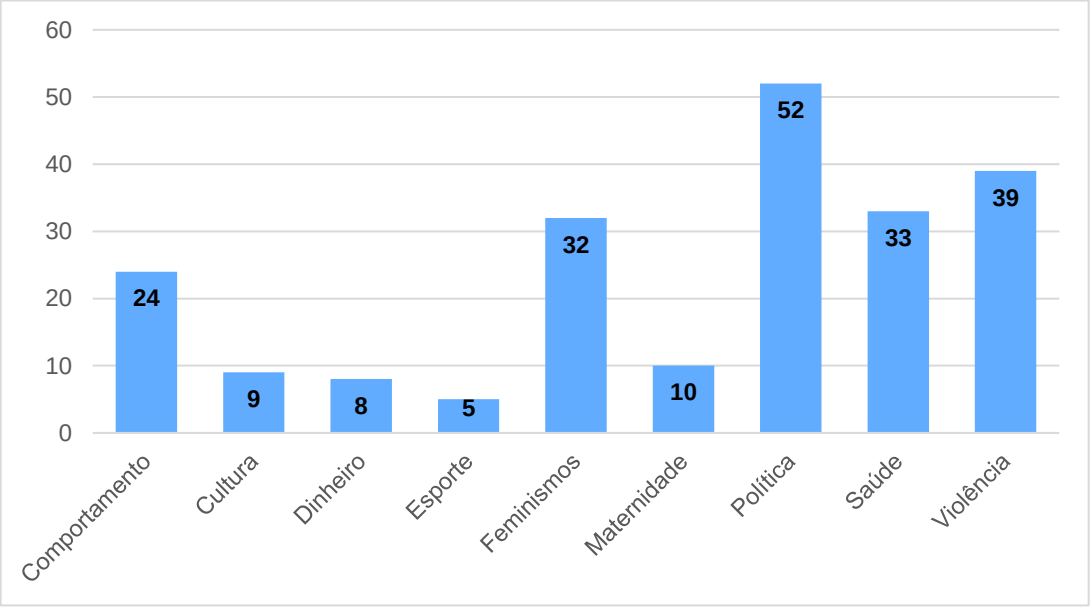
Em 2021, as editorias com mais postagens são Política (14 textos) e Comportamento (13 textos). Já a editoria Dinheiro teve apenas uma matéria nesse ano. Na editoria Política, notamos que há textos que fazem críticas ao movimento conservador que se reflete nas práticas do governo brasileiro do período 2018-2022 e nos projetos de leis criados, pois são desfavoráveis para as mulheres e seus direitos. Ademais, existem duas matérias que focam na luta e sofrimento de mulheres com familiares presos injustamente, evidenciando o racismo enraizado nos sistemas policial e judiciário. Já na editoria Comportamento, a maioria dos textos trazem

questões relacionadas à diversidade, tais como: direitos LGBTQIA+, linguagem neutra, orientações sexuais e identidades de gênero.

Nesse ano, também foram publicadas matérias que abordam as consequências da pandemia para as mulheres em diferentes contextos. Algumas das temáticas tratadas são: os problemas de autoestima e de saúde mental, o cuidado dos órfãos da pandemia, os impactos da pandemia nas condições de mobilidade urbana delas e a realidade dos times de futebol feminino na pandemia.

Diante disso, apresentamos a distribuição de todo o material analisado nas editorias, sendo que 44 textos aparecem em duas editorias e um texto pertence a três editorias (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição dos textos coletados nas editorias da *Revista AzMina*



Fonte: Elaborado pela autora.

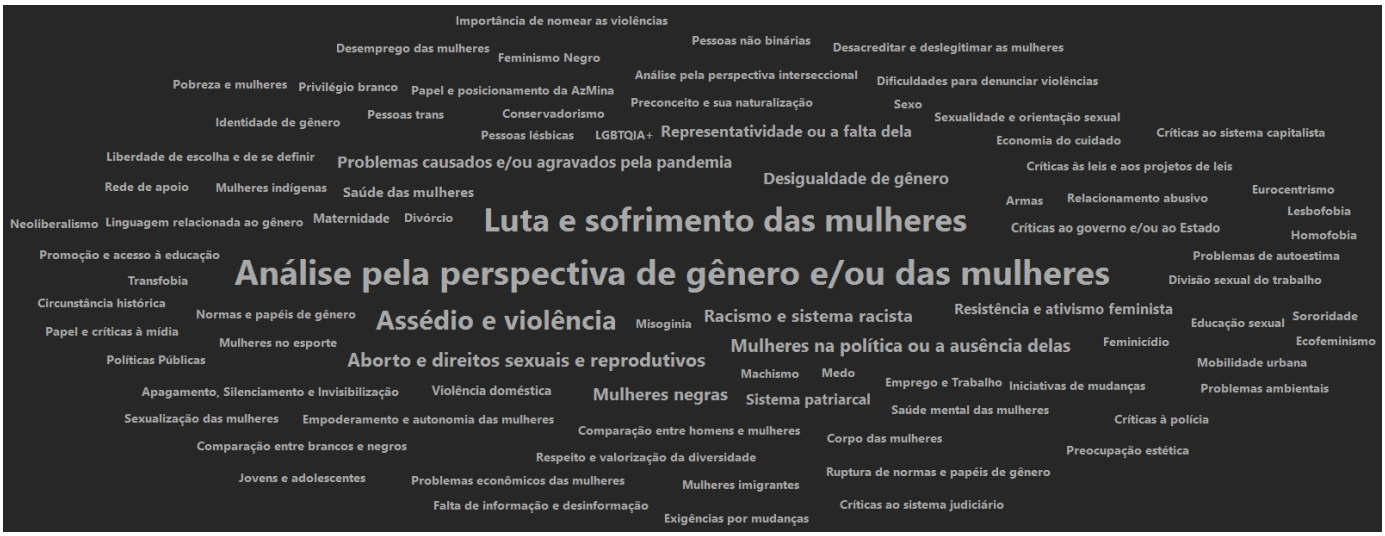
No total, vemos que as editorias com mais publicações são Política (52 textos), Violência (39 textos), Saúde (33 textos) e Feminismos (32 textos), e a editoria Esporte teve menos postagens (5 textos). Com isso, podemos perceber que, nos anos analisados, a *Revista AzMina* privilegiou a cobertura de temas sobre política, práticas do governo e participação política das mulheres, as diversas violências que enfrentam no cotidiano, as questões de saúde física e mental e o ativismo e a resistência feminista.

Após essa apresentação do material selecionado, iniciamos a etapa de exploração do material, na qual fazemos uma leitura aprofundada de cada um dos

textos e realizamos o processo de codificação. Nessa codificação, atribuímos códigos às unidades de registro – os temas – que consideramos relevantes para essa pesquisa e destacamos as unidades de contexto que estão relacionadas a cada ocorrência desses temas. Ou seja, assinalamos nos textos os códigos que se relacionam com as experiências das diferentes mulheres e que poderiam evidenciar as suas territorialidades comunicacionais.

Nesse processo, identificamos 85 códigos que somaram um total de 6997 citações (Figura 6).

Figura 6 – Nuvem de palavras representando os códigos de análise

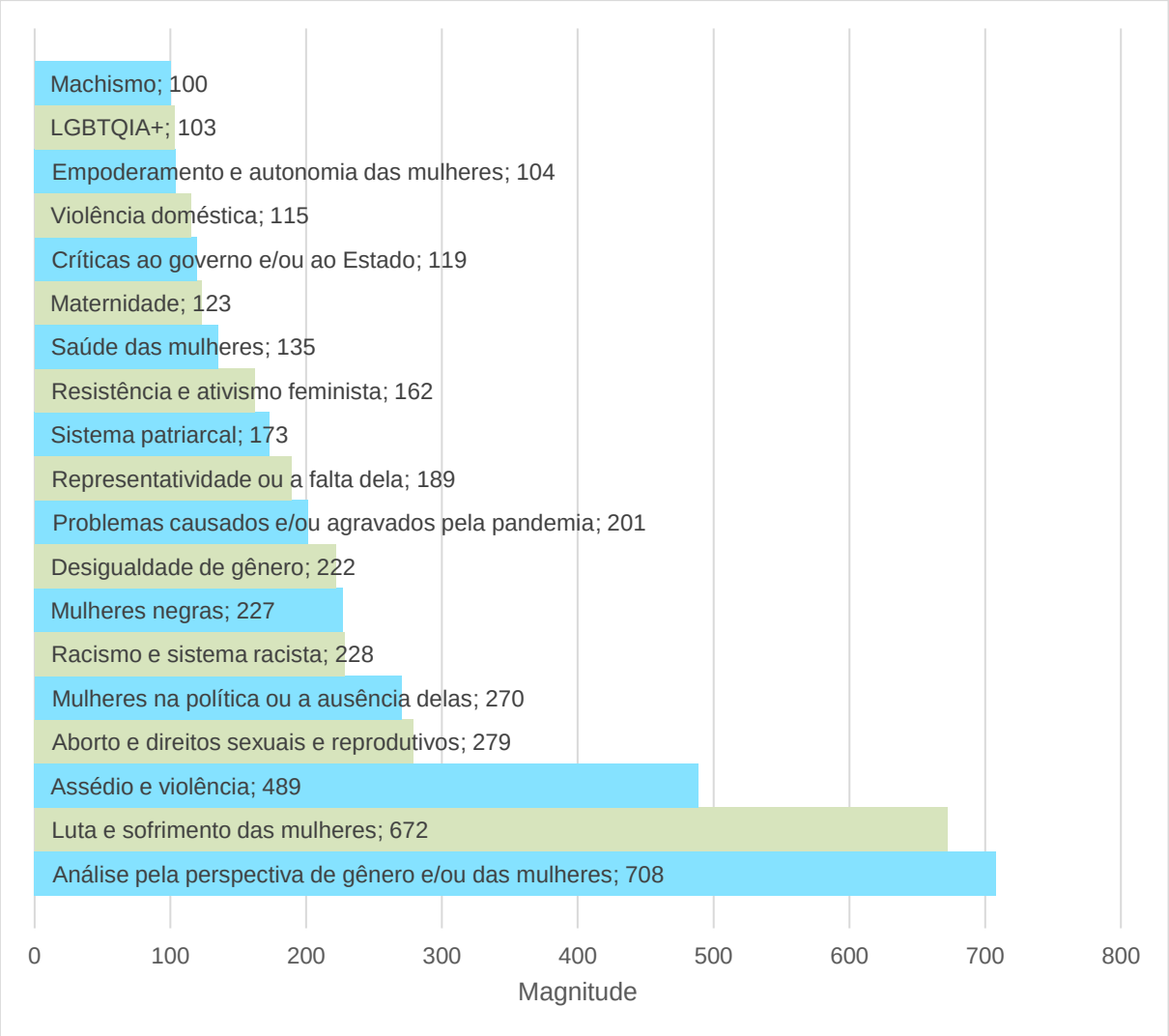


Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise no software Atlas.TI.

Essa nuvem de palavras representa cada um dos códigos atribuídos nos textos analisados, na qual eles aparecem em ordem decrescente de tamanho de acordo com a incidência de citações. Ou seja, os códigos com maior número de menções estão destacados com letras de tamanho maior, enquanto os com menor número de citações aparecem com letras de tamanho menor. Esses códigos são os temas e subtemas abordados pela *Revista AzMina*.

A partir disso, organizamos os códigos de acordo com a sua incidência nos textos analisados para sua apresentação e discussão. A seguir, temos os 19 códigos com maior incidência – que aparecem 100 ou mais vezes – no material analisado (Gráfico 5):

Gráfico 5 – Códigos com maior incidência na análise



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da análise dos materiais da *Revista AzMina*.

O total dos valores de incidência desses 19 códigos representa 66% do total de citações realizadas nos textos. O código mais mencionado é Análise pela perspectiva de gênero e/ou das mulheres com 708 citações que engloba os casos em que há um olhar para as especificidades de gênero e/ou das mulheres na abordagem das diferentes pautas. Ele aparece em 123 textos, isto é, 74% das matérias.

O segundo marcador de maior incidência – Luta e sofrimento das mulheres – com 672 citações é mencionado em 101 textos, representando 60,84% do total. Abrange as situações negativas e problemas enfrentados pelas mulheres, as quais precisam fazer resistência, combater e buscar superar as adversidades. O terceiro tema mais mencionado – Assédio e violência – tem 489 citações e aparece em 85

matérias que são 51,20% do corpus analisado. Compreende os casos em que as mulheres vivenciam os diferentes tipos de assédio e de violência no seu cotidiano.

Ao analisar os demais códigos, destacamos marcadores relacionados à saúde das mulheres, incluindo o aborto, os direitos sexuais e reprodutivos e a maternidade. As implicações da pandemia também são mencionadas devido aos problemas que foram criados ou agravados pelo contexto pandêmico afetando negativamente a realidade das mulheres.

Outra questão assinalada é a representatividade ou a falta dela para as diferentes mulheres e as pessoas LGBTQIA+ em diferentes áreas. Também identificamos um tema relativo à participação das mulheres na política ou à ausência delas nesse espaço e as consequências de ambos os casos. Inclusive, há um código para as abordagens das pessoas LGBTQIA+ que problematizam as experiências e as demandas específicas dessa população.

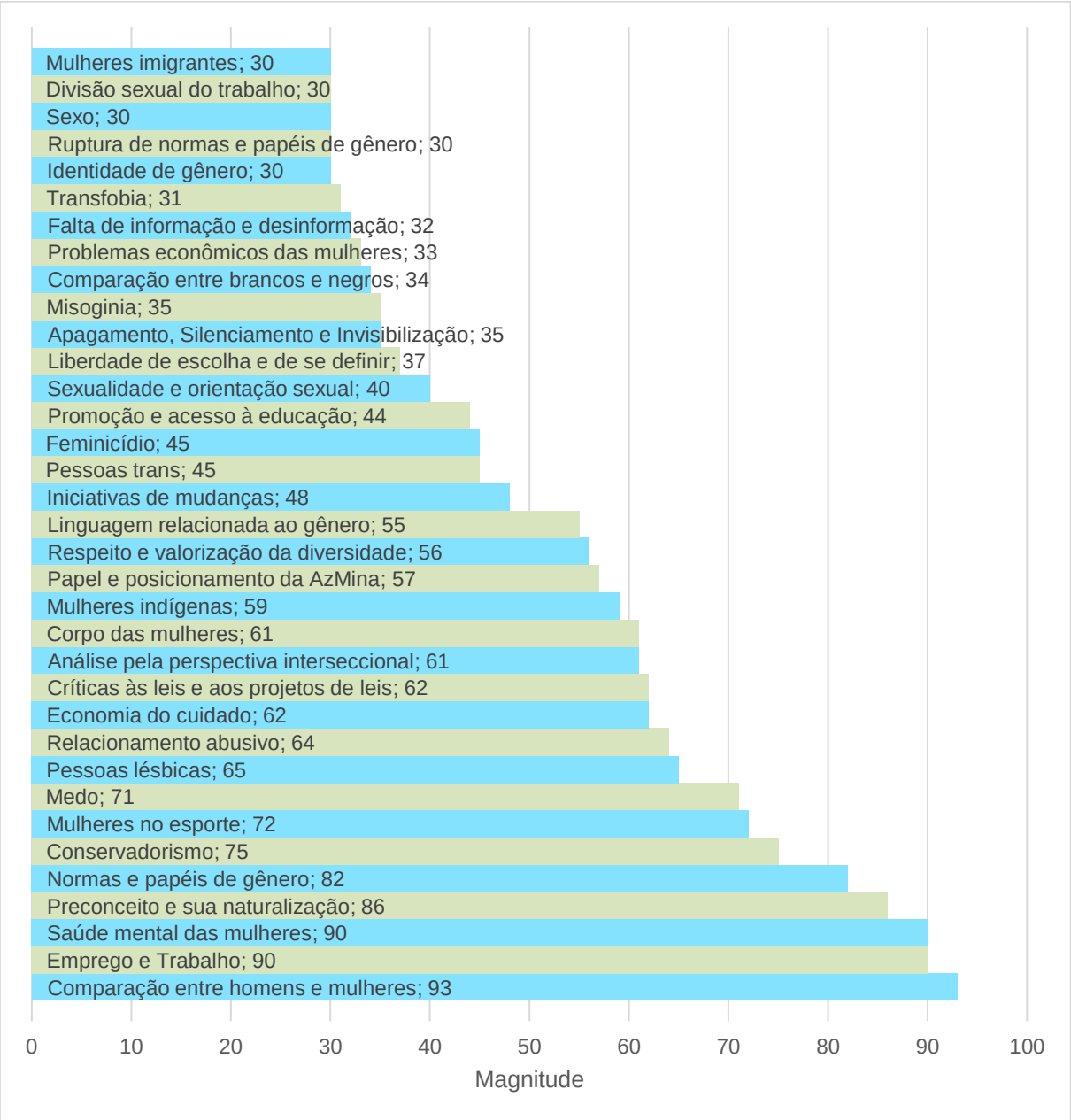
Ainda no contexto da interseccionalidade, evidenciamos os marcadores que fazem a intersecção entre gênero, raça/etnia e classe social ao problematizar as experiências das mulheres negras, o racismo e o sistema racista enraizado na sociedade, considerando as demandas específicas delas e os preconceitos que enfrentam. Outro aspecto que aparece no corpus analisado é as condições das diferentes mulheres dentro do sistema patriarcal, enfrentando o machismo e as situações de desigualdades de gênero.

Dentro do tema assédio e violência, temos o subtema da violência doméstica, que recebeu um código específico por se tratar de um tipo de violência que está presente no cotidiano diário de muitas mulheres. No Brasil, uma mulher é vítima de feminicídio, em média, a cada sete horas e estamos em uma crescente nos números de agressões de violência doméstica e sexual nos últimos anos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022a).

Além disso, ressaltamos a análise crítica a respeito da atuação do governo e do Estado em relação às mulheres, evidenciando as práticas desfavoráveis a elas e que geram consequências negativas para suas vidas. Identificamos os marcadores que apontam para as práticas de resistência e ativismo feminista das mulheres em diversas áreas diante dos preconceitos, violências e desigualdades, bem como as práticas que promovem empoderamento e autonomia das mulheres nos diversos contextos.

Após esses 19 códigos, apresentamos 35 códigos que receberam entre 30 e 100 citações na análise (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Códigos com média incidência na análise



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da análise dos materiais da *Revista AzMina*.

Nesse gráfico, vemos os códigos que representam 26,7% do total de citações feitas. Dentro do tema desigualdade de gênero, há o subtema comparação entre homens e mulheres que representa as condições e as diferenças entre ambos na mesma situação. Isso se relaciona com o tema das normas e papéis de gênero impostos na sociedade e o seu subtema ruptura de normas e papéis de gênero que

apresenta as consequências do descumprimento e da quebra desses padrões. Inclusive, o marcador corpo das mulheres assinala as normas e os estereótipos atribuídos para elas, sendo um subtema do código normas e papéis de gênero

Na esfera econômica, ressaltamos as condições das mulheres em relação ao emprego e ao trabalho, incluindo os subtemas economia do cuidado e divisão sexual do trabalho, bem como a sua relação com o tema problemas econômicos delas. Na esfera política, existem as questões sobre o movimento conservador atual e as críticas realizadas às leis e aos projetos de leis que são desfavoráveis para as mulheres. Outro aspecto é a promoção e o acesso à educação como um direito para elas.

No tema assédio e violência, identificamos os subtemas preconceito e sua naturalização na sociedade, feminicídio, relacionamento abusivos e transfobia. O código misoginia apresenta os casos de ódio e aversão às mulheres e ao feminino que, muitas vezes, resulta em algum tipo de violência. Incluído no tema racismo e sistema racista, temos o marcador comparação entre brancos e negros na mesma situação.

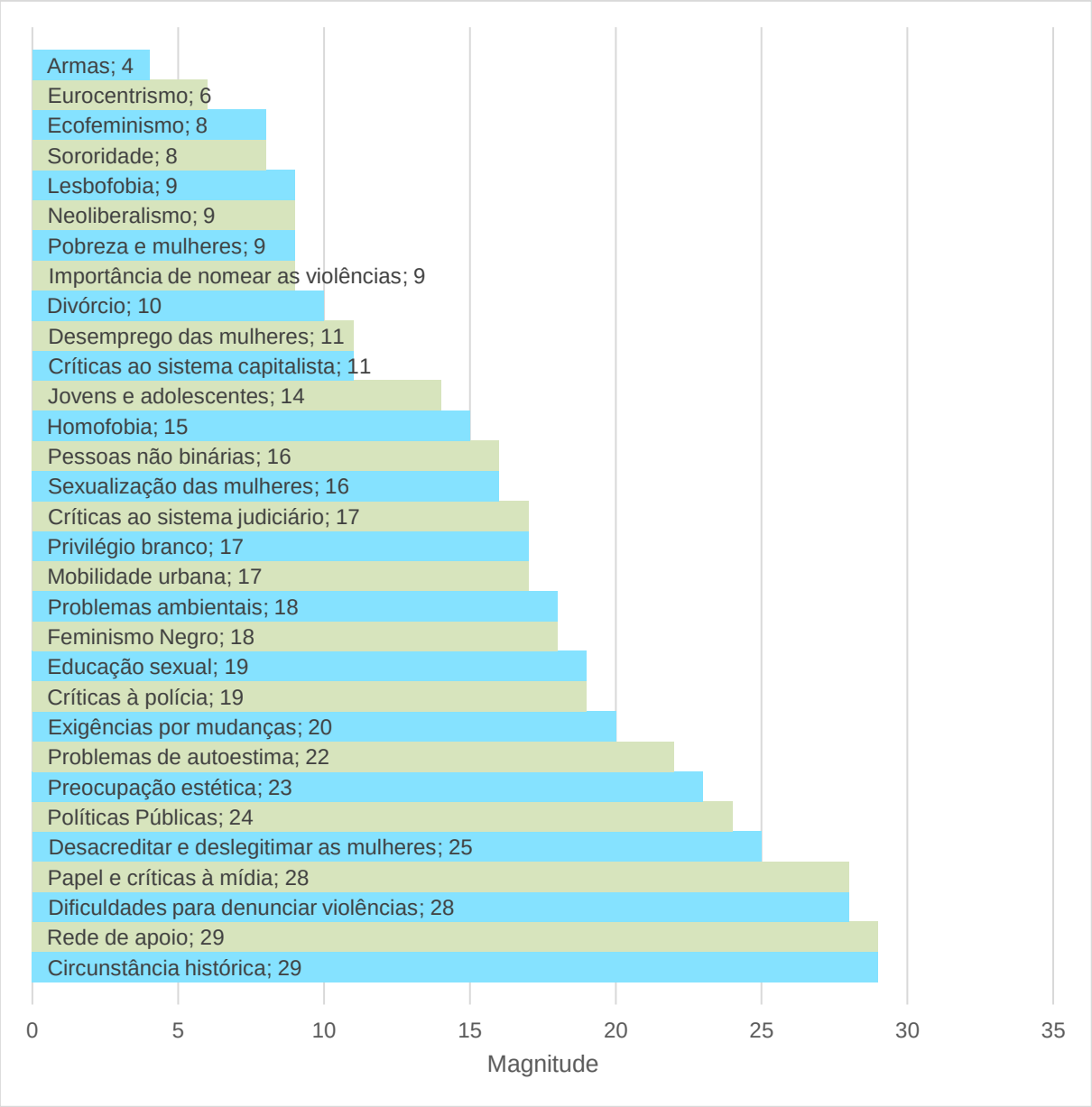
Com o marcador medo, assinalamos os diferentes medos que as mulheres enfrentam em seu cotidiano. Outro ponto abordado nas matérias é a saúde mental das mulheres – considerado um subtema de saúde das mulheres –, incluindo os problemas específicos que elas enfrentam por serem mulheres, pelas normas de gênero impostas a elas e pelas situações de violência a que estão expostas. Além disso, existem casos de apagamento, silenciamento e invisibilização das mulheres, do seu trabalho e das suas práticas.

No contexto da interseccionalidade, identificamos marcadores relativos ao posicionamento de respeito e valorização da diversidade e a abordagem de temas como sexo, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Vale ressaltar que, dentro dos temas sexo e sexualidade e orientação sexual, também existem questões ligadas à saúde das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. Os códigos pessoas lésbicas e pessoas trans são subtemas do tema LGBTQIA+ que focam nas experiências desses indivíduos. Há ainda marcadores sobre a problematização da linguagem relacionada ao gênero e da liberdade de escolha e de se definir como quiser. Ademais, temos os códigos que demonstram a abordagem das mulheres em diferentes condições como as imigrantes, as indígenas e as que estão envolvidas no esporte.

O código Papel e posicionamento da *AzMina* ressalta a atuação da revista diante de alguma pauta, problema ou assunto. Destacamos as situações em que há falta de informação e desinformação a respeito de algum assunto referente às mulheres ou que as prejudica, assim como as iniciativas de mudanças para melhorar a realidade delas.

Em seguida, mostramos os 31 códigos com menor incidência na análise, que têm menos de 30 citações (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Códigos baixa incidência na análise



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da análise dos materiais da *Revista AzMina*.

A partir desse gráfico, observamos os códigos que representam 7,3% do total de citações feitas. O código Circunstância histórica remete às situações ou aos problemas que são vivenciados pelas mulheres há muito tempo. Na ótica da diversidade, temos a problematização das experiências das pessoas não binárias – que é um subtema do código LGBTQIA+ –, bem como um marcador sobre as diferentes vivências de jovens e adolescentes mulheres e LGBTQIA+. O tema da educação sexual é abordado em alguns textos, ressaltando a sua importância e o que está incluído nesse debate.

Relacionado ao empoderamento das mulheres, temos os subtemas rede de apoio e sororidade, bem como o tema exigências por mudanças. Os códigos problemas de autoestima e preocupação estética estão ligados às normas e papéis de gênero impostos às mulheres na sociedade. Outro ponto destacado é o tema do divórcio na perspectiva das mulheres.

Na análise das questões de raça/etnia, destacamos a atuação do Feminismo Negro – subtema do código resistência e ativismo feminista – e a problematização do privilégio branco na sociedade – subtema do código racismo e sistema racista. Dentro do tema assédio e violência, há os subtemas sobre as dificuldades para denunciar violências, a importância de nomear as violências, as práticas que visam desacreditar e deslegitimar as mulheres, o uso de armas, a sexualização das mulheres, a homofobia e a lesbofobia. Identificamos também algumas citações relacionadas às práticas preconceituosas baseadas no Eurocentrismo.

Há marcadores em alguns textos que tratam do papel da mídia e trazem uma análise críticas das práticas e discursos dos meios de comunicação. Ainda no contexto das críticas, ressaltamos as análises das atuações e práticas da política, do sistema judiciário e do sistema capitalista e sua relação com o Neoliberalismo. O código Políticas Públicas abrange a criação de políticas públicas para as mulheres e de promoção dos direitos delas, bem como a falta de políticas que acarretam em condições negativas para elas.

Quanto às experiências específicas das mulheres nas cidades, temos o código sobre a mobilidade urbana. Na área do meio ambiente, há os marcadores problemas ambientais e Ecofeminismo – subtema do código resistência e ativismo feminista – que refletem acerca das consequências dos problemas ambientais e da exploração da natureza para as mulheres. Na esfera econômica, destacamos as condições específicas que as mulheres enfrentam em relação ao desemprego – subtema do

código emprego e trabalho – e à pobreza – subtema do código problemas econômicos das mulheres.

Diante disso, dentre os códigos identificados na análise, alguns podem ser descritos como subtemas de temas maiores, como apresentado no quadro a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 – Temas que apresentam subtemas

Códigos – Temas	Códigos - Subtemas
Assédio e violência	Violência doméstica Preconceito e sua naturalização Relacionamento abusivo Feminicídio Transfobia Homofobia Lesbofobia Dificuldades para denunciar violências Importância de nomear as violências Armas Desacreditar e deslegitimar as mulheres
Racismo e sistema racista	Comparação entre brancos e negros Privilégio branco
Desigualdade de gênero	Comparação entre homens e mulheres
Resistência e ativismo feminista	Feminismo Negro Ecofeminismo
Saúde das mulheres	Saúde mental das mulheres
Empoderamento e autonomia das mulheres	Rede de apoio Sororidade
LGBTQIA+	Pessoas lésbicas Pessoas trans Pessoas não binárias
Emprego e Trabalho	Divisão sexual do trabalho Economia do cuidado Desemprego das mulheres
Normas e papéis de gênero	Ruptura de normas e papéis de gênero Corpo das mulheres
Problemas econômicos das mulheres	Pobreza e mulheres

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da análise dos materiais da *Revista AzMina*.

A partir dessa análise, observamos que os temas identificados podem ser agrupados em nove territorialidades comunicacionais de mulheres que estão relacionadas as suas vivências cotidianas. Essas territorialidades representam as

categorias de nossa pesquisa, pois são agrupamentos realizados a partir dos elementos comuns que foram identificados na análise. Com isso, temos a etapa do tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação.

As territorialidades comunicacionais evidenciadas são: Territorialidade comunicacional relacionada ao assédio e à violência; Territorialidade comunicacional dos medos cotidianos; Territorialidade comunicacional relacionada à saúde das mulheres; Territorialidade comunicacional sobre o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos; Territorialidade comunicacional ligada à maternidade; Territorialidade comunicacional de mulheres na Política e no Esporte; Territorialidade comunicacional relacionada à diversidade e à perspectiva interseccional; Territorialidade comunicacional do trabalho e do papel econômico das mulheres; Territorialidade comunicacional sobre o empoderamento e a autonomia das mulheres.

Compreendemos que o jornalismo expõe e constrói territorialidades comunicacionais a partir dos seus discursos e utilizando os mecanismos da linguagem, os quais estão situados dentro da cultura. As territorialidades comunicacionais expressam as relações das mulheres com o seu território, que são expostas pelo jornalismo da *Revista AzMina*, mostrando suas vivências cotidianas. Inseridas em um contexto simbólico-cultural, essas territorialidades comunicacionais são construídas pelo jornalismo, inclusive através de seus discursos.

Essas territorialidades comunicacionais que expressam as relações e assimetrias de gênero estabelecidas na sociedade e problematizadas pela *AzMina*, tensionando as diferentes instituições sociais e governamentais e impactando nas outras dimensões da sociedade, como a política e a econômica. Ao considerar que o poder é uma concepção marcante para a compreensão de território e de territorialidade, as relações de gênero entendidas enquanto relações de poder também impactam na configuração dos territórios e territorialidades.

Maria Schefler (2018) considera que análise a partir da perspectiva de gênero contribui para entendermos as territorialidades das mulheres e os sentidos expressos por essas territorialidades. O jornalismo da *AzMina* expressa comunicacionalmente as territorialidades das diferentes mulheres brasileiras a partir dos relatos de suas histórias de vida, crenças, modos de ser e pensar, relações interpessoais e com as instituições sociais e dos problemas que enfrentam no seu cotidiano. Assim, há uma produção de sentidos sobre as relações das mulheres brasileiras com os territórios, contribuindo com a construção social das suas realidades.

Ressaltamos que os temas e subtemas estão relacionados uns com os outros, pois não ocorrem na realidade de forma isolada e sim estão inseridos em um contexto, resultando em territorialidades que também estão interligadas. Assim, alguns temas e subtemas aparecem em várias territorialidades como, por exemplo: circunstância histórica; comparação entre homens e mulheres; críticas ao governo e/ou ao Estado; desigualdade de gênero; machismo; normas e papéis de gênero; papel e críticas à mídia; políticas públicas; problemas causados e/ou agravados pela pandemia; sistema patriarcal. Também, cada um dos textos contém enunciados que evidenciam vários temas e subtemas, sem podermos enquadrar uma matéria em apenas um tema ou subtema, bem como em somente uma territorialidade comunicacional.

Após a definição dos temas e das territorialidades, há a realização da análise de discurso. A partir de uma leitura aprofundada do conjunto de 166 textos, identificamos 25 textos da *Revista AzMina* para essa análise. Essa se baseia nas marcas discursivas que eles apresentam, pois contêm elementos relevantes para a compreensão das nove territorialidades comunicacionais de mulheres. Assim, na descrição dessas territorialidades, discorremos a respeito dos temas e subtemas abordados em todas as matérias examinadas da revista e analisamos o discurso de enunciados retirados de 25 textos, os quais estão organizados em sequências discursivas (SDs) e com o destaque em itálico para as marcas que consideramos que exemplificam as nossas constatações.

O quadro a seguir lista os 25 textos usados na análise de discurso e suas principais informações (Quadro 3):

Quadro 3 – Textos utilizados para a análise de discurso

Número na Análise	Título	Data de publicação	Editorias	Autor
Texto 1	Casa, um espaço para o feminicídio	14/01/2020	Violência	Carolina Vicentin
Texto 2	Violência psicológica: saiba como identificar	04/09/2019	Violência	Laura Reif
Texto 3	Você não está louca! Entenda como funciona o gaslighting	03/07/2019	Violência	Laura Reif
Texto 4	Violência sexual: o que é e o que fazer?	01/09/2020	Violência	Letícia Ferreira
Texto 5	Pornografia de vingança e sextorsão: saiba o que é e como denunciar	12/01/2021	Violência	Camila Rosa

Texto 6	Depressão e suicídio: como o machismo afeta nossa saúde mental?	16/09/2021	Feminismos / Comportamento	Equipe AzMina
Texto 7	“Sua raça é resistente à dor”: mulheres relatam racismo em atendimentos médicos	24/02/2021	Violência / Saúde	Marília Moreira
Texto 8	Entrega legal: uma lei que não foi pensada para as mulheres	13/04/2021	Saúde / Maternidade	Jamile Santana
Texto 9	Olimpíadas de Tóquio: Douglas, ginástica e feminilidade no esporte	30/07/2021	Esporte	Equipe AzMina
Texto 10	Entre o medo do assédio e do contágio: como a pandemia afeta a mobilidade das mulheres nas cidades	12/05/2021	Comportamento	Marília Moreira
Texto 11	Apoio de uma amiga pode salvar uma vítima de violência. Saiba como ajudar	08/03/2019	Violência	Luiza Sahd
Texto 12	Mães que esperam	06/08/2019	Maternidade	Milena Teixeira
Texto 13	Ventre livre? 150 anos depois da Lei, mães negras seguem lutando pela verdadeira liberdade dos filhos	18/11/2021	Feminismos / Maternidade	Débora Britto
Texto 14	A peregrinação de mães para comprovar a inocência de seus filhos presos injustamente	15/06/2021	Política / Violência	Aymê Brito
Texto 15	Saúde sexual da mulher lésbica	29/08/2019	Saúde	Helena Bertho
Texto 16	Abolição para quem?	13/05/2019	Política / Cultura	Milena Teixeira
Texto 17	Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans	29/01/2020	Dinheiro	Letícia Ferreira
Texto 18	Elas iam abortar fora do Brasil, mas a pandemia impediu	13/05/2020	Saúde	Helena Bertho
Texto 19	A pandemia afetou a nossa autoestima?	14/12/2021	Comportamento	Aline Oliveira
Texto 20	Com Covid-19 e anorexia: pandemia agravou casos de transtornos alimentares	25/05/2021	Comportamento	Carina Gonçalves
Texto 21	De corpo e alma na luta: a enfermeira que batalha pelo aborto seguro há 40 anos	28/09/2021	Violência / Saúde / Feminismos	Joana Suarez
Texto 22	Caneta desromantizadora de mensagens de Dia das Mães	08/05/2020	Maternidade	Equipe AzMina
Texto 23	“Duas mães? E as duas amamentam?”	30/04/2019	Comportamento / Maternidade	Equipe AzMina
Texto 24	Mulheres negras hackeiam a política	22/07/2020	Política	Letícia Ferreira
Texto 25	O futuro do trabalho tem espaço para as mulheres?	21/09/2021	Dinheiro	Simone Melo

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da *Revista AzMina*.

O texto 1 aborda as histórias de mulheres que sofreram tentativas de feminicídio ou foram vítimas desse crime no ambiente de suas casas. A reportagem apresenta dados sobre realidade da violência doméstica e do feminicídio enfrentada por elas dentro de casa e falas de fontes especialistas que refletem sobre essa situação.

O texto 2 traz a explicação sobre o que é violência psicológica, como identificá-la as diferentes formas que esse tipo de agressão pode se manifestar e os efeitos negativos que pode causar. Relacionado a essa temática, o texto 3 foca no *gaslighting*, uma prática de violência psicológica, tratando sobre o que é esse abuso, como ele ocorre e os impactos negativos para as mulheres.

Os textos 4 e 5 discutem sobre as violências sexuais. O primeiro explica o que é violência sexual, como identificar as diferentes formas dessa prática e o que fazer quando vivenciar uma agressão sexual. Já o segundo versa sobre dois tipos dessa violência – pornografia de vingança e sextorsão –, informando o que são e como denunciar e apresentando relatos de mulheres que sofreram ou estão sofrendo com essa situação.

A respeito do assunto saúde, o texto 6 discorre sobre como as vivências de opressão e de preconceito, como o machismo e o racismo, impactam na saúde mental das mulheres, inclusive contribuindo para o desenvolvimento de doenças, como a depressão. O texto 7 traz relatos de mulheres negras e indígenas que sofreram com discriminações racistas nos atendimentos médicos e nas instituições de saúde.

O texto 8 aborda histórias de mulheres que decidem entregar bebês para adoção, que é um direito garantido pela Lei da Entrega Legal de 2009. No entanto, a reportagem destaca o despreparo dos profissionais e as dificuldades, preconceitos e tabus que elas encaram ao tomarem essa decisão.

A *AzMina* faz uma reflexão a respeito da prática esportiva pela perspectiva de gênero, identidade de gênero e sexualidade no texto 9. É discutido sobre as normas impostas aos gêneros, os ideais de feminilidade, a objetificação do corpo das mulheres e os preconceitos enfrentados pelas atletas mulheres e LGBTQIA+.

No texto 10, há a discussão sobre os impactos da pandemia afetaram as condições de mobilidade das mulheres nas cidades brasileiras. A revista mostra como os medos da violência e do contágio com o coronavírus afetaram as mulheres, suas escolhas e suas rotinas no contexto pandêmico.

Em relação à violência, o texto 11 traz informações sobre como ajudar vítimas de violência e conta histórias de mulheres que ajudaram ou foram ajudadas por outras mulheres para enfrentar e sair dessa situação. Já o texto 12 trata do sofrimento vivenciado pelas mulheres que tiveram filhos mortos pela polícia, vivendo em uma eterna espera de que esses filhos voltem para casa e com medo de que algo possa acontecer aos que ainda estão vivos.

A luta de mulheres negras é destacada nos textos 13 e 14. O primeiro ressalta a luta de mães negras pela verdadeira liberdade dos filhos e contra o sistema racista. Já o segundo foca na peregrinação e no sofrimento das mães negras para comprovar a inocência de seus filhos que foram presos injustamente.

O texto 15 traz um manual de informações para saúde sexual das mulheres lésbicas. A revista discorre sobre as infecções sexualmente transmissíveis, métodos de proteção e a necessidade de acompanhamento médico, criticando as práticas preconceituosas e a desinformação de alguns profissionais de saúde.

A *AzMina* retrata a realidade das mulheres quilombolas da Bahia no texto 16. A reportagem trata das suas histórias, do sofrimento causado pelo racismo e pela violência e das dificuldades que enfrentam para acessar serviços e recursos básicos, como os de educação.

O texto 17 apresenta relatos de pessoas trans a respeito da procura de emprego, das condições de trabalho e dos problemas que enfrentam no mercado de trabalho devido ao preconceito. A reportagem é complementada por dados sobre a realidade dessa população quanto ao acesso à educação e ao emprego.

Os três próximos textos focam em impactos da pandemia na vida das mulheres. O texto 18 mostra histórias de mulheres que planejavam realizar o aborto fora do Brasil e não puderam por causa da pandemia, tendo que procurar outras opções para a situação que vivenciavam. O texto 19 discute sobre como a pandemia afetou a autoestima das mulheres, especialmente em relação a questões e preocupações estéticas. O texto 20 mostra como a pandemia contribuiu com o agravamento dos transtornos alimentares das mulheres.

O texto 21 apresenta a história de vida e do trabalho da enfermeira Paula Viana que luta pelo direito ao aborto seguro e legal para as mulheres. A *AzMina* conta casos em que ela ajudou outras mulheres a realizar o aborto, as ameaças que sofreu e a sua atuação feminista pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Relacionado à maternidade, o texto 22 faz a correção mensagens comuns de Dias das Mães, desromantizando a maternidade e considerando as diferentes possibilidades de maternar. Já o texto 23 retrata as experiências de duas mães lésbicas na sua vivência da maternidade.

O texto 24 traz relatos de mulheres negras e sua luta para inserção e participação na política. A *AzMina* mostra como elas estão inovando para superar as barreiras racistas e machistas do sistema político a fim de ter mais representatividade nesse âmbito.

O texto 25 aborda as possibilidades no futuro do trabalho para as mulheres, analisando as questões específicas que elas encaram por serem mulheres. A partir da perspectiva de gênero, a reportagem discute sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, as jornadas duplas e as condições em relação ao acesso e ao uso das tecnologias.

A partir desses textos, podemos exemplificar as marcas discursivas que contribuem com as nossas constatações sobre cada uma das territorialidades comunicacionais de mulheres evidenciadas. A discussão sobre cada uma dessas territorialidades está nas próximas seções, apresentando os temas identificados, a abordagem da revista para esses assuntos, a interpretação e a análise de discurso dos trechos destacados.

7.2 Territorialidade comunicacional relacionada ao assédio e à violência

Com a análise dos textos da *Revista AzMina*, identificamos uma territorialidade relacionada aos diferentes tipos de violências sofridos pelas mulheres. Nessa territorialidade, aparecem temas como: assédio, violências doméstica, sexual, física, psicológica e patrimonial, preconceitos, racismo, transfobia, homofobia, lesbofobia, relacionamento abusivo e feminicídio.

A violência de gênero é produzida e reproduzida nas relações de poder, nas quais se entrelaçam as categorias de gênero, classe, raça/etnia (ARAÚJO, 2008), sexualidade, identidade de gênero, etc., afetando não só as mulheres, mas também outras minorias, como as pessoas LGBTQIA+. Maria Araújo (2008) considera que é uma forma particular de violência mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de controlar e dominar as mulheres, podendo usar a violência para

isso. Com a violência de gênero, a desigualdade entre homens e mulheres é legitimada e propicia a manutenção das normas de gênero.

Em uma das matérias analisadas, a *AzMina* explica que o uso da violência – física, psicológica, sexual ou econômica – é uma das formas de fazer as mulheres serem punidas e/ou aceitarem os papéis impostos ao seu gênero, evidenciando a relação de poder entre homens e mulheres, o machismo e o sistema patriarcal existentes na sociedade. A violência de gênero é, portanto, um problema estrutural que mantém as mulheres em posição subalterna.

A violência doméstica é um dos temas abordados em vários textos da *AzMina*. Há matérias que explicam as situações que se enquadram como violência doméstica, como reconhecê-las e como denunciá-las, trazem informações sobre o que está previsto em lei, a eventual necessidade de interrupção legal da gravidez e a postura e orientação que se espera dos profissionais de saúde e da polícia.

Existem diferentes situações que são consideradas violências e, nas matérias, aparecem casos como: violência física – bater e atirar objetos; violência psicológica – insultos, humilhações e chantagens; violência sexual – forçar a mulher a fazer sexo, proibir a mulher de tomar pílula anticoncepcional e tirar o preservativo durante a relação sexual sem o consentimento da mulher; violência patrimonial – atos de controle do dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia, extorsão e destruir documentos e pertences da mulher; violência moral – difamar, acusar mulher de traição. Nos textos analisados, observamos que essas violências podem ser cometidas pelos companheiros, em casos de relacionamentos abusivos, por familiares ou por pessoas desconhecidas das mulheres.

Nas matérias que tratam da violência física, vemos os diferentes tipos de agressões dentro de casa, do carro e na rua, bem como casos de feminicídio. Observemos os trechos do texto 1:

> A moça, então, *passou a viver um suplício quase diário*. “Ele saía para beber, ficava o fim de semana todo fora. Quando voltava, *me acusava de ter outros homens e me espancava*. Por muitas vezes, *colocou uma faca no meu pescoço*”, conta. (SD1 do Texto 1)

> *Não satisfeito, depois de agredi-la, o marido a amarrava na cama para estuprá-la*. Foi assim que Dora engravidou da primeira filha. “Quando eu estava com sete meses, *já dormindo do lado de fora, com medo*, *ele sacudiu a rede com força e eu caí de barriga no chão*. Achei que perderia o bebê”, lembra, com a voz embargada. A menina nasceu um mês depois, *quando o homem partiu para cima de Dora com uma estaca pontuda na mão*. *O susto*

> *fez com que a bolsa estourasse e ela entrasse em trabalho de parto antes da hora*. (SD2 do Texto 1)
>
> Depois disso, Dora engravidou outras quatro vezes, *mas as agressões físicas e psicológicas fizeram com que perdesse todos os bebês* – ainda na barriga ou depois de partos prematuros. *A jovem vivia isolada e sem esperança*. "*Não podia procurar o meu povo, pois havia me casado contra a vontade deles. Como é que eu ia pedir socorro? Achava que eu era a responsável pela minha situação.*" (SD3 do Texto 1)
>
> Em abril do ano passado, a consultora de vendas Cácia Regina da Silva, 47 anos, *foi atacada dentro de casa*, em Sobradinho, a cerca de 35 quilômetros do centro de Brasília, *pelo ex-marido, de quem já estava separada há mais de 10 anos*. *A "arma" utilizada foi ácido sulfúrico*, lançado principalmente no rosto de Cácia. *As lesões atingiram 45% do corpo e ela faleceu nove dias depois*, devido a uma infecção generalizada. (SD4 do Texto 1)
>
> Antes de morrer, porém, *ela contou à polícia o que ouviu do ex-companheiro*, com quem fora casada por 15 anos: "*Não falei que ia te matar? Se você não é minha, não vai ser de mais ninguém*." A investigação, revelada pela imprensa, apontou que *o crime foi premeditado*. *O homem se matou em seguida*. (SD5 do Texto 1)

Essas SDs apresentam as violências sofridas por duas mulheres. Na SD1, vemos o grande sofrimento enfrentado quase diariamente por causa do companheiro. A fala da entrevistada revela a rotina de violência vivenciada, com acusações de traição, espancamentos e ameaças de morte. A SD2 complementa essa situação com novas violências, pois o homem também a estuprava, resultando em uma gravidez. Na sua fala, vemos que o medo a fez dormir do lado de fora de casa e que, mesmo com a gravidez, as agressões persistiam, temendo perder o bebê. Inclusive, o medo da possível agressão com uma estaca pontuda a fez entrar em trabalho de parto antes da hora.

A SD3 mostra que as violências seguiram acontecendo, com novas gestações e perdendo todos esses bebês devido às agressões físicas e psicológicas que sofria. Os termos *isolada* e *sem esperança* demonstram que ela se sentia sozinha e a ausência de esperança de uma mudança que melhorasse sua vida. A sua fala reforça o sentimento de solidão, sem ter para quem pedir ajuda. A última frase remete a um pensamento equivocado de muitas mulheres de que são as culpadas pelas violências que sofrem – noção que é reforçada pela sociedade patriarcal e machista.

As SD4 e SD5 trazem a história de violência de outra mulher que resultou em um feminicídio realizado pelo ex-marido após 10 anos de separação. Em 2021, tivemos 1.341 feminicídios no Brasil e, desse total, 81,7% dos crimes foram cometidos pelo companheiro ou ex-companheiro e 65,6% das mulheres morreram dentro de casa (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Na SD4, vemos que ela sofreu um ataque dentro de casa com ácido sulfúrico. Na SD5, temos o relato da vítima sobre a ameaça de morte do ex-marido, o ato de premeditar o crime e o suicídio do homem após cometer o crime. A frase "*Se você não é minha, não vai ser de mais ninguém*" remete a ideia de que a mulher é uma propriedade do homem, sobre a qual ele detém total poder.

Artenira Silva e Rossana Pinheiro (2019) explicam que a mulher é, simbolicamente, colocada em posição de submissão às deliberações dos homens, que podem utilizar as coerções para obter vantagens e para exercer o controle constante de todos os seus passos, destruindo-a ou comprometendo-a socialmente. Esse é um pensamento reforçado social e culturalmente de que o homem pode controlar e dominar uma mulher, manifestando seu poder através das violências.

Em relação à violência psicológica, os textos mostram que a violência vai além da agressão física. A violência psicológica tem várias formas de manifestação, algumas mais conhecidas como as agressões verbais, humilhações, exercícios de controle sobre o comportamento e as vontades da mulher, e outras menos conhecidas como o gaslighting e o mansplaining (KOSAK; PEREIRA; INÁCIO, 2018).

Na Revista *AzMina*, é explicado que os abusos psicológicos podem ser difíceis de identificar, são vistos em ofensas, humilhações, atos de controle, críticas à aparência e capacidade intelectual, ocorrem de maneira gradual e minam a autoestima das mulheres. Uma das entrevistadas pontua que elas podem perder o ânimo diante da vida e se sentir oprimidas, incapazes de ter sucesso na vida, inferiores ao companheiro e culpadas pelas discussões e problemas na relação, bem como esconder de amigos e parentes o que vivenciam e justificar certos tipos de comportamentos do parceiro. Vejamos os trechos do Texto 2:

> *Se você se sente constantemente sem autoestima, é humilhada, diminuída, sofre ameaças verbais e tem medo de dar sua opinião*, você pode estar sendo *vítima de violência psicológica*. (SD6 do Texto 2)
>
> Esse tipo de violência normalmente *precede a agressão física*. *Ao minar a autoestima da mulher*, muitas vezes o (ou a) companheiro(a) faz com que *a mulher acredite que aquela relação é a única possível e não tenha forças para sair, tornando-se mais suscetível a tolerar agressões*. (SD7 do Texto 2)

Na SD6, temos exemplos de violências psicológicas, como problemas de autoestima, humilhações, se sentir diminuída, ameaças verbais e medo de expressar sua opinião. O advérbio *constantemente* ressalta a frequência contínua do sentimento negativo em relação a sua autoestima. A SD7 complementa a SD anterior

apresentando os efeitos dessa violência. Há a sinalização de que essas agressões geralmente antecedem a violência física, indicando uma relação entre essas violações. Em seguida, identificamos um pensamento comum das mulheres que sofrem violência psicológica e estão sem autoestima: acreditam que o relacionamento, mesmo sendo abusivo, é a único possível, porque ninguém mais vai querer se relacionar com elas e, assim, têm dificuldade de sair dessa situação e acabam aceitando as agressões. Os termos *não tenha forças*, *mais suscetível* e *tolerar* evidenciam a resignação dessas mulheres em suportar a violência por considerarem que não existe outra possibilidade.

O *mansplaining* e o *gaslighting* são exemplos comuns dessa violência que contribuem para diminuir a mulher, deixá-la insegura e minar a sua autoconfiança, sendo assuntos tratados em matérias analisadas. Esses tipos de abuso podem acontecer não apenas nos relacionamentos amorosos, familiares e de amizade, mas também na escola, no trabalho e em outros espaços que a mulher frequenta. No trabalho, por exemplo, um chefe pode diminuir uma funcionária por ser mulher, tratando-a como incapaz – mesmo que ela seja qualificada – e desmerecendo o seu conhecimento. Observemos os seguintes enunciados dos textos 2 e 3:

> "Quando você, mulher, *tiver certeza do que está falando e mesmo assim o homem tenta mostrar para você* – ou *explicar de maneira banal* – o que já é óbvio, *ou dizer que você está errada*, *você está sofrendo esse tipo de abuso, de violência*", afirma a psicóloga especializada em traumas Daiane Daumichen. (SD8 do Texto 2)

> *Que mulher nunca ouviu de um homem* "*você está imaginando coisas*" ou "*você está louca*", *quando tudo o que estava acontecendo era bem real*? (SD9 do Texto 3)

> Essa e outras frases *fizeram parte da criação e socialização de muita gente*. Quem nunca escutou um tio no churrasco de família "*brincando*" que *todas as mulheres são loucas*? "*Você está exagerando*", "*mulher é muito sensível*", "*você está imaginando coisas*", "*ele só traiu porque ela é frígida*" são outros *exemplos de frases corriqueiras que colocam a mulher na posição de desequilibrada ou insuficiente*. (SD10 do Texto 3)

A SD8 exemplifica o *mansplaining*, mostrando as práticas dos homens que tentam explicar temas ou fatos óbvios para as mulheres ou algo que elas já sabem, por considerarem que são incapazes de compreender certos assuntos. Há ainda as situações em que eles dizem que as mulheres estão erradas, buscando minar a sua confiança. Essas atitudes são violências psicológicas que podem enfraquecer a autoestima da mulher, fazendo-a se sentir diminuída e vulnerável.

Já as SD9 e SD10 citam exemplos de *gaslighting* com frases comuns que mulheres já devem ter ouvido, pois, como pontuado na SD10, são falas que fizeram – e ainda fazem – parte da criação e socialização das pessoas, inclusive como se fossem brincadeiras. A recorrência dessas frases e comportamentos acaba, muitas vezes, convencendo a mulher de que ela é mesmo irracional, louca ou extremamente sensível, criando bloqueios e inseguranças que as fazem ter medo de participar da vida social e aceitar as diversas formas de desvalorização intelectual, emocional ou profissional (KOSAK; PEREIRA; INÁCIO, 2018).

No final da SD10, vemos que essas frases colocam a mulher como louca, doida, com instabilidade mental, incapaz, insatisfatória, culpada pelas traições dos homens e com outros problemas, visando deslegitimar o que elas sentem ou fazem, diminuir a sua autoestima e reforçar o seu lugar de submissão. Na matéria, é ressaltado que o *gaslighting* é tipo de abuso que ocorre de forma sutil, no qual o homem distorce, omite ou cria informações, manipulando a mulher para ter controle sobre ela, gerando inseguranças, dúvidas e medos e fazendo a duvidar de si mesma, de seus sentimentos, de sua capacidade e de sua sanidade.

A violência psicológica deixa sequelas que podem ser percebidas durante muito tempo, mesmo após romper com os relacionamentos abusivos. Nas matérias, notamos que as mulheres precisam buscar ajuda psicológica para se recuperar, resgatar a autoestima e a sua identidade, entendendo que são úteis e capazes e voltando a acreditar em si mesmas.

Já a violência sexual se apresenta em atos de assédio, de abuso e de estupro de meninas e mulheres, bem como o compartilhamento de imagens íntimas sem autorização. Nas reportagens, vemos que pode ocorrer na rua, em casa, na escola, no trabalho e os agressores são familiares, companheiros ou desconhecidos das mulheres. No Brasil, foram registrados 66.020 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável em 2021, representando um crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior, e, desse total, 88,2% das vítimas eram mulheres e 79,2% dos casos o agressor era um conhecido da vítima (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022a). Analisemos os trechos do texto 4:

> O estupro é uma *experiência traumática* para as vítimas, que *sentem vergonha e muitas vezes se perguntam se aquilo realmente aconteceu*. “É um *crime de dignidade sexual silencioso*”, resume a infectologista Ivete Boulos. Por isso, *surge uma nova preocupação*. “*Na violência doméstica nós*

> *temos que evitar de todas as maneiras o feminicídio, na violência sexual é o suicídio*", diz. (SD11 do Texto 4)
>
> "Muitas vezes *essas mulheres têm relações forçadas por anos e acreditam que, por ser um marido ou companheiro, o homem pode tocar o seu corpo*", explica infectologista. Muitas chegam ao serviço de saúde com *traumas físicos da violência doméstica* e falam sobre *as violações que elas não compreendiam como violência sexual*. *Marcas de sufocamento*, relata Ivete, *são comuns em agressões de parceiros íntimos*. (SD12 do Texto 4)

A SD11 trata sobre um dos atos mais comuns de violência sexual que é o estupro. Ele é definido como *experiência traumática*, ressaltando o trauma emocional, psicológico e físico que pode causar, e as reações das vítimas são de vergonha e de incredulidade. A primeira frase da entrevistada destaca que esse crime é *silencioso*, pois, muitas vezes, a vítima sofre sozinha, não conta para ninguém sobre o fato, nem denuncia. Já a segunda frase da entrevistada complementa essa circunstância fazendo a comparação entre as relações da violência doméstica e o feminicídio e da violência sexual e o suicídio e evidenciando a preocupação com o suicídio das vítimas de estupro e abusos sexuais. Nas matérias analisadas que tratam do assunto, fatores como a vergonha, o medo da reação dos pais, familiares e companheiros e o julgamento das outras pessoas aparecem como motivos para os suicídios das vítimas.

Já a SD12 discorre sobre o estupro e os abusos sexuais nos relacionamentos e casamentos, que nem sempre são reconhecidos. Podemos ver que as mulheres casadas ou em um relacionamento acreditam que os homens podem tocar em seus corpos e ter relações sexuais, mesmo que elas não queiram ou não deem consentimento. Ou seja, elas não sabem que estão sofrendo violências sexuais, além de serem agredidas fisicamente em muitos dos casos como, por exemplo, o ato de sufocamento.

Outra forma de violência sexual mencionada em uma reportagem é a pornografia de vingança e a sextorsão, que se tratam do compartilhamento de fotos e vídeos íntimos ou a ameaça de divulgação sem a autorização. Consideremos os seguintes trechos do texto 5:

> De 2018 para cá, a estudante de administração, de 22 anos, *vem sofrendo ameaças de seu ex-namorado de vazar um vídeo íntimo do casal*. "*Sempre foi um relacionamento abusivo, ele mentia muito e me manipulava demais*", lembra ela. Agora, *a manipulação chegou ao nível criminal*. O que Bruna está *encarando é uma forma de violência sexual, a sextorsão*. (SD13 do Texto 5)
>
> Como toda forma de violência contra a mulher, *denunciar e agir em relação a esses crimes é difícil*. Bruna, por exemplo, *não denunciou o ex-namorado, por achar que não daria em nada*. (SD14 do Texto 5)

> *Conscientizar e abraçar essas vítimas é essencial para diminuir crimes* como esses. "*Se as pessoas não fossem xingar e diminuir essas mulheres nas redes sociais, se não fosse vergonhoso ter o corpo exposto diante da sociedade, não teria porque esses homens divulgarem esse tipo de conteúdo, essa violência não teria sentido*", afirma a antropóloga Beatriz. (SD15 do Texto 5)

Nas SD13, vemos que a mulher está sofrendo ameaças de vazamento do vídeo íntimo do casal pelo ex-namorado, o que é considerado sextorsão – um tipo de violência sexual e um crime. A entrevistada descreve o relacionamento como abusivo e que o ex-namorado mentia e a manipulava – todas características de um contexto de violência. Os advérbios *sempre*, *muito* e *demais* demonstram a constância e a intensidade dos abusos. Na SD14, vemos a dificuldade de denunciar esses crimes de violência contra a mulher e, no caso específico de Bruna, ela não denunciou por acreditar que não teria nenhum resultado.

Débora Cordeiro (2018) considera que, em geral, as mulheres não denunciam as violências por três fatores: dependência afetiva e/ou econômica do companheiro; medo das possíveis novas agressões; falta de confiança as instituições públicas responsáveis pelo enfrentamento dessas violências. Esse último aspecto está relacionado ao constrangimento e à insegurança que muitas mulheres sentem ao procurar essas instituições. Há ainda a falta de apoio familiar para denunciar o agressor devido à invisibilização da violência e à sustentação da integridade da família, ignorando o fato de que o crime cometido já violou essa integridade (CORDEIRO 2018).

A SD15 traz o contexto social envolvido nesse crime que é uma violência baseada no gênero. Os termos *conscientizar* e *abraçar essas vítimas* se referem ao conhecimento sobre essa situação e ao apoio que deve ser dado às vítimas a fim de combater esses crimes. A fala da antropóloga considera que as reações das pessoas são os incentivos para os homens divulgarem os conteúdos íntimos, pois são as pessoas que xingam e diminuem as mulheres, fazendo-as sentir vergonha da exposição de seus corpos.

Assim, essa violência é mais uma forma de os homens tentarem fazer as mulheres obedecerem a sua vontade, o que é reforçado pela sociedade já que toda a responsabilidade e os efeitos negativos dessa divulgação recai sobre as mulheres. O pavor e o constrangimento diante das ameaças de divulgação e do seu cumprimento se deve à repercussão negativa da sexualidade das mulheres na esfera pública, tanto

nas redes sociais quanto nos espaços de relacionamento presencial, que ocorre por causa dos discursos de naturalização do comportamento do agressor e da conduta supostamente permissiva e ousada das vítimas (SILVA; PINHEIRO, 2019).

No caso dos homens, eles não passam por essas mesmas reações negativas e, pelo contrário, tendem a ser exaltados. Enquanto a sexualidade das mulheres está sujeita a um linchamento moral, os binarismos de gênero mostram que há uma minimização dos eventuais prejuízos sofridos pela exposição deles, convertendo-se em demonstração pública de virilidade e aclamação de outros homens (SILVA; PINHEIRO, 2019).

Uma das formas de prevenção e de enfrentamento da violência sexual é através da educação sexual, como abordado em uma das matérias da *AzMina*. A reportagem explica que a educação sexual contribui para o conhecimento sobre o próprio corpo e o entendimento sobre a autoproteção, consentimento, higiene, saúde, sentimentos, emoções, identidades e os tipos de toques que outras pessoas estão autorizadas ou não a fazer, bem como é importante para desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados à diversidade. Com isso, as crianças e os adolescentes podem aprender sobre seus corpos e denunciar os abusos sofridos.

Quanto à violência patrimonial, há matérias que explicam os atos que se enquadram nesse tipo de violência, a qual, muitas vezes, passa despercebida. São atitudes que visam controlar a mulher como, por exemplo: uso do dinheiro e bens materiais dela, destruição de seus objetos e roupas, esconder seus documentos, trocar senhas de banco sem avisar e negar acesso ao dinheiro do casal. Um relato dessa violência citado na revista aconteceu com uma artista que pinta grafite e, após terminar um namoro, o ex-namorado começou a perseguir a artista e cobrir os murais que pintava, destruindo as suas obras.

Uma questão discutida em uma matéria é que essa violência está relacionada também com as desigualdades de gênero na divisão das tarefas domésticas e familiares e no mercado de trabalho, que reforçam o controle financeiro do homem sobre a mulher. Há uma desvalorização do trabalho da mulher em casa e em suas profissões, enquanto os homens são valorizados como os responsáveis pelo sustento da família e pelos bens do casal.

A dependência financeira dos companheiros é um dos fatores que dificulta o rompimento do ciclo de violência, inclusive com casos em que os homens impedem a mulher de trabalhar ou estudar, como destacado nas matérias. Assim, essas mulheres

precisam de ajuda da assistência social para conseguir uma forma de sustento e uma moradia para poderem sair da situação de violência.

Há também casos em que as violências e feminicídios poderiam ser impedidos por vizinhos e outras pessoas que ouvem gritos e barulhos, mas não fazem nada a respeito, como ressaltado em alguns textos. Segundo uma das entrevistadas, esses são crimes sociais porque envolvem a aceitação das pessoas e estão institucionalmente enraizados na sociedade, por seus valores e visões de mundo. Desse modo, como assinalam Nathaly Fernandes e Carolina Natividade (2020), a naturalização da violência contra a mulher se apoia nas diversas construções históricas e culturais – como o patriarcado, sexismo, machismo, misoginia e cultura do estupro – que perpetuam e/ou validam essa violência, considerando naturais essas situações de desigualdade de poder.

Em uma matéria analisada, vemos os relatos dos profissionais que trabalham em condomínios a respeito das violências que observam como, por exemplo, agressões verbais, ameaças, gritos e pedidos de ajuda para chamar a polícia. Com o isolamento social por causa da pandemia, essas situações ficaram ainda mais frequentes. Nesse período, entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022b).

A reportagem explica que a lei que determina que os condomínios denunciem violência doméstica existe em 18 estados brasileiros, mas nem sempre é cumprida por medo da retaliação e por despreparo ou desconhecimento dos profissionais que trabalham nos condomínios. Existem algumas iniciativas de apoio as vítimas dentro dos condomínios como recados nos elevadores e grupos de diálogo entre as mulheres para ajudar vítimas em situação de violência.

Culturalmente, existe a ideia de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Em uma das matérias, é ressaltado que a violência contra a mulher é legitimada na nossa cultura por causa do machismo estrutural e por considerar que essa é a forma de ser homem. Assim, a violência contra a mulher é banalizada e tolerada, fazendo com que essas situações sejam vistas como normais e própria da natureza dos homens (FERNANDES; NATIVIDADE, 2020).

O relacionamento abusivo é uma relação que apresenta abusos de ordem física, psicológica e/ou emocional. Conforme discutido em textos analisados, é visto em atitudes de controle, de isolamento e de ciúmes. Muitas mulheres, além de terem

sua autoestima e autoconfiança minadas, acreditam que podem transformar a pessoa com sua dedicação e esforço.

Uma das entrevistadas pela *AzMina* afirma que o vínculo emocional com o agressor é o mais difícil de ser rompido, até mais complicado que o vínculo econômico. Isso porque a mulher tem uma relação amorosa com o companheiro, não querendo denunciá-lo e vê-lo preso, ainda mais nas situações em que ele é o pai de seus filhos, ou pensam que fizeram algo de errado para justificar o comportamento violento dele. Por isso também há os casos em que a mulher sai e volta para a situação de violência, acreditando que o companheiro possa mudar.

A partir das matérias da *AzMina*, notamos que muitas mulheres não querem ou passam por dificuldades para denunciar as violências no Brasil, elas podem pedir apoio de amigos ou familiares, fugir de casa, mudar de cidade e ir para casas de abrigo para sair da situação de violência. Nas matérias, é assinalado que as mulheres enfrentam obstáculos para solicitar e obter medidas protetivas, bem como existem problemas no seu cumprimento. Por isso, mesmo quando há medidas protetivas contra a aproximação do agressor, as mulheres seguem sofrendo violências e, inclusive, são mortas.

A falta de uma rede estruturada de acolhimento às mulheres em situação de violência é discutida por alguns textos da *AzMina*, deixando-as expostas a novas agressões e impactando em um crescente número de feminicídios. Os pontos ressaltados nas matérias são o despreparo da polícia, a falta de locais para receber as mulheres, a ausência de políticas públicas eficientes e o baixo número de delegacias especializadas no país. A localização das delegacias especializadas e dos serviços de assistência contra violência também é criticada porque, em geral, se concentram nos centros urbanos. Assim, mulheres que vivem no interior ou as indígenas que vivem nas aldeias estão longe das delegacias, não tendo assistência ou cumprimento de medidas protetivas quanto à aproximação do agressor, por exemplo.

Nos textos analisados, existem críticas aos atendimentos prestados às mulheres nas delegacias – especializadas ou não – a respeito das denúncias de violência. Há relatos de falta de apoio, preconceitos, assédios, violências, julgamentos e culpabilização da vítima pelos profissionais. Uma das entrevistadas ressalta que a falta de capacitação dos profissionais para atender as vítimas de violência faz com que muitas mulheres desistam de denunciar e que as pessoas que trabalham nessas

instituições têm comportamentos preconceituosos e discriminatórios porque são membros da nossa sociedade patriarcal, conservadora e machista. No caso de mulheres trans – que também devem ser atendidas adequadamente –, elas enfrentam dificuldades e preconceitos quando buscam ajuda policial, incluindo a recusa de atendimento por entender que ele só pode ser feito para mulheres do sexo feminino, como visto em uma matéria.

Nos textos analisados, vemos que a pandemia também dificultou o acesso das mulheres vítimas de violência às delegacias para fazer denúncias, mesmo com o atendimento presencial sendo mantido. Dentre os fatores que contribuíram para esse problema, temos um maior tempo de convivência com o agressor devido ao isolamento e as dificuldades para se deslocar até uma delegacia.

Nas situações de violência doméstica, há impactos para as crianças e adolescentes que presenciam as agressões, que são consideradas como as vítimas invisíveis, conforme referido em uma matéria da *AzMina*. É discutido que elas testemunham violências e mortes de mulheres e também podem ser alvos de agressões, podendo desenvolver problemas psicológicos como depressão, comportamento suicida e até reprodução da violência.

Um dos efeitos negativos dessas situações de violência para as mulheres é os problemas de saúde mental. Nas matérias analisadas, vemos que as mulheres podem desenvolver depressão e transtornos de ansiedade e até cometer suicídio. Ao romperem com o ciclo de violência, precisam de ajuda psicológica dos profissionais para elas e para os filhos também.

As consequências do machismo para a saúde mental são no texto 6:

> O que os pensadores, psicólogos, psicanalistas e médicos *demoraram para começar a incluir em suas teorias* é que são *séculos de opressão, abuso físico e mental, além de sobrecarga de trabalho que impactaram e impactam ainda a construção da subjetividade das mulheres*. *Não é à toa que as mulheres sofrem muito mais com a depressão do que os homens*. (SD16 do Texto 6)

> Por exemplo: *uma mulher que sofreu um abuso e ouve que não, que foi invenção dela, que nada aconteceu; ela tem seu trauma negado*. *Ou uma pessoa que sofre racismo e ouve que não, no Brasil não existe racismo*. Ou então *uma trabalhadora doméstica que passou anos sendo humilhada*, *tendo que entrar por uma porta separada, comer numa mesa diferente da dos seus patrões e ouve que é assim que o mundo é, que é assim que as coisas são...* Ou *quando milhares de pessoas perdem seus parentes em uma pandemia e alguém muito importante diz que não foi nada, que é normal*. [...] *A negação de um trauma - levando à angústia* - pode acontecer tanto no nível individual quanto no coletivo. E por isso que *não dá para a gente falar de depressão sem falar de raça, classe e gênero*. (SD17 do Texto 6)

A SD16 considera que os fatores relacionados à opressão, ao abuso físico e mental e a sobrecarga de trabalho – antes desconsiderados pelos especialistas –afeta a subjetividade das mulheres. O uso dos verbos *impactaram* e *impactam* remete aos efeitos desses aspectos no estado psíquico das mulheres no passado e no presente. A última frase complementa que não é por acaso – e sim por todos os fatores citados anteriormente – que elas tendem a sofrer mais com a depressão do que os homens.

A SD17 traz exemplos de negação de traumas que podem acontecer com mulheres que sofrem abuso, pessoas que sofrem racismo, trabalhadoras domésticas que vivenciam experiências de opressão e humilhação e pessoas que perderam familiares na pandemia. Todos esses sujeitos podem ter seus sofrimentos desconsiderados e seus traumas negados, gerando angústia. A última frase apresenta a constatação de que a depressão envolve questões de raça, classe e gênero. Isso porque as diferentes experiências das diferentes pessoas impactam de maneira diversa na saúde mental.

Outra questão discutida pela *AzMina* é a violência de gênero em duas áreas: jornalismo e política. No âmbito jornalístico, temos a constatação de que as mulheres jornalistas recebem mais que o dobro de ofensas que os colegas homens nas redes sociais, como o Twitter. Há o uso de termos como “louca”, “ridícula” e “mulherzinha”, xingamentos, insultos sexuais, ameaças e ofensas direcionadas aos seus corpos, relacionamentos e idade, bem como disseminação de notícias falsas sobre elas. Até mesmo, os insultos destinados aos homens contêm comentários ofendendo mulheres relacionadas a eles, como mães, irmãs e colegas de profissão. No caso de mulheres negras e indígenas, são feitas insinuações de que elas se aproveitam de suas características para acessar os espaços profissionais que conquistaram.

Há ainda uma reportagem que analisa os ataques do presidente Bolsonaro às jornalistas mulheres e as consequências desse comportamento. Vemos, na matéria, que são ataques machistas com foco na questão de gênero e que geram uma rede de insultos por parte dos apoiadores. A *AzMina* mostra que essas ofensas não são direcionadas ao trabalho ou a carreira dessas mulheres, mas sim a sua aparência, temperamento e características sexuais e morais. Essa conjuntura retrata um discurso misógino que visa deslegitimar a capacidade intelectual das mulheres, tirar a sua credibilidade, inferiorizá-las e menosprezá-las, além de ser uma tentativa de descredibilizar e silenciar a imprensa.

Já a respeito da política, os aspectos destacados nas matérias são: o questionamento de homens sobre o direito de fala das mulheres nas sessões e discussões políticas; as interrupções de falas de mulheres por políticos homens; o tratamento das mulheres como loucas e histéricas, que se vitimizam por serem mulheres e não controlam as emoções; a desconsideração de sua formação acadêmica e atuação profissional; o assédio moral e sexual de políticos homens. Em uma das reportagens, há o destaque para a atuação das políticas que, em geral, consideram as questões das mulheres e de gênero no momento de pensar seus projetos. A respeito disso, uma das entrevistadas pondera que o fato de as mulheres terem a experiência de sofrerem violência no seu dia a dia faz com que elas pautem esses temas na política.

Assim como as jornalistas, as mulheres candidatas foram alvo de ofensas no Twitter durante a campanha eleitoral, recebendo mais de 40 xingamentos por dia, e as ofensas se estendem as apoiadoras das candidatas no segundo turno, como destacado nos textos da *AzMina*. Os xingamentos fazem alusões aos corpos das mulheres, seus atributos físicos e aparência como roupas e cortes de cabelo, sua intelectualidade ou aspectos morais da sua vida. Alguns dos termos utilizados nos insultos são: “burra”, “hipócrita”, “porca”, “falsa”, “ridícula”, “vagabunda”, “maconheira” e “mentirosa”. São casos de assédio moral, sexual e intelectual, descrédito, racismo, transfobia, lesbofobia, homofobia e gordofobia. Há a constatação de que as ofensas não estão relacionadas apenas ao fato de as candidatas serem mulheres, mas também fazem uma articulação entre as desigualdades de gênero, etnia/raça, sexualidade e ideologia política.

Essa situação está ligada com o entendimento discriminatório de que a política é uma área apenas para os homens e, portanto, as mulheres não deveriam participar desse espaço e da vida pública, desvalorizando suas vozes e demandas. Assim, o assédio, os xingamentos e as ameaças são tentativas de afastá-las da política, através do medo, da insegurança e da descredibilização.

Na esfera política, um assunto que afeta as mulheres são as propostas de leis ou de alterações nas leis sobre o aborto, os direitos sexuais e reprodutivos e os diferentes tipos de violência contra a mulher. Na análise da *AzMina*, a maioria desses projetos foi considerado desfavorável para elas, pois não se direcionavam para resolver os problemas estruturais que envolvem o gênero no país.

Quanto ao aborto e direitos sexuais e reprodutivos, o foco estava em restringir direitos das mulheres para dificultar o acesso aos procedimentos de aborto legal. Já a respeito da violência, as propostas se concentravam na punição dos agressores – inclusive tentando modificar a Lei Maria da Penha –, não impedindo a violência de acontecer, aumentando o encarceramento e não garantindo a segurança da mulher que sofreu agressão. Nas matérias, vemos que as especialistas entrevistadas pela revista defendem uma educação para a equidade de gênero a fim de compreender as relações de gênero e combater as violências contra a mulher, focando na conscientização.

Na pandemia, uma das matérias mostra que alguns projetos de combate à violência contra a mulher foram alvos de notícias falsas e campanha de desinformação no Congresso e nas redes sociais. Um exemplo foi a proposta que garantia a não interrupção dos serviços de saúde para meninas e mulheres, incluindo os serviços de saúde sexual e reprodutiva, que foi taxada como “abortista”.

Isso é reflexo da ascensão do movimento conservador dos últimos anos. Nas últimas quatro décadas, observamos o fortalecimento político de atores coletivos com agendas conflitantes em relação ao gênero e à sexualidade na América Latina: de um lado, os movimentos feministas e LBGTQIA+ e, por outro lado, os segmentos conservadores (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020). Enquanto os primeiros atuam para a promoção da equidade e dos direitos sexuais e reprodutivos, os segundos defendem valores associados a uma ideia família tradicional e de moral. O conservadorismo se orienta por uma perspectiva moral que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva da população (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020), influenciando em opiniões sobre o aborto e os direitos sexuais reprodutivos que são antagônicas às dos movimentos feministas.

Outro ponto abordado pela *AzMina* é o racismo estrutural e institucional, que é o preconceito enraizado na sociedade e reproduzido nas diversas instituições e setores da vida social. No texto 7, são relatados vários casos de racismo na área da saúde contra mulheres negras e indígenas como, por exemplo, agressões verbais, assédio sexual, violência obstétrica, desconsideração das queixas das pacientes, diagnóstico equivocado e/ou tardio e realização de procedimentos desnecessários. O título do texto traz a frase “*Sua raça é resistente à dor*” que evidencia o racismo ao considerar que as pessoas negras são mais resistentes à dor e, portanto, não precisam de tanto cuidado quanto as pessoas brancas.

Essa matéria mostra como o racismo afeta a saúde das mulheres. Alguns dos relatos são: a falta de solicitação de exames para comprovação de gravidez e de pré-natal, impactando em partos prematuros e morte de bebês; a desconfiança de médicos quando mulheres negras afirmam que não têm filhos; a prescrição de remédio para piolho para mulheres com cabelo cacheado, quando, na verdade, se tratava de uma dermatite. Vejamos os seguintes enunciados dessa reportagem:

> Certa vez, nesse mesmo posto, ela ouviu do médico que *ele precisava de uma pretinha como ela para cuidar dele e fazer comida*. "Eu rebati imediatamente, perguntando: 'É o quê, doutor?', mas ele desconversou", lembra a culinarista, *escancarando o assédio e também o racismo da situação*. (SD18 do Texto 7)
>
> No caso de Jé, citada no início da reportagem, ela ouviu de funcionários, ainda no corredor do hospital, que "*índia não fecha as pernas e, por isso, engravida cedo*". (SD19 do Texto 7)
>
> "Na hora *você se sente impotente*, *o médico está naquela posição de que sabe tudo sobre o corpo humano*. Então *se ele está subestimando a minha dor, logo penso que não deve ser mesmo coisa séria. Isso é muito perigoso e muito angustiante também*. *Como mulher preta, noto na minha história e na de mulheres da minha família uma dificuldade em se cuidar, em prevenir*. *Já é difícil*, e *se quando me dou ao luxo de cuidar de um problema que não é agudo, o médico subestima minha queixa, aí fica mais difícil ainda*", diz a advogada Letícia Pereira. (SD20 do Texto 7)
>
> "*As situações que vivi sempre foram veladas*, nada muito direto. Mas depois de um tempo vem *a sensação de que houve uma falta de cuidado, falta de zelo, que não aconteceria com uma paciente branca*", conta a advogada Letícia Pereira, 23 anos, ao citar como exemplos a média de duração do atendimento, a ausência de toque e a qualidade da inspeção visual durante um exame dermatológico. (SD21 do Texto 7)
>
> "Eu estava com micose na unha porque tenho alergia a sabão, aí durante o atendimento a médica disse '*você tem que pedir sua patroa para comprar luva*'. Na época, eu era estudante de jornalismo e *em nenhum momento falei que trabalhava como faxineira ou empregada doméstica*". (SD22 do Texto 7)

Nessas SDs, observamos diferentes situações de racismo no atendimento de saúde. A SD18 traz o relato de assédio e racismo, pois une questões de gênero e etnia/raça. A frase *uma pretinha como ela para cuidar dele e fazer comida* coloca a mulher negra como a pessoa que deveria cuidar do homem e fazer comida. Esses são papéis atribuídos às mulheres na nossa sociedade de acordo com as normas de gênero, fazendo o cruzamento com questões de raça/etnia e classe social. Na SD19, temos uma fala preconceituosa a respeito de mulheres indígenas, sua vida sexual e gravidez. Nas duas SDs, vemos o uso das palavras *pretinha* e *índia* para se referir a uma mulher negra e indígena, respectivamente, que também são preconceituosas.

Na SD20, observamos a relação de autoridade entre médico e paciente, a qual afeta a percepção da mulher quando o médico tem atitudes preconceituosas, fazendo-a se sentir impotente pela falta de poder na situação. Um dos problemas mencionados é o ato de subestimar a dor que elas estão sentindo, criando a ideia de que não se trata de algo sério, gerando angústia e dificultando a busca por atendimento. A entrevistada ainda faz uma conexão entre as mulheres negras pela dificuldade em se cuidar e prevenir por causa das atitudes preconceituosas que enfrentam.

A SD21 traz mais algumas situações de discriminação vivenciadas pelas mulheres, com a entrevistada descrevendo-as como *veladas*, já que são atos sutis e que podem passar despercebidos. Ela ressalta a falta de cuidado, atenção e preocupação com suas queixas, nos atendimentos e nos exames, entendendo que o tratamento de pacientes brancas seria diferente. A SD22 apresenta mais um exemplo de racismo, no qual a médica presumiu que uma mulher negra deveria trabalhar como faxineira ou empregada doméstica.

O racismo também se manifesta nas críticas aos posicionamentos de pessoas negras, especialmente mulheres negras, pois elas são mais facilmente atacadas e julgadas, como destacado em uma das matérias. Em outra reportagem, é discutido sobre o racismo na mídia manifestado em microagressões que, muitas vezes, passam despercebidas. A matéria explica que, em programas como o Big Brother Brasil, podemos ver o uso do racismo como entretenimento e a dificuldade de nomear os casos como racismo, tentando apagar o preconceito. Já nas novelas, é comum que personagens negros sejam mortos e que, por isso, seja retratado o sofrimento de mulheres negras, sugerindo que as pessoas negras não podem ter um “final feliz” nem mesmo na ficção. Essas representações contribuem para a manutenção da estrutura racista.

A mídia também reproduz estereótipos e preconceitos sobre as pessoas gordas em séries, filmes, novelas e no jornalismo, impulsionando a gordofobia na sociedade, conforme destacado por um dos textos da *AzMina*. A reportagem analisa que, em geral, as pessoas gordas – especialmente as mulheres – são representadas como carentes, sujas, motivos de piadas, alívio cômico, indivíduos que não sabem se vestir ou não têm vaidade, bem como há o reforço da necessidade de emagrecer para ter sucesso, serem levadas a sério ou serem desejadas para relações amorosas. Essas representações não consideram as questões de saúde, mas sim focam em criar condições para hostilizar, ridicularizar e excluir pessoas gordas.

A respeito do aborto, algumas matérias evidenciam as violências que as mulheres passam que dificultam o cumprimento desse direito e, até mesmo, impedem a realização do procedimento. São mencionados casos como: o descumprimento da não exigência do boletim de ocorrência para o aborto legal; profissionais de saúde que tratam as mulheres que desejam abortar com descaso e críticas; médico colocando um sonar em alto volume com o batimento do coração do feto com anencefalia – situação em que a interrupção da gravidez é permitida por lei; negligência da equipe de saúde ao atender casos de abortos espontâneos, causando mortes de mulheres; mulheres que precisam lutar judicialmente para conseguir fazer o aborto a partir da malformação do feto; o assédio de organizações religiosas.

A *AzMina* ainda aborda as situações em que as mulheres decidem procurar formas de aborto clandestino, mesmo aquelas que se enquadram nas condições de aborto legal, mas não conseguem realizá-lo devido à falta de apoio médico e aos obstáculos colocados para o acesso ao procedimento. Algumas são obrigadas a manter a gravidez por várias semanas até a morte do feto, causando ainda mais sofrimento. Em uma das reportagens, vemos que até mesmo as mulheres que ajudam outras a realizarem o aborto sofrem com violências como perseguições, xingamentos e invasões de suas casas.

Além do aborto, algumas mulheres em situação de violência podem decidir entregar crianças para adoção. Analisemos os trechos do texto 8:

> *Não eram os hormônios* e a auxiliar administrativa *sabia muito bem o que queria*. "*Ter engravidado de um homem que me batia, que fazia a minha vida e a dos meus filhos um inferno, foi muito ruim*", lembra. E foram *nove meses de gestação traumatizantes, em que ela chorava o tempo todo*. "*Chorava por não querer ter um filho que já estava na minha barriga, chorava por sentir que estava rejeitando a criança. Chorava por saber que o bebê não tinha culpa. Chorava por não poder dar a ele o amor que ele merecia. Foram os piores nove meses da minha vida. Foi pior até do que apanhar*". (SD23 do Texto 8)

> Maria teve acesso a todos os direitos previstos na lei, mas mesmo assim ela conta que *no acolhimento psicológico foi incentivada a desistir da decisão*. "*Em toda sessão me perguntavam se eu tinha certeza do que queria, que eu já era mãe e sabia o que aquela criança ia passar. Tinha sessão que eu saia pior do que entrava. Só depois que contei as situações de violência foi que consegui ajuda, sem me perguntarem se eu tinha certeza de que queria entregar o bebê*", detalha. (SD24 do Texto 8)

A SD23 demonstra o sofrimento enfrentado por essa mulher ao estar grávida e decidir entregar o bebê para a adoção e a SD24 traz as tentativas realizadas para que ela desistisse da sua decisão. O início da SD23 remete a ideia de que os hormônios

da gravidez poderiam estar interferindo na sua escolha. As duas falas da entrevistada descrevem o sofrimento e o trauma que enfrentou por estar naquele ciclo de violência e por como se sentia em relação ao bebê. Na SD24, a sua fala mostra que as sessões de atendimento psicológico aumentavam o seu sofrimento, com os questionamentos da sua decisão, e, somente quando contou das situações de violência que passava, recebeu ajuda.

Em relação à diversidade, diversos casos de violência e de morte de pessoas LGBTQIA+ por preconceito e discriminação são abordados pela *AzMina*. Um dos pontos assinalados é que a brutalidade envolvida nas mortes evidencia o nível de ódio direcionado a esses indivíduos. Conforme dados do Anuário Segurança Pública, em 2021, tivemos um aumento de 35,2% das agressões, de 7,2% dos homicídios e de 88,4% dos estupros contra pessoas LGBTQIA+ em relação ao ano anterior (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022a).

Nas matérias, vemos relatos como: a invisibilização das pessoas LGBTQIA+ na mídia; o estupro corretivo para as lésbicas; o não uso do nome social de pessoas trans, gerando constrangimento por serem anunciadas por seu nome de registro que não corresponde a sua identidade; as dificuldades e preconceitos enfrentados por pessoas LGBTQIA+ na política, incluindo ameaças de morte.

Um dos textos aborda a rejeição ao uso da linguagem neutra por causa do preconceito, contribuindo para a invisibilização de determinadas pessoas e identidades. Inclusive, é discutido o entendimento do homem e do masculino como linguagem universal é uma construção histórica de desvalorização e inferiorização da mulher e do feminino.

A participação de mulheres e de pessoas LGBTQIA+ no esporte também é alvo de preconceito. Vejamos os enunciados do texto 9 a seguir:

> Mas *há anos sabemos que o feminino só é aceito no esporte de alto nível quando é sexualizado*. *Ou objetificam e sexualizam nossos corpos nos obrigando a vestir certos uniformes, por exemplo, ou tentam nos impor uma feminilidade meiga, infantil, com acessórios e maquiagens*. SD25 do Texto 9

> *Homens gays*, como Douglas, *que não têm problema em expressar feminilidade em seus trejeitos e até referir-se a si mesmo no feminino, eles frequentemente são alvos de violência e de preconceito, inclusive dentro da comunidade LGBTQIA+*. Alguns pesquisadores afirmam que eles *são vistos como traidores do privilégio masculino*. Ou seja, *são homens que abriram mão da masculinidade para se comportarem como mulheres*. *E a sociedade, a gente sabe, odeia mulheres*. Por isso, *assim como nós, eles são vistos como inferiores, fracos e etc*. (SD26 do Texto 9)

> A goleira da Seleção Feminina de futebol, por exemplo, a Bárbara*, foi chamada de "porca de suéter"* por um jornalista de uma TV holandesa que *disse que ela estava acima do peso*. (SD27 do Texto 9)
>
> *Somos obrigadas a expor os nossos corpos e depois encarar o julgamento sobre eles*. *Gorda demais, magra demais, muito musculosa, sem peito, sem bunda*. (SD28 do Texto 9)

A SD25 apresenta uma visão machista da mulher e do feminino no ambiente esportivo, no qual são sexualizados e objetificados ou impõem um ideal de feminilidade para que sejam aceitos. Na SD26, vemos uma circunstância que não ocorre apenas no esporte, mas sim na sociedade em geral, que são as consequências para os homens gays que se aproximam da feminilidade e do feminino, sendo alvos de violência e de preconceito dentro e fora da comunidade LGBTQIA+. A explicação é de que, ao deixar de lado a masculinidade, são considerados traidores do privilégio masculino. As duas últimas frases ressaltam o ódio às mulheres que se estende a esses homens, que também são vistos como inferiores e fracos. As expressões *a gente sabe* e *assim como nós* remetem ao posicionamento das mulheres da *AzMina* de se colocar junto as suas leitoras.

Na SD27, temos o relato de um comentário preconceituoso sobre o corpo de uma mulher atleta por causa do seu peso. A SD28 traz a imposição às mulheres de exposição dos corpos e de terem que lidar com o julgamento sobre eles. A última frase traz exemplos de críticas aos corpos delas, inclusive com comentários contraditórios como gorda e magra demais. Novamente, as mulheres da *AzMina* se incluem, junto com as leitoras, na situação, através do uso do verbo *somos* e do pronome *nossos*.

Essas quatro SDs apresentam relatos que estão ligados às normas de gênero impostas para homens e mulheres na sociedade, as quais contribuem para a reprodução do preconceito e da violência nos mais diversos setores da vida. Há uma lógica dicotômica de polos opostos sobre a concepção de gênero que é hegemônica e acaba por excluir os sujeitos que não se enquadram nessa lógica (BORELA, 2017), gerando preconceito e violência como formas de opressão desses indivíduos. Outro exemplo visto na revista é o de uma artista que pinta grafite teve que se masculinizar para poder ser respeitada pelos homens que grafitavam.

A *AzMina* também aborda a violência e o preconceito contra mulheres imigrantes no Brasil. Na matéria, observamos que elas saíram dos seus países por causa das guerras, ameaças e violências – como estupro e violência doméstica – que enfrentavam por serem mulheres, além dos problemas sociais e econômicos. No

território brasileiro, elas relatam sofrer com discriminações pela cor da pele, por serem estrangeiras e por serem mulheres, sendo alvos de violências, tendo menos acesso a emprego e ganhando menos do que os homens e as mulheres nativas.

A partir do que foi discutido nessa territorialidade, vemos que a violência de gênero – manifestada nos diferentes tipos de preconceito, de violência e no feminicídio – está presente no cotidiano e perpassa as diferentes esferas da vida social. A violência é uma questão de poder, usada para dominar e controlar as mulheres e pessoas LGBTQIA+, subjugando-as e mantendo-as em condição de inferiorização e exclusão de determinados espaços.

A violência contra as mulheres não acontece da mesma forma nos diferentes contextos, pois é influenciada tanto por um fator comum – a desigualdade de poder nas relações de gênero – quanto por aspectos particulares – a singularidade dos sujeitos envolvidos e de suas histórias de vida (ARAÚJO, 2008). Essa territorialidade de mulheres evidencia os diversos fatores que contribuem com as suas vivências cotidianas específicas inseridas em uma rotina de preconceitos e violências e a falta de uma rede de apoio para elas. É uma territorialidade de mulheres diversas que precisam lidar com os efeitos das violências em seus corpos e mentes e buscar forças para lutar contra essa realidade.

7.3 Territorialidade comunicacional dos medos cotidianos

Na análise dos textos, notamos que o tema medo aparece em diversos textos da revista, evidenciando a sua presença no cotidiano das mulheres brasileiras. A partir dos enunciados permeados por esse tema, observamos que não se tratam apenas de medos relacionados à violência, mas sim envolvem medos ligados a outras questões como, por exemplo, a pandemia e a maternidade.

No contexto pandêmico, as mulheres tiveram que lidar com o medo do contágio com o vírus e o medo de voltar a rotina no após o período de isolamento social, assim como as outras pessoas. Porém, elas também conviveram com outros medos relacionados ao fato de serem mulheres. Uma das pautas abordadas é os medos das grávidas quanto aos efeitos do coronavírus para a sua saúde e de seus filhos e aos riscos de comparecer aos hospitais para realizar consultas, exames de rotina e partos.

Na quarentena, muitas mulheres tiveram que assumir os cuidados de familiares, como as mães, e um medo mencionado em uma reportagem era o contágio

dessas pessoas com o coronavírus, necessitando de internação hospitalar. Isso porque elas não poderiam cuidar desse familiar e estar junto no hospital por causa do isolamento, deixando-o sozinho.

A pandemia também impactou a autoestima das mulheres, gerando alguns medos que foram discutidos pela *AzMina*. No período de isolamento, a escolha de aparecer ou não em videochamadas, o uso de filtros, o aumento ou perda de peso e a queda de cabelos são exemplos de fatores que influenciaram no medo das mulheres ao precisarem sair de casa e se exporem no mundo real devido a questões e preocupações estéticas. Ao se sentirem feias, elas sofriam com os medos de não estarem dentro dos padrões de beleza impostos pela sociedade e do julgamento de outras pessoas. Outra situação relatada foi o agravamento dos transtornos alimentares com a pandemia. Com isso, mulheres com doenças como a anorexia voltaram a conviver com um sentimento de pavor e de medo de engordar, cuidando a quantidade de calorias consumidas.

Ainda ligado à questão da autoestima, uma reportagem aborda os estereótipos criados pela mídia que impulsionam a gordofobia como, por exemplo, a associação entre gordura e sujeira. Nesse caso, o medo apontado é das mulheres gordas que se preocupam em tomar muitos banhos, estarem cheirosas e aparecerem nos lugares com os cabelos molhados porque tinham medo de serem vistas como gordas e sujas. Em outra matéria tratando da questão da aparência para mulheres gordas, a entrevistada afirma não querer viver e deixar de aproveitar as oportunidades da vida por causa do medo do julgamento das pessoas a respeito de sua aparência.

Outro ponto mencionado pela *AzMina* é a mobilidade urbana das mulheres, que já é diferente para elas devido à exposição a situações de assédio e de violência, mas a pandemia também impactou as suas condições de deslocamento. Consideremos os seguintes enunciados retirados do texto 10:

> *Velhos e novos medos* (SD29 do Texto 10)
>
> *Além do medo do contágio pelo coronavírus* em um transporte lotado e mal higienizado, *as mulheres passaram a lidar* com a redução da oferta de ônibus, ruas vazias e um maior tempo de espera nos pontos, *aumentando o medo de sofrer assaltos e violências sexuais*. Ou seja, *os fatores de risco comuns às mulheres nos deslocamentos urbanos se amplificaram* no período. (SD30 do Texto 10)
>
> "*Dá mais segurança sair em grupo, porque meu medo não é só ser assaltada, mas sofrer algum tipo de violência física*. Na Estação Pituaçu, onde espero o ônibus que me leva direto para a casa, eu chego a ficar 30 minutos

> absolutamente sozinha à noite, sem nenhum outro passageiro esperando. Então, *sempre bate uma insegurança quando eu vejo algum homem se aproximando*", conta a psicóloga. (SD31 do Texto 10)

A SD29 é um intertítulo do texto 10 que assinala a ocorrência de *medos* no plural que as mulheres enfrentam, sendo que alguns deles são *velhos*, ou seja, existem há muito tempo, e outros são *novos*, isto é, surgiram com a pandemia. A SD30 apresenta dois medos vivenciados pelas mulheres: *medo do contágio pelo coronavírus* e *medo de sofrer assaltos e violências sexuais*. O primeiro medo é resultado da exposição ao vírus por terem que sair de casa e pelos perigos no uso dos transportes – uma circunstância que aconteceu com várias pessoas, não apenas as mulheres.

Contudo, a pandemia criou alguns problemas que as afetaram e fez aumentar o segundo medo que está ligado à realidade de violência existente no Brasil. Dentre as violências mencionadas, os *assaltos* nas ruas podem ocorrer com todas as pessoas, mas as *violências sexuais* têm as mulheres como alvo preferencial. Em uma pesquisa sobre segurança nas cidades, 77% das mulheres consideram os espaços públicos mais perigosos para elas do que para os homes, 81% já passaram por ao menos uma situação de violência em seus deslocamentos e 54% afirmaram que já sofreram importunação sexual no ônibus (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2021).

Ao final da SD30, o discurso da *AzMina* salienta que a pandemia aumentou e intensificou os perigos para as mulheres nos seus deslocamentos pelas cidades. No contexto da pandemia, 91% das mulheres mudaram sua rotina de deslocamento pelas cidades e 77% sentem mais medo de sair de casa (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2021).

A SD31 traz a perspectiva de uma entrevistada a respeito dos medos que vivencia, corroborando com o que observamos na SD anterior. A partir da fala dela, vemos que estar sozinha, especialmente à noite, é um fator que gera medo nas mulheres, comparando com a segurança de estar com mais pessoas. Novamente, há o medo de dois tipos de violência sendo destacados: *meu medo não é só ser assaltada, mas sofrer algum tipo de violência física*. A última frase denota a insegurança e o medo das mulheres decorrente da aproximação dos homens, colocando-os como os responsáveis pelas agressões, bem como o emprego do advérbio *sempre* ressalta que esses sentimentos são contínuos.

Esses medos contínuos que as mulheres sentem nas cidades estão ligados ao fato de que esses espaços não são pensados para elas. A cidade foi criada para apoiar e para facilitar os papéis tradicionais do gênero masculino e considerando as experiências dos homens como regra, ignorando os bloqueios criados para as mulheres; é, portanto, a cidade dos homens (KERN, 2021). Os problemas que complicam a vida e a mobilidade das mulheres no espaço urbano, tais como a dificuldade nos transportes coletivos e a insegurança pela violência de gênero, visam, como pontua Leslie Kern (2021), manter as mulheres em seu lugar.

A respeito do assunto violência, são relatados vários medos pelas mulheres nos textos. Alguns deles são: medo de expressar a opinião por ser constantemente humilhada e sofrer ameaças verbais, sendo casos de violência psicológica; a rotina de medo vivenciada imaginando e prevendo as novas violências por seguirem convivendo com os agressores, com mulheres escolhendo dormir do lado de fora de casa; o medo de se afastar do parceiro; o medo gerado pela ruptura com o ciclo de violência doméstica; o medo de denunciar os agressores e eles serem severamente punidos, pois, muitas vezes, são os pais dos seus filhos ou pessoas da família com quem as mulheres mantêm laços de afeto; o medo da reação dos pais se denunciasse o agressor; o medo de ir para as casas de abrigo por não saberem como seriam suas vidas lá dentro.

Cíntia Engel (2020) ressalta que é comum que as mulheres convivam mais com o sentimento de medo de ser vítima e que as diversas violências incutem um constante medo nas mulheres, que são privadas e se privam de distintas liberdades, como a de ir e vir e frequentar os mesmos espaços que os homens ocupam de forma igualitária. Isso é uma manifestação das relações desiguais de gênero, impactando na naturalização e perpetuação dessas violências.

Ainda sobre a violência, existem os medos gerados pela pornografia de vingança e da sextorsão, conforme vemos nos trechos do texto 5 a seguir:

> Quando falamos das *consequências psicológicas da sextorsão e pornografia de vingança*, podemos encontrar sintomas parecidos. “O que se assemelha seria *a sensação de medo iminente*, ela fica neste *constante estado de pânico*, *podendo desenvolver algum transtorno psicológico futuramente*”, afirma a psicóloga. (SD32 do Texto 5)

> É o caso de Bruna: “*Todos os dias eu penso*: ‘*E se? E se ele fizer alguma coisa?*’. *Sinto medo e insegurança constantes e isso me afeta em tudo*”, relata a estudante. (SD33 do Texto 5)

> É claro que grande parte disso se deve à *punição social da vítima*. "*Meu maior medo é que meus pais vejam, além do julgamento das pessoas, ser xingada e ridicularizada*. Acho que *nunca mais conseguiria me relacionar com ninguém*", revela Bruna. (SD34 do Texto 5)
>
> *Esse medo, presente na vida de tantas mulheres*, colabora para *diminuir e desmoralizar a sexualidade feminina*. Ao passo que *incentivar o conhecimento da sexualidade masculina sempre é feita de uma forma muito precoce e mais aceita pela sociedade*. (SD35 do Texto 5)

Essas SDs mostram o sofrimento e os efeitos negativos causados pela pornografia de vingança e sextorsão para as mulheres. A SD32 traz a fala de uma psicóloga apresentando as consequências psicológicas dessa violência: *sensação de medo iminente*, *constante estado de pânico* e o desenvolvimento de *algum transtorno psicológico futuramente*. A primeira evidencia que elas vivem sofrendo com medo de que algo possa acontecer a qualquer momento, porque é *iminente*. A segunda demonstra que o medo é enorme a ponto de ser descrito como *pânico*, além de ser algo presente continuamente na vida dessas mulheres – *constante estado*. A terceira se refere a possibilidade de desenvolver doenças no futuro por causa desse desespero, preocupação e sofrimento contínuos.

Essas condições referidas na SD32 são corroboradas pelo relato da entrevistada na SD33. Na primeira frase, podemos ver que a entrevistada pensa diariamente sobre a situação que está vivenciando (*todos os dias eu penso*), sempre se questionando (*e se?*) e esperando que algo possa ocorrer a qualquer momento (*e se ele fizer alguma coisa?*). Na segunda frase, observamos que os sentimentos de medo e insegurança são contínuos e que eles interferem diretamente na sua vida. Esses sentimentos aliados à falta de ajuda psicológica nesses casos podem resultar em doenças e transtornos, como citado anteriormente, mas também em morte por suicídio, como ocorreu com outra mulher mencionada na reportagem.

Na SD34, temos a expressão *punição social da vítima* que trata da recriminação das mulheres pela sociedade, além da culpabilização da vítima. A exposição da intimidade e sexualidade das mulheres constituem tabus sujeitos à reprovação e escárnio social, inclusive no âmbito do sistema de justiça brasileiro, implicando no julgamento de reprovação social do comportamento da mulher, comprometendo sua reputação e autoestima e atribuindo culpa a ela diante do ocorrido (SILVA; PINHEIRO, 2019)

A fala da entrevistada na SD34 evidencia os seus medos a respeito da reação dos pais e das pessoas. Os termos *julgamento*, *xingada* e *ridicularizada* remetem à

recriminação, considerando que as pessoas podem julgar a mulher, culpando-a pela violência, bem como podem ofender, insultar, ridicularizar e humilhar ela, gerando mais sofrimento. Na frase final, a entrevistada reflete sobre mais uma possível consequência do trauma enfrentado para a sua vida, que é intensificada pelo uso do advérbio *nunca*.

A SD35 apresenta uma reflexão que analisa essa situação de medo vivenciada pelas mulheres. No início do trecho, os vocábulos *presente* e *tantas* evidenciam que o medo da exposição e do julgamento das pessoas existe na vida de várias mulheres. Em seguida, os verbos *diminuir* e *desmoralizar* destacam mais uma consequência desse medo que é o reforço da ideia de que elas não devem explorar a sua sexualidade, considerando esse ato contrário a moral e os padrões de conduta estabelecidos. Já a frase posterior apresenta o contraponto do estímulo ao conhecimento sobre sua sexualidade para os homens. Podemos ressaltar os empregos de algumas palavras: o advérbio *sempre* indica que isso ocorre de maneira habitual e contínua; o termo *muito precoce* se refere ao fato de que o incentivo acontece desde cedo e até antes do que deveria; e a expressão *mais aceita* ressalta a aprovação e a conformidade da sociedade em relação a essa prática, com o advérbio *mais* fazendo a comparação de que isso é mais admitido para os homens.

Essa é uma crítica feita às normas e aos papéis impostos a cada gênero na sociedade, no qual vemos desigualdade no tratamento para homens e mulheres porque eles são incentivados a explorar a sua sexualidade e elas não. O gênero é um fator que explica todos os julgamentos sociais negativos atribuídos às mulheres que tem sua intimidade publicizada e o medo delas ante o compartilhamento desse conteúdo, pois da divisão cultural desigual de papéis sociais entre homens e mulheres e entre as consequências destrutivas da exposição (SILVA; PINHEIRO, 2019).

Em outra reportagem da *AzMina*, identificamos mais alguns medos das mulheres em situação de violência. Vejamos os seguintes enunciados do texto 11:

> *Ela não contou que foi agredida nem para a família dele e nem para a própria família*, também *querendo evitar retaliações desnecessárias*. Atualmente, *só a mãe dela e algumas poucas familiares mulheres* conhecem a verdadeira motivação do divórcio. *Aos homens, ela ocultou os detalhes da violência com medo de que eles quisessem vingança contra o agressor*. (SD36 do Texto 11)

> "*Ainda tenho medo de encontrar com ele [o ex] andando por aí*. Nunca mais nos vimos nem nos falamos depois que saí de casa. Acredito que ele não tenha me procurado por medo de arruinar a carreira na televisão *e, em alguma medida, me sinto protegida por essas circunstâncias, mas não*

> *totalmente*. *Nunca mais me apaixonei ou confiei em homens*. *Felizmente*, tenho *a oportunidade de fazer terapia*, falar com uma profissional sobre isso e *dar o melhor de mim para cicatrizar essa ferida*". (SD37 do Texto 11)
>
> Silvia Chakian, promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), alerta que *o mais comum* é que *as vítimas de abusos físicos e psicológicos não acionem a Justiça por medo de descaso e represálias*. (SD38 do Texto 11)

Na SD36, observamos um medo pelas possíveis reações da família do agressor e da própria família ao saberem da violência sofrida, fazendo com que a mulher até prefira não contar sobre a agressão para algumas pessoas. Na expressão *evitar retaliações desnecessárias*, o verbo denota a procura por não se expor a uma situação desagradável, a palavra *retaliações* se refere as ofensas e insultos que a mulher poderia receber como vingança e o termo *desnecessárias* indica a dispensabilidade dessa reação.

Em seguida, podemos perceber uma diferença no posicionamento da mulher em relação a contar sobre a violência para outras mulheres e para os homens. No caso deles, vemos o medo dela de que possam querer vingança contra o agressor, optando por esconder os detalhes da violência. Isso porque, segundo o papel de gênero estereotipado atribuído ao homem, ele deve ser agressivo e recorrer à violência (FERNANDES; NATIVIDADE, 2020) como manifestação e reafirmação de seu poder, masculinidade e virilidade.

A SD37 traz uma fala da entrevistada sobre as consequências da violência. No início do trecho, há o medo de ver novamente o agressor. Depois, temos a sensação de algum nível de proteção por ele não procurá-la, já que isso teria impactos negativos na vida dele. A expressão *mas não totalmente* ressalta que esse sentimento de proteção não é completo, pois tem limitações. Após isso, a entrevista relata outra consequência negativa da violência para os seus relacionamentos amorosos, destacando a desconfiança nos homens. Na última frase, ela faz uma conclusão e idealiza um futuro mais positivo. Os usos do advérbio *felizmente* e dos termos *oportunidade de fazer terapia* remetem à circunstância favorável de ter ajuda profissional para a saúde mental e psicológica. A entrevistada assinala que vai se esforçar (melhor de *mim*) para se curar (*cicatrizar*) dessa mágoa e dor (*ferida*, no sentido figurado).

Na SD38, temos a fala de uma promotora de justiça acerca da falta de denúncias das violências por causa do medo. A expressão *mais comum* denota que se trata de algo habitual e frequente. O *medo de descaso* e *represálias* remete aos

temores de que suas vivências e denúncia sejam desconsideradas, tratadas com indiferença e como se não fossem importantes e de que existam situações de vingança contra elas, aumentando o sofrimento.

Associado à violência, há matérias que tratam das mulheres mães que tiveram filhos mortos pela polícia, que, em sua maioria, são negras e pobres, pois a violência policial está relacionada com o racismo. Por isso, elas vivem cotidianamente com o sentimento de medo de que seus outros filhos também sejam vítimas da violência policial. Observemos os seguintes trechos retirados do texto 12:

> "*Os caras vão morrer na rua igual barata*, pô. E tem que ser assim", disse o presidente Jair Bolsonaro nessa segunda-feira (5) sobre a morte de suspeitos por policiais e as mudanças que o pacote anticrime de Sérgio Moro propõe em casos como estes. Que *seus filhos morram na rua igual barata* é o *maior medo de muitas mães Brasil afora* que já tiveram filhos mortos dessa forma. (SD39 do Texto 12)
>
> A *preocupação* dessas quatro mulheres vai além do senso de *proteção materna*. Elas tiveram filhos mortos por policiais e*, hoje, vivem com medo de que seus familiares não voltem para casa*. *Vivem sempre em alerta*. Após *se tornarem órfãos dos filhos*, essas *mulheres criam estratégias diárias de segurança* para evitar que membros da família passem por possíveis abordagens policiais na rua. (SD40 do Texto 12)
>
> E *quando o luto não é reconhecido*, as mães podem ter consequências físicas e psicológicas. Leila diz que *o sentimento de culpa e medo pode levar essas mulheres a desenvolverem doenças* como a depressão, síndrome do pânico e doenças cardiovasculares. (SD41 do Texto 12)
>
> Para Miriam, Débora, Rute e Mira, *o medo é de que cada vez mais mães esperem como elas*. (SD42 do Texto 12)

O título da reportagem – *Mães que esperam* – faz uma alusão à eterna espera dessas mães que aguardam os filhos vivos voltarem para casa com medo de mais uma perda, além da sensação ilusória do retorno dos filhos mortos pela polícia. O discurso das quatro SDs evidencia o constante sofrimento e angústia que essas mães vivenciam. Na SD39, a expressão *morram na rua igual barata* remete a uma fala do presidente Jair Bolsonaro em 5 de agosto de 2019 mencionada no texto. Além de fazer uma comparação de seres humanos a baratas, essa expressão se refere à ocorrência de mortes em grande quantidade. Diante disso, o discurso da *AzMina* ressalta o tamanho e a intensidade do medo das mães no Brasil em relação à morte dos seus filhos pela violência policial. O advérbio *muitas*, na última frase, reforça que existem várias mães com esse medo, já que mortes de filhos pela polícia é um acontecimento frequente no Brasil.

A partir da SD40, vemos a extensão do medo dessas mães. As palavras *preocupação* e *proteção* evidenciam o sentimento de apreensão que elas vivenciam e o cuidado e o zelo em relação a seus filhos e familiares. O verbo *vivem* nas segundas e terceira frases reforça a ideia de que o medo é uma constante na vida dessas mulheres, bem como elas precisam estar continuamente vigilantes e com muita atenção. A expressão *órfãos dos filhos* ressalta a perda dessas mães. A frase *criam estratégias diárias de segurança* denota os planos e as técnicas que essas mulheres precisam desenvolver diariamente para cuidar dos seus filhos e tentar evitar suas mortes.

A SD41 demonstra algumas consequências do sofrimento contínuo para a saúde física e mental dessas mulheres, advindas tanto da não vivência do luto pelos filhos mortos quanto do medo pelos filhos ainda vivos que podem passar pela mesma situação. Já a SD42 revela ainda mais um medo: o aumento do número de mães que passem por esse sofrimento contínuo e a eterna espera de seus filhos.

Em outras matérias, são abordados os medos das mães negras que lutam pela liberdade dos filhos que foram presos injustamente pela polícia. Analisemos os enunciados dos textos 13 e 14:

> "Se a gente for esperar pelo estado, *que nunca fez nada todos esses anos*, não vamos para lugar nenhum". O *desejo* de Joelma *é trazer para crianças, adolescentes e mães o poder "de ir e vir sem medo", o direito de viver*. (SD43 do Texto 13)
>
> Apesar da saída do filho da internação, Liomezia *decidiu ficar um tempo em casa sem trabalhar com medo de que o caso se repita*: "*Eu prefiro arriscar o financeiro da minha família mais uma vez, do que arriscar eles forjarem ele de uma maneira muito mais grave e que a gente não consiga reverter*" justifica a mãe. (SD44 do Texto 14)
>
> *Andreia mudou de cidade com medo da repressão policial* e, *além dos custos com a mudança*, *gasta com o deslocamento para conseguir visitar o filho na cidade vizinha*. (SD45 do Texto 14)

No início da SD43, temos uma crítica à atuação do estado pela dificuldade para libertar as pessoas que foram presas injustamente. A palavra *desejo* representa uma aspiração e objetivo da entrevistada para que as mães, crianças e adolescentes possam viver sem medo. A expressão *o poder "de ir e vir sem medo"* remete a ideia de possuir a oportunidade e a liberdade de circulação sem o sentimento de medo. Associado a isso, *o direito de viver* se refere a algo básico que é garantido por lei aos indivíduos.

Além dos medos, as SDs do texto 14 trazem consequências econômicas vivenciadas por essas mulheres. A SD44 trata do medo da entrevistada de que o filho seja preso novamente, ressaltando que a repetição desses casos é comum dentre homens negros. Na fala dela, o emprego duas vezes do verbo *arriscar* remete ao risco financeiro de ficar em casa sem trabalhar e ao medo de que o filho seja preso de novo, respectivamente. A entrevistada destaca a escolha que teve que fazer entre correr mais riscos financeiros, sinalizando que é uma atitude feita de novo (*mais uma vez*) – a outra vez em que ela fez isso foi ao ficar sem trabalhar para buscar provas para comprovar a inocência do filho –, e uma possível nova prisão do filho, optando por evitar essa segunda situação. Os termos *eles forjarem ele*, *maneira muito mais grave e não consiga reverter* denota o medo de que o filho seja incriminado novamente, intensificando esse temor pela possibilidade de que seja um caso mais sério e sem possibilidade de reversão.

Na SD45, há a realidade de outra entrevistada que passa por problemas financeiros devido ao medo da vingança dos policiais (*repressão policial*), já que segue lutando para comprovar a inocência do filho. Por isso, precisa lidar com os gastos pela mudança de cidade e de deslocamento para visitar o filho na prisão.

Outra situação de medo ligada à violência e ao preconceito está na experiência das mulheres nos atendimentos médicos. Consideremos o seguinte trecho do texto 15 que foca nas vivências das mulheres lésbicas em relação a sua saúde:

> “Ele perguntou se eu já tinha tido relação heterossexual. Como achei que fosse relevante para a consulta, respondi que sim. *A resposta dele foi: ‘Poxa, mas foi tão ruim assim?’*, conta. Camila chegou a entrar com uma denúncia administrativa contra o médico, mas acabou não levando o processo para frente. O episódio, no entanto, *até hoje gera medo nela quando vai procurar um ginecologista*. (SD46 do Texto 15)

O conteúdo da SD46 expressa o preconceito com a lesbianidade como se fosse uma escolha da mulher após não gostar de uma relação heterossexual. A frase final evidencia que essa situação preconceituosa ainda provoca medo na entrevistada nos momentos em que precisa buscar um médico ginecologista, pois é algo que pode acontecer novamente.

O preconceito manifestado em práticas de racismo também está presente nos atendimentos médicos, influenciando nas experiências de mulheres negras e indígenas. Vejamos os trechos extraídos do texto 7:

> *O receio de passar por novas violências* também faz com que *elas deixem de procurar assistência médica*. (SD47 do Texto 7)
>
> *É comum que as mulheres que sofrem racismo sintam vergonha* e *não queiram se identificar ou denunciar formalmente tais situações*, *inclusive por medo de não conseguir provar*. "Quando essas denúncias chegam ao sistema de saúde, aos órgãos competentes, *elas são mal compreendidas*. *As mais graves se tornam problema dos profissionais envolvidos*, e *as mais leves são entendidas enquanto um problema da vítima*. [...] Tudo isso tem a ver com *a dinâmica entre as instituições, o público e as relações de poder*", explica Lúcia Xavier. (SD48 do Texto 7)
>
> "A violência obstétrica que sofri foi um *gatilho para muitos transtornos de ansiedade* que tenho até hoje. Foi um *sofrimento mental muito grande ficar a mercê de médicos* que se recusaram a fazer meu parto cesárea *alegando que eu tinha quadris largos e que mulheres negras nasceram para ter parto normal* (sim, eu ouvi isso!). Eu já estava na 41ª semana de gestação, e um mês antes tinha ficado internada com pré-eclâmpsia por 15 dias. *Uma sensação de impotência e um medo enorme de sofrer isso de novo*", recorda outra mulher. (SD49 do Texto 7)
>
> Tudo isso, faz com que *a mulher sofra de modo mais intenso com as consequências psicológicas do racismo*, e a consulta de *rotina vire sinônimo de medo e ansiedade*. (SD50 do Texto 7)

Com essas SDs, vemos como os casos de violências nos atendimentos médicos podem afetar as mulheres, gerando sofrimento e medo. Os termos *receio* (SD47), *sensação de impotência* e *medo enorme* (SD49) denotam o temor e o medo das mulheres de sofrerem violências e seu sentimento de não conseguirem fazer nada diante disso. Já as menções *passar por novas violências* (SD47) e *sofrer isso de novo* (SD49) ressaltam o medo da recorrência e da repetição dos casos de violências. A SD47 ainda salienta que esse medo tem como consequência a desistência das mulheres de procurar ajuda médica, afetando a sua saúde.

Na SD48, podemos observar reações comuns das mulheres diante do racismo que sofrem como a vergonha, a escolha de não se identificarem e a falta de denúncias. Aqui, é assinalado mais um medo: *não conseguir provar*. Isso porque, apesar da legislação brasileira definir que racismo é um crime, há uma dificuldade na comprovação dos casos relatados. Como vemos na fala da entrevistada, as denúncias não são compreendidas como problemas causados pelo sistema racista existente na sociedade e sim são considerados problemas isolados dos profissionais ou das vítimas. A última frase da entrevistada reforça essa concepção de que existe uma lógica que sustenta e permite a manutenção do sistema racista.

A SD49 traz o relato da violência obstétrica sofrida por uma mulher negra. A palavra *gatilho* demonstra que essa violência impactou na sua saúde mental, influenciando em vários problemas de ansiedade. A sentença *sofrimento mental muito*

grande denota a intensidade da dor e do tormento mentais que essa mulher teve que suportar, complementando com a expressão *à mercê* que se refere ao fato de estar sujeita a vontade dos médicos, sem poder opinar ou escolher. A alegação dos médicos evidencia o preconceito e o racismo, pois consideram o parto normal para mulheres negras como algo natural e determinado. A última frase expressa os sentimentos da entrevistada diante da violência sofrida – *impotência* e *medo* –, mostrando a falta de poder em relação a sua própria vida e o receio de sofrer novamente.

A SD50 evidencia os efeitos negativos dos problemas relatados. Existem impactos para a saúde mental e psicológico das mulheres com o racismo, descrevendo que elas sofrem *de modo mais intenso*, ou seja, é um sofrimento grande, excessivo e demasiado. Também, há a preocupação e a aflição ao precisar de novas consultas médicas.

Além disso, o medo é uma constante para as mulheres negras por causa do sistema racista, como podemos observar no enunciado do texto 16 a seguir:

> A socióloga Vilma Reis afirma que *as mulheres negras só serão abolidas da escravidão quando o medo deixar de existir*. “Lembrando [a cantora] Nina Simone: *só estaremos livres quando não tivermos medo*. *Estamos em uma sociedade que nos impõe o medo*. *Estamos emparedados*. *A gente não tem liberdade*, porque *uma tarefa das mães negras desse país é reconhecer os corpos de seus filhos, quando elas conseguem reconhecer*. *A mulher negra nunca terá liberdade com os conflitos de terras nos quilombos*. Sim, *porque são as mulheres que vão para cima dos conflitos*. *Elas são mais corajosas para enfrentar*”, diz. (SD51 do texto 16)

Na SD51, vemos a relação da falta de liberdade com o sentimento de medo das mulheres negras. Apesar da abolição da escravatura ter acontecido no Brasil em 1888, a visão da socióloga demonstra que as mulheres negras não estão verdadeiramente livres por causa do medo, como observamos nas sentenças *quando o medo deixar de existir*, *quando não tivermos medo* e *a gente não tem liberdade*. O verbo *impõe* denota que a sociedade faz com que as mulheres negras tenham medo através de suas ações e instituições. A expressão *estamos emparedados* indica que estão presos, cercados e enclausurados.

Em seguida, temos uma crítica a uma situação que ocorre com as mães negras no Brasil: elas têm a tarefa de *reconhecer os corpos de seus filhos*, fazendo alusão às inúmeras mortes de pessoas negras no país devido ao sistema racista. Há o destaque *quando elas conseguem reconhecer*, porque, em alguns desses casos, os corpos desaparecem e essas mães não conseguem ver seus filhos uma última vez, nem os

enterrar. Outra crítica é sobre os conflitos de terras nos quilombos, que também impedem que as mulheres negras tenham liberdade. Os termos *vão para cima* e *são mais corajosas para enfrentar* mostra o protagonismo delas nos conflitos e a sua coragem, pois participam na linha de frente para lutar por seus objetivos.

Em outra reportagem analisada, é abordado sobre o medo de pessoas trans na hora de procurar emprego por causa dos preconceitos que enfrentam. Analisemos o trecho do texto 17:

> A publicitária Monique Rodrigues desceu na estação do metrô Sumaré, em São Paulo, para uma entrevista de emprego *bastante apreensiva*. *Além das preocupações comuns* de ter qualificação e se encaixar no perfil pedido pela empresa, *seu maior temor era outro*: *por ser uma travesti, não sabia que tipo de tratamento iria receber quando chegasse na agência de publicidade*. Mas *respirou mais aliviada quando viu uma bandeira do orgulho trans* pendurada na janela do prédio. "*Foi algo que me trouxe conforto*", diz Monique, hoje gerente de comunidades da agência W3haus. (SD52 do Texto 17)

Na SD52, a expressão *bastante apreensiva* remete à grande preocupação e receio sentidos pela publicitária. Na frase seguinte, vemos que a entrevistada tinha as preocupações habituais das pessoas que procuram emprego, mas também tinha um medo maior e específico por ser uma travesti devido ao preconceito. A sentença *não sabia que tipo de tratamento iria receber* denota a apreensão da publicitária diante das possibilidades de uma recepção e tratamento preconceituosos na empresa. As expressões *respirou mais aliviada* e *algo que me trouxe conforto* sinalizam os sentimentos de alívio e conforto da entrevistada diante do acolhimento positivo para trans representado pela bandeira na janela.

Em outras matérias, observamos os medos ligados ao ato de colocar crianças para adoção e à prática do aborto. Vejamos os seguintes trechos retirados do texto 8 sobre a entrega legal:

> Foi num parágrafo impresso na carteira de pré-natal do SUS que Maria*, 45 anos, aos cinco meses de gestação, descobriu em 2007 que podia entregar o bebê para adoção *sem ser criminalizada*, por isso, a barriga já despontava quando tomou a decisão, e *ela sentiu duas coisas: medo e desamparo*. Para além daquele único parágrafo, *ninguém à sua volta falava sobre o assunto*. *Conversar sobre uma criança que ela não queria e não podia criar naquele momento da vida era um tabu*. *Assunto ainda mais proibido para uma mulher que já era mãe de outros três filhos e estava casada*. (SD53 do Texto 8)
>
> "*Em toda consulta eu queria falar que não ficaria com o bebê*. *Mas como ninguém no posto falava sobre isso, fiquei com medo*. Até que falei pro pai das crianças que na próxima consulta eu contaria pra médica e pedi pra ele ir comigo. *Ele disse 'você vai sozinha'*. E eu fui". No entanto, *ela conta que a*

> *médica a tratou com indiferença e nunca mais tocou no assunto* nas consultas seguintes. (SD54 do Texto 8)
>
> Para Maria, *isso tudo deixou marcas que a acompanham até hoje, com medo do julgamento e pelo trauma de encarar uma gestação problemática*. "*Ter mais um filho fruto dessa relação era uma tortura a mais pra mim*. *Mesmo eu estando numa situação grave de violência, as pessoas não entendiam que eu não queria ser mãe de novo*. Até hoje *quando eu penso nisso dói*. *Me sinto aliviada por não ter trazido mais uma criança pra casa*. *Depois me sinto culpada por isso*", conta ela. (SD55 do Texto 8)

A partir dessas SDs, vemos o sofrimento das mulheres que decidem entregar bebês para adoção e precisam lidar com a falta de informação e de apoio, bem como com o descaso dos profissionais de saúde. Na SD53, podemos notar que a entrevistada acreditava que estaria cometendo um crime ao entregar uma criança para a adoção devido à falta de informação a respeito do assunto. Seus sentimentos de *medo e desamparo* demonstram a preocupação, o temor, o abandono e a falta de auxílio vivenciados.

As três frases posteriores grifadas ressaltam a ausência de informações acerca da entrega de crianças para adoção. Ao ser tratado como um *tabu*, esse assunto não era abordado, como se fosse algo proibido, mesmo que a mulher quisesse conversar sobre isso. A última frase denota que a proibição é maior para mulheres casadas e que já são mães, indicando que elas não poderiam optar por não terem mais filhos.

Isso está diretamente relacionado com as normas de gênero impostas pela sociedade para as mulheres em relação à maternidade como um papel que elas precisam desempenhar. Por isso, há a noção de que uma mulher não tem a escolha de não ser mãe. Aquelas que optam por não terem filhos sofrem com a pressão da maternidade compulsória, que é encarada como destino natural de todas as mulheres (CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2019).

A SD54 corrobora as questões pontuadas na SD anterior, na qual a entrevistada descreve a sua vontade de conversar sobre a entrega do bebê para adoção e a ausência de informação e de pessoas que mencionassem o assunto, resultando em seu medo. Na sua fala, vemos também a falta de apoio do pai do bebê, deixando-a sozinha nas consultas. A última frase assinala o desinteresse e a falta de consideração da médica a respeito do desejo da paciente, recusando-se a conversar com ela sobre isso.

A SD55 traz as consequências negativas dessa situação vivenciada pela entrevistada devido ao medo dos juízos feitos por outras pessoas sobre sua escolha

(*medo do julgamento*) e a experiência emocional desagradável enfrentada na sua gestação (*trauma de encarar uma gestação problemática*). A palavra *tortura* descreve o sofrimento e tormento que essa mulher teria com mais um filho no seu relacionamento. Na sua fala, vemos o julgamento das pessoas sobre a entrevistada não querer ser mãe novamente, mesmo ela estando em situação de violência. Nas três frases seguintes, podemos perceber o seu sofrimento que segue até hoje, convivendo com sentimentos contraditórios de alívio e de culpa pela entrega do bebê para adoção.

A respeito do aborto, o trecho do texto 18 focado na história das mulheres que planejavam abortar fora do Brasil e tiveram que procurar outras soluções por causa da pandemia evidencia mais um medo de mulheres nessa situação:

> Quando as fronteiras fecharam*, ficou sem alternativa e se resignou a seguir com a gravidez*, apesar do *medo de não ter condições para criar mais um filho*. (SD56 do Texto 18)

Na SD56, a expressão *ficou sem alternativa* demonstra a falta de opções para essa mulher em relação ao aborto que queria fazer. O verbo *resignou* indica que ela se conformou com a situação, aceitando seguir com a gravidez. Essa decisão resultou em um medo relacionado à ausência de condições de criar mais um filho.

Diante disso, essa territorialidade comunicacional reflete os diferentes medos que as mulheres enfrentam no cotidiano devido ao fato de serem mulheres, de vivenciarem condições específicas e terem a imposição de determinadas normas e papéis de gênero. Nessa territorialidade, observamos a rotina de medos constantes das diferentes mulheres, que geram um enorme sofrimento e as impede de viverem suas experiências com liberdade, bem como há a problematização das práticas dos homens, dos agressores, da sociedade e das instituições.

7.4 Territorialidade comunicacional relacionada à saúde das mulheres

Na análise das matérias da *AzMina*, identificamos assuntos relativos à saúde física, mental e sexual das mulheres. A revista traz informações para elas poderem se cuidar e se prevenir de doenças, bem como problematiza diferentes questões de saúde a partir da perspectiva das mulheres e de gênero, considerando as especificidades de suas experiências.

Em relação à pandemia, uma das reportagens traz informações para as gestantes sobre os riscos do contágio com o coronavírus para elas e seus filhos e os cuidados mentais e com seus corpos durante a quarentena, sem deixar de realizar os exames de acompanhamento da gravidez. Em outra matéria, a *AzMina* problematiza a questão de que o contexto pandêmico afetou as mulheres de maneiras bastante específicas. Alguns pontos mencionados são: a exposição ao vírus das enfermeiras mulheres, que são a maioria na categoria e que estava na linha de frente do combate, e não tinham os recursos básicos de segurança; a responsabilidade de cuidar da família; a necessidade de se expor ao risco nas ruas para conseguir suprir as demandas da família; o número alto de mortes maternas por causa do coronavírus.

A pandemia foi um dos fatores que afetou a autoestima e a saúde mental das mulheres, conforme destacado por um dos textos analisados. Algumas das questões mencionadas são: o medo do contágio com o coronavírus; o sofrimento causado pelo isolamento social; a dor e o luto pela morte de familiares e amigos; o sentimento de perda de controle; o aumento da preocupação e da ansiedade; a insônia; o desespero com a volta à rotina após o período de isolamento. Consideremos os trechos do texto 19 a seguir:

> Então, *será que nossa preocupação deveria ser com a questão estética*? Ou *será que estamos tentando esconder outras angústias atrás da questão estética*? (SD57 do Texto 19)
>
> "Muitas vezes, a gente já tem ali *uma questão de autoimagem que não foi trabalhada lá atrás, uma questão de crenças de desvalor, de desamparo, de desamor, que não foram trabalhadas lá atrás*. E aí *quando a gente sofre esses gatilhos*, e a pandemia veio com *muita tela, muita tela, muita tela e muito filtro*. E aí gente *começa a colocar para fora*. *Nosso cérebro meio que esconde isso e, depois, ele joga na nossa cara de novo*." (SD58 do Texto 19)
>
> O Facebook sabe que o funcionamento do Instagram *alimenta a insegurança de meninas no mundo todo*. Isso mostra que *você não é a única se sentindo feia, o problema é estrutural*. (SD59 do Texto 19)

Essas SDs salientam a relação entre as inseguranças e angústias das mulheres com as questões estéticas. Na SD57, temos dois questionamentos sobre o foco da preocupação das mulheres, no qual a segunda pergunta problematiza uma tentativa de encobrimento dessas angústias. O termo *questão estética* remete aos aspectos relacionados à aparência física e à beleza.

A SD58 complementa a SD anterior com a fala da entrevistada que explica os fatores que podem estar envolvido nessa preocupação das mulheres. As palavras

desvalor, *desamparo* e *desamor* representam a ausência de um tratamento delas consigo mesmas se dar valor, de se protegerem e de se amarem. É destacado que tanto essa falta quanto a questão da autoimagem *não foram trabalhadas lá atras*, referindo-se ao passado que não tiveram como falar e cuidar dessas condições.

Em seguida, o vocábulo *gatilhos* indica que são fatores que a pandemia acionou e causou impactos nessas mulheres que foram externalizados – *colocar para fora*. A repetição da expressão *muita tela* e o termo *muito filtro* evidenciam o excesso dessas situações no contexto pandêmico que contribuem com essa externalização. A frase final mostra que o cérebro tenta ocultar esses problemas, mas, em determinados momentos, ele expõe isso.

A SD59 faz uma crítica às redes sociais, cujo funcionamento contribui com as preocupações e angústias das mulheres. A sentença *alimenta a insegurança de meninas no mundo todo* revela que as redes sociais sustentam e fomentam a insegurança delas, destacando com a palavra *meninas* que isso acontece desde a infância e com a expressão *mundo todo* que é um fato que ocorre em todos os lugares. A frase seguinte – *você não é a única* – pontua que o sentimento de feiura não é exclusivo de apenas uma mulher ou um grupo delas. O discurso da *AzMina* assinala que esse problema é estrutural, ou seja, que a sociedade está construída e organizada para manter e estimular essa insegurança.

Outro impacto da pandemia para a saúde das mulheres referido na revista é o agravamento de casos de transtornos alimentares, como a anorexia e a bulimia, e, consequentemente, o aumento na vulnerabilidade ao coronavírus. Algumas das questões mencionadas são: a instabilidade extrema; a falta de controle sobre o que acontece, exceto da alimentação e do corpo; a solidão; a convivência extrema com si própria e o espelho; o tempo excessivo nas redes sociais; o desenvolvimento de outros transtornos mentais, como a ansiedade, depressão e estresse; a dificuldade de internação em clínicas especializadas em distúrbios alimentares, precisando recorrer a clínicas gerais. Vejamos os enunciados do texto 20:

> *Enfraquecida, ela teve dificuldade para se recuperar da doença*. Mesmo em repouso e tomando os remédios recomendados por cerca de 15 dias, *sempre que parecia melhorar, os sintomas voltavam*. *Mesmo não conseguindo ficar de pé, relata que "estava feliz internamente", pois apesar de estar se sentindo mal o seu corpo estava magro*. (SD60 do Texto 20)

> E quando o assunto são transtornos alimentares, *mulheres também são as mais afetadas*. *São 9 mulheres para cada homem com anorexia* e os motivos ainda estão sendo investigados pela ciência, mas *a pressão dos padrões*

> *estéticos ligados a gênero está entre eles*. "*A cultura do corpo perfeito pertence a uma representatividade de sucesso e competência*. *Tudo isso estimula a adoção de comportamentos alimentares inadequados, que podem contribuir para a instalação do quadro clínico dessas doenças*". (SD61 do Texto 20)

> As pessoas com transtornos alimentares *sentem a necessidade de controlar algo quando tudo em volta está instável, o que torna o alimento a sua única forma de domínio sobre a realidade*. *Imagine como isso não fica na pandemia*. "*Durante o isolamento foi muito complicado, só intensificou*, principalmente, por não ter tantas atividades; *minha cabeça se voltou para controlar e pensar 24 horas na comida*", relata a paulistana Marcella Brincaccio, de 20 anos, que havia acabado de passar na Unicamp e de terminar um relacionamento abusivo. (SD62 do Texto 20)

A SD60 mostra os efeitos do contágio com o coronavírus em uma mulher que tem transtorno alimentar, bem como as dificuldades na recuperação em um processo de melhoras e pioras. A última frase demonstra a gravidade dos impactos dos distúrbios alimentares na saúde mental de uma pessoa, pois ela relata que *estava feliz internamente* por estar magra mesmo com todos os efeitos negativos da associação das duas doenças que a impedia, por exemplo, de conseguir ficar em pé.

Na SD61, podemos ver como o contexto social e cultural construído implica no desenvolvimento de distúrbios alimentares nas mulheres, destacando que elas são mais afetas por essas doenças do que os homens. A *AzMina* explica que os motivos dessa diferença ainda está sendo investigado, mas que as normas e padrões impostos ao gênero são uma das razões. A fala da entrevistada reforça essa constatação, mostrando a relação entre um tipo de corpo e o ideal de sucesso. O termo *cultura do corpo perfeito* remete ao padrão estético idealizado pela sociedade, ditando o que é belo e o que é feio. As palavras *sucesso* e *competência* denotam noções positivas associadas ao corpo padrão, sugerindo que outras pessoas com corpos diferentes não conseguem obter isso. A frase final faz uma conclusão sobre a busca desse corpo ideal que pode implicar em comportamentos alimentares ruins e no desenvolvimento de doenças, prejudicando a saúde.

Já a SD62 demonstra que os transtornos alimentares não estão associados apenas com as questões estéticas e distorções de imagem, mas também têm uma série de fatores psicológicos envolvidos. No trecho, vemos como transtorno alimentar funciona nas situações de instabilidade vivenciadas – como na pandemia –, pois as pessoas sentem uma necessidade de controle e focam no controle que podem ter sobre a sua alimentação. A sentença *única forma de domínio sobre a realidade* ressalta a falta de poder dessas pessoas diante da situação e a procura por uma

maneira de ter algum domínio a respeito das suas vidas. A frase da entrevistada complementa essa noção, descrevendo as dificuldades durante o período de isolamento social, vendo na comida um modo de manter o controle.

Assim, notamos que os transtornos alimentares estão ligados às condições sociais e culturais, aos padrões de corpo e de beleza impostos e às emoções e fatores psicológicos, impactando na saúde mental e física das pessoas. Além dos transtornos alimentares, a alta valorização da forma física das mulheres pode desenvolver uma ansiedade voltada para a aparência, vergonha corporal, baixa autoestima, depressão, etc., bem como uma necessidade excessiva de prática de atividades físicas e dietas alimentares, que nem sempre se voltam para a saúde, mas sim para a satisfação da aparência corporal (SANTOS *et al*., 2020).

A questão do peso é abordada em alguns textos, ressaltando as diversas tentativas de emagrecimento por mulheres gordas – por exemplo, com o uso de medicamentos – que causaram doenças e distúrbios alimentares, como a bulimia, afetando a sua saúde. Uma das entrevistadas pontua que o corpo magro e doente é uma vitória para as pessoas. Outra matéria discorre sobre os diagnósticos equivocados que mulheres gordas receberam por causa do preconceito e os prejuízos para sua saúde a longo prazo devido a esses erros. Os médicos desconsideravam quaisquer doenças devido ao sobrepeso das pacientes, recomendando o emagrecimento como solução, quando, na verdade, elas tinham outros problemas, como hérnia de disco e câncer.

Essa pressão pelo emagrecimento e por um corpo padrão para as mulheres está relacionada com as normas de gênero impostas pela sociedade. A naturalidade da nossa cultura em perceber o corpo das mulheres como um modelo de beleza seguindo um ideal magreza as obriga a modificarem sua forma física em busca de bem-estar, autoestima e uma promessa de felicidade ao alcançar o ideal de corpo imposto e legitimado culturalmente (SANTOS *et al*., 2020).

Outro ponto levantado é as consequências da falta de sono para a saúde mental e do corpo das mulheres. Existem os efeitos imediatos como: irritabilidade, mau humor, falta de disposição e energia, desmotivação; e os efeitos a longo prazo como: alterações de pele, no metabolismo, na imunidade e no sistema cardiovascular, aumento da glicemia e tendência a ganhar peso. No caso específico das mulheres, têm ainda a possibilidade de alterações hormonais, podendo ter mais sintomas de tensão pré-menstrual (TPM) e de menopausa, por exemplo. Ademais, há a culpa por

estar se prejudicando ao não dormir. Diante disso, o discurso da *AzMina* defende que dormir minimamente bem é uma luta que nós mulheres precisam travar por nós mesmas.

A respeito da violência, as agressões psicológicas – incluindo *mansplaining* e *gaslighting* –, físicas e sexuais causam traumas de curto e longo prazo nas saúdes mental e dos corpos das mulheres, necessitando que elas tenham uma rede de apoio e procurem ajuda médica, como visto nas matérias analisadas. O cansaço mental, as humilhações, as ofensas, os problemas de autoestima e de autoconfiança, a rotina de medo e sofrimento constantes, o sentimento de culpa e as tentativas de suicídio são alguns dos relatos citados. Em uma entrevista com a produtora de conteúdo Maíra Azevedo, conhecida como Tia Má, são discutidas as consequências dos relacionamentos abusivos para saúde mental as mulheres, considerando seus parceiros como *serial killers* afetivos, e que elas acabam escolhendo viver sozinhas após essas relações para não passarem novamente por esse sofrimento.

Nos atendimentos médicos, uma das reportagens discute as ofensas, as violências, os diagnósticos imprecisos e os procedimentos desnecessários que as mulheres negras e indígenas enfrentam por causa do racismo e que geram traumas em seus corpos e mentes. Com isso, muitas delas decidem não procurar ajuda médica, mesmo em casos graves. Analisemos os enunciados do texto 8:

> "Agora *eu uso a desculpa da pandemia*, mas *na verdade o buraco é bem mais embaixo*". É desse modo que a estudante universitária Jé Hámãgãy, 23 anos, *justifica o fato de estar evitando ir a médicos desde que o seu filho nasceu*, há pouco mais de seis meses. *Uma "desculpa", como ela mesma diz*, já que foi durante a pandemia que ela fez todas as consultas e exames de pré-natal, em hospitais públicos da Região Metropolitana de BH. Mas foi justamente nessas ocasiões, que Jé *vivenciou uma série de situações racistas, que reviveram novos e velhos traumas de toda uma vida em atendimentos médicos*. (SD63 do Texto 7)

> "Estava grávida de gêmeas idênticas, mas *a obstetra não sabia, pois não solicitou ultrassonografia*. *Tive parto prematuro e perdi uma menina*. *Gestante de alto risco com pré-natal de baixa qualidade por ser negra, tive sorte de não morrer, pois sou hipertensa*. Na época, 1982, *eu desconhecia a existência do racismo estrutural e institucional*. *Perdi mais 3 filhos e fui histerectomizada sem necessidade", diz uma mulher negra, vítima de racismo obstétrico*, que também não quis ser identificada. (SD64 do Texto 7)

Na SD63, vemos o exemplo de uma mulher indígena que está evitando procurar assistência médica. A sua fala mostra que a pandemia foi usada como pretexto para não ir ao médico, porém a expressão *o buraco é bem mais embaixo* indica que o problema é outro e mais profundo – o preconceito e a discriminação. Em

seguida, o discurso da *AzMina* reforça o uso da pandemia como desculpa e explica que, nas consultas e exames de pré-natal, a entrevistada sofreu com situações de racismo e a fez relembrar dos casos anteriores que vivenciou. O termo *novos e velhos traumas* denota que essas experiências negativas aconteceram no passado e seguem ocorrendo no presente.

Já a SD64 traz a experiência de uma mulher negra nos atendimentos de saúde, evidenciando a falta de atenção da médica obstetra, a ausência de solicitação de exames importantes, a ocorrência de parto prematuro e a morte de bebês. As terceira e quinta frases do trecho descrevem os problemas de saúde da entrevistada e evidencia as consequências do preconceito para ela. Essa mulher negra afirmou que desconhecia a noção de racismo estrutural e institucional, que se caracteriza pela manifestação do preconceito nas diferentes áreas e instituições, como a saúde. O discurso da *AzMina* ainda enfatiza e nomeia a experiência dela como racismo obstétrico.

O racismo também gera sofrimento mental para as mulheres, como pontuado em algumas matérias. Por exemplo, as mães que sofrem e ficam angustiadas com as prisões injustas de seus filhos e com a luta para comprovar a sua inocência. Outro sofrimento é o de mães que tem seus filhos mortos pela polícia, precisando lidar com o luto e com o sentimento de culpa e medo que podem fazê-las desenvolver depressão, síndrome do pânico e doenças cardiovasculares.

O machismo e estrutura patriarcal e racista da sociedade impactam na saúde mental das mulheres, causando depressão e suicídio, como visto em um dos textos. A *AzMina* ressalta a importância de considerar o recorte de gênero, etnia/raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero quando estamos falando sobre sofrimento mental. Observemos os trechos do texto 6:

> Para ler esse cenário, é preciso *considerar o quanto a estrutura patriarcal é capaz de provocar traumas nas mulheres, porque além de impor padrões, deslegitima o sofrimento feminino e coloca as mulheres como as cuidadoras do mundo, impedindo-as de olharem para as suas próprias questões psíquicas*. E *quando essas mulheres são negras a situação é ainda mais grave porque é atravessada pelo racismo estrutural*. (SD65 do Texto 6)

> *O sofrimento psíquico das mulheres demorou muito tempo para começar a ser levado a sério*. Lá na Grécia Antiga, por exemplo, *achavam que nosso útero, flutuando pelo nosso corpo, era o responsável pelo nosso sofrimento*. E já no século 19, *as nossas tristezas eram colocadas só na conta dos nossos hormônios*. *Quer dizer, isso até hoje, né?* (SD66 do Texto 6)

> Mas se *as mulheres estão mais sujeitas a sofrimento psíquico, por que então são os homens que se suicidam mais*? Isso reflete uma *outra face da questão de gênero: a masculinidade*. "*Nós sabemos que os homens se matam mais, enquanto as mulheres tentam mais suicídio*. Quando a gente vai *pensar na experiência subjetiva do homem, a gente vai ver que especificidades e representações como o lugar de força, da razão, da virilidade, o lugar de estar sempre ali provando que se é o homem potente, coloca também o homem num intenso sofrimento e num sofrimento também muito específico*. *Ele é justamente oprimido pela própria opressão*." (SD67 do Texto 6)
>
> "*Eu pensei muitas em tirar minha vida porque eu imaginei: para que eu estou no mundo se eu estou sofrendo*? Eu já cheguei falar para a minha filha: *se por acaso acontecer alguma coisa comigo*, você não deixa ninguém tomar a sua irmã de você; ela é sua. *De tanto desespero, de não aguentar mais sofrer, uma pressão*. *E tudo, tudo que me deixou de pé mesmo foi elas*." (SD68 do Texto 6)

O discurso da SD65 explica os impactos negativos da estrutura patriarcal para a saúde das mulheres ao provocar traumas, impor padrões, deslegitimar seu sofrimento, colocá-las como responsáveis pelo cuidado e impedi-las de analisar as suas questões psíquicas. Na frase final, é ressaltado que, no caso das mulheres negras, há a associação das opressões do patriarcado com o racismo estrutural, intensificando a gravidade da situação. Na matéria, a *AzMina* enfatiza que não se trata de uma ideia de que mulheres brancas e de classe média ou homens brancos cisgêneros e héteros não sofram e não enfrentem doenças como a depressão, mas sim de que as diversas opressões vivenciadas pelas diferentes pessoas se acumulam e geram sofrimentos específicos.

A SD66 apresenta o contexto histórico que não reconhecia o sofrimento das mulheres. A sentença *demorou muito tempo para começar a ser levado a sério* demonstra como o processo de reconhecimento desse sofrimento foi lento e que passou muito tempo sendo deslegitimado e desconsiderado. No exemplo da Grécia Antiga, vemos que responsabilizam o útero pelos problemas das mulheres e, no século 19, culpavam os hormônios. Ambas as explicações focam apenas nos aspectos biológicos das mulheres. A última frase ironiza a situação com uma pergunta retórica a respeito desse pensamento perdurar até os dias atuais.

Já a SD67 traz uma comparação entre homens e mulheres em relação ao sofrimento psíquico e a morte por suicídio, refletindo sobre a questão da masculinidade. A fala da entrevistada explica os efeitos negativos das normas de gênero para os homens com as representações de força, razão e virilidade, gerando sofrimento para eles. A frase *ele é justamente oprimido pela própria opressão* mostra que os homens também sofrem com as opressões da estrutura machista e patriarcal.

No texto, a *AzMina* salienta que as mulheres tendem a conversar mais sobre o que estão passando, falar sobre seus sentimentos e, inclusive, buscar ajuda profissional para terapia, enquanto, entre os homens, isso é mais difícil. Isso se relaciona com as normas impostas aos gêneros, pois é considerado que os homens não podem chorar nem demonstrar nenhum sentimento a fim de reforçar sua masculinidade, o que gera sofrimento tanto para eles quanto para as mulheres.

Na SD68, há a fala de uma entrevistada sobre como pensou em se suicidar por causa do sofrimento que vivenciava. O seu questionamento demonstra a intensidade de seu sofrimento e a falta de um propósito para continuar vivendo. A segunda frase do trecho evidencia a preocupação com as filhas, caso ela morresse. Os termos *desespero*, *não aguentar mais* e *pressão* reforçam os sentimentos negativos e o sofrimento intenso e constante dessa mulher. Ao final, ela afirma que as suas filhas foram as responsáveis por ela não cometer um ato de suicídio.

A respeito da saúde sexual e reprodutiva, as matérias tratam sobre os métodos contraceptivos disponíveis gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS), incontinência urinária, prisão de ventre, hábitos de higiene, os tabus relacionados à sexualidade, gestação, parto, ciclo menstrual, endometriose, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), o incentivo ao conhecimento sobre o próprio corpo, fisioterapia pélvica, o ponto H que serve apenas para o prazer dos homens e as dificuldades para ter prazer durante o sexo e os tratamentos adequados para resolver esses problemas. Um dos textos aborda o remédio de prevenção a AIDS - a Profilaxia Pré-Exposição (PREP) – informando as mulheres sobre a sua existência, como é usado e onde podem ter acesso a esse medicamento, bem como as outras formas de prevenção dessa doença.

A falta de compra de métodos contraceptivos para o SUS pelo Ministério da Saúde desde 2015, a sua baixa oferta de métodos a longo prazo e a desinformação são fatores que dificultam o acesso de mulheres a esses itens, conforme destacado em uma das reportagens. A *AzMina* apresenta experiências de mulheres com alguns contraceptivos, explicando seus possíveis efeitos e elucidando as informações equivocadas sobre eles.

Outro assunto apresentado na *AzMina* é a laqueadura, conhecida como cirurgia de ligadura de trompas, explicando como funciona esse procedimento, como as mulheres podem realizá-lo e desvendando os mitos relacionados a esse procedimento. A menopausa e seus efeitos também são discutidos em uma matéria,

que destaca o movimento de mulheres que estão ressignificando a menopausa como processo natural da vida e não uma doença, aceitando as alterações do corpo e aproveitando as possibilidades que surgem com o fim do ciclo reprodutivo.

A saúde sexual das mulheres lésbicas é o assunto de uma das reportagens, visando ser um manual de saúde sexual para mulheres que fazem sexo com mulheres, informando sobre questões importantes e explicando sobre as ISTs e como preveni-las. A *AzMina* analisa que a falta de informação e de orientação de prevenção e cuidados que devem ter aumenta os riscos para a saúde delas, bem como critica a ausência de métodos de proteção desenvolvidos especificamente para o sexo lésbico. Também, há o preconceito dos profissionais de saúde quando essas mulheres procuram ajuda médica, pois eles desconhecem os riscos de doença nessa população, falham em obter um histórico sexual completo e não promovem um ambiente acolhedor para que elas se sintam à vontade – além de fazerem comentários preconceituosos –, dificultando a prevenção de doenças.

Na esfera política, uma matéria versa sobre as propostas de lei e de alterações nas leis para dificultar o acesso das mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva por causa do repúdio conservador ao aborto. A *AzMina* explica que os direitos sexuais estão relacionados com as informações para as mulheres decidirem com consciência e liberdade sobre sua sexualidade e os direitos reprodutivos asseguram a tomada de decisão sobre fecundidade, gravidez, contracepção, saúde reprodutiva, planejamento familiar e educação dos filhos.

Em outra matéria, é tratado sobre os pedidos ao Supremo Tribunal Federal para uma análise dos efeitos da epidemia de zika vírus para as mulheres gestantes e a não suspensão de serviços de saúde básica para as mulheres durante a pandemia de coronavírus. No primeiro caso, a entrevistada destaca o sofrimento mental das mulheres infectadas com o vírus que são obrigadas a manter a gravidez com um feto também afetado e passar por dificuldades para conseguir a permissão para interrupção da gestação. No segundo, ela ressalta que as questões de saúde reprodutiva, como o acesso à informação e aos métodos contraceptivos, os serviços de aborto legal e os cuidados de saúde mental devem ser mantidos no período de pandemia para a proteção das mulheres.

No discurso da *AzMina* e das entrevistadas, vemos que há um reforço sobre o sofrimento mental que pode ser causado por uma gravidez indesejada, gerando riscos à saúde mental das mulheres. É ressaltado que, em algumas situações, a interrupção

da gravidez é uma forma de encurtar a tristeza e o sofrimento e proteger a saúde física e mental das mulheres. Um dos exemplos citados é o de que, nos casos de malformação do feto, os riscos para as mulheres aumentam de acordo com o avanço da gestação – como hemorragias e outras complicações –, o que prejudica a sua saúde e as suas condições reprodutivas, podendo impedi-la de engravidar novamente e, até mesmo, causar a morte.

Quanto ao aborto, os textos da *AzMina* informam as mulheres sobre a prática do aborto legal e do aborto seguro, como ocorre o aborto espontâneo e destacam a importância do acompanhamento e suporte de uma equipe multidisciplinar com médicos, psicólogos e assistentes sociais antes, durante e após a realização do procedimento. Em uma das reportagens, há informações para as mulheres procurarem assistência de saúde para receber os cuidados médicos e psicológicos após a violência sexual, recebendo remédios para contracepção de emergência e prevenção de ISTs e, caso seja necessário, ajuda para fazerem o aborto.

Vejamos os trechos do texto 18 acerca das mulheres que decidiram fazer um aborto e os efeitos dessa decisão para sua saúde mental:

> Mas *ao se ver grávida, pensando em abrir mão de todos seus planos de uma vida melhor para si e para a filha*, *começou a mudar de ideia*. "*Estive no lugar de tantas outras mulheres e senti o peso dessa situação*, *as negações, as frustrações, o desespero, a depressão, o isolamento, a solidão*. Isso me fez repensar. Então pedi a Deus que me ajudasse, *sem colocar minha vida em risco*." (SD69 do Texto 18)
>
> "*Achei que ia sentir alívio, mas vieram os sentimentos contraditórios. Eu sentia culpa, vazio, chorava toda noite*". Após o aborto, *ela procurou acompanhamento psicológico e sente que, agora, está ficando bem*. (SD70 do Texto 18)

A SD69 traz o relato de uma mulher evangélica que era contra o aborto e engravidou após o companheiro tirar o preservativo durante a relação sexual sem avisá-la – o que é uma forma de violência sexual. A frase inicial demonstra que a gravidez não estava nos planos e teria impactos na sua vida e na de sua filha, resultando em uma mudança de postura a respeito do aborto. A fala da entrevistada demonstra que ela passou a entender a experiência das outras mulheres nessa situação, destacando os sentimentos negativos que também vivenciou. A frase final mostra que ela se amparou na sua fé e decidiu realizar o procedimento, desejando não correr risco de vida.

Na SD70, temos o caso de uma mulher que engravidou – pois não sabia que o antibiótico cortava o efeito do anticoncepcional –, não desejava ter mais um filho e realizou tentativas de aborto com chás e remédios que não funcionaram. Após realizar o procedimento em uma clínica, a sua fala evidencia os sentimentos contraditórios que vivenciou ao invés do alívio que esperava sentir. As palavras *culpa*, *vazio* e *chorava* denotam o sofrimento mental pelo qual passou. A última frase mostra que o acompanhamento psicológico que está recebendo a está ajudando a se sentir melhor.

Em outra matéria, é ressaltado a luta feminista para a conquista do direito à assistência de saúde reprodutiva, obstétrica e ginecológica das mulheres a fim de ter um cuidado específico e centrado nas demandas delas, entendendo-as como sujeitas de sua própria saúde. Isso gera o empoderamento das mulheres por elas terem acesso à informação e a serviços de assistência que se preocupem com as suas necessidades, respeitando suas escolhas.

Um dos textos da *AzMina* discute os impactos da educação dos filhos em casa para a saúde das mulheres, pois, na maioria das vezes, essa responsabilidade recaí apenas sobre elas, além das outras tarefas que já realizam no ambiente doméstico e familiar. Um dos estudos apresentados evidencia que a divisão dos papéis de acordo com o gênero pode levar a mulher ao esgotamento e à exaustão física, emocional e mental, gerando a Síndrome de Burnout, como resultado do acúmulo excessivo de funções em trabalhos que são emocionalmente estressantes. Essa pesquisa aponta que, nos casos em que as tarefas da casa são divididas entre os pais, as mulheres estavam menos propensas a desenvolver essa síndrome.

Outro ponto referido em uma matéria é os efeitos a longo prazo dos desastres ambientais para a saúde mental e reprodutiva da mulher que foram observados em estudos. Nas regiões afetadas por crises ambientais, vemos o aumento da violência doméstica, da depressão e das tentativas de suicídio, sobrecarga de trabalhos das mulheres, maior dependência econômica e crescimento no número de abortos.

A partir do que foi discutido, constatamos que essa territorialidade de mulheres demonstra os diferentes sofrimentos e os problemas de saúde enfrentados por elas por causa das assimetrias de seu gênero, como os efeitos negativos da pandemia específicos para elas e angústia de vivenciar uma gravidez indesejada, por exemplo. Nessa territorialidade comunicacional, a *AzMina* informa as mulheres sobre questões relacionadas a sua saúde mental, física e sexual, discute criticamente as situações de preconceito e discriminação vivenciadas por elas nas instituições de saúde e

problematiza os impactos das normas de gênero nas doenças desenvolvidas pelas mulheres.

7.5 Territorialidade comunicacional sobre o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos

Nessa territorialidade, discutimos as experiências das mulheres relacionadas ao aborto e aos direitos sexuais e reprodutivos. A respeito desse assunto, observamos relatos de histórias de mulheres que puderam e não puderam realizar aborto por diferentes meios, as dificuldades envolvidas nas suas escolhas e as consequências disso para suas vidas.

No conjunto de textos analisados, as pautas buscam explicar e informar as mulheres sobre o aborto, o que precisam fazer em cada caso e como podem solicitar ajuda e garantir que esse direito seja cumprido, bem como locais que realizam esse procedimento. Algumas das questões abordadas são: o julgamento das pessoas em relação as mulheres que escolhem abortar; o sofrimento e a angústia sentido pelas mulheres; a utilização do fato de ser a favor do aborto como xingamento; os problemas decorrentes da falta de informação sobre o aborto; a procura por abortos clandestinos, colocando a vida da mulher em risco; os medicamentos e métodos utilizados para o aborto; a falta de apoio médico; o tratamento inadequado dos profissionais de saúde com as mulheres que buscam atendimento pós abortamento; os desafios enfrentados e as batalhas judiciais para conseguir realizar o aborto; o assédio de organizações religiosas; aplicativos que tem informações sobre aborto e direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres; as propostas de lei que visam dificultar o acesso ao aborto e criminalizá-lo.

Um dos textos explica quando é permitido interromper a gestação no Brasil, pois o aborto é considerado crime no país, exceto em três situações: gravidez resultante de violência sexual, anencefalia do feto (ausência ou má formação do sistema cerebral) e quando a gestão oferece risco à vida da mulher. Outro texto trata do aborto seguro, informando como ele pode ser realizado e contando as experiências de algumas mulheres. É descrito que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o uso do medicamento Misoprostol ou a aspiração intrauterina como métodos seguros para o procedimento. Há matérias sobre a suspensão do serviço de

aborto legal no Hospital Pérola Byington, em São Paulo, durante a pandemia, e sobre a reabertura desse serviço após pedido do Ministério Público e da Defensoria.

O sofrimento causado por uma gestação de um feto inviável e pelo impedimento de interrompê-la é destacado por uma reportagem analisada, relatando as histórias de mulheres que tinham um feto malformado e enfrentaram obstáculos para conseguir realizar o aborto. Além de conviverem com a angústia de estarem grávidas sabendo que não terão um bebê vivo, elas precisam lidar com o sofrimento ao lutarem na Justiça pela interrupção da gestação.

Em uma entrevista com o médico Jefferson Drezett, que dirigiu o serviço de aborto legal do Hospital Pérola Byington em São Paulo por mais de 20 anos, a *AzMina* aborda o aborto legal e ilegal no Brasil. O médico tem um olhar crítico acerca da questão do aborto no país, afirmando que o Estado trata o aborto como uma piada e, por não cumprir o seu dever, as mulheres, especialmente as pobres, precisam recorrer ao serviço clandestino que coloca a sua vida em risco. Ainda sobre o aborto clandestino, ele analisa que pode ser feito com um grau de segurança muito bom, mas que é muito custoso financeiramente, ou de maneira mais precária e em condições inseguras, que é a realidade da maioria das brasileiras que não tem muitos recursos econômicos.

Outro ponto ressaltado pelo médico é que os serviços de saúde não estão prestando o devido atendimento para as mulheres, parecendo escolher cumprir ou não a lei a respeito dos direitos humanos delas, não existindo nenhuma investigação, punição ou advertência por negar essa assistência. Jefferson Drezett explica que são poucos os serviços de saúde brasileiros que garantem esse atendimento para elas, o que ele avalia como uma nova crueldade. Durante os anos de trabalho, o médico conta que viu muitas mulheres se deslocando de outros estados brasileiros – como Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Amazonas e Bahia – porque não conseguiram atendimento e essa peregrinação não é viável para todas.

A respeito das mulheres que planejavam realizar o aborto fora do Brasil e foram impedidas pela pandemia, a *AzMina* mostra suas histórias, os desafios enfrentados e suas tentativas dentro e fora do país para conseguirem ter seu direito cumprido. Na reportagem, notamos que cada uma delas precisou escolher outro caminho para lidar com a questão: encontrar um novo país onde o procedimento é legalizado, aborto clandestino e aborto legal. Analisemos os enunciados do texto 18:

> Presas no Brasil, *onde não têm direito de escolha*, se viram *correndo contra o tempo*. "*Porque a gravidez não espera a pandemia passar*", desabafa uma delas. (SD71 do Texto 18)
>
> Então logo começou a pesquisar alternativas e *conseguiu um contato* para comprar pílulas de misoprostol. Tomou e, *apesar de sentir algumas cólicas*, *não teve sangramentos*. Fez um ultrassom e *confirmou que ainda estava grávida*. Então *tentou as pílulas outra vez e nada*. "Cheguei a conclusão de que estava *gastando com remédios falsos*. *Desisti mas o desespero tomava conta de mim*. *Já não tinha vontade de sair, nem de comer, não queria ver ninguém e não reconhecia mais meu corpo*". (SD72 do Texto 18)
>
> Foi o namorado que, *vendo o desespero dela*, começou a *pesquisar sobre fazer o aborto fora do Brasil*. [...] Mas fechou. "*Eu me vi sem chão mais uma vez e achava que não haveria outra saída a não ser ter um filho*. *A barriga já estava começando a aparecer e o tempo estava ficando apertado*", conta Edna, que *entrou em desespero novamente*. *Sem desistir, ela conseguiu um novo contato para comprar a pílulas de misoprostol*. *Com receio, decidiu tentar de novo*. "*Senti muita dor e o procedimento com medicamentos é um tanto demorado e sofrido, mas sinto que valeu a pena*. *Não poderíamos ter uma criança que desejamos tanto que não nascesse*". (SD73 do Texto 18)
>
> Quando descobriu que estava grávida, Fabiana *, 27 anos, se viu em uma *confusão de emoções*. *A certeza de que não queria seguir com a gestação veio quando o companheiro "pulou fora" das responsabilidades*. (SD74 do Texto 18)
>
> Então chegou a hora do procedimento. "*Eu estava muito nervosa. Com medo de dar errado e ninguém saber, porque eu não tinha falado para ninguém que ia fazer. Mas tomei a anestesia e quando acordei, falaram que tudo tinha corrido bem*". Nos dias seguintes, ela repousou ainda na cidade do México. (SD75 do Texto 18)

Na SD71, observamos que, com a pandemia, essas mulheres tiveram seus planos cancelados e ficaram confinadas no Brasil. A sentença *onde não têm direito de escolha* indica que nosso país não garante esse direito para a mulher. A frase *correndo contra o tempo* denota a pressa para tomar uma atitude, pois o tempo não estava do lado delas. Na fala da entrevistada, vemos o motivo para essa necessidade de rapidez, já que a gestação seguiria se desenvolvendo se não fosse interrompida.

As SDs 72 e 73 a vivência de uma mulher que planejava realizar o aborto fora do Brasil. Antes dessa decisão, a SD72 apresenta o relato das tentativas que fez com medicamentos para abortar e que não tiveram sucesso. A primeira frase da SD demonstra que os remédios foram comprados clandestinamente e o início da fala da entrevistada indica que se tratavam de pílulas falsos que não faziam efeito. As duas últimas frases da sua fala mostram o seu sofrimento e excessivo desânimo, com desespero, sem vontade de sair, comer e ver pessoas e o sentimento de não reconhecimento de seu próprio corpo, devido ao fato de precisar manter uma gravidez indesejada.

Na SD73, notamos que o namorado, vendo o sofrimento e desespero da mulher, descobriu alternativas para fazer o aborto fora do país. No entanto, a pandemia impediu. Na sua primeira fala, a entrevistada descreve que se sentiu novamente sem saída e sem saber o que fazer – *me vi sem chão* –, achando que não teria outra opção a não ser ter um filho, bem como o tempo diminuía cada vez mais. Ela sofreu com o desespero mais uma vez.

Sua decisão foi procurar remédios clandestinamente para tentar abortar de novo. A palavra *receio* indica o medo e a incerteza diante dessa situação. Na sua segunda fala, há o relato do que sentiu nessa tentativa, sofrendo com dor e com a demora. A expressão *valeu a pena* denota que o resultado foi positivo apesar das dificuldades que enfrentou.

As SDs 74 e 75 apresentam a experiência de outra mulher que também planejava fazer o aborto fora do Brasil, foi impedida pela crise de coronavírus e teve que encontrar outro país que o aborto fosse legal para realizar o procedimento. Na SD74, vemos a sua reação ao descobrir sobre a gravidez. A expressão *confusão de emoções* mostra que teve vários sentimentos ao mesmo tempo. A última frase evidencia as circunstâncias da sua decisão, ressaltando que o seu companheiro a abandonou e fugiu das responsabilidades.

A SD75 mostra que conseguiu realizar o aborto em outro país, descrevendo o seu sofrimento com os sentimentos de nervosismo e medo e por estar sozinha. Vemos que ela escolheu não contar sobre sua situação para outras pessoas. Ao final do trecho, notamos que o procedimento ocorreu normalmente e ela não passou por complicações de saúde ao realizá-lo.

As histórias das mulheres que ajudam a realizar aborto – as aborteiras – são pauta de uma reportagem da revista, destacando que elas dão o direito de escolha para outras mulheres. Uma delas organiza campanhas de doação de milhas de viagens para mulheres abortarem fora do Brasil, em países onde o aborto seja legal. No texto, também há relatos das experiências de aborto bem sucedidas e mal sucedidas, causando morte de mulheres.

A história da médica Maria José de Oliveira Araújo à frente do primeiro serviço de aborto legal no Brasil é pauta abordada pela revista. Na matéria, vemos que ela sempre lutou pelos direitos das mulheres, especialmente os ligados à saúde sexual e reprodutiva, tendo que lidar com denúncias e ameaças ao longo de sua vida. A *AzMina* mostra que, apesar do direito à interrupção da gestação nos casos de risco

de morte da mulher e de gravidez decorrente de estupro ser garantido em lei desde 1940, o direito ao aborto só começou a ser cumprido por volta de 1989, com a participação de Maria José e outras feministas na criação do primeiro serviço público de aborto legal do país, em São Paulo. Na sua atuação como gestora pública de 1989 a 2006, a médica elaborou políticas para ajudar as mulheres a terem seu direito assegurado.

A luta da enfermeira Paula Viana pelos direitos das mulheres e pelo aborto legal e seguro há 40 anos também é abordada na revista. Na matéria, há relatos de várias meninas e mulheres ajudadas pela enfermeira, que as apoia e as leva para os lugares onde o procedimento possa ser feito, inclusive viajando entre os estados brasileiros. Ao longo de sua vida, Paula passou por situações constrangedoras e humilhantes e foi excomungada da Igreja Católica duas vezes pelo mesmo arcebispo devido a sua assistência às mulheres para que consigam realizar o aborto. Consideremos os seguintes trechos do texto 21:

> *O aborto é uma situação natural, tão comum quanto o parto*, diz Paula Viana, mas *as mulheres são discriminadas* porque, em geral, *as pessoas acham que a decisão é tomada sem responsabilidade*. "*Na verdade, essas mulheres têm um comprometimento com a vida não só delas nessa situação, mas da família e dos outros filhos.*" (SD76 do Texto 21)
>
> Deparar-se com a *mortalidade materna* foi o que levou Paula ao *ativismo, e a conduz até hoje a continuar na resistência, mesmo cansada diante do cenário político atual*. Uma das memórias mais marcantes que ela tem de pequena foi quando, em Olinda, sua cidade natal, *uma menina morreu por aborto*. "*Eu não sabia que isso podia matar, fiquei com muito medo de engravidar.*" (SD77 do Texto 21)
>
> Hoje, ela incluiria naquela redação que *os falecimentos por aborto são 100% evitáveis, e que descriminalizar faz parte de um processo de justiça para muitas mulheres*. "*A gente vê até os abortos espontâneos causarem a morte, por um comportamento da equipe de saúde que negligenciou o atendimento. É inadmissível a mulher sangrar dentro do hospital até morrer.*" (SD78 do Texto 21)

Essas SDs destacam as opiniões e as vivências de Paula a respeito do aborto. Na SD76, ela compara o aborto ao parto, entendendo que ambos se tratam de situações naturais e comuns. O uso dos adjetivos *natural* e *comum* tentam retirar a carga negativa que há sobre o aborto, apresentando o aborto e o parto como elementos da vida. A enfermeira considera que as mulheres são discriminadas quando escolhem fazer um aborto porque as pessoas julgam que essa decisão é tomada imprudentemente, sem cuidado com as consequências. A sua fala evidencia

que ocorre o contrário, pois essas mulheres pensam na sua vida, na da família e nas dos outros filhos, ressaltando, assim, que elas decidem com responsabilidade.

Na SD77, identificamos a motivação de Paula para começar e se manter no ativismo e resistência: deparar-se com as mortes maternas. A sentença *mesmo cansada diante do cenário político atual* denota a exaustão da enfermeira e uma crítica ao contexto político contemporâneo. Em seguida, é apresentada uma lembrança marcante para ela sobre a morte de uma menina por aborto e, na sua fala, percebemos os impactos desse acontecimento para ela, causando medo de engravidar.

A SD78 se refere a uma redação que Paula escreveu no início do curso de enfermagem sobre essa história. Na sua opinião, as mortes por aborto são evitáveis e é necessário descriminalizar para fazer justiça para as mulheres. A sua fala traz uma crítica aos profissionais de saúde por não prestarem o devido atendimento às mulheres, causando suas mortes. O verbo *negligenciou* ressalta a falta de cuidado e o desleixo no tratamento delas. A frase final mostra a sua indignação diante dos casos em que as mulheres sangram nos hospitais até morrerem, reforçada pela palavra *inadmissível*, entendendo que isso não pode ser aceito nem tolerado.

Na esfera política, a revista analisa os projetos de lei sobre os direitos das mulheres criados em 2019, avaliando 16 propostas sobre o aborto como desfavoráveis. Essas proposições visam criminalizar a interrupção da gravidez, afirmando que existe direito à vida desde o momento da concepção, e aumentar a punição para pessoas envolvidas no procedimento.

A *AzMina* trata, em uma reportagem, da campanha de desinformação nas redes sociais que projetos de lei e de alterações nas leis sobre serviços de saúde sexual e reprodutiva passam ao serem taxados como abortistas. A revista também analisa que apenas um projeto de lei propôs a descriminalização do aborto no Brasil na última década.

Outro ponto abordado é os termos que os conservadores querem incluir e excluir no Congresso, especialmente quando se trata de direitos sexuais e reprodutivos, como visto em um dos textos analisados. Para eles, de um lado, expressões como saúde sexual, direitos sexuais, direitos reprodutivos, planejamento reprodutivo, profilaxia da gravidez, gênero e igualdade de gênero não poderiam ser utilizadas.

Por outro lado, devem ser incluídos termos como: nascituro – em uma tentativa de definir que a vida humana começa já na concepção e que, portanto, o nascituro teria direitos civis, eliminando a hipótese de aborto em qualquer caso; planejamento familiar e paternidade responsável – fortalecendo o ideal de família heteronormativa, constituída por homem e mulher, como responsáveis pelas decisões reprodutivas; sexo e paridade entre homens e mulheres – o primeiro é usado no lugar de gênero como tentativa de restringir os direitos de pessoas trans e o segundo substitui igualdade de gênero, colocando em condições de igualdade apenas os gêneros masculino e feminino. Essas situações estão associadas ao movimento conservador e fundamentalista no Brasil, que tem uma agenda política antidireito das mulheres, como afirma uma entrevistada em uma matéria da *AzMina*.

Em uma entrevista com a defensora pública Ana Rita Prata, a *AzMina* discute sobre os casos de mulheres que são processadas por aborto. A entrevistada explica que, em geral, as provas trazidas nesses processos são ilegais, já que tudo que uma paciente diz ao médico está sujeito a sigilo médico e, ao fazer a denúncia, o profissional está quebrando esse sigilo. Ela ressalta também que os homens genitores não são alvos de investigação e processo, pois o foco fica apenas na mulher, que é social e moralmente responsabilizada por aquilo, baseando-se em provas ilegais ou sem provas.

Diante dessa discussão, consideramos que essa territorialidade apresenta as histórias das mulheres que escolhem realizar o aborto, os desafios e as dificuldades que enfrentam, e constatamos que nem sempre elas conseguem realizar o procedimento, mesmo nas situações em que há risco de saúde e/ou de vida. A *AzMina* informa as mulheres sobre o aborto, métodos, os casos permitidos e não permitidos por lei e faz críticas às instituições de saúde e aos sistemas legislativo e judiciário quando há negligência e descumprimento dos direitos. Além disso, a revista visibiliza os mais diferentes relatos das mulheres em relação ao aborto e aos direitos sexuais e reprodutivos e seus sentimentos diante das suas experiências.

7.6 Territorialidade comunicacional ligada à maternidade

Na análise dos textos da revista, identificamos uma abordagem de assuntos que estão relacionados com maternidade, atentando para as diferentes formas e experiências envolvidas nessa prática. Culturalmente, a maternidade é considerada

um papel fundamental a ser exercido pela mulher. Por motivos culturais, sociais e históricos, a maternidade se tornou algo compulsório e tanto as mulheres que desejam ser mães quanto as que não desejam sofrem uma cobrança social acerca da maternidade (CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2019).

Porém, esse papel de ser mãe não é algo natural e sim está relacionado a valores culturais de cada sociedade. É nesse sentido que a *AzMina* trabalha a questão da maternidade em suas matérias, bem como dá visibilidade para as diversas formas de maternar. Os textos abordam questões como, por exemplo: relatos de mães solo que trabalham e cuidam dos filhos; os diversos impactos da maternidade na vida das mulheres; informações e orientações sobre gravidez, parto e maternidade; explicação sobre o aninhamento – um modelo de guarda dos filhos, no qual eles permanecem na casa da família e os pais que se alternam na moradia; consequências para as mães pelo sacrifício de horas de sono para cuidar da casa, dos filhos e trabalhar; a luta das mães para que seus filhos tenham acesso à educação; mães que lutam pela legalização medicinal da maconha para o alívio de doenças de seus filhos; mulheres que, após a morte de seus familiares, viraram mães dos órfãos da pandemia; a exclusão histórica das mulheres de práticas esportivas por considerar que afetaria a sua capacidade de serem mães.

A busca pelo equilíbrio entre maternidade e trabalho é discutida por várias matérias da *AzMina* pelas dificuldades que as mulheres têm para entrar e permanecer no mercado de trabalho por conta da maternidade e do cuidado com os filhos, família e casa. Há o caso de mães que estavam de licença-maternidade quando a pandemia foi declarada e perderam o emprego, precisando procurar vagas em um mercado reticente com a crise econômica.

Outra pauta é as microempreendedoras que passam por dificuldades para receber o salário-maternidade, pois a instituição responsável demora meses para liberar o benefício. Assim, essas mulheres precisam procurar outras formas de obter renda, como os trabalhos informais sem direitos garantidos, em que possam conciliar as atividades com a amamentação e cuidado dos filhos. A *AzMina* explica que o empobrecimento durante o período de pós-parto e amamentação, a impossibilidade de amamentar e acompanhar o bebê devido às exigências profissionais e o adiamento da gravidez almejada são exemplos de violação ao direito da maternidade.

A revista ainda apresenta uma pesquisa que mostram que quase metade das mulheres deixam seus trabalhos em até 24 meses após o começo da licença

maternidade, sendo a maior parte demitida pelo empregador. Uma das entrevistadas analisa que, nos casos das mulheres que têm um nível educacional mais alto, é provável que a política de licença maternidade funcione melhor. Outra entrevistada ressalta que, para melhorar a relação de trabalho e maternidade, é preciso debater sobre certos temas e implementar mais políticas públicas de cuidado, como a ampliação de creches pelo Estado e a licença parental – quando pai e mãe decidem quem e por quanto tempo, dentro do permitido, vai se afastar do trabalho para o cuidado dos filhos.

Há uma reportagem que traz o relato é de uma mulher negra que teve que escolher entre trabalhar ou ficar com seu filho em casa, decidindo sair do emprego porque não tinha quem cuidasse dele, sentindo que estava abrindo mão da sua vida, sua privacidade e do momento para respirar longe desse trabalho que é educar e cuidar da casa. A entrevistada ressalta ainda que muitas mulheres, especialmente as que vivem nas periferias, não podem fazer essa escolha, pois precisam trabalhar para garantir o sustento e realizar todas as tarefas de casa, sentindo-se culpadas por não conseguirem dar a atenção que gostariam aos seus filhos.

A questão da pensão alimentícia é debatida pela *AzMina*. Um dos textos trata dos comentários que as mães ouvem sobre a pensão alimentícia feitos pelos pais e familiares. Outra matéria analisa as dificuldades que as mulheres enfrentaram com os pedidos desse benefício na pandemia, pois muitas deixaram de receber a pensão com a justificativa da crise econômica e precisaram financiar sozinhas os gastos com os filhos.

Quanto à romantização da maternidade, as matérias discutem que essa condição pressiona mulheres a assumirem um papel que nem sempre estão ou querem estar dispostas. Em um texto, a *AzMina* explica que a maternidade é construída para além do processo fisiológico, indicando que estar grávida e ser mãe podem ser coisas diferentes. Uma das entrevistadas analisa que as discussões sobre o corpo e os direitos das mulheres em relação à maternidade estão atrasadas, pois seus direitos, escolhas e acessos não são assegurados. Um exemplo mencionado são as leis na área da educação que garantem o direito à creche para as crianças e essa vaga deveria ser tratada como um instrumento de libertação das mulheres, mas, na maioria das creches, se as mulheres não trabalham fora de casa, elas não têm garantia da vaga.

Em outra matéria, a *AzMina* apresenta uma espécie de caneta desromantizadora de mensagens de Dias da Mães, que corrige essas frases que romantizam a sobrecarga das mães na criação dos filhos, suas jornadas duplas e triplas, tratam a maternidade como algo santificado, heroico e instintivo e desconsideram as experiências das diferentes mulheres e as diversas formas de maternar. A revista ressalta que as atividades atreladas aos cuidados dos filhos não devem ser responsabilidade apenas das mães, porque o custo de produzir, criar e educar pessoas deveria ser dividido pela família, Estado e mercado de trabalho, sendo que este último, em geral, excluí as mães ao demiti-las após o retorno da licença maternidade e as empurra para o mercado informal, sem direito à licença. Vejamos um trecho do texto 22:

> *Tachar o amor de mãe como perfeito* é a versão materna do "*fada sensata sem defeitos*". É como se, *ao ser tornar mãe, a mulher magicamente se transformasse em um ser que nunca erra*. Então *precisamos contar pras pessoas: mãe é um ser humano e, como todo ser humano, erra*. *Pensa no peso que se coloca nos ombros das mães ao se esperar que elas nunca tomem uma decisão errada ou equivocada*. Uma *visão bastante desumanizadora das mães*. (SD79 do Texto 22)

Na SD79, o discurso da *AzMina* critica a sobrecarga que a sociedade coloca nas mães. A descrição do amor de mãe como *perfeito* passa a ideia de que as mães são perfeitas, sem defeitos e sem falhas. A sentença "*fada sensata sem defeitos*" é uma referência a uma expressão que circula nas redes sociais para elogiar e exaltar pessoas com bom senso, na qual *fada* é uma forma de se referir a alguém que é admirada e *sensata* caracteriza alguém que age com cautela, prudência e sabedoria.

A frase seguinte complementa a ideia da anterior, no qual o advérbio *magicamente* e o verbo *transformasse* indicam uma mudança mágica da mulher ao se tornarem mães e, logo, seres que nunca erram. Desse modo, a *AzMina* procura desmistificar essa noção e propõe que as mães sejam vistas como seres humanos que podem e vão errar – algo que precisa ser dito para as pessoas.

Em seguida, há a reflexão sobre o fardo e a responsabilidade – *peso* – colocado sobre as mães com as expectativas, ressaltando com o advérbio *nunca* que em hipótese nenhuma elas podem errar. A expressão carregar um *peso nos ombros* significa suportar uma carga da qual não consegue se libertar. A frase final reforça a noção de que essa visão das mães é *desumanizadora*, ou seja, é cruel e não as considera como seres humanos.

Uma das mensagens mencionadas nesse texto é "*Mulher nasce para ser mãe*", sendo alterada para "*Mulher nasce para ser o que ela quiser*", ressaltando o direito e a possibilidade que a mulher tem de fazer escolhas para a sua vida. Analisemos a explicação dessa modificação nos seguintes trechos:

> *Quantos homens você já ouviu falar "eu nasci para ser pai"?* Se a sua conta for um *total de zero*, bateu com *o nosso resultado* aqui. Essa frase traz *a ideia da maternidade como algo compulsório, ou seja, que uma mulher é incompleta se ela não for mãe*. (SD80 do Texto 22)

> "*À mulher é dado o papel de reprodutora*, então *ela é um meio, não um fim em si mesma*. Um exemplo disso é como à *gestante é dada toda a atenção e cuidado*, mas *basta ela parir para que ninguém olhe para ela ao visitar o bebê*", diz Tayná. (SD81 do Texto 22)

Nessas SDs, a *AzMina* contesta a concepção de que a maternidade é algo natural e uma obrigação de todas as mulheres. A SD80 começa com um questionamento indagando se a paternidade já foi considerada como natural para algum homem, o que é respondido com a expressão *um total de zero*, ou seja, nenhum. O discurso destaca que a mensagem citada trata a maternidade como obrigação – *algo compulsório* – e que a mulher precisa ser mãe para ser e estar completa.

Na SD81, a fala da entrevistada complementa a SD anterior, explicando o papel que é atribuído a mulher pela sociedade como reprodutora, sendo apenas um *meio* e não um *fim em si mesma* – uma noção que desvaloriza a mulher, colocando-a como uma ferramenta ou um instrumento utilizado para atingir um objetivo. A entrevistada ainda exemplifica essa circunstância comparando a atenção e cuidado oferecidos a mulher que está gestando um bebê e, após o parto, há uma falta não só de atenção e cuidado, mas de valorização com a mulher, pois o foco se volta para o bebê. Esse exemplo mostra que a mulher enquanto está grávida e sendo um meio é valorizada e, depois que o objetivo é atingido, ela é esquecida.

Outra mensagem na matéria é "*Mãe é tudo igual*" que é modificada para "*Mãe é gente, não vem de linha de produção*", evidenciando que mães são seres humanos e que não são fabricadas em série. Observemos os enunciados que explicam essa mudança:

> *De novo*, uma *visão desumanizadora de mulheres que podem ser muito diferentes entre si e que, portanto, vão maternar de formas diferentes*. A psicóloga Camila Ramos explica que essa *ideia pronta de maternidade não*

> *leva em conta questões culturais, raciais, de sexualidade e singularidades, além de classe social e econômica*. (SD82 do Texto 22)

> "*Como se a mãe que vive numa comunidade e precisa voltar a trabalhar o quanto antes, para ter o que comer, tivesse as mesmas oportunidades de uma mãe que tem licença maternidade. Como se o maternar da mulher negra não fosse marcado pela racialização. Como se o maternar de uma mãe solo ou de duas mães numa família homoafetiva não fossem atravessados por questões e desafios muito próprios*", exemplifica a psicóloga no perfil do Instagram Um colo para mãe. (SD83 do Texto 22)

Essas SDs focam nas diferentes mães e formas de maternar que existem, contestando a exclusão, negação e rejeição da existência dessas outras possibilidades de ser e sentir. No início da SD82, vemos novamente a crítica a *visão desumanizadora* das mulheres, pois considera que elas são todas iguais e que tem a mesma relação com a maternidade. A *AzMina* reforça que existem diferentes mulheres e, por isso, existem diferentes formas de maternar. O entendimento da psicóloga é que essa concepção sobre a maternidade desconsidera aspectos importantes que são especificidades de cada mulher. O termo *ideia pronta* indica que há um pensamento construído acerca da maternidade que é excludente.

A SD83 traz a fala da entrevistada que exemplifica as realidades de diferentes mulheres em relação à maternidade. No primeiro exemplo, ela compara que a mãe que vive numa comunidade e precisa voltar a trabalhar rapidamente não tem as mesmas oportunidades que uma mãe que pode desfrutar da licença maternidade. As expressões *o quanto antes* e *para ter o que comer* ressaltam a urgência e a necessidade da volta ao trabalho para garantir a alimentação e a sobrevivência.

O segundo exemplo se refere ao maternar da mulher negra que é marcado pela racialização, ou seja, é influenciado pelas relações sociais que envolvem raça/etnia e pelas discriminações provenientes dessas relações. Os dois últimos exemplos destacam as maternidades das mães solo e das duas mães em famílias homoafetiva, indicando que são permeadas por particularidades oriundas das suas vivências e condições específicas em sociedade.

As experiências específicas envolvidas na maternidade de mulheres negras são questões que aparecem em alguns textos. A *AzMina* apresenta pautas, tais como: a luta e o sofrimento de mães negras que precisam comprovar a inocência dos filhos presos injustamente; a angústia de mães que vivem uma eterna espera de que seus filhos mortos pela polícia retornem para casa e a convivência com o sentimento de medo de que os outros filhos também sejam mortos; a luta das mães negras pela

verdadeira liberdade dos filhos na sociedade. Esta última questão abrange a falta de liberdade de crianças e mulheres negras refletida na falta de direitos, na exclusão social e na morte de meninos e jovens. Consideremos os enunciados do texto 13:

> "O *extermínio do meu filho mudou completamente a minha vida*. Mário *não teve liberdade nem sequer para brincar*", afirmou Joelma. *As mães que moram em favelas*, diz ela, "*não têm direito de ter os filhos brincando na rua e de crescerem livres*." (SD84 do Texto 13)
>
> Em 2014, quando Akins Samuel nasceu, Juliana Gonçalves, 35 anos, *teve ao seu lado mulheres que a ajudaram a começar a caminhada da maternidade*. "*Parir é uma experiência de morte e vida*", percebe Juliana. *Foi com outras mulheres negras*, *como a avó* que esteve presente no seu parto, que ela entendeu que *redes de apoio são uma sabedoria ancestral para lidar com a solidão, o peso e responsabilidade de ser mãe, sobretudo, negra*. (SD85 do Texto 13)
>
> Nesse *ativismo*, ela *busca criar os caminhos para liberdade efetiva do seu filho. Um menino negro que será um homem negro no Brasil – e, por isso, há preocupação e urgência*. "*A sociedade e o racismo fazem com que eu tenha que preparar ele e isso já é uma crueldade*", afirma Juliana. *Como ele vive em um ambiente militante acolhedor, precisou que lhe fosse dito que nem todo mundo vai ser legal com ele*. (SD86 do Texto 13)

Na SD84, vemos a fala da entrevistada analisando a sua realidade de sofrimento e de outras mães negras. A sua fala mostra que a morte de seu filho transformou a sua vida e o uso da palavra *extermínio* reforça a destruição sentida por essa mãe. A sentença *não teve liberdade nem sequer para brincar* denota uma limitação para seu filho, que não foi livre nem mesmo para brincar – atividade comum para crianças. Ela ressalta que a não garantia do direito das mães das favelas terem seus filhos brincando nas ruas e crescendo livres, por causa da preocupação com o racismo reproduzido na violência e morte de seus filhos pela polícia.

A SD85 traz a vivência de outra mãe negra, destacando a importância do apoio e da ajuda de outras mulheres na sua experiência de maternidade. A sua fala demonstra os sentimentos contraditórios – *morte e vida* – envolvidos no parto de uma criança. As *redes de apoio* formadas por mulheres negras são caracterizadas como uma *sabedoria ancestral*, pois as familiares e as mulheres que já tiveram e têm suas vivências de maternidade transmitem seus conhecimentos para as novas mães. A descrição de fatores – *solidão, peso e responsabilidade* – com os quais as mães negras precisam lidar denota a preocupação, o sofrimento e a carga colocada sobre elas, bem como as especificidades das experiências dessas mulheres.

A SD86 segue tratando sobre a vivência dessa mãe negra que, através do ativismo, luta pela liberdade de seu filho. A palavra *efetiva* destaca que é uma luta pela verdadeira liberdade. A frase seguinte explicita a *preocupação* e *urgência* dessa mãe porque seu filho enfrenta e enfrentará os efeitos de ser um menino e homem negro no Brasil. Na sua fala, vemos que ela já tem que preparar seu filho para o mundo por causa da sociedade e do racismo. O uso do termo *crueldade* para descrever esse preparo ressalta a negatividade envolvida na situação. A frase final demonstra a diferença entre o ambiente em que ele vive – caracterizado como *militante* e *acolhedor*, ou seja, que luta pelos direitos e que é receptivo e hospitaleiro – e o que ele pode encontrar fora desse ambiente – no qual *nem todo mundo vai ser legal com ele*, isto é, que algumas pessoas vão ser desagradáveis e preconceituosas.

A situação das mães presas com o direito a prisão domiciliar para o cuidado dos filhos que não é cumprido é uma pauta da revista. A reportagem apresenta os relatos dessas mulheres – a maioria delas jovens, negras, periféricas e com filhos –, os motivos de suas prisões – em geral, envolvimento com o tráfico de drogas – e a suas lutas para fazerem com que seu direito concedido seja respeitado. A advogada entrevistada explica que, na maioria dos casos, elas se envolvem com o tráfico, em atividades como o pequeno varejo e o empacotamento, devido à condição de vulnerabilidade econômica em que vivem, porque são atividades em que podem prover o sustento da família conciliando com o cuidado dos filhos.

Outra pauta da revista é a educação dos filhos em casa, que tende a ser mais uma tarefa não remunerada para as mulheres, podendo causar exaustão física e emocional, conforme destacado nas pesquisas. Inclusive, nas famílias negras, um dos motivos para a escolha pela educação dos filhos em casa é evitar que sofram racismo na escola. Em geral, as mulheres assumem a função de mãe, professora e dona de casa diariamente e os homens trabalham fora de casa, sendo os responsáveis financeiros. Assim, as mães tendem a ter uma sobrecarga de tarefas, esgotando tempo e energia para realizar todos os afazeres, gerando sofrimento.

A maternidade lésbica é um assunto abordado pela revista, apresentando as vivências e os desafios enfrentados por duas mulheres mães (Melanie Zuccherina e Marcela Tiboni) que amamentam seus filhos gêmeos. Melanie foi quem gestou as crianças e Marcela fez tratamento hormonal para amamentar os filhos também. O título do texto “*Duas mães? E as duas amamentam?*” faz alusão aos questionamentos

que essas mulheres ouvem no seu dia a dia pela reação das pessoas diante dessa prática.

Um dos tópicos referidos na entrevista da *AzMina* com essas mulheres é o preconceito da classe médica, baseado na falta de informações dos profissionais para lidar com a maternidade lésbica, bem como na ausência de busca por essas informações por parte deles. Elas também criticam a falta de informações sobre as possibilidades para a maternidade lésbica em livros e na internet para orientá-las e orientar outras mães na mesma situação, resultando em uma atuação de militância por essas mulheres e em um livro escrito pela Marcela. Consideremos os seguintes enunciados do texto 23:

> "*Eles são meus filhos como são filhos dela*. *Eu estou amamentando meu filho, como ela também amamenta*. Então, *isso não é uma posição do ajudar, isso é uma posição de maternar*. Uma possibilidade que o meu corpo tem e, cara, *não estou ajudando a mãe, eu sou outra mãe*. *As pessoas não me tratam como pai, mas também me tratam como mãe. Eu estou num lugar que parece que a sociedade ainda não encontrou o meu papel, a minha identidade, o meu personagem*." (SD87 do Texto 23)

> *Talvez isso incomode tanto as pessoas justamente porque isso mostra que é possível um novo papel do pai*. Quando você está olhando *as relações de duas mães*, você está dizendo: "Olha, *não precisa ter essa coisa que a sociedade criou: o papel do pai que sai para fora, o papel da mãe que fique em casa*. *Todo mundo pode fazer tudo, a gente pode reinventar esses papéis." E aí a sociedade fica se sentindo ameaçada porque aí até os homens têm que reinventar como eles se relacionam com os próprios filhos*. (SD88 do Texto 23)

> "É um *exercício de transformação de pensamento* assim. Até quando a gente começou essa ideia de *as duas vão amamentar*, muita gente falou para a gente quando a Mel estava grávida: 'Ah, *mas quem que vai cuidar da casa para o lado de fora, quem vai fazer as compras, quem vai pagar as contas, quem vai sair para trabalha*r?" Então, *parece que, numa maternidade, só existem esses dois papéis: quem cuida do bebê e quem estava do lado do fora do portão ou da porta, cuidando do mundo para que o mundo chegue até a casa*. E pra gente, *eu também não tinha essa resposta*. Eu falei: "Cara, *eu sei que não vai ser assim, a gente vai encontrar outro jeito*." *E a gente tem encontrado*. *Não um jeito perfeito porque a perfeição não existe, porque a gente não tem parâmetro, mas a gente está encontrando nosso jeito de maternar*." (SD89 do Texto 23)

Na SD87, temos uma fala da Marcela se posicionando como mãe também das crianças, enfatizando e repetindo várias vezes em seu discurso que são filhos das duas e são amamentados pelas duas. Ela ressalta que não está ajudando a mãe, e sim está vivenciando a sua maternidade - que está sendo negada pela sociedade, além de desvalorizarem a experiência da Melanie enquanto mãe. A entrevistada descreve que a visão das pessoas sobre ela que não a consideram nem como pai,

nem como mãe, indicando que não encontraram uma designação para o seu papel nessa experiência de maternidade. As palavras *lugar*, *papel*, *identidade* e *personagem* destacam a necessidade da sociedade de colocar um rótulo nessa mulher.

Na SD88, a jornalista da *AzMina* analisa criticamente a situação descrita na SD anterior, fazendo a suposição sobre as possibilidades de redefinições de papéis. O verbo *incomode* destaca o desconforto e o incômodo das pessoas em relação a essa ideia. Ela entende que a maternidade lésbica contesta um modelo criado pela sociedade e imposto pelas normas de gênero de que há um pai que sai na rua e uma mãe que fica em casa.

A sentença *todo mundo pode fazer tudo* se refere à noção de que os indivíduos podem escolher e decidir as funções que desejam cumprir nas suas vivências de maternidade e paternidade. O verbo *reinventar* se refere à desconstrução desses papéis e à reelaboração e recriação de novos. A frase final pondera sobre a reação negativa da sociedade diante dessa circunstância em que se sente *ameaçada* por essas possibilidades de mudança, salientando como motivo para essa reação que os homens também precisariam refletir e modificar as formas como se relacionam com seus filhos.

A SD89 traz outra fala da Marcela refletindo sobre essa mudança que caracteriza como *exercício de transformação de pensamento*. Ela menciona os questionamentos que ouviu das pessoas quando sabiam da ideia da amamentação das duas mães, os quais reproduzem a concepção de que precisa haver um indivíduo nessa relação que trabalhe e garanta o sustento da família, assim como subentendem que não existe a possibilidade de conciliar a amamentação com as outras atividades fora de casa.

Em seguida, há novamente a crítica à noção de que existem apenas dois papéis na maternidade e, diante dessa situação, Marcela explica que não tinha respostas, mas que não queria seguir esse modelo, enfatizando que precisavam *encontrar outro jeito*. Ela avalia que encontraram o seu jeito de maternar e ressalta que não é *um jeito perfeito porque a perfeição não existe*, ou seja, elas estão fazendo suas escolhas e tomando suas decisões, podendo errar ou acertar, buscando vivenciar as suas maternidades. A sentença *a gente não tem parâmetro* se refere à falta de informação sobre as vivências de maternidade lésbica de outras mulheres

Diante disso, essa territorialidade de mulheres evidencia as diferentes relações delas com a maternidade e discute algumas questões e problemas envolvidos nessas

vivências. A *Revista AzMina* informa as mulheres sobre questões importantes ligadas à maternidade e aborda as diversas possibilidades de maternar, bem como contesta a noção de que a maternidade é um papel natural para as mulheres, propondo outras visões sobre essa prática.

7.7 Territorialidade comunicacional de mulheres na Política e no Esporte

Nessa territorialidade, discutimos a inserção e participação das mulheres em dois campos específicos, que foram e ainda são considerados como espaços para homens: política e esporte. Mostramos a condição das mulheres na sua vida profissional nesses campos. No que tange às mulheres na política, a revista trata da relação das mulheres com a política, a sua atuação e a questão da representatividade ou a falta dela nesse âmbito, considerando as intersecções com as categorias gênero, raça/etnia, sexualidade, etc.

Algumas pautas abordadas são: a pouca representatividade das diferentes mulheres no legislativo; discriminações e assédios que as mulheres enfrentam nos ambientes da política; a luta de mulheres por políticas públicas humanizadas em relação ao aborto e aos direitos sexuais e reprodutivos; passo a passo sobre como se candidatar a vereadora nas eleições; a diferença entre os projetos de lei apoiados por homens e por mulheres na política; os projetos sobre participação de mulheres na política – que são, em sua maioria, propostos por mulheres –, inclusive tratando sobre as cotas de gênero; análise dos partidos e políticos que tem uma atuação mais favorável às questões das mulheres; os impactos da ausência de mulheres na política em relação ao debate sobre gênero dentro do sistema político, inclusive na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia.

A revista destaca que as mulheres ainda são a minoria em espaços de liderança no Congresso – por exemplo, entre as lideranças partidárias e de Comissões que decidem o que avança ou não. Na matéria, vemos que o Congresso Nacional, desde a sua primeira assembleia em 1826, nunca teve uma presidente da Câmara ou do Senado. Uma das mulheres que mais chegou perto foi a ex-deputada e senadora Rose de Freitas e, em entrevista à *AzMina*, ela relata que os outros políticos setorizam os cargos que as mulheres podem ou não ocupar, inclusive em relação a relatorias e comissões, pois há uma cultura de que o homem é mais inteligente e mais preparado. Outra deputada entrevistada complementa essa noção entendendo que não é normal

que tenhamos mulheres apenas em algumas comissões de saúde e de seguridade social, porque elas também podem debater economia, constituição e justiça.

Em uma matéria, um levantamento indica que, embora sejam minoria entre os parlamentares, as mulheres são as que mais trabalham pela temática de gênero no legislativo. Uma das entrevistadas complementa essa noção, ressaltando a importância de ter mais mulheres no Congresso para pautar políticas públicas específicas para a mulher.

Há uma reportagem que traz dicas, aprendizados e dificuldades enfrentadas por mulheres que já foram candidatas nas eleições de 2016 e 2018. Após tomar a decisão de se candidatar, podemos notar que elas passam por vários questionamentos pessoais – que envolviam desde a preocupação com quem iria cuidar dos seus filhos até a grande exposição pessoal e familiar – e as poucas referências de outras mulheres na política impactava negativamente. Conforme a análise do texto, existem vários desafios para as mulheres que querem se candidatar e mudar o cenário de baixa representatividade como, por exemplo, dinheiro e investimento, apoio dos partidos e falta de conhecimento sobre os processos políticos.

A análise sobre os impactos das mulheres que formulam políticas para as mulheres e lutam pelos direitos delas é uma pauta trabalhada pela *AzMina*. Elas consideram questões que afetam o dia a dia das mulheres nas cidades, como saúde, educação, renda básica, transporte público, fila das matrículas nas creches, iluminação da cidade e diferentes violências, assim como incentivam a participação de mulheres na política. Uma das entrevistadas salienta que é importante ter mulheres no poder e que elas sejam diversas e plurais e não apenas brancas, heterossexuais e cisgêneros.

A revista aborda os programas que preparam mulheres para as eleições em um dos textos analisados, já que, em geral, os partidos políticos não tratam as suas candidaturas como prioridade. É explicado que os projetos de formação política focam nas mulheres brasileiras, com cursos e iniciativas de diversos formatos que ensinam estratégias de campanha, legislação eleitoral, prestação de contas e captação de recursos. Os objetivos são melhorar a capacidade competitiva das mulheres nas campanhas eleitorais, aumentar o número de mulheres na política e diminuir a desigualdade de representatividade em espaços de poder.

A violência política de gênero engloba as diferentes agressões e abusos contra as mulheres a fim de impedir ou restringir o seu acesso e o exercício de suas funções

no âmbito da política. A respeito desse assunto, uma reportagem analisa que as candidatas, durante a campanha eleitoral, recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter. É uma realidade de violência e de discurso sexista que afeta as mulheres, independente do partido ou espectro político. A *AzMina* explica que as ofensas fazem alusões aos corpos das candidatas, sua intelectualidade, saúde mental ou aspectos morais de suas vidas, assim como assediam moral, sexual e intelectualmente, inclusive com vários palavrões. Há a intersecção entre as opressões, pois os comentários envolvem misoginia, racismo, lesbofobia, transfobia e homofobia. Esse comportamento visa desqualificá-las, silenciá-las e não está relacionado com a qualidade dessas mulheres na sua área de atuação.

Uma das candidatas que mais recebe xingamentos é Manuela D'Ávila, que é agredida de maneira constante verbal e fisicamente nas redes sociais e nas ruas. Em entrevista à revista, ela explica que sua rotina e da sua família foram transformadas por causa das violências e das ameaças, tendo que desmentir notícias falsas cotidianamente. Isso influenciou na sua militância, conectando-se com outras mulheres, escrevendo livros e criando projetos e institutos a fim de defender a democracia e combater redes de ódio e notícias falsas.

Em outro texto, a revista destaca que os ataques se estendem às apoiadoras no segundo turno das eleições. Os comentários ofensivos e sexistas usam palavrões e termos pejorativos para xingar as mulheres, criticar sua aparência e atributos físicos, assediar moral e sexualmente e descredibilizar a sua intelectualidade e capacidade de atuação política.

A comparação entre os ataques recebidos por mulheres e por homens adversários é o foco de uma matéria analisada. A *AzMina* mostra que há uma diferença evidente: elas são atacadas pelo que supostamente são – atributos físicos, intelectuais, morais, etc. – por outras formas de descredibilizá-las, como julgar que não se controlam ou se vitimizam, enquanto eles são ofendidos por seu trabalho ou posicionamento. Esses ataques são tentativas de afastar as mulheres da política, deixando esse espaço apenas para os homens e a violência política de gênero é uma das causas para a baixa representatividade das mulheres nessa esfera.

A inserção e a atuação das mulheres negras na política são discutidas pela revista, mostrando como elas e suas pautas estão sub representadas nessa esfera. Um dos textos foca nos impactos da atuação política da vereadora Marielle Franco

mesmo após a sua morte, influenciando no aumento do ingresso de mulheres negras na política e tendo o seu nome e luta reconhecidos internacionalmente

Em uma entrevista com a socióloga, ativista do movimento de mulheres negras e pré-candidata à prefeitura de Salvador em 2019, Vilma Reis, a respeito da situação das mulheres negras na política brasileira, buscando justiça racial e equidade. Ela analisa algumas questões como a precarização da vida da população, o abandono dos bairros, a ausência de política consistente, a disputa de uma vaga na creche entre 150 mulheres, problemas com as drogas, violências, superencarceramento da população negra e as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas. Vilma explica que, em Salvador, as mulheres negras são pensadas para serem vices ou vereadoras, no máximo, não existindo cuidado ou investimento, pois elas não são tratadas como prioridade, evidenciando as práticas de racismo estrutural dentro dos partidos.

A luta de mulheres negras para superar as barreiras racistas e machistas – que são físicas e simbólicas – e reivindicar seu espaço na política é abordada em uma reportagem. Elas procuram formas de inovar nas campanhas e nas formas de fazer política, baseando-se em estratégias do movimento antirracista e feminismo negro. Uma das críticas feitas é a falta de investimento nas candidaturas negras e, em especial, de mulheres negras, impactando na não eleição dessas pessoas. Observemos os enunciados do texto 24:

> "Desde que tomei posse, *fui barrada todos os dias aqui* – na entrada, no elevador, no plenário. Eu uso broche e vou às sessões, *como todo parlamentar*. *É difícil pra eles entenderem, mas nós, mulheres pretas, somos tão deputadas quanto os outros. Não aceito esse tipo de tratamento*", conta. (SD90 do Texto 24)
>
> "*Eu tinha um peso enorme de ser a primeira vereadora negra do Rio de Janeiro*, uma cidade muito complexa, *e tinha toda uma favela nas costas, com esperança, com expectativa*", conta Benedita, que é pré-candidata a prefeitura do Rio. *Lidou ainda com assédio de outros parlamentares, que discutiam entre si quem ia sair com a "neguinha do morro"*. (SD91 do Texto 24)
>
> No seu primeiro mandato na Assembleia de São Paulo (Alesp), a deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP) *enfrentou o mesmo que Benedita para ser reconhecida como figura política*. Pois *além de mulher preta, também é sambista*. "*Eles me diziam: 'e aí Leci, como é que tá o sambinha?' E eu dizia: não sei, aqui na Assembleia eu não trato disso, não. Eu sou artista, mas a minha atuação é lá fora. Aqui dentro eu sou tão deputada quanto você*". (SD92 do Texto 24)
>
> "*Estamos hackeando o sistema político*", diz Erika Hilton, co-deputada estadual pela Bancada Ativista, mandato coletivo do PSOL que atua na

> Assembleia Estadual de São Paulo, e pré-candidata a vereadora pela capital. Emprestado do campo da computação, o termo define quem descobre utilidades de um sistema para além das previstas nas especificações originais. Nesse sentido, *a perspectiva é usar o sistema político – historicamente racista e machista – para construir políticas públicas que combatam o racismo estrutural*, conta Erika. (SD93 do Texto 24)
>
> "*Nós mulheres negras que viemos de lutas por direitos nos apresentamos para ocupar a política por uma necessidade, por um dever. Na nossa ausência, a violência se acentua. Se não existir a nossa perspectiva, nossas experiências nos espaços de poder, dificilmente as nossas demandas vão ser consideradas*", diz Áurea. (SD94 do Texto 24)

Essas SDs apresentam os relatos das experiências das mulheres negras na política, cercadas por homens brancos, e suas opiniões a respeito da realidade que enfrentam. A SD90 mostra a vivência de uma mulher negra eleita no seu dia a dia de trabalho. A sentença *fui barrada todos os dias aqui* se refere as situações em que foi impedida de entrar em determinados lugares por ser uma mulher negra. A entrevistada ressalta que atua *como todo parlamentar*, evidenciando a diferença no tratamento que recebe por causa do seu gênero e raça/etnia. Ela destaca que não é fácil para as pessoas entenderem que as mulheres negras são deputadas também, assim como os outros. O uso dos termos *tão* e *quanto* na frase faz o comparativo da igualdade entre elas e os outros deputados. Ao final, reforça sua indignação, afirmando que não aceita esse tratamento diferente.

A SD91 demonstra a intensidade da carga para uma mulher negra que é a primeira vereadora do Rio de Janeiro – *tinha toda uma favela nas costas* –, pois está representando várias pessoas. As palavras *esperança* e *expectativa* denotam a confiança e os desejos colocados sobre ela para conseguir melhorar a realidade dessas pessoas. A última frase ressalta o assédio dos homens, com termos que evidenciam o machismo, racismo e preconceito com quem mora na favela – *a "neguinha do morro"*.

A SD92 mostra mais uma experiência de mulher negra para ter o reconhecimento como figura política. O uso do verbo *enfrentou* destaca o que ela teve que lidar, superar e buscar alternativas para contornar os problemas nesse processo. Na sua fala, a entrevistada conta o que ouvia dos políticos homens que se referiam a sua atuação como sambista. A sua resposta evidencia a tentativa de separação das duas atividades. Novamente, há o reforço de uma mulher negra sobre ser uma política e uma deputada assim como qualquer outro, com o emprego dos termos *tão* e *quanto* para fazer o comparativo da igualdade.

Já a SD93 começa com uma frase da entrevistada considerando que as mulheres negras estão *hackeando o sistema político*, ou seja, estão buscando alternativas para burlar os preconceitos do sistema político para reivindicar seu espaço e evidenciar suas demandas. O trecho explica a origem do termo *hackear* que foi criado na área da computação. Em seguida, a *AzMina* evidencia como as mulheres estão usando o sistema político racista e machista para conseguir atingir seus objetivos, como a criação de políticas públicas que combatam o racismo estrutural. Assim, estão utilizando o sistema – que historicamente afasta pessoas como elas – para combater seus próprios problemas e discriminações.

Na SD94, a fala da entrevistada ressalta a motivação das mulheres negras para o ingresso na política. Os vocábulos *necessidade* e *dever* indicam que essa motivação passa pela obrigação e compromisso que elas sentem para ocupar esse espaço. A segunda frase evidencia as consequências da falta de mulheres negras na política, aumentando as violências. A última frase complementa a anterior ao demonstrar que a ausência da perspectiva e das experiências delas na política impacta na desconsideração das suas necessidades. A repetição do pronome *nosso* salienta a existência de uma visão, opinião e demandas específicas desse grupo.

A inclusão e a participação das mulheres indígenas na política também são abordadas por algumas matérias. Em uma delas, a *AzMina* defende que é preciso mais mulheres indígenas no poder para travar lutas dentro do espaço legislativo e impedir que os direitos das mulheres e dos povos indígenas continuem sendo atacados. Outra matéria versa sobre os impactos das mulheres na política incentivando o aumento de candidaturas indígenas, a pouca representatividade das mulheres indígenas na política e as demandas específicas dessa população, bem como sobre a sua atuação no combate a todas as formas de discriminação e violência contra essas pessoas.

Em uma entrevista com Sônia Guajajara, então coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a *AzMina* trata da luta das mulheres indígenas por seus direitos e pelas questões indígenas e ambientais, bem como exigindo mudanças por parte do governo. Sônia atua para fortalecer a participação das mulheres indígenas nas políticas institucionais e lançar suas candidaturas a fim de que tenham poder de voz e voto e estejam incluídas nos processos de tomada de decisão, lutando pelos direitos sociais e coletivos. Na matéria, vemos que, para além

das mobilizações e do enfrentamento, elas querem disputar um espaço na política para fazer a diferença, colocando suas pautas no centro do debate político.

No que tange à participação das pessoas LGBTQIA+ a política, a luta de mulheres trans para ingressar na política e das deputadas trans eleitas é uma pauta da revista. Na matéria, podemos notar que elas buscam ocupar espaços machistas e patriarcais e dar voz às pessoas que vivem nas ruas, marginalizadas, e fazem parte de uma população massacrada, esquecida e que vive em estado de exceção e de extermínio. Uma das deputadas estadual eleitas afirma à *AzMina* que a luta prioritária dessas políticas trans é o direito à vida das mulheres trans. Outra política eleita diz se preocupar com a preservação dos direitos já conquistados para que eles não sejam perdidos.

Já em relação a inserção e atuação das mulheres nos esportes, a *AzMina* aborda pautas como a questão da representatividade delas e das pessoas LGBTQIA+ nos esportes, as normas de gênero impostas para elas nesse campo e os impactos da ruptura com essas normas de gênero. Também problematiza as discriminações e preconceitos enfrentados pelas mulheres no ambiente esportivo e as diferenças de tratamento entre elas e os homens.

A falta de times de base e de investimento para as meninas que desejam jogar futebol é uma das pautas da revista. Na matéria, vemos que existem poucos clubes com times de base para mulheres e, dentre os que possuem times, não há remuneração ou há uma remuneração muito baixa. Nessa situação, a *AzMina* apresenta os relatos de meninas que, sem equipes de base para se profissionalizar que remunerem, precisam desistir da carreira de atleta para poder trabalhar, ou necessitam pular etapas para conseguir chegar ao futebol profissional.

Outro texto aborda os impactos da pandemia para os times de futebol feminino brasileiro. Nesse contexto, teve atrasos no calendário de jogos, queda de receita e recursos financeiros, perda de patrocinadores e a não realização de testes de Covid-19 para as equipes de mulheres regularmente antes dos treinamentos, resultando no encerramento de alguns times, na demissão de atletas e em atrasos no pagamento de salários para elas. A revista salienta que as equipes femininas de futebol ficaram esquecidas entre as prioridades dos clubes brasileiros durante a pandemia.

Uma das matérias trata sobre a luta invisível das mulheres que apitam futebol no Brasil e a participação das árbitras brasileiras na Copa do Mundo Feminina, bem como traz relatos das histórias de profissionais da área. As principais dificuldades que

elas encaram são: machismo, assédio, xingamentos em campo, preconceito, profissão desvalorizada e poucas oportunidades de trabalho. A sua trajetória profissional demanda muito tempo, dinheiro e preparação para passar nos testes físicos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Quanto às técnicas de futebol, a revista trata dos desafios enfrentados para as mulheres nessa função e da atuação da treinadora Pia Sundhage da seleção brasileira feminina. Na matéria, podemos notar que, no futebol brasileiro, as técnicas enfrentam preconceito e discriminação diariamente, sofrem com o descaso, a falta de investimento e as diferenças de tratamento em relação aos homens e algumas precisam trabalhar em outros empregos para conseguir se sustentar. Elas também encaram questionamentos constantes, como se tivessem que provar sua capacidade profissional a todo o momento. A *AzMina* ainda ressalta que, na Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019, as seleções treinadas por treinadoras mulheres se destacaram.

A respeito da participação de mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos esportes, uma matéria mostra que as Olímpiadas de Tóquio em 2021 foram a edição mais igualitária da história dos jogos olímpicos, com as mulheres representando 49% dos atletas ao menos 160 competidores que são abertamente gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, queer e não binários. A *AzMina* analisa diversos casos de discriminação nos jogos olímpicos e a realidade enfrentada pelas mulheres e pessoas LGBTQIA+ no ambiente esportivo, como a hipersexualização, o ideal de feminilidade, estereótipos sobre os corpos e as diferenças entre os uniformes dos atletas homens e mulheres. A falta de mulheres nas comissões do Comitê Olímpico Internacional (COI) também é problematizada pela revista. Consideremos alguns trechos do texto 9:

> *Não é à toa que a gente ainda ouve que tem esportes que não são de mulher*. *Futebol, muito masculino*. *Judô, boxe ou luta em geral, aí muito agressivo para nós*. *Fazer ginástica artística sim, nossa, a gente perfeita*. Para outros esportes como vôlei ou natação, bom, não sei. *Aí vai depender do nosso corpo ou do nosso look*. (SD95 do Texto 9)

> Na real, *a participação das mulheres no esporte sempre esteve ligada ao conceito de beleza*. *Por muito tempo a gente foi excluída do esporte porque se acreditava que essas atividades físicas poderiam atrapalhar nossa capacidade de ser mãe*. Depois, *o esporte apareceu do mundo da publicidade como uma oportunidade de vender para nós mulheres a aparência de musa, a ideia do corpo ideal*. Por isso, *o foco sempre foi na objetificação dos nossos corpos e não nossa performance no esporte*. (SD96 do Texto 9)

> Bom, *além da expectativa sobre os nossos corpos, ainda há expectativas sobre o nosso comportamento*. *Se a gente falha, se a gente chora, se fica*

> *emocionalmente instável... Toda nossa performance é colocada em xeque*. (SD97 do Texto 9)
>
> As Olimpíadas de Tóquio já são *um marco do basta ao ideal de feminilidade que querem nos imprimir por meio do esporte*. *Nós queremos vestir o que nos deixa mais confortável, nós queremos priorizar a saúde mental a um mito inalcançável de mulher guerreira*. *A gente quer ser reconhecida pelo nosso esporte e não pelos nossos corpos, pelas nossas roupas ou pela nossa vida amorosa ou sexual*. (SD98 do Texto 9)

A SD95 trata dos preconceitos que as mulheres enfrentam no mundo esportivo, com determinadas modalidades sendo consideradas adequadas para elas e outras não. A primeira frase salienta que ainda hoje as mulheres ouvem o que podem ou não fazer em relação à prática esportiva. A expressão *não é à toa* significa que não é sem motivo, não é por acaso ou sem fundamento. Em seguida, a *AzMina* cita diversas modalidades e o julgamento dado para a participação das mulheres em cada uma delas. Os termos *muito masculino* e *muito agressivo* são utilizados para justificar a não aceitação delas nesses esportes por serem considerados apenas para homens e incompatíveis com o ideal de feminilidade. O uso do adjetivo *perfeita* destaca a consideração de que as mulheres são ideais e excelentes para a prática da ginástica artística. Nos últimos dois esportes citados, há uma crítica aos estereótipos sobre os corpos das mulheres e as vestimentas impostas para elas nessas modalidades.

Na SD96, o discurso da revista pondera sobre como a participação das mulheres no esporte está ligada ao conceito de beleza. A segunda frase do trecho se refere aos motivos da exclusão delas desse ambiente, que estão relacionados à ideia equivocada de que a prática esportiva afetaria a capacidade de ser mãe. Após isso, há a relação com a publicidade em que o esporte vende um ideal de aparência para as mulheres. Os termos *musa* e *corpo ideal* fazem alusão aos padrões de corpo e de beleza impostos para elas. A frase final traz uma constatação de que o ponto central mais valorizado sempre foi a objetificação dos corpos das mulheres e não o seu desempenho nos esportes.

Além dessa discussão sobre os corpos, há o foco no comportamento das mulheres nos esportes, como pontuado pela SD97. A palavra *expectativas* denota os desejos e o que se espera das mulheres em relação ao seu comportamento. A *AzMina* menciona atitudes ligadas à parte emocional delas que desvaloriza o seu desempenho e atuação nos esportes. A expressão *colocar em xeque* significa duvidar e colocar em risco. Ou seja, as emoções das mulheres fazem as pessoas julgá-las e duvidar das suas capacidades esportivas.

Já a SD98 traz uma conclusão da revista a respeito das mudanças provocadas pelas Olimpíadas de Tóquio e as reivindicações das mulheres. A *AzMina* considera essa edição do evento como marcante para acabar com o ideal de feminilidade que querem impor às mulheres por meio do esporte. A expressão *dar um basta* ressalta a vontade de colocar um fim a essa situação. Os desejos citados estão ligados ao rompimento com as normas de gênero, à liberdade e ao direito de escolha das mulheres a respeito de suas roupas, comportamentos e relações amorosas. A sentença *mito inalcançável de mulher guerreira* evidencia o ideal imposto às mulheres de que elas devem conseguir fazer e suportar tudo, com muita disciplina e competência e sem errar – algo que não pode ser atingido. A última frase mostra que as mulheres querem ser reconhecidas por seus desempenhos nas práticas esportivas e não por seus corpos, roupas e vida amorosa e sexual, pois esses fatores não são importantes para a sua performance.

Nessa territorialidade comunicacional, vemos os relatos, lutas e reivindicações das mulheres sobre a realidade que vivenciam em dois espaços: política e esporte. A *AzMina* evidencia os preconceitos, discriminações, abusos e violências que enfrentam diariamente por estarem nesses campos, bem como contesta a falta de representatividade e busca promover representatividade para mulheres e pessoas LGBTQIA+ na política e no esporte.

7.8 Territorialidade comunicacional relacionada à diversidade e à perspectiva interseccional

Nessa territorialidade, reunimos as menções nos textos analisados que se referem à diversidade e à interseccionalidade. Além do gênero, apresentamos questões relacionadas à etnia/raça, classe social, sexualidade/orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras especificidades interseccionais. A *AzMina* dá visibilidade aos relatos das histórias e experiências das diferentes mulheres e pessoas LGBTQIA+, respeitando e valorizando a diversidade.

Alguns dos assuntos tratados são: a representatividade política para as mulheres, negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+; a explicação sobre as várias correntes do feminismo; as diversas violências de gênero com intersecção com as outras opressões e o seu combate; os impactos da discussão sobre diversidade e interseccionalidade para o movimento feminista, reconhecendo as diferenças e as

desigualdades enfrentadas por cada mulher; a relação entre gênero, raça/etnia e a descriminalização da maconha; as violências e as dificuldades de acesso às necessidades básicas de saúde e de educação para as mulheres negras, pobres, periféricas, indígenas e rurais; as condições de mobilidade urbana considerando gênero, raça/etnia e classe social.

O ecofeminismo e as relações entre questões sociais, raciais e ambientais são discutidos pela revista. Na matéria, vemos que o nosso modelo de sociedade patriarcal, capitalista e eurocêntrico sustenta hierarquias entre indivíduos e outras formas de vida através das opressões entre quem está em cima na hierarquia – os homens brancos – e quem está embaixo – mulheres, pessoas negras, populações indígenas, quilombolas, animais e o meio ambiente em geral. A *AzMina* explica que esse sistema explora o trabalho de mulheres, pessoas negras e indígenas e a natureza para gerar lucro e acumular recursos. Por isso, uma das entrevistadas pondera que o ecofeminismo tem uma perspectiva interseccional a fim entender como todas as opressões estão correlacionadas e, para conseguir a libertação das mulheres, é necessário, por exemplo, conseguir justiça climática.

Outro assunto é a relação entre saúde mental e as opressões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero. A *AzMina* demonstra que o sofrimento psíquico é ainda maior para as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, transexuais, gordas, pessoas não-binárias porque há um encontro entre as opressões. Uma entrevistada corrobora essa visão afirmando que esses indivíduos não sofrem pelo que eles são, mas sim sofrem porque vivem em um país homofóbico, racista, transfóbico, etc., e fazendo com que sua existência seja uma luta diária. O ponto central da matéria é o entendimento de que algumas dores são causadas pelo racismo, machismo, homofobia, transfobia e capitalismo e que a terapia pode ajudar as pessoas individualmente, mas que a solução desse problema passa também pela mudança social.

Quanto às mulheres negras e ao sistema racista, a *AzMina* aborda pautas como: feminismo negro; a atuação ativista de feministas negras; vivências de mulheres negras que fizeram parte da história do Brasil; indicação de livros e trabalhos de pensadoras negras; discriminação racial nas diversas áreas; aborto e direitos sexuais e reprodutivos; genocídio da população negra; a condição da população negra em segmentos econômicos mais pobres; as demandas das mulheres – em sua maioria, negras – que lideram as famílias brasileiras mais pobres; a falta de políticas

públicas que garantam os direitos das mulheres negras e periféricas; a relação entre insegurança alimentar, gênero e raça/etnia; problematização da realidade das mulheres, especificamente as negras, que são a maioria entre as trabalhadoras informais em funções como empregadas domésticas, babás e cuidadoras.

Em entrevista à revista, a escritora Heloísa Buarque de Hollanda explica que o debate sobre o cruzamento entre raça/etnia e gênero é inevitável no Brasil, porque é alo que atravessa o nosso cotidiano. Outra entrevistada é a historiadora Silvia Federici que compreende que, na história, as mulheres negras foram exploradas de forma diferente dos homens, pois foram forçadas a produzir novos escravos, lutaram para não parir, ter contracepção, contra estupros e para que seus filhos não fossem escravizados.

Uma das noções apresentadas pela *AzMina*, que é defendida pela pensadora Patrícia Hill Collins, é a de que existem imagens de controle na forma representações opressivas que, a partir de concepções discriminatórias de raça/etnia, gênero e classe, tentam impor os papéis do que as mulheres negras podem ou não ser. Um dos exemplos mencionados é a ideia de que elas têm que ser pacientes e explicar com calma o racismo para os brancos.

A solidão da mulher negra é um dos assuntos tratados nos textos analisados. Em entrevista à revista, a produtora de conteúdo Maíra Azevedo reflete que descobriu na infância que as mulheres negras não são a primeira opção para receber afeto, contando experiências que vivenciou, como ser alvo de chacotas, ninguém querer ser seu par nas festas juninas e não ser escolhida para dançar valsa. Ela pondera que há um imaginário de que as mulheres negras são mais fortes e podem suportar tudo, assim como elas recebem menos declaração de amor e menos carinho e os homens têm menos coragem de publicar fotos com suas companheiras negras. Maíra ainda complementa que o fato de ser uma mulher negra elimina alguns direitos, a capacidade de realização de seus sonhos e você adoece mais. Essa solidão da mulher negra cria uma sensação de que a mulher negra não é o suficiente, gerando um sofrimento muito grande.

Em um texto que analisa o racismo no programa Big Brother Brasil, a mestre em direito e doutoranda em sociologia, Winnie Bueno, considera que é mais fácil para as pessoas terem engajamento com o que veem na televisão, porque, na vida real, quando os negros e negras contam sua própria história, é comum que elas entendam como vitimismo. Ela entende que o julgamento de mulheres negras é mais fácil e mais

incisivo, independente dos seus posicionamentos, pois elas são atacadas não pelo ponto de vista, mas sim por serem sujeitos negros se posicionando.

Uma matéria foca nas experiências das produtoras de conteúdo negras que buscam formas de driblar o racismo dos algoritmos na internet para poder discutir os assuntos que desejam. Uma das entrevistadas entende que a sociedade e as empresas parecem limitar suas discussões a dois assuntos: racismo e negritude ou cabelo; julgando que elas não podem falar de outro tema, como se não tivessem outro tipo de conhecimento, esquecendo, inclusive, que têm trabalho, formação e vivências específicas.

As especificidades da maternidade negra atravessada pelas questões de raça/etnia e de classe social são pautas trabalhadas pela revista. Há uma reportagem que destaca as histórias de mães negras que estão presas e têm seu direito à prisão domiciliar concedido para cuidar de seus filhos, mas que é descumprido. Nas matérias analisadas, vemos a luta das mulheres negras pela verdadeira liberdade de seus filhos e contra as prisões arbitrárias deles, que causam angústia e sofrimento. A *AzMina* mostra que há a violência policial, o racismo estrutural e institucional e a desconsideração dos direitos e a invisibilização tanto dos presos quanto das mulheres pelas autoridades e pelo sistema. Podemos observar que essas mulheres reivindicam liberdade, acesso à educação e cumprimento dos direitos da população negra, combatendo as desigualdades.

No âmbito da saúde, há textos sobre as desigualdades de acesso aos serviços básicos, a discriminação dos profissionais e das instituições de saúde, o racismo obstétrico enfrentado por mulheres negras e indígenas, a dificuldade do governo em apresentar dados de casos e mortes por coronavírus detalhados por raça/etnia e por gênero (e por outras intersecções). Essas desigualdades atravessadas por questões interseccionais fazem parte das experiências cotidianas dessas mulheres.

Há uma reportagem que traz os relatos de histórias de mulheres negras que são a primeira geração de suas famílias a fazer curso superior e quebrar o ciclo de empregadas domésticas de suas mães, avós e bisavós. A *AzMina* apresenta dados históricos sobre a atribuição dos trabalhos domésticos às escravas e às empregadas negras antes e após a abolição, evidenciando a falta de direitos trabalhistas para essas mulheres e a desvalorização dessa atividade, a qual contribui para a exploração e os abusos sexual, moral e psicológico. Há a constatação de que o trabalho

doméstico marca estruturas de poder e participa das relações sociais patriarcais, racistas e misóginas.

Conforme a matéria, vemos que essa ascensão está ocorrendo devido às cotas educacionais nas universidades e à geração de empregos no mercado de trabalho. Porém, a falta de representatividade das mulheres negras em outras atividades também é salientada como um problema para que elas procurem outras opções para além do trabalho doméstico.

A realidade das mulheres quilombolas e suas lutas é outra pauta da revista. A *AzMina* apresenta relatos de histórias de cultura, ensinamentos ancestrais, abusos, violência, desemprego, condições nos trabalhos informais, vulnerabilidade e disputa de terra, bem como a reivindicação de acesso à serviços básicos – como transporte público e educação – e o abandono e o descaso do governo e da sociedade com essa população. Observemos os seguintes trechos do texto 16:

> Dona Maria, como gosta de ser chamada, é direta quando diz o *porquê de sua presença ser ignorada pelos passantes da estrada*. "*E esse povo lá olha para nós? Nós é tipo invisível mesmo. O que eles querem é nossa terra, mas eu não saio daqui nem morta. Nem comendo essa poeira, eu não saio*", *avisa*. (SD99 do Texto 16)
>
> "*Eu nunca pensei em estudar porque nunca fui influenciada, e toda vez que saí daqui para ir para a escola ou procurar emprego, eu sofria preconceito porque era do quilombo. Aí não sei se posso cobrar que meus filhos estudem. Eles vão passar pela mesma coisa que eu passei. Eu já sei como é*", diz. (SD100 do Texto 16)
>
> *Resignada*, Ana Paula lembra da *situação de racismo que marcou uma das tentativas frustradas*. "*Outro dia cheguei no mercado para pedir emprego e chamei a gerente de tia. Sabe o que ela me disse? 'Não sou sua tia, porque não tenho nenhum irmão preto'. A pessoa quando escuta isso já fica desanimada. Aí eu prefiro nem procurar mais.* Acho que *eles pensam que preto não é gente e nós estamos no século 21. Depois que aprendi a fazer artesanato, fico fazendo minhas coisas* e esperando o caminhão da Prefeitura", *lamenta*. (SD101 do Texto 16)
>
> "*O pai do meu primeiro menino me batia e me fazia ter relação com ele. Eles acham que são nossos donos. A maioria das mulheres aqui apanha. Eu apanhei muito por causa da droga do meu ex-marido*", conta ela. (SD102 do Texto 16)

A SD99 mostra a invisibilização das mulheres quilombolas, com a *AzMina* destacando o motivo de elas serem ignoradas e passarem despercebidas. A fala da entrevistada começa com um questionamento de que as outras pessoas não dão atenção a elas. O termo *esse povo lá* denota um distanciamento entre as pessoas, ressaltando que pertencem a grupos diferentes. A sua constatação é de uma espécie

de invisibilidade, pois não são vistas. As duas últimas frases demonstram a sua indignação, salientando que os outros querem sua terra e que não vai deixá-la. A palavra *terra* está relacionada a questão do território, de sua apropriação e relação com ele. O uso das expressões *nem morta* e *nem comendo essa poeira* reforçam a recusa em sair do seu território. O verbo *avisa* indica a advertência dada pela entrevistada.

Nas SD100 e SD101, há o relato de uma mulher quilombola a respeito dos impactos do preconceito na educação e na procura de emprego das pessoas quilombolas. Na SD100, a sua fala inicia com a constatação sobre a falta de estímulo e motivação em sua vida para estudar, com o emprego do advérbio *nunca*, repetido duas vezes, para enfatizar essa ausência. Ela conta que vivenciou o preconceito nas vezes que saiu do quilombo para a escola ou procurar emprego. Em seguida, explica que não sabe se pode cobrar que seus filhos estudem, porque também vão enfrentar o preconceito. A última frase denota a sua aceitação e conformação com essa situação e que é reforçada com o uso da palavra *resignada* no começo da SD101.

Em seguida, nessa SD, a entrevistada descreve uma das suas vivências de racismo quando estava procurando emprego. A expressão *tentativas frustradas* destaca que foram várias tentativas de conseguir trabalho e que as expectativas não foram concretizadas por causa do preconceito. A sua fala relata a situação de racismo e desrespeito que enfrentou em um mercado e que a sua reação foi desânimo, decidindo não procurar mais emprego. A sentença *acho que eles pensam que preto não é gente* evidencia o racismo e a desumanização dessas pessoas, a qual é complementada por *e nós estamos no século 21*, indicando que, apesar do tempo ter passado, essa circunstância não mudou. A última frase mostra as atividades que aprendeu e está exercendo. O verbo *lamenta* ressalta o sofrimento e a angústia envolvidos na experiência dessa mulher.

Já a SD102 traz o relato das violências vivenciadas pelas mulheres quilombolas nos relacionamentos abusivos. A primeira frase da entrevistada destaca as agressões físicas e sexuais que sofreu. A sentença *eles acham que são nossos donos* enfatiza a percepção dos homens de que as mulheres são suas propriedades, exercendo poder sobre elas e podendo fazer o que quiserem com elas. As duas últimas frases demonstram que as violências físicas são comuns e frequentes nos quilombos, salientando que a maioria das mulheres passa por essa situação e que a própria entrevistada enfrentou esse problema.

No que tange às experiências das mulheres indígenas, a *AzMina* trata das demandas e as lutas específicas delas e da população indígena em geral e problematiza as desigualdades enfrentadas em relação às violências – inclusive, doméstica – e acesso à saúde e educação, por exemplo. Outro ponto destacado é a sua atuação no combate aos crimes ambientais e na promoção de práticas de respeito e preservação da natureza e do meio ambiente. A sua inserção no âmbito político, lutando por reconhecimento e pela ocupação desse espaço é uma das pautas trabalhadas. Em entrevista à revista, Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), analisa a atuação das mulheres indígenas nesse campo para fazer resistência e empoderar mulheres e conta que precisam lidar com reações de incômodo e tentativas de intimidação de todas as formas.

A respeito das pessoas LGBTQIA+, há matérias que trazem indicações de livros, filmes e séries com personagens dessa população e que evidenciam as violências que enfrentam e os movimentos que tentam diminuir seus direitos. São textos que evidenciam suas reivindicações e mostram a representatividade desses indivíduos em diversos setores da sociedade – como, por exemplo, na música, nos esportes e na política –, promovendo mudanças importantes, pluralizando esses espaços e combatendo as discriminações.

Quanto às mulheres lésbicas, há pautas que tratam das condições específicas de saúde para esse grupo, especialmente sobre a saúde sexual, combatendo a desinformação e alguns mitos existentes. Um dos textos foca na maternidade lésbica, nas suas especificidades e nos preconceitos sofridos por duas mães que decidem dividir os papéis nessa relação.

A diversidade e a multiplicidade de orientações sexuais e de identidades de gênero são discutidas em vários textos da revista, explicando e informando sobre termos e rótulos que estão envolvidos nesse debate. Uma das entrevistadas pela revista entende que essa cultura diversa mostra a invenção de modalidades de relação, de modos de vida e de valores de vida e que isso pode ser visto como uma ameaça pelos sujeitos que estão inseguros de sua posição, resultando na discriminação. A revista também destaca a linguagem neutra, explicando do que se trata, exemplos de uso e os impactos dessas mudanças para a representatividade e inclusão de todos os indivíduos em sociedade.

Uma das matérias analisa como os adolescentes estão lidando com a questão do sexo e da identidade de gênero, revelando cada vez mais cedo para seus pais que não se enquadram no padrão cisheteronormativo. É discutido que a internet serve de espaço de interação para os adolescentes, sejam eles LGBTQIA+ ou não, no qual podem se informar, trocar experiências e ver a representatividade desses grupos. Porém, a *AzMina* ressalta que eles estão lidando com a desinformação e a falta de informação sobre práticas de sexo seguro.

A questão da educação sexual é uma das pautas da revista, explicando do que se trata e desmistificando algumas ideias errôneas sobre essa área do conhecimento. O objetivo é que os indivíduos conheçam seus corpos e suas condições de saúde, sabendo se prevenir das doenças, bem como conheçam e respeitem as diversidades, desconstruindo estereótipos e preconceitos e combatendo às violências.

Outra matéria trata das diferenças entre trans e gay, focando em diferenciar também identidade de gênero e orientação sexual. O primeiro se refere à identificação de uma pessoa. Já o segundo caracteriza a atração física ou emocional que um indivíduo sente por outro, do mesmo gênero ou não. A *AzMina* também explica termos como transgênero, transexual, travesti, heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade a fim de informar e esclarecer dúvidas.

As experiências e as violências sofridas pelas pessoas trans também são abordadas pela revista. Há textos acerca dos desafios e das discriminações que enfrentam na busca de emprego, da dificuldade para a aceitação de seu nome social em diversos setores da sociedade, causando sofrimento e constrangimento, e as reivindicações por atendimentos de saúde que não se baseiem em preconceitos com relação a essa população.

Há uma reportagem que foca nas histórias e nas vivências dos indivíduos que se identificam como sapatão não bináries, os caminhos para se descobrirem nessa identificação e os preconceitos que enfrentam no seu dia a dia. Uma das pessoas entrevistadas relata que, mesmo não sendo uma mulher, teve uma experiência na sociedade enquanto sapatão desde criança, ouvindo gritos com ofensas, e, por isso, entende que a identificação como sapatão está muito mais ligada a sua socialização, as suas pautas políticas e a sua comunidade do que com quem se relaciona afetiva e sexualmente. Outra pessoa entrevistada destaca que se identifica como sapatão, mas que é agênero – isto é, não se identifica com gênero nenhum –, pois tem uma visão de total neutralidade e não sente a necessidade de determinar gênero.

No que se refere às mulheres imigrantes, a *AzMina* apresenta suas histórias e experiências nos seus países de origem e no Brasil a respeito dos abusos e violências que vivenciaram e das suas condições de vida, fazendo um recorte atento às questões de gênero específicas enfrentadas por elas. Na matéria, há relatos da situação de vulnerabilidade delas e de seus filhos, de discriminações e de violências, das dificuldades para conseguir moradia, emprego e acesso a serviços básicos, de tentativas e mentiras para colocar essas mulheres na prostituição.

Diante disso, essa territorialidade comunicacional evidencia as condições cotidianas de vida de mulheres e de pessoas LGBTQIA+ que são permeadas pelas diferentes opressões, entendendo que cada indivíduo tem demandas diferentes por causa delas e que essas opressões podem atuar de forma combinada. A *AzMina* mostra como essa circunstância afeta várias áreas da vida de um sujeito e o seu relacionamento com as instituições sociais.

7.9 Territorialidade comunicacional do trabalho e do papel econômico das mulheres

A partir da análise, identificamos que a *Revista AzMina* discute assuntos sobre a relação das mulheres com o trabalho e com a pobreza, de seus problemas econômicos, da divisão sexual do trabalho e das condições de desemprego. Há matérias que abordam pautas como: o trabalho e o ativismo feminista e LGBTQIA+ da rapper Luana Hansen; problemas econômicos e falta de renda das mulheres devido ao descaso do governo federal do período 2018-2022; mulheres que promovem projetos de apoio financeiro e alimentício para outras mulheres em situação de dificuldade, inclusive na pandemia; histórias das primeiras gerações de mulheres negras em suas famílias a conseguirem fazer o ensino superior e quebrarem o ciclo de trabalharem como empregadas domésticas.

Dentre os textos analisados, a *AzMina* analisa que as mulheres são a maioria em empregos informais, como o trabalho doméstico – que não é remunerado –, e ouvem frequentemente que determinadas profissões são apenas para os homens. Na pandemia, as matérias mostram que elas foram as mais afetadas pelo desemprego na pandemia e vivenciaram uma sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado durante o período de isolamento social. A revista problematiza a invisiblização desses trabalhos feitos pelas mulheres e descreve os impactos dessa dupla jornada para as

mulheres, excluindo-as dos espaços públicos e diminuindo o acesso ao emprego e à valorização profissional.

Outro ponto discutido é os problemas financeiros enfrentados pelas mulheres, como, por exemplo, a dependência econômica dos homens que as obriga, muitas vezes, a permanecer em situação de violência e correndo riscos de morte por não terem como garantir o seu sustento e de seus filhos. A *AzMina* explica que a falta de renda das mulheres influencia no seu poder de consumo e no seu acesso a serviços básicos como saúde e educação.

Em entrevista à *AzMina*, a historiadora Silvia Federici entende que o capitalismo usa as diferenças entre homens e mulheres para criar todo um trabalho estrutural. Ela pondera que a mulher tem uma posição particular na organização de trabalho e na divisão sexual do trabalho e uma forma particular de exploração. A historiadora ainda reflete sobre o trabalho doméstico e reprodutivo, problematizando a questão de a mulher ser a principal – e, muitas vezes, a única – responsável por essa atividade. Outro aspecto pontuado é a contratação de empregadas por trabalhadoras mulheres, estabelecendo uma relação de poder. Silvia Federici entende que esses aspectos precisam ser discutidos pelo feminismo e fazer parte de suas pautas.

A divisão sexual do trabalho é um dos assuntos trabalhados pela revista. Essa concepção trata da dicotomia existente entre os papéis construídos cultural e socialmente para homens e mulheres desempenharem em relação ao trabalho formal e informal, produtivo e reprodutivo. Em uma reportagem, a *AzMina* explica que a divisão sexual do trabalho é aquela em que homens e mulheres têm funções diferentes e fazem trabalhos diferentes na sociedade, mas que não reconhece nem valoriza os trabalhos reprodutivos e de cuidado que são realizados pelas mulheres.

A situação das mulheres como responsáveis pelo cuidado é abordada por várias matérias da revista. Essa condição se deve ao fato de atribuírem o papel de cuidadora a elas por julgarem ser uma característica inerente das mulheres, encarregando-as de realizar todas as tarefas de cuidados de seu marido, filhos, familiares e casa. Nos textos, há a análise sobre as vivências das mulheres que precisam apoiar familiares encarcerados, tanto na investigação – procurando por provas que comprovem a inocência – quanto no abastecimento com roupas, itens de higiene e alimentação nas prisões. Outro aspecto mencionado é a falta de sono que impacta mulheres que estão preocupadas com o cuidado de filhos e familiares.

A educação dos filhos em casa como mais uma tarefa não remunerada das mulheres é problematizada pela revista, ressaltando que esse assunto deve ser analisado fazendo o recorte de gênero. Na matéria, vemos que elas assumem o papel de mãe, professora e dona de casa diariamente, sentindo-se sobrecarregadas, esgotadas e exaustas, e, em poucos casos, os companheiros participam e dividem algumas dessas atividades.

Na pandemia, muitas mulheres assumiram a responsabilidade de cuidado de crianças e de outros familiares devido ao falecimento de parentes, como destacado em algumas matérias. A *AzMina* apresenta relatos dessas mulheres, as mudanças na rotina, os desafios que surgiram e os problemas econômicos enfrentados para garantia da alimentação e do sustento, além da vivência de sofrimento e de luto.

Em relação às mães solo, a *AzMina* apresenta relatos de mulheres que são chefes de família e precisam garantir sozinhas o sustento da casa e dos filhos. Nos textos, vemos que elas vivenciam dificuldades para pagar as contas e para receber a pensão alimentícia, que é direito das crianças.

As dificuldades das mulheres no mercado de trabalho são pautas da revista, tais como: os obstáculos para se manter no mercado, a busca pelo equilíbrio entre maternidade e carreira. Um dos assuntos debatidos é as dificuldades enfrentadas por microempreendedoras para solicitar e receber o salário-maternidade, gerando atrasos no pagamento de contas e procura por trabalhos informais em que possam conciliar as atividades com a maternidade. Outra situação é destacada pela empresária e advogada Eliane Dias em entrevista à publicação, na qual considera que a luta das mulheres para ocupar o seu espaço de direito no mercado de trabalho é exaustiva, porque precisam enfrentar o machismo e a situação de estar constantemente se provando – além do racismo, quando se trata de mulheres negras.

A busca de emprego de pessoas trans também é um assunto abordado na revista, apresentando relatos das dificuldades e preconceitos que enfrentam no mercado de trabalho. A *AzMina* explica que, por causa desses obstáculos, em geral, resta a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência. No texto, podemos ver que, para assumir o compromisso de promover a inclusão, as empresas precisam comunicar isso ao mercado e nos anúncios de suas vagas e, após a contratação, devem criar condições para que o profissional possa crescer dentro da organização. Outro ponto mencionado é a necessidade de realização de formações, rodas de conversa e campanhas de conscientização para funcionários e lideranças.

Quanto às mulheres migrantes, sua busca por trabalho também passa por obstáculos e preconceito, sendo que muitas delas migram pela dificuldade de encontrar trabalho no país de origem. Na matéria, notamos que a maioria das imigrantes, mesmo com ensino superior, não tem oportunidade e precisam trabalhar em empregos informais e mal remunerados que geram problemas para comprovar a renda e conseguir moradia.

Outra pauta da revista é a falta de representatividade dentro das empresas para mulheres e pessoas negras, que passam dificuldades para ter acesso à educação, recebem salários desiguais e enfrentam o preconceito e a ausência de referências em várias áreas para que possam se reconhecer e se inspirar. Na matéria, observamos que há um ambiente intimidador e não convidativo para as pessoas negras dentro das empresas. A título de exemplo, é citado que, em muitas delas, só há pessoas negras trabalhando como seguranças e faxineiras. São mencionadas pesquisas que mostram que para uma mulher se candidatar para uma vaga de emprego, ela precisa cumprir 90% dos requisitos, enquanto os homens se aplicam se cumprirem 60%. Ou seja, eles acabam se candidatando mais às vagas e aos cargos.

Há uma reportagem da revista que discute o lugar das mulheres no futuro do trabalho, analisando a alta exigência por competências digitais, a demanda por estudos e qualificação, as desigualdades de gênero e as duplas jornadas atreladas ao trabalho doméstico, especialmente na pandemia. A *AzMina* questiona se o futuro do trabalho está sendo pensado de forma a incluir as mulheres, considerando as suas demandas específicas, ou, pelo contrário, está sendo conduzido por um caminho excludente para elas. Vejamos os seguintes trechos retirados do texto 25:

> A transição para o *futuro do trabalho* pode ser uma *oportunidade para promoção de equidade de gênero*, com a *possibilidade de as mulheres assumirem cargos mais bem remunerados e papéis de liderança*. *Mas também* pode levar ao *aumento das disparidades sociais e salariais*, e eventualmente até à *exclusão do mercado de trabalho*. (SD103 do Texto 25)

> "*Se o mundo continuar como está, o futuro do trabalho vai ser de quem sempre ocupou as posições de poder: homens brancos, cisgênero, de classe média alta*", argumenta Silvana Bahia, idealizadora do PretaLab [...]. (SD104 do Texto 25)

> "Existe uma *questão de gênero no acesso às tecnologias* que vai além das relações individuais e *afasta as mulheres* dessas carreiras", afirma Iana Chan, CEO e fundadora da PrograMaria [...]. Iana reforça que *as mulheres enfrentam estigmas e estereótipos que associam carreiras em ciência, tecnologia e engenharia ao sexo masculino*. (SD105 do Texto 25)

> Ela imagina *um futuro do trabalho muito excludente para a população na base da pirâmide* e, *sobretudo*, para *as mulheres que têm menos familiaridade com as novas tecnologias*. “Robótica, por exemplo, *virou uma questão de gênero*”, destaca. (SD106 do Texto 25)
>
> “A faculdade de ciência da computação *me espantou* porque *era extremamente masculina e branca e continua sendo até hoje*”, disse ela, que é *negra*. (SD107 do Texto 25)
>
> Realidades como a de Ivana, mostram que é *impossível pensar em um futuro do trabalho que seja inclusivo sem refletir seriamente sobre a distribuição e remuneração dos trabalhos de cuidado*. (SD108 do Texto 25)

Na SD103, percebemos uma preocupação com o futuro do trabalho que está ligada à noção de um desenvolvimento mais inclusivo ou excludente. A palavra *oportunidade* se refere a uma circunstância favorável para que algo ocorra – a promoção da equidade de gênero –, relacionando-se com o trecho seguinte em que o vocábulo *possibilidade* remete à chance para melhorias nas condições de trabalho das mulheres. Em seguida, a expressão *mas também* adiciona outra possibilidade ao futuro do trabalho delas, na qual os termos *aumento das disparidades* e *exclusão* transmitem a ideia de algo negativo, desfavorável e prejudicial às mulheres.

A SD104 traz uma fala de uma entrevistada que reforça a concepção da SD103. A expressão *se o mundo continuar como está* remete a uma condição que, caso seja mantida, também fará com que permaneça uma mesma situação no futuro do trabalho. O emprego do termo *sempre ocupou* se relaciona com essa condição, demonstrando que algo é contínuo ao longo do tempo. A expressão *posições de poder* se refere aos cargos de liderança dentro das empresas que estão relacionados às atividades de chefia, de autoridade e de ocupações mais bem remuneradas. O trecho *homens brancos, cisgênero, de classe média alta* destacam as características das pessoas que são beneficiadas com a manutenção dessa condição, indicando a exclusão de outros atributos como mulheres, negros, transgêneros e classe social baixa, por exemplo.

A SD105 retrata as diferenciações de gênero existentes na área da computação e das tecnologias. Há o destaque para a diferença causada pelo gênero no acesso às tecnologias. Os termos *afasta as mulheres* e *as mulheres enfrentam* mostram condições da realidade delas nessa área. Isso é reforçado pelo uso das palavras *estigmas* e *estereótipos* que se referem aos padrões baseados em ideias preconcebidas que estão colocados na sociedade. A sentença *associam carreiras em*

ciência, tecnologia e engenharia ao sexo masculino evidencia o preconceito enfrentado pelas mulheres nesses campos.

A SD106 ressalta uma possibilidade negativa para as mulheres no futuro do trabalho, com o vocábulo *excludente* remetendo às ideias de exclusão e de rejeição. O emprego da expressão *a população na base da pirâmide* se refere às pessoas que enfrentam mais dificuldades na sociedade, salientando, com o uso advérbio *sobretudo*, que as mulheres estão na base da pirâmide e são afetadas pela questão mencionada. Ao indicar que a robótica *virou uma questão de gênero*, a entrevistada atenta para a inserção do gênero nessa área e para a desigualdade instaurada.

Na SD107, o verbo *espantou* demonstra que a entrevistada teve uma reação de surpresa com o cenário que descreve. Os termos *era* e *continua sendo* remetem a uma circunstância que acontecia no passado e segue acontecendo no presente, indicando que não houve mudanças, e o advérbio *extremamente* ressalta a intensidade dessa situação. O uso das palavras *masculina* e *branca* assinalam as características das pessoas que estavam na faculdade de ciência da computação, fazendo o contraponto com o vocábulo *negra* que caracteriza a entrevistada e explica a sua reação.

Na SD108, a *AzMina* problematiza uma característica cotidiana da realidade das mulheres no Brasil – que é o seu envolvimento com os trabalhos de cuidado. A palavra *impossível* ressalta uma circunstância que é difícil e improvável de acontecer – no caso, *pensar em um futuro do trabalho que seja inclusivo* – se não for feita uma ação específica – no caso, *refletir seriamente sobre a distribuição e remuneração dos trabalhos de cuidado*. O uso da palavra *inclusivo* remete a ideia de um futuro do trabalho que inclua as mulheres.

A feminização da pobreza é outro tópico problematizado pela *AzMina* devido à realidade enfrentada pelas mulheres brasileiras. Em 2021, existiam 120,8 mulheres vivendo em condição de pobreza e 124,2 mulheres em extrema pobreza para cada 100 homens na mesma situação no país (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2021). Isso indica que as mulheres são mais propensas a estarem em situação de pobreza, além de terem menor autonomia econômica.

Em um dos textos analisados, a *AzMina* explica os motivos para analisar questões como a pobreza, insegurança alimentar e a fome com o recorte de gênero, especialmente nas famílias chefiadas por mulheres, e incluindo os impactos da

pandemia nessa situação. Conforme a matéria, elas são as responsáveis por alimentar a família e, geralmente, garantem que as outras pessoas comam primeiro e, como a força está associada à masculinidade, homens e meninos, muitas vezes, tendem a ser privilegiados no acesso à comida, enquanto as mulheres e meninas têm de se contentar com o que resta para comer, resultando em um acesso desigual a alimentos altamente nutritivos e, portanto, a uma maior vulnerabilidade de nutrição.

A partir do que foi discutido, essa territorialidade comunicacional destaca a relação das mulheres com o trabalho, a pobreza, a economia do cuidado e a divisão sexual do trabalho. A *AzMina* evidencia e problematiza as dificuldades para o ingresso e permanência no mercado de trabalho e os seus problemas econômicos relacionados às assimetrias de gênero.

7.10 Territorialidade comunicacional sobre o empoderamento e a autonomia das mulheres

A partir da análise, identificamos a abordagem de temas que se relacionam à promoção do empoderamento e da autonomia das mulheres, tratando da sororidade, da formação de rede de apoio, de iniciativas e de exigências por mudanças, da liberdade de escolha e de se definir, da promoção e acesso à educação e de resistência e ativismo feminista. As matérias abordam assuntos como: a construção e aprovação de projetos que sejam favoráveis às mulheres e assegurem os seus direitos; a indicação de livros, filmes, séries e trabalhos feitos por mulheres; a história do feminismo no Brasil, suas pautas e conquistas; a explicação sobre as diversas vertentes do feminismo; o empoderamento por causa da atuação de outras mulheres na história que lutaram por direitos e pelo espaço em diversos setores – como a política e o esporte; os movimentos de resistência e de enfrentamento ao governo; as exigências por políticas públicas que atentem para as demandas das mulheres; informações sobre como guardar dinheiro para a aposentadoria; a criação de projetos e serviços por mulheres para auxiliar outras mulheres a conseguir suprir necessidades básicas, estudar, trabalhar, etc.

A libertação e a ruptura com as normas de gênero é um dos assuntos discutidos para o empoderamento das mulheres. Por exemplo, há matérias que informam a respeito de várias questões que afetam suas vidas – como os métodos contraceptivos, saúde mental e diversidade sexual –, e versam sobre a escolha das mulheres sobre

se e quando querem ser mães e a ressignificação da menopausa como um processo natural da vida.

A sororidade de mulheres em relação a outras mulheres é vista em muitos relatos nos textos da revista. Um dos casos é as mulheres que formam rede de apoio para as mulheres em situação de violência. Inclusive, algumas delas criam projetos e iniciativas para ajudar com o acesso aos abrigos, psicólogos e assistentes sociais, bem como auxiliar na busca de emprego, na mudança de cidade, na consultoria jurídica e no cuidado dos filhos. Em entrevista à publicação, a produtora de conteúdo Maíra Azevedo fala sobre o empoderamento das mulheres no sentido de ter coragem de romper com o ciclo violento, com toda a relação que as adoecem e toda a situação que não as deixe feliz, pois o afeto que mata não faz feliz.

A *AzMina* destaca, em algumas matérias, que o apoio de amigas e familiares para mulheres saírem da situação de violência pode ajudar a salvar suas vidas. Vejamos exemplos disso nos trechos:

> Esse cenário faz da história de Dora, que *sobreviveu à violência doméstica*, *ainda mais atípica*. *Vivendo a quilômetros de qualquer serviço de assistência contra violência doméstica, ela contou apenas com o empenho de outras mulheres para sair da teia em que vivia*. Duas trabalhadoras rurais *perceberam a situação de Dora e passaram a chamá-la para reuniões sindicais femininas*, nas quais *também eram expostos casos de violência doméstica*. (SD109 do Texto 1)

> "Até então, *tudo que eu ouvia era: 'Pobrezinha! Mas paciência, isso é assim mesmo, Deus quis assim*.' Depois dos encontros, *eu passei a enfrentá-lo*. *Ele me batia e eu revidava*", lembra Dora. "*As mulheres me tiraram do fundo do poço, porque eu estava quase me suicidando*." [...] "*Eu só desejo que a minha história possa, de alguma forma, ajudar outras mulheres, porque foram as mulheres que me salvaram*." (SD110 do Texto 1)

> "Então, *ofereci apoio caso ela quisesse denunciar e respeitei o ritmo dela*, porque *acredito que, juntas, podemos encorajar umas às outras a sairmos da prisão de relacionamentos abusivos*", diz. (SD111 do Texto 11)

As SDs 109 e 110 retratam a experiência de uma mulher que passou pela violência doméstica e teve apoio para sair dessa situação. Na primeira frase da SD109, há uma crítica a localização dos serviços de assistência contra violência doméstica indicada pela expressão *vivendo a quilômetros*, ou seja, vivendo muito longe. Assim, vemos que Dora teve o apoio de outras mulheres e o uso do vocábulo *apenas* ressalta que ela teve somente, unicamente e exclusivamente esse auxílio. A palavra *empenho* denota o esforço e a dedicação das mulheres em ajudá-la. Há a comparação da situação de violência com uma *teia*, porque envolvem elementos

encadeados e emaranhados, dos quais é difícil sair e se desvencilhar. A frase seguinte demonstra a percepção das outras mulheres em relação à situação vivenciada por Dora e o seu convite para as reuniões em que discutiam os casos de violência doméstica.

A SD110 traz o relato de Dora a respeito do que vivenciou. A primeira frase mostra a normalização e naturalização da violência. Ao dizerem que ela deveria ter paciência, queriam que aceitasse e suportasse os abusos sem reclamar, com resignação. A sentença *isso é assim mesmo, Deus quis assim* complementam essa visão de aceitação e resignação, indicando que a mulher deveria se conformar com as agressões e conviver com elas e, consequentemente, como se não tivesse solução para sair dessa situação. Dora salienta o impacto das reuniões para a mudança desse cenário. O emprego dos verbos *enfrentá-lo* e *revidava* evidenciam a sua reação contra a violência, buscando combatê-la e lutando para sair dessa situação.

Em seguida, as suas duas falas ressaltam a importância do apoio das outras mulheres, inclusive salvando-a de tentar o suicídio. A expressão *me tiraram do fundo do poço* significa que essas mulheres a resgataram de um estado de tristeza, de sentimento de derrota e de estar sem forças para lutar e viver, e a ajudaram a se recuperar e se fortalecer. Ao final, vemos o seu desejo de ajudar outras mulheres através das suas experiências. Novamente, a sentença *foram as mulheres que me salvaram* reforça o impacto da atuação e do apoio das outras mulheres para Dora, resgatando-a e ajudando a se libertar da situação de violência.

Já a SD111 mostra o relato de uma amiga que ofereceu apoio para uma mulher que estava enfrentando a violência. A sentença *caso ela quisesse denunciar e respeitei o ritmo dela* indica que a amiga se preocupou com o que a mulher desejava fazer e foi compreensiva, respeitando o seu tempo e as suas decisões. Em seguida, a sua fala ressalta a importância da união das mulheres, reforçado pelo uso dos termos *juntas* e *umas às outras*. O verbo *encorajar* se refere ao ato de atribuir coragem, de estimular e incentivar. A palavra *prisão* assinala que os relacionamentos abusivos prendem as mulheres, limitando-as e suprimindo a sua liberdade.

Em outra reportagem, a *AzMina* mostra que o apoio e a oferta de ajuda às vítimas de violência também podem ser vistos nos condomínios através de, por exemplo, recados nos elevadores, cartazes nos corredores e grupos de diálogos entre as mulheres. O objetivo é criar uma rede de apoio e confiança para se aproximar de uma vítima de violência naquele ambiente. É ressaltado que, em âmbito nacional,

existem leis estaduais que obriga os responsáveis pelos condomínios a comunicarem às autoridades policiais as situações de violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

Uma das matérias analisadas mostra o trabalho da grafiteira Panmela Castro que transforma relatos das mulheres sobre suas experiências de quarentena – por exemplo, a violência doméstica – em pinturas. A *AzMina* explica que a artista tem uma atuação feminista para promover os direitos das mulheres por meio da arte urbana, além de lutar contra a violência doméstica, da qual também foi vítima. Em entrevista à publicação, Panmela Castro descreve que recebe os relatos de uma mulher e, quando ela pinta esse retrato, é como se ela fizesse algo com aquela dor e sentimento que vivencia. Ela ainda complementa que busca incentivar mudanças e o fortalecimento das mulheres e que elas têm que dar apoio umas as outras, abrir o olho de outras mulheres para não cair em situação de violência e para não se relacionarem com homens machistas, controladores e violentos.

Há um texto em que a *AzMina* explica que o encarceramento dos homens que cometem violências contra a mulher não resolve esse problema, pois também é preciso pautar gênero nas escolas, falar sobre educação sexual e financeira, não reproduzir os estereótipos de gênero, acolher e ajudar as vítimas e fortalecer a independência dessas mulheres. Por isso, é reforçado a necessidade da formação de redes de apoio, na qual todas mulheres se fortaleçam, se emancipem, se organizem e lutem contra toda a estrutura patriarcal que as oprime, inclusive através das diferentes violências.

A respeito do corpo das mulheres, há várias matérias que mostram a luta contra a padronização de corpo ideal e a hipersexualização de seus corpos, incentivando o respeito à diversidade e a liberdade de escolha sobre como se vestir. Em uma delas, uma modelo plus size entrevistada pondera que a mulher precisa se amar e gostar do seu corpo, não fazendo dietas arriscadas em que deixa de comer ou procedimentos estéticos agressivos e prejudiciais em busca de um corpo ideal e de acordo com as normas impostas pela sociedade.

No que tange à política, a *AzMina* trata da inserção e atuação das diferentes mulheres na política, criticando as desigualdades de gênero e buscando representatividade e visibilidade para suas pautas. Um dos assuntos abordados é o empoderamento das mulheres indígenas que estão fazendo a resistência contra o

governo, com mobilizações e enfrentamento, e lutando por seu espaço na política, para ter voz e pelas demandas específicas dessa população.

Outro ponto é o incentivo à participação de mais mulheres na política, inclusive negras e indígenas, e pessoas LGBTQIA+, visando um aumento da diversidade. Em uma matéria, há uma discussão sobre os impactos da morte da vereadora Marielle Franco para o ingresso de outras no campo político, buscando atuar como lideranças políticas e ocupar posições de poder simbólico e material em espaços comunitários, sindicatos, associações, coletivos não governamentais organizados, nas estruturas formais do Estado ou no setor privado.

Em relação ao aborto, vários textos mostram a atuação de mulheres que têm uma luta ativista feminista por esse direito de escolha para as brasileiras, enfrentando preconceitos, xingamentos, ameaças e perseguições. Há relatos das mulheres que ajudam as mulheres a conseguir realizar o procedimento, inclusive através de projetos – por exemplo, auxílio jurídico e a doação de milhas aéreas para viajarem e abortarem em outros países. Nas matérias, podemos notar que essas mulheres lutam pelos direitos sexuais e reprodutivos e contra as violências nas mais diversas frentes, buscando serviços de saúde que as atendam de forma humanizada e que respeitem as suas escolhas.

Quanto às mulheres negras e ao racismo, a *AzMina* aborda assuntos como: a consideração das mulheres negras e indígenas e das suas demandas específicas para a formulação de políticas públicas; as associações e os movimentos sociais que ajudam as mulheres que estão na luta para comprovaram a inocência dos filhos presos injustamente; a sororidade entre mulheres negras e de classes populares em que umas cuidam dos filhos das outras; as gerações de mulheres negras que rompem o ciclo familiar do trabalho doméstico por conseguirem chegar ao ensino superior e ter outras profissões. Na área da saúde, um dos aspectos discutidos é que os profissionais respeitem a autodeclaração de cor dos pacientes e estejam atentos a questão racial e deem a devida importância às queixas e ao quadro clínico do paciente, sem se influenciarem pelo preconceito e estereótipos racistas.

A luta de mulheres quilombolas por seus direitos, como o acesso à educação, é uma das pautas da revista. Observemos o enunciado do texto 16:

> “*Foi uma luta* essa faculdade, porque *aqui não tem transporte*, né? Mas aí *um dia eu invadi a Câmara de Vereadores* da cidade e falei que *queria meu ônibus pra estudar*. *Invadi. Dei uma de maluca lá dentro*. Aí eles mandaram”,

> afirma Rejane, atualmente aluna especial do mestrado da Universidade Estadual da Bahia. (SD112 do Texto 16)

A SD112 traz o relato de uma mulher quilombola para conseguir fazer faculdade. No início do trecho, a palavra *luta* evidencia a dificuldade da situação e a necessidade de seu empenho para atingir seu objetivo. A sentença *aqui não tem transporte* destaca a falta de um serviço básico para ter acesso à educação naquele lugar – o quilombo –, fazendo uma crítica ao descaso do governo. O emprego duas vezes do verbo *invadi* denota que a mulher promoveu a sua entrada na Câmara de Vereadores para reivindicar seu direito ao transporte. A frase *dei uma de maluca lá dentro* indica que teve de se empenhar para ser ouvida, agindo de forma que poderia ser considerada uma pessoa louca e que perdeu o juízo.

Em algumas matérias, a *AzMina* faz críticas à mídia, refletindo sobre o papel dos meios de comunicação e a contribuição deles com a reprodução dos estereótipos e a perpetuação das opressões contra as mulheres. Essa atuação da mídia não promove o empoderamento e fortalecimento delas para lutar contra as diferentes violências cotidianas e opressões que sofrem.

A inserção e a atuação das mulheres no mercado de trabalho também é um dos assuntos destacados pela revista. Por exemplo, há a abordagem dos desafios enfrentados pelas mulheres nas áreas de destaque para o futuro do trabalho, como o setor de tecnologia, computação e robótica. Analisemos os trechos do texto 25:

> E *o processo de inclusão e ascensão no setor passa pela desconstrução de estereótipos e estreitamento de redes de apoio*, *para evitar inclusive assédios*. (SD113 do Texto 25)

> "*As redes de apoio ajudam muito. Ver que outras mulheres passaram pelos mesmos programas de treinamento e hoje ocupam cargos de gestão dá força para quem está começando*", revela Aline. (SD114 do Texto 25)

A SD113 assinala os dois aspectos necessários para a inclusão e ascensão das mulheres na área de tecnologia – *desconstrução de estereótipos e estreitamento de redes de apoio*. O primeiro significa uma prática de reflexão sobre os comportamentos preconceituosos perpetuados em sociedade com o intuito de evidenciar as desigualdades e trabalhar para combatê-las e mudar os comportamentos. Já o segundo se trata do fortalecimento e consolidação das redes de apoio que visam ajudar as mulheres. A *sentença evitar inclusive assédios* ressalta a necessidade dessas práticas para combater e eliminar os assédios contra as

mulheres. Para além da palavra *inclusão*, o uso do termo *ascensão* mostra que a preocupação não deve ser apenas a inserção das mulheres nas diferentes áreas de trabalho, mas sim também a promoção de oportunidades para que possam se desenvolver e evoluir dentro da hierarquia, alcançando cargos cada vez mais relevantes.

Na SD114, vemos a importância das *redes de apoio* e a noção de empoderamento das mulheres evidenciada pelo sentido dos termos *apoio*, *ajudam* e *dá força* que transmitem a ideia de suporte, auxílio e fortalecimento para elas. Observamos o complemento entre uma conjuntura que serve de exemplo – no caso, *ver que outras mulheres passaram pelos mesmos programas de treinamento e hoje ocupam cargos de gestão* – para uma situação no presente que está iniciando – no caso, *dá força para quem está começando*. A expressão *cargos de gestão* se refere às atividades de liderança e de chefia dentro das empresas que são, em geral, ocupações de autoridade e mais bem remuneradas.

Em um dos textos analisados, a equipe da *AzMina* organizou um vídeo em que a diretora da revista, Carolina Oms, respondia comentários que receberam em um vídeo anterior que ela teve um debate com um defensor dos direitos dos homens. Alguns dos comentários foram: “Mas e os direitos dos homens?”, “Por que as pessoas não se preocupam em ser ativistas dos direitos do ser humano?”, “Feminismo é algo que toda mulher deveria ser e todo o homem deveria refletir?” e “Feminismo é exatamente a mesma coisa que machismo”.

A diretora explica que nenhuma mulher é obrigada a ser feminista, que o feminismo é uma libertação e que a história prova que, a partir da luta feminista, as mulheres conquistaram seus direitos. Ela considera que o feminismo é refletir sobre as desigualdades de gênero, incluindo as que são ruins para os homens. Carolina reforça que o feminismo não é o contrário de machismo – porque este é um sistema de opressão – e que as feministas defendem todos os seres humanos e não querem a morte dos homens.

Em entrevista à *AzMina*, a escritora e professora Heloísa Buarque de Hollanda conta sobre sua nova versão de militância, na qual trabalha para contribuir com a formação e inspiração de uma nova geração de feministas – que chama de suas netas. Ela está escrevendo uma série de livros sobre teorias feministas e a diversidade de pensamentos do feminismo brasileiro, documentando o ativismo que conheceu na década de 1980 e as suas vivências nessa história do feminismo. Heloísa avalia que

seu trabalho é o de registrar ao máximo, compartilhar o saber e dar o máximo possível de informação paras as meninas feministas que estão vindo.

Há uma matéria da revista que traz diversos pontos de vistas de pensadoras feministas a respeito do feminismo que queremos. Uma das pensadoras pondera que quer um feminismo de mulheres de todas as idades, corpos e jeitos que se unem para proteger uma menina anônima. Algumas delas entendem que o feminismo deve ser mais inclusivo, não sendo supremacista branco, e no qual todas as mulheres possam se sentir abraçadas dentro da luta, se sentir representadas, ser atuantes e participar ativamente das transformações e das proposições, reconhecendo as diferenças. Outras refletem sobre a necessidade de olhar para as mulheres onde o feminismo não chega – e, até por isso, rejeitam o feminismo –, e de um feminismo que esteja disposto a pensar criticamente e questionar, primeiro, suas próprias limitações e onde se encontram as raízes que amarram suas práticas às ações machistas, racistas, classistas e excludentes com as diferentes mulheres.

A partir do que foi discutido, observamos que essa territorialidade comunicacional evidencia a atuação da *AzMina* para promover o empoderamento e à autonomia das diferentes mulheres através da divulgação de informações, da problematização das desigualdades de gênero – com a intersecção com as outras opressões – e da exigência por mudanças que visem a melhoria da realidade das mulheres na sociedade. Há a reivindicação de direitos e serviços básicos para elas e a realização de críticas às instituições e ao governo que não estão atuando favoravelmente diante das suas demandas.

Diante disso, no próximo capítulo, discorremos a respeito das territorialidades comunicacionais identificadas na *Revista AzMina* e dos sentidos evidenciados por elas. Ademais, tratamos sobre a relação dessas territorialidades com as pautas dos movimentos feministas contemporâneos e com a equidade de gênero.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, discutimos sobre a articulação das nove territorialidades comunicacionais para compreendermos os sentidos evidenciados pela *Revista AzMina*, destacando as duas formações discursivas nas quais esses sentidos podem ser agrupados. Abordamos, ainda, as relações dessas territorialidades com as pautas feministas contemporâneas, a equidade de gênero e a promoção de um desenvolvimento mais inclusivo.

8.1 Territorialidades comunicacionais, sentidos produzidos e relação com a equidade de gênero

Nessa pesquisa, entendemos que as territorialidades são comportamentos e produções sociais a partir do espaço, sendo que elas são vistas nas relações cotidianas. Ela se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, está presente em todas as relações e pode ser considerada como a face vivida da face agida do poder (RAFFESTIN, 1993).

Rosana Borges (2013) pondera que a apropriação de um território é simbolicamente construída, existindo atribuição de significados. Nesse sentido, as territorialidades comunicacionais de mulheres evidenciadas pela mídia independente *Revista AzMina* expressam a apropriação simbólica dos territórios pelas mulheres e suas atribuições de significados, contribuindo com a construção social da realidade das diferentes mulheres brasileiras. A territorialidade nos humanos é enraizada social e geograficamente, relacionando-se com as formas como as pessoas se organizam no espaço e como dão sentido ao lugar (SACK, 1986).

Essas territorialidades comunicacionais produzem sentidos de e para mulheres, pois o jornalismo é uma atividade que produz sentidos através dos discursos que propaga. Ângela Felippi e Ana Carolina Escosteguy (2013) ressaltam que o jornalismo é entendido como instituição e prática social, estruturado em um contexto histórico, econômico, político e social, que condiciona seu exercício e também sofre sua ação.

Ao tratarmos de territorialidades de mulheres, consideramos que as relações de gênero estão presentes no cotidiano e impactam em diferentes territorialidades para as diferentes pessoas, pois a nossa sociedade tem relações desiguais de gênero

enraizadas, que se baseiam no patriarcado e na dominação dos homens. Para Maria Schefler (2018), a intenção do movimento feminista é romper com o silêncio e a cegueira de gênero, territorializando os espaços e reivindicando que as mulheres falem por elas mesmas, a partir de suas experiências e seu lugar social no mundo.

As territorialidades de mulheres são manifestações de luta e resistência contra o patriarcado e a dominação que estão presentes na vida cotidiana, pois são reproduzidas nas relações interpessoais, nas instituições, nas esferas pública e priva, etc. Carole Pateman (1993) considera que a estrutura da nossa sociedade e vidas cotidianas incorpora a concepção patriarcal da diferença sexual. Por isso, as territorialidades evidenciadas demonstram os efeitos das relações de desiguais de gênero permitem o direito patriarcal, da reprodução de papéis sociais estereotipados, da divisão sexual do trabalho e da divisão de espaços e funções para homens e mulheres, dentre outros problemas e assimetrias de gênero.

Inserida em um contexto simbólico-cultural, a *Revista AzMina* é uma mídia que evidencia como as mulheres territorializam os espaços e reivindica que elas possam ter voz para falar de suas vivências. Trata-se de combater as desigualdades de gênero e romper com a visão androcêntrica de mundo, na qual as mulheres, que foram historicamente silenciadas, estiveram representadas pelos homens, que foram socialmente legitimados para falar por elas (SCHEFLER, 2018). As territorialidades de mulheres que identificamos são baseadas nas relações desiguais de gênero e nas relações estabelecidas pelas diferentes mulheres nos espaços que vivenciam e se apropriam.

A territorialidade de mulheres pode ser entendida como um fenômeno em permanente mutação, que é construído e reconstruído a partir das ações humanas, nas quais se estabelecem as relações afetivas, de trabalho, políticas, etc. (SCHEFLER, 2018). Observamos que o jornalismo da *AzMina* se apropria comunicacionalmente do território para evidenciar as territorialidades das mulheres em relação as suas vivências cotidianas associadas, por exemplo, às violências, medos, política, maternidade e trabalho.

Também, expõe territorialidades que contestam instituições sociais e governamentais e as normas de gênero impostas na sociedade, bem como mostram territorialidades que promovem o empoderamento, valorizam a diversidade e buscam ser mais inclusivas e solidárias. Cada territorialidade de mulheres implica na reconstrução das relações estabelecidas em novas bases, mais equitativas e menos

desiguais, contemplando as dimensões social, cultural (simbólica, de pertencimento), econômica, política e natural (SCHEFLER, 2018). Isso porque a construção de uma territorialidade perpassa todas as dimensões da vida em sociedade – social, cultural, política, econômica, natural, etc. Ou seja, as territorialidades identificadas nesse trabalho não se referem apenas a dimensão simbólico-cultural e comunicacional, mas sim influenciam e são influenciadas por outras dimensões.

A partir da análise dos textos, constatamos que a *Revista AzMina* amplia o conceito de mulher, trabalhando com a perspectiva de gênero e abordando temáticas e vivências das diferentes mulheres – indígenas, negras e quilombolas, por exemplo – e das pessoas LGBTQIA+ nos seus textos – algo que nem sempre vemos no jornalismo convencional. A publicação utiliza uma linguagem inclusiva em suas matérias a fim de contemplar e respeitar a diversidade de pessoas.

Ao consideramos que o jornalismo é um campo de tensão e disputas, a *AzMina* mostra diferentes pontos de vista e territorialidades que tensionam instituições sociais e governamentais – por exemplo, com críticas à polícia, ao governo, ao judiciário, à mídia e aos serviços de saúde – e disputam um espaço no cenário jornalístico e comunicacional para as vozes e demandas das diversas mulheres. Inclusive, revela tensões e disputas internas do próprio feminismo, contemplando diferentes mulheres e pessoas LGBTQIA+, vertentes, temas e termos. Há ainda o tensionamento e a disputa de espaço com as concepções e territorialidades dominantes baseadas na dominação dos homens e nas normas de gênero impostas, que são contestadas a todo o momento pela revista.

Nas territorialidades comunicacionais de mulheres identificadas, constatamos que as violências e os preconceitos são formas de desempoderar as mulheres e pessoas LGBTQIA+, os quais são reproduzidos por pessoas e por instituições, e, para combatê-los, é necessário um trabalho de empoderamento desses sujeitos a fim de que possam lutar contra essas situações. Podemos observar uma falta de empoderamento das mulheres, pois elas vivem com medo e sofrendo continuamente, e que as instituições, como as organizações de saúde e a polícia, colaboram com os medos porque reproduzem preconceitos.

As problematizações apresentadas pela *AzMina*, como a falta de uma rede estruturada para acolher as mulheres em situação de violência, as dificuldades para fazer denúncias, as propostas de lei desfavoráveis para elas e as tentativas de modificar a Lei Maria da Penha, mostram que as movimentações políticas estão

focadas na punição dos agressores, não considerando como podem ajudar as vítimas. A concentração territorial das delegacias especializadas em centros urbanos também é criticada pela *AzMina*, pois dificulta o acesso à assistência por mulheres que vivem longe desses lugares.

Nas territorialidades, vemos os relatos, lutas e reivindicações das mulheres sobre a realidade que vivenciam nos diferentes espaços e podemos observar os preconceitos, discriminações, abusos e violências que enfrentam diariamente por serem mulheres. Notamos que a nossa cultura reforça o patriarcado e o machismo, colaborando com reprodução dos preconceitos e violências contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+. Essas discriminações estão enraizadas na cultura, refletindo em todas as instituições como, por exemplo, na mídia, que segue perpetuando os diversos preconceitos.

Na cultura, apreendemos, através da socialização, as normas e os papéis de gênero impostas pela sociedade. Elas influenciam na manutenção e reprodução das desigualdades de gênero, dos preconceitos e das violências, pois, se uma pessoa tem algum comportamento contrário ao que é atribuído a seu gênero, ela sofre com essas adversidades.

Um dos exemplos dessa realidade destacados pela *AzMina* é a violência de gênero é muito marcante na política, nos esportes e no jornalismo, pois são consideradas áreas em que as mulheres não deveriam participar e as ofensas e ameaças proferidas buscam afastá-las da esfera pública a fim de que se voltem mais para o ambiente doméstico e familiar. Outro exemplo é a recusa de uso da linguagem neutra e do nome social de pessoas trans também são manifestações de preconceito enraizados culturalmente.

A discussão acerca do racismo estrutural e institucional evidencia como ele está presente e afeta várias instituições da sociedade, influenciando nas experiências das mulheres negras, quilombolas e indígenas, gerando grande sofrimento. Observamos que o racismo institucional e a discriminação contra lésbicas estão presentes nos atendimentos médicos, afastando as mulheres dos serviços de saúde.

Na esfera econômica, a *AzMina* problematiza as desigualdades no mercado de trabalho, a presença das mulheres nos empregos informais, a divisão sexual do trabalho e a economia do cuidado. Outro aspecto é que as dificuldades financeiras das mulheres na pandemia implicaram em uma maior exposição ao vírus, pois precisaram sair nas ruas para trabalhar e garantir o sustento da família.

Já as mulheres mães, enfrentam obstáculos para se manter no mercado de trabalho, inclusive necessitando, às vezes, escolher entre cuidar dos filhos ou trabalhar. Há ainda as que conciliam o trabalho nas suas profissões e as tarefas da casa e do cuidado dos filhos e da família, gerando a sobrecarga e o sofrimento dessas mulheres. Outro ponto citado é as dificuldades para o recebimento de benefícios como salário-maternidade e pensão alimentícia.

Vemos que as condições financeiras, muitas vezes, são decisivas na hora em que mulheres precisam realizar o aborto e não conseguem pelos meios oficiais. Assim, as mulheres que possuem mais recursos econômicos conseguem pagar por clínicas e médicos particulares e viajar para outros lugares, garantindo condições mais seguras durante o procedimento. Já as que têm recursos escassos, precisam procurar por serviços clandestinos inseguros, expondo-se a riscos de saúde com complicações e até de morte.

Observamos que as violências e preconceitos podem ser reproduzidos no trabalho e na procura por empregos, contribuindo para que as mulheres e pessoas LGBTQIA+ convivam com o sentimento de medo e enfrentem obstáculos no mercado de trabalho. A questão da violência patrimonial e a dependência financeira são fatores que influenciam nas relações econômicas das mulheres. Os medos também influenciam nos problemas financeiros das mulheres – como no caso de escolher ficar em casa sem trabalhar para cuidar dos filhos com medo de que possam ser presos novamente.

Em relação à maternidade, a *Revista AzMina* contesta a noção de que a maternidade é natural para as mulheres, sendo um papel que elas devem cumprir – concepção excludente baseada nas normas de gênero impostas pela sociedade. A publicação propõe a desromantização da maternidade e a desconstrução de diversos estereótipos de gênero relacionados a esse tema, enfatizando que a maternidade é construída e está além de apenas um processo biológico e fisiológico. Quanto à diversidade, são incluídas as vivências e as questões específicas enfrentadas por mulheres negras e lésbicas nas suas formas de maternar.

Notamos que a *AzMina* procura mostrar as diferentes experiências que as mulheres têm em relação ao aborto e aos direitos sexuais e reprodutivos, os obstáculos enfrentados e os seus sofrimentos, bem como fazem críticas as instituições de saúde e aos sistemas legislativo e judiciário. Uma das temáticas trabalhadas é a explicação dos casos em que a interrupção da gravidez é permitida

por lei no Brasil e critica a atuação do Estado ao não assegurar o direito à saúde integralmente para as mulheres. Ao informar as mulheres sobre o aborto, métodos, onde pode ser feito e como podem lutar por seu direito, a revista contribui com a promoção da informação e empodera as mulheres para que consigam escolher com consciência e liberdade. Ademais, é evidenciado a luta e o ativismo de mulheres para ajudar as outras na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

Outro ponto destacado é o descumprimento de direitos das mulheres e as dificuldades enfrentadas para fazer com que sejam cumpridos, especialmente em relação ao aborto, aos direitos sexuais e reprodutivos e a entrega de crianças para a adoção. A *AzMina* critica as violações do direito à maternidade e o não cumprimento de certos direitos das mães – como, por exemplo, o direito à prisão domiciliar –, bem como faz exigências por um debate público e políticas públicas que analisem as condições das mulheres em relação à maternidade nos vários setores da vida social, assegurando seus direitos, escolhas e acessos.

As lutas na justiça ou a necessidade de viajar para outros países para poderem realizar o aborto são abordadas pela revista, evidenciando as falhas das instituições. No caso das organizações de saúde, a revista analisa criticamente as suas atuações ao não oferecerem os serviços de aborto, descumprindo a lei, e a negligência nos atendimentos às mulheres. Há também as tentativas conservadoras de impedir as mulheres de acessarem serviços de saúde sexual e reprodutiva por considerarem que existe um estímulo ao aborto, bem como as tentativas de mudanças nas leis impulsionadas pelo movimento conservador a fim de dificultar e impedir o acesso ao aborto, buscando criminalizá-lo.

Os julgamentos e a retaliação da sociedade em relação às mulheres que sofrem violência, com a culpabilização da vítima, são fatores que fortalecem a discriminação e a reprodução da violência, causando sofrimento e problemas de saúde mental para as mulheres e encorajando os agressores. Ademais, a aceitação e a normalização da violência pelas pessoas contribuem para manutenção dessa realidade.

Essa situação provoca diversos medos gerados pelas diferentes violências que as mulheres enfrentam causados pelos agressores, pelas instituições e pela sociedade. Há um contexto cultural que culpabiliza a vítima, julgando-a e expondo a represálias, ao invés de apoiá-las e responsabilizar os agressores, bem como as

instituições tratam com descaso as denúncias de violência, gerando medo nas mulheres.

Constatamos que as diferentes mulheres têm medos específicos que se relacionam a suas experiências como negras, lésbicas, indígenas e trans. Há ainda os medos provocados ao agirem em desacordo com as normas e papéis impostos para as mulheres na sociedade, além das preocupações estéticas e de saúde que causam medos.

Compreendemos que muitos problemas e dificuldades de saúde mental, física e sexual das mulheres estão relacionados a questões culturais devido às normas de gênero, às diversas violências sofridas e aos tabus a respeito de determinados assuntos, como o aborto e a sexualidade. Quanto às normas impostas aos gêneros, vemos que elas sofrem com a pressão para se encaixar em padrões estéticos, de beleza e de corpo ideal – situação intensificada no contexto pandêmico –, o que prejudica as suas saúde mental e física na busca para atingir esse objetivo, tendo de conviver com transtornos alimentares, depressão, ansiedade e problemas de autoestima.

No que tange à saúde mental, vemos que a sobrecarga com os trabalhos em casa e na profissão causam problemas de saúde mental para as mulheres. Outro ponto é o fato de que o recorte de classe social influencia nas opressões e, consequentemente, nos sofrimentos vivenciados pelas mulheres, bem como o machismo e o racismo impactam na saúde mental das mulheres.

Através dos seus textos, a *AzMina* tem uma postura de informar as mulheres sobre política, economia, maternidade, saúde, aborto, direitos, feminismos, etc., inclusive com a preocupação de contemplar as experiências específicas das diversas mulheres e de exigir mudanças que melhorem a realidade delas. Essa prática de informar e orientar as mulheres para que elas possam tomar decisões com conhecimento e liberdade contribui com o seu empoderamento.

Ao analisarmos as territorialidades comunicacionais identificadas, constatamos que todas elas contribuem com a promoção da equidade de gênero. A primeira territorialidade de mulheres, relacionada ao assédio e a violência, evidencia os diversos preconceitos e violências enfrentados por mulheres e pessoas LGBTQIA+, colocando-se contra essa realidade, apresentando formas de combatê-los e defendendo que a sociedade deveria apoiar e acolher as vítimas, além de trabalhar para desencorajar os agressores.

A segunda territorialidade sobre medos cotidianos está ligada com a equidade de gênero, pois ressalta os diferentes medos enfrentados pelas mulheres no cotidiano, problematizando as práticas dos homens, dos agressores, da sociedade e das instituições. A rotina de medos constantes gera um enorme sofrimento nas mulheres, impedindo-as de viverem suas experiências com liberdade. Por isso, a *AzMina* contesta essa realidade e trabalha para a eliminação desses medos, que é um fator necessário para alcançarmos à equidade de gênero.

A terceira territorialidade contribui com a equidade de gênero pelo fato de informar as mulheres, apresentar as suas experiências e problematizar as assimetrias de gênero, visando evidenciar o sofrimento mental e os problemas de saúde delas. Ao abordar pautas como a ressignificação da menopausa e a ruptura com os tabus relacionados a sexualidade, mostram outras experiências que podem ser vivenciadas, promovendo o empoderamento e condições favoráveis à equidade.

A quarta territorialidade promove a equidade de gênero porque se concentra em informar as mulheres sobre o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos – que também é um dos temas atuais mais debatidos pelo feminismo contemporâneo. A *AzMina* atua para evidenciar os casos em que os direitos não são cumpridos e necessidade de respeitarmos a liberdade de escolha das mulheres, reforçando que elas não podem ser discriminadas por escolherem interromper uma gravidez e precisam receber o devido atendimento de saúde integral, garantido pelo Estado.

A quinta territorialidade, ao mostrar as diferentes realidades e experiências na maternidade, inclui as diversas mulheres com seus diversos problemas, contribuindo para a equidade de gênero. A contestação das normas de gênero impostas e da romantização da maternidade promove a reflexão sobre esses aspectos, desconstruindo concepções estereotipadas e propondo visões mais amplas a respeito da maternidade e das possibilidades de maternar, empoderando as mulheres na luta pelos seus direitos

A sexta territorialidade promove o empoderamento e contribui com a equidade de gênero por evidenciar os problemas e as desigualdades entre homens e mulheres na política e nos esportes, criticando as normas de gênero impostas às mulheres nesses campos. A *AzMina* evidencia a representatividade das diferentes mulheres e pessoas LGBTQIA+ ou a falta dela nesses dois campos e os impactos das suas atuações, buscando uma condição de equidade para todos os indivíduos.

A sétima territorialidade, relacionada à diversidade e interseccionalidade, contribui com a equidade de gênero por reconhecer os diferentes sujeitos e promover o seu empoderamento, problematizando o preconceito, as opressões e as demandas específicas que encaram em seu cotidiano. Há o incentivo ao respeito e à valorização da diversidade, mostrando diversas possibilidades de identificação, visibilizando essas pessoas e suas demandas. Além disso, apresenta a concepção de um feminismo inclusivo, no qual todas as mulheres e pessoas LGBTQIA+ podem participar e se sentir representadas.

A oitava territorialidade colabora com a equidade de gênero porque analisa criticamente a realidade das mulheres em relação ao trabalho e às condições econômicas dentro de nossa sociedade, ressaltando as desigualdades de gênero e a invisibilização dos trabalhos reprodutivos e de cuidado não valorizados e não remunerados. Ao tratar desses assuntos, a *AzMina* promove o empoderamento e a inclusão das mulheres nas diversas instituições e campos.

A nona territorialidade contribui com a equidade de gênero porque busca o fortalecimento e o encorajamento das mulheres diante dos problemas cotidianos, bem como estimula o respeito à diversidade e que o empoderamento seja de todas as mulheres e pessoas LGBTQIA+. É uma atuação para que as mulheres possam escolher e tomar decisões com liberdade, autonomia e informação e construir redes de apoio, contribuindo com a promoção de um desenvolvimento equitativo e mais inclusivo.

A partir disso, podemos entender que o jornalismo mostra e constrói um cotidiano, inclusive através de seu discurso, já que, como destaca Certeau (1998), o cotidiano compreende as práticas comuns e artes de fazer cotidianas das pessoas, que estão conectadas às atividades sociais e inseridas na cultura. Nesse sentido, o jornalismo da *AzMina* expressa as práticas e artes de fazer cotidianas das mulheres brasileiras, que relacionam com as suas atividades sociais em várias esferas dentro da nossa cultura.

Através dos discursos, a *AzMina* produz sentidos sobre a realidade cotidiana das mulheres brasileiras e esses sentidos podem ser agrupados em duas formações discursivas: **análise pela perspectiva de gênero e/ou das mulheres**; **luta e sofrimento das mulheres**. Ressaltamos também que esses são os dois códigos (temas) com maior incidência na análise temática dos textos da *Revista AzMina*, estando presentes em todas as territorialidades comunicacionais.

A primeira formação discursiva, análise pela perspectiva de gênero e/ou das mulheres, refere-se ao fato de a *AzMina* sempre abordar as pautas fazendo o recorte de gênero e/ou das mulheres. Isso produz um sentido de que todos os assuntos e acontecimentos se relacionam com as mulheres e com as questões de gênero e impactam nas suas vivências cotidianas, ressaltando a necessidade de serem problematizados por essa perspectiva que não desconsidera o gênero nem prioriza apenas a ótica dos homens.

Já a segunda formação discursiva, luta e sofrimento das mulheres, diz respeito à demonstração das lutas e sofrimentos cotidianos delas a partir das suas realidades específicas. Há a produção de um sentido de que as mulheres, ao lidar com as situações e relações cotidianas, vivem uma rotina de luta – pelos direitos, pelas suas reivindicações, por espaço, para fazer sua voz ser ouvida, contra abusos e violências, etc. – e enfrentam sofrimentos contínuos – medos das violências, convivência com machismo e racismo, imposição de normas de gênero, descaso das instituições de saúde e governamentais, entre outros –, precisando buscar forças para encarar essa realidade.

A respeito das mulheres, as territorialidades identificadas mostram a sua luta contra a dominação e a subordinação, suas práticas de resistência e visibilizam as desigualdades que vivenciam diariamente. Na *Revista AzMina*, as mulheres têm lugar de voz e fala e podem construir e expressar suas identidades, suas atribuições de significado e suas territorialidades. Elas também inspiram e incentivam outras mulheres a evidenciarem as suas demandas e as dificuldades que enfrentam e a participarem da luta pela equidade. O empoderamento é uma das estratégias do feminismo para garantir o direito das mulheres a uma vida livre de todas as formas de opressão e violências (SCHEFLER, 2018).

Ao analisarmos a *Revista AzMina*, compreendemos a sua relação com as pautas e debates feministas contemporâneos, inseridos na quarta onda feminista. Fabiana Martinez (2021) considera que a relação entre mulheres e mídias digitais – uma característica da quarta onda feminista – contribui para que o feminismo esteja no imaginário cultural das diversas mulheres, com suas vivências e marcadores sociais. A partir dessa pesquisa, podemos ver que a *Revista AzMina* é um exemplo de mídia digital que foca nas mulheres e aborda as pautas feministas, realizando contribuições para não só para os debates feministas, mas para as diferentes

mulheres ao divulgar informações e analisar diferentes temas com o recorte de gênero.

A atuação da *AzMina* considera as diferenças e a interseccionalidade não só entre as mulheres e as pessoas LBGTQIA+, mas também entre os feminismos, mostrando suas ideias e reivindicações, bem como dissemina conhecimentos que contribuem para o combate da violência de gênero, racismo, machismo, homofobia e LGBTfobia. Outro ponto é que a revista evidencia e problematiza as concepções patriarcais que estão enraizadas nas instituições e esferas sociais, e faz críticas aos movimentos conservador e neoliberal e suas tentativas de desvalorizar os direitos das mulheres nos vários setores da sociedade. Essas são características da quarta onda feminista na América Latina e se relacionam com a concepção do campo crítico emancipatório das diferenças proposto por Marlise Matos (2014), que faz a crítica a todas as formas de opressão, considera as diferenças porque elas fazem parte das identidades individuais e coletivas e entende que as áreas da sociedade estão interligadas.

Com seu enquadramento dos feminismos como campos discursivos de ação, Sonia Alvarez (2014) identifica que o momento atual da América Latina contempla os discursos e as práticas de feminismos plurais, além de discussões sobre corporalidades, sexualidades e identidades de gênero. No caso da *Revista AzMina*, podemos identificar discursos que pluralizam a categoria mulher e o debate feminista, incluem termos que estão surgindo para contemplar essa diversidade e fazem a tradução das pautas e realidades dos diferentes sujeitos.

Diante disso, a *Revista AzMina* promove informações e reflexões que contestam as estruturas de poder e as relações desiguais de gênero já legitimadas pela sociedade – e por alguns meios de comunicação convencionais. Ao compreender o território como um espaço construído a partir das inter-relações entre os agentes sociais, ele tem um papel na construção dessas relações e na legitimação dos discursos que resultam na subordinação e invisibilidade das mulheres e do seu trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva (MANTOVANI; AREOSA, 2022).

O jornalismo tem a capacidade de construir futuros por meio de seu funcionamento discursivo e de provocar transformações na cultura. Nesse caso, a *Revista AzMina* busca promover um futuro mais equitativo e inclusivo, que seja melhor para as mulheres e pessoas LGBTQIA+. Na medida em que os significados e as práticas mudam, a cultura também se transforma, e essa mudança pode ser o

resultado da transformação das formas injustas e desiguais como se organiza a vida social (SCHEFLER, 2018). As territorialidades comunicacionais identificadas pertencem às dinâmicas sociais das mulheres na contemporaneidade e estão em constante articulação e rearticulação, influenciando e sendo influenciadas pelas várias dimensões da vida social.

As análises territoriais devem ser capazes de identificar os sujeitos em sua diversidade e devem atentar que, mesmo integrando um mesmo território físico, homens e mulheres vivenciam as situações de forma diversa, tendo experiências e necessidades de gênero diferenciadas (SCHEFLER, 2018). Ao questionar as relações de poder hierárquicas e desiguais entre mulheres e homens e fazer a intersecção com classe social, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, localização geográfica e geração, a *Revista AzMina* reconhece as diferentes mulheres e pessoas LGBTQIA+, respeita a diversidade e visibiliza suas vozes e demandas. Através das territorialidades comunicacionais, há a possibilidade de ter uma contribuição para um desenvolvimento territorial mais inclusivo não só devido à promoção da equidade de gênero, mas também porque entende as mulheres como sujeitos que atuam e participam desse processo e trabalha para que tenham empoderamento, autonomia e liberdade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, constatamos territorialidades comunicacionais evidenciadas pelo jornalismo independente feminista da *Revista AzMina*, baseadas nas vivências cotidianas das mulheres brasileiras, considerando a diversidade das mulheres e o aspecto interseccional. Para tanto, discutimos a respeito do conceito e das características das territorialidades e dos territórios, relacionando com a comunicação, seus processos e práticas e entendendo a relevância da problematização da questão de gênero, das mulheres e da equidade para o desenvolvimento territorial inclusivo.

Discorremos sobre as reivindicações feministas históricas e contemporâneas para a transformação das condições de vida das mulheres e o combate às desigualdades de gênero, bem como elaboramos um panorama acerca dos jornalismos feminino e feminista para compreendermos como as mulheres utilizavam a comunicação para visibilizar suas pautas. Ademais, buscamos conceituar o jornalismo independente, apresentando algumas experiências do Brasil e da América Latina, e caracterizar o jornalismo independente feminista, mostrando as iniciativas brasileiras e a *Revista AzMina*. Constatamos as diferenças das mídias independentes e convencionais e as dificuldades envolvidas na produção de conteúdo, alcance do público e para garantia da sobrevivência financeira das experiências independentes, bem como identificamos que as mídias independentes brasileiras estão concentradas na Região Sudeste – algo que também é visto com os meios de comunicação convencionais.

A articulação entre Estudos Culturais, Epistemologias Feministas e Geografias Feministas nos possibilita uma compreensão mais ampla e crítica a respeito dos temas abordados nessa pesquisa. Essas teorias contribuíram com a análise das territorialidades comunicacionais que envolvem aspectos e práticas culturais, reivindicações e posicionamentos feministas e relações socioespaciais das mulheres no território brasileiro.

A partir da análise de conteúdo, identificamos os temas abordados nos textos da *AzMina* e agrupamos esses temas em nove categorias que são as nove territorialidades comunicacionais de mulheres constatadas nessa pesquisa, nas quais evidenciamos as suas vivências cotidianas. Através da análise de discurso, destacamos as marcas discursivas e os sentidos produzidos pelo discurso da revista a respeito das diferentes mulheres e de suas realidades.

Entendemos o território como um campo de poder manifestado de formas simbólicas e materiais, no qual vemos disputas, conflitos e relações assimétricas entre sujeitos e grupos hegemônicos e contra-hegemônicos. As territorialidades pertencem as dinâmicas sociais e expressam relações de disputa, poder, diálogo, expressão e representação, sendo construídas com elementos de ordem social, histórica, cultural, política e econômica e sendo passível de transformação poque está em permanente articulação e rearticulação.

Constatamos que a *Revista AzMina* apresenta uma diversidade de mulheres, fontes e realidades – que envolvem gênero, etnia/raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, etc. Embora existam mais textos que abordem as questões das mulheres de zona urbana, a publicação também aborda as demandas das mulheres periféricas e do interior, fazendo a intersecção com outras categorias. Podemos considerar que a *AzMina* olha para os diferentes territórios das diferentes mulheres, questionando e problematizando as suas vivências cotidianas em cada um deles.

As territorialidades comunicacionais representam as vivências cotidianas das mulheres brasileiras de combate contra a discriminação, dominação, exploração e invisibilização e de luta por uma realidade mais solidária, inclusiva, diversa, plural e democrática. Essas territorialidades contrastam com as territorialidades dominantes que são ditadas pela lógica patriarcal, machista, racista e LGBTfóbica e seus comportamentos de discriminação enraizados através do processo de socialização.

As territorialidades evidenciam experiências e práticas de resistência e de luta pelos direitos e contra as diversas violências e discriminações, bem como expressam suas atribuições de significados e ressignificados as suas vivências, papéis, cotidiano e realidade. Tais territorialidades mostram reivindicações como: poder de decidir sobre seus corpos; eliminação da rotina de medos e violências; participação no mercado de trabalho e valorização do trabalho doméstico e reprodutivo; inserção e acesso às instituições e aos diversos espaços nas esferas pública e privada; respeito à diversidade e a inclusão de todas as mulheres e pessoas LGBTQIA+; liberdade, autonomia e empoderamento.

Desse modo, as mulheres são vistas como protagonistas da construção dos territórios e afirmam suas identidades e territorialidades que expressam suas especificidades de gênero, etnia/raça, classe social, orientação sexual, etc., tensionando as instituições e questionando o sistema patriarcal, machista e opressor

em que vivemos. O feminismo contribui para uma prática jornalística, como a da *Revista AzMina*, que respeita as diferenças, dá voz a sujeitos e grupos até então marginalizados e problematiza os temas e acontecimentos a partir do recorte de gênero e de outras opressões, promovendo a equidade de gênero e possibilitando a transformação social.

Os processos de comunicação estão na base da vida em sociedade e se inserem no campo de poder simbólico. Compreendemos que os diferentes meios de comunicação produzem discursos que são formas de representação do mundo, mas também criam significações e sentidos de acordo com as práticas e estratégias que adotam e pelas quais se orientam. Ao tratar de assuntos do cotidiano, o jornalismo dá visibilidade aos valores, práticas e relações dos indivíduos e grupos sociais, atuando para consolidar seus discursos. Ou seja, pode, por exemplo, reiterar ou combater as desigualdades existentes. Por isso, é um espaço de disputa de poder e hegemonia.

No caso da *Revista AzMina*, ela promove sua forma de representar o mundo a partir do ponto de vista das diferentes mulheres, gerando significações e sentidos específicos. Por meio do texto verbal e não verbal, manifesta seu discurso e busca evidenciar e problematizar a ordem estabelecida e contestar a manutenção das estruturas sociais. As territorialidades comunicacionais mostram as disputas discursivas das mulheres evidenciadas através do jornalismo independente.

A comunicação tem um papel central na luta e na conquista de direitos para as pessoas, que são elementos importantes para o desenvolvimento. O “jornalismo só faz sentido na democracia, na observância dos direitos humanos, numa sociedade que cultive a pluralidade e as diferenças de opinião” e, na defesa desses temas, o jornalista não é isento e neutro, mas sim um militante (BUCCI, 2000, p. 49). Ou seja, o jornalismo e o jornalista são responsáveis por dar voz a diferentes manifestações, sujeitos e grupos, assegurando o espaço para suas demandas e reivindicações nas diferentes instituições sociais e na sociedade.

A incorporação do debate do gênero no desenvolvimento regional e territorial permite compreendermos como as relações de gênero se estabelecem e impactam nas vidas cotidianas das pessoas. Refletir sobre gênero significa repensar as estruturas sociais e econômicas, as relações de trabalho, a cultura, a linguagem, os meios de comunicação, a família, etc., e contribui para enxergar como a sociedade vem produzindo e reproduzindo relações desiguais e para compreender como as

relações de gênero se constroem nos territórios e como podem ser transformadas (MANTOVANI; AREOSA, 2022).

A análise a partir da ótica de gênero evidencia as demandas das mulheres e pessoas LGBTQIA+ e busca reformular valores, pressupostos e políticas de desenvolvimento. O desenvolvimento não pode se limitar a melhorar as condições de vida das pessoas, com maior acesso a bens e serviços, mas sim precisa de conscientização social, reconhecimento e respeito à diversidade social e mudanças nas estruturas institucionais de representação política e social com equanimidade social (LIMONAD, 2020).

Na perspectiva do desenvolvimento territorial, observamos as territorialidades que são construídas através das vivências cotidianas e das relações sociais e culturais de determinados sujeitos e grupos sociais em um território, região ou local. Isso contribui para pensar um desenvolvimento inclusivo e equitativo com a consideração de todas as pessoas e suas práticas como agentes e participantes desse processo.

REFERÊNCIAS

A MAI DE FAMILIA. A mãi de família. *A Mai de Familia*, Rio de Janeiro, jan. 1879. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/341703/per341703_1879_00001.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

A MENSAGEIRA. Duas palavras. *A Mensageira*, São Paulo, 15 out. 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/352438/per352438_1897_00001.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

AGÊNCIA PÚBLICA. Mapa do jornalismo independente: um projeto da Agência pública. *Agência Pública*, São Paulo, 2022. Disponível em: https://apublica.org/mapa-do-jornalismo. Acesso em: 03 jul. 2022.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014. ISSN 0104-8333. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw. Acesso em: 20 fev. 2022.

ANTOLINI, Marialina Côgo; REBOUÇAS, Edgard. Comunicação, direitos humanos e cidadania: territorialidades que se entrelaçam. *In*: REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. (org.). *Comunicação e territorialidades*: poder e cultura, redes e mídias. Vitória: EDUFES, 2017. p. 186-205.

ANTON, Diana Filipina. *Redes de comunicação, dinâmica territorial e desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo (RS)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3209. Acesso em: 09 jul. 2022.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicología para América Latina*, Puebla, México, n. 14, p. 1-7, out. 2008. ISSN 1870-350X. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012. Acesso em: 19 dez. 2022.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARY, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*: um manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSIS, Evandro de; CAMASÃO, Leonel; SILVA, Mariana Rosa; CHRISTOFOLETI, Rogério. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. *Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2017. ISSN 2318-857X. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899/5813. Acesso em:26 jun. 2022.

AZMINA. Revista AzMina. *AzMina*, São Paulo, 2022a. Disponível em: https://azmina.com.br/revista-azmina/. Acesso em: 10 jan. 2022.

AZMINA. Instituto AzMina. *AzMina*, São Paulo, 2022b. Disponível em: https://azmina.com.br/instituto-azmina/. Acesso em: 13 ago. 2022.

AZMINA. Relatório de atividades 2021. *AzMina*, São Paulo, 2022c. Disponível em: https://azmina.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Relatorio-narrativo-2021-PTBR-final.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, 2020. ISSN 1806-9584. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75304/44900. Acesso em: 27 fev. 2022.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. *Jornalismo Feminino em Santa Catarina*: uma análise do suplemento Donna DC, do Diário Catarinense. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101010. Acesso em: 17 abr. 2022.

BARRANQUERO, Alejandro. Trayectorias, cruces y diálogos entre la tradición latino-americana y anglosajona en comunicación comunitaria y ciudadana. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, Santiago de Compostela, v. 1, n. 1, p. 19-22, 2015. ISSN 2386-3730. Disponível em: https://revistas.usc.gal/index.php/ricd/article/view/2360. Acesso em: 27 mar. 2022.

BARRANQUERO, Alejandro; HERRERA-HUÉRFANO, Eliana. Un panorama de la formación especializada em comunicación, desarrollo y cambio social. *Razón y Palabra*, Quito, v. 16, n. 80, p. 235-248, ago./out. 2012. ISSN 1605-4806. Disponível em: https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/484. Acesso em: 27 mar. 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo I*: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo II*: a experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BELLO SEXO. O bello sexo. Bello Sexo, Rio de Janeiro, 21 ago. 1862. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/736902/per736902_1862_00001.pdf. Acesso em: 24 abr, 2022.

BELTRÁN, Luiz Ramiro. La comunicacion para el desarrollo en Latinoamerica: un recuento de medio siglo. *In*: CONGRESO PANAMERICANO DE LA COMUNICACION, 3., 2005, Buenos Aires. *Anais* [...]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005. Disponível em: https://www.infoamerica.org/teoria_textos/lrb_com_desarrollo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

BENNET, James. The utopia of independent media: independence, working with freedon and working for free. *In*: BENNET, James; STRANGE, Niki. *Media independence*: working with freedom of working for free? New York: Routledge, 2015. p. 1-28.

BERGER, Christa; HEUSER, Vanessa. Imprensa feminista. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 413-418.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Campo aberto*: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2016.

BORELA, Suzanne da Silva. *Jornalismo, identidade e gênero*: desconstruções discursivas na Revista TPM. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186998. Acesso em: 27 nov. 2022.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 48-61, 2013. ISSN 1806-0498. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/6961/5098. Acesso em: 10 abr. 2022.

BOTTON, Andressa; STREY, Marlene Neves; ROMANI, Patricia Fasolo; PALMA, Yáscara Arrial. Sexo/sexismo. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 666-669.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 62-77, jan./abr. 2011. ISSN 1806-6925. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924/147. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTZKE, Luciana. O avesso do desenvolvimento regional. *In*: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DEPONTI, Cidonea Machado (org.). *Desenvolvimento Regional*: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 143-160.

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos; NEGHERBON, Caroline Laíza; BRITO, Vivian. Desenvolvimento Regional e Gênero: Mapeamento da Formação Docente e da Produção Intelectual nos PPGs em Planejamento Urbano e Regional da Região Sul do Brasil. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 18, n. 50, p. 41-54, jan./mar. 2020. ISSN 2237-6453. DOI: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.41-54. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9158. Acesso em: 08 ago. 2021.

CAMASÃO, Leonel David Jesus. *Independência no jornalismo em Santa Catarina*: parâmetros para aferição da liberdade profissional. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/183626. Acesso em: 16 jun. 2022.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. *Imprensa feminista brasileira pós-74*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/pt-br.php. Acesso em: 17 abr. 2022.

CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos. Comunicação como tecnologia social para o desenvolvimento: proposta metodológica para avaliação da estrutura de comunicação de um território. *Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 19, n. 39, p. 204-218, 2020. ISSN 2175-4977. DOI: https://doi.org/10.5902/2175497736735. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/36735/pdf. Acesso em: 09 abr. 2022.

CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos; GALVÃO JÚNIOR, Lourival da Cruz; OLIVEIRA, Edson Aparecida Querido de Araujo. Comunicação para o desenvolvimento: considerações para uma construção de interfaces temáticas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 12, n. 4, p. 3-30, dez. 2016. ISSN 1809-239X. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/2601/553/5590. Acesso em: 27 mar. 2022.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. *Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2017. ISSN 2318-857X. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007/5830. Acesso em: 26 jun. 2022.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013a.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Tradução Carlos Alberto Medeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.

CASTRO, Amanda Motta Angelo; EGGERT, Edla. Alguns apontamentos sobre a Epistemologia Feminista. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 231-238, jul./dez. 2012. ISSN 2317-1758. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2862/pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

CATARINAS. Jornalismo com perspectiva de gênero. *Catarinas*, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://catarinas.info/. Acesso em: 10 set. 2022.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CÉSAR, Ruane Cristine Bernardes; LOURES, Amanda Freitas; ANDRADE, Bárbara Batista Silveira. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. *Revista Mosaico*, Vassouras, v. 10, n. 2, p. 68-75, jul./dez. 2019. ISSN 2178-7719. DOI: https://doi.org/10.21727/rm.v10i2Sup.1956. Disponível em: http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1956/1342. Acesso em: 19 dez. 2022.

CESTARI, Mariana Jafet. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. *Língua, Literatura e Ensino*, Campinas, v. 3, p. 107-116, maio 2008. ISSN 1981-6871. Disponível em: https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/lle/article/view/135. Acesso em: 21 abr. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CIENTISTA QUE VIROU MÃE. Mulheres, mães, maternidade, empoderamento, educação sem violência e tudo com Ciência e amor: Ligia Moreiras, Cientista Que Virou Mãe. Cientista Que Virou Mãe, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://cientistaqueviroumae.com.br/. Acesso em: 10 set. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. *CEPALSTAT*: Estadísticas e Indicadores. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021. Disponível em: https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da; ARAS, Lina M. Brandão de. Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: avanços, dilemas e desafios. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 8, n. 29 e 30, p. 10-19, jan./ jun. 2014. ISSN 2674-5704. DOI: https://doi.org/10.3895/cgt.v8n29/30.6123. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6123/3774. Acesso em: 29 ago. 2021.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero*: uma perspectiva global. Tradução Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: Versos, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. *CAPES*, Brasília, 2023. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 07 jan. 2023.

CORDEIRO, Débora Cristina da Silva. Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores? *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 27, p. 365-383, 2018. ISSN 1981-2140. DOI: https://doi.org/10.34019/1981-2140.2018.17512. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17512. Acesso em: 19 dez. 2022.

CORRÊA, Laura Guimarães. Intersectionality: A challenge for cultural studies in the 2020s. *International Journal of Cultural Studies*, Nova Iorque, v. 23, n. 6, p. 823-832, 2020. ISSN 1460-356X. DOI: https://doi.org/10.1177/1367877920944181. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1367877920944181. Acesso em: 02 maio 2021.

COSTA, Cláudia de Lima. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 44, p. 79-103, jul./dez. 2014. ISSN 2316-4018. DOI: https://doi.org/10.1590/2316-4018444. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9985. Acesso em: 11 abr. 2021.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. *Fragmentos*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 45-59, jul./dez. 2010. ISSN 2175-7992. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/29649/24801. Acesso em: 19 mar. 2022.

COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. *Revista USP*, São Paulo, n. 66, p. 178-197, jun./ago. 2005. ISSN 0103-9989. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i66p178-197. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13446/15264. Acesso em: 16 jun. 2022.

COSTA, Jessica Gustafson. *Jornalismo feminista*: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193588. Acesso em: 20 ago. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. ISSN 1806-9584. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774. Acesso em: 20 mar. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist

Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 1, p. 139-167, 1989. ISSN 0892-5593. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/. Acesso em: 20 mar. 2022.

CRUZ, Sabrina Uzêda da. A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja. *Travessias*, Cascavel, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2008. ISSN 1982-5935. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2997. Acesso em: 15 maio 2021.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 1999.

CUNHA, Raquel Cantarelli Vieira da. *Os conceitos de cultura e comunicação em Raymond Williams*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8198/1/2010_RaquelCantarelliVieiradaCunha.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). Tradução Tatau Godinho. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. De.; SENOTIER, D. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 173-178.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*: século XIX – dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. *In*: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. *Beijing +20*: avanços e desafios no Brasil contemporâneo. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. p. 159-216.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Estudos culturais feministas: a importância de afirmar uma nomeação. *Líbero*, São Paulo, v. 26, n. 46, p. 10-25, jul./dez. 2020a. ISSN 2525-3166. Disponível em: http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1207. Acesso em: 11 abr. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Comunicação e gênero no Brasil: discutindo a relação. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 103-138, 2020b. ISSN 2175-8689. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27643. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27643. Acesso em: 29 ago. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil. *In*: BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina; ROCHA, Paula Melani (org.). *Gênero, mídia & lutas sociais*: percepções críticas e experiências emancipatórias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018. p. 11-27.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Stuart Hall e Feminismo: revisitando relações. *Matrizes*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 61-76, set./dez. 2016. ISSN 1982-2073. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9664. Acesso em: 04 abr. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Cartografias dos Estudos Culturais*: uma versão latino-americana. Ed. on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Uma introdução aos Estudos Culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 87-97, dez. 1998a. ISSN 1980-3729. DOI: http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.1998.9.3014. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014/2292. Acesso em: 03 abr. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. A contribuição do olhar feminista. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-11, jan./jun. 1998b. ISSN 1807-8583. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3367/3951. Acesso em: 04 abr. 2021.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. Comunicação e desenvolvimento: possibilidades para uma agenda de pesquisa. *In*: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DEPONTI, Cidonea Machado (org.). *Desenvolvimento Regional*: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 215-238.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; BRANDT, Grazielle Betina. Aproximações entre Estudos Culturais e Desenvolvimento Regional: uma proposta teórico metodológica para estudar a Comunicação na interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 12, n. 4, p. 44-63, dez. 2016. ISSN 1809-239X. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2603/555. Acesso em: 04 abr. 2021.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Jornalismo e estudos culturais: a contribuição de Jesús Martín-Barbero. *Rumores*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 8-27, jul./dez. 2013. ISSN 1982-677X. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.69427. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69427/72007. Acesso em: 18 abr. 2021.

FERNANDES, Nathaly Cristina; NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino. A naturalização da violência contra a mulher. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 76076-76086, out. 2020. ISSN 2525-8761. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-145. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17903/14503. Acesso em: 19 dez. 2022.

FERRARA, Jessica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 62, p. 1-16, 2021. ISSN 1809-4449. DOI: https://doi.org/10.1590/18094449202100620029. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/7hWzygnjnknyYcC3wvSRx8n/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 fev. 2022.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FERRARI, Pollyana; BOARINI, Margareth. A desinformação é o parasita do século XXI. *Organicom*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 37-47, set./dez. 2020. ISSN 2238-2593. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.170549. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/170549/168689. Acesso em: 04 dez. 2022.

FIGARO, Roseli (org.). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. São Paulo: ECA-USP, 2018.

FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. *In*: FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Salta, 2013. p. 14-132.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022a. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/06/anurio-2022.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. *Violência contra mulheres em 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022b. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Inovações tecnológicas e transformações no jornalismo com as redes digitais. *Revista GEINTEC*, São Cristóvão, v. 4, n. 4, p. 1329-1339, 2014. ISSN 2237-0722. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1844/1/JornalismoRedesDigitais.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. *C-Legenda*, Niterói, n. 5, p. 1-19, 2001. ISSN 1519-0617. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784/21359. Acesso em: 24 mar. 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de Conteúdo. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando?*: desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/23636. Acesso em: 01 maio 2022.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

GARCÍA, Kevin Alexis. Principios organizadores en seis medios periodísticos emergentes en internet. *Revista Nexus Comunicación*, Cali, n. 17, p. 112-129, jan./jun. 2015. ISSN 2539-4355. DOI: https://doi.org/10.25100/nc.v1i17.702.

Disponível em: https://nexus.univalle.edu.co/index.php/nexus/article/view/702/825. Acesso em: 27 dez. 2022.

GÊNERO E NÚMERO. Gênero e raça traduzidos em dados e visualizações. *Gênero e Número*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.generonumero.media/. Acesso em: 10 set. 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GÓES, Laércio Torres de. Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador, *Anais* [...]. Salvador*:* Universidade Federal da Bahia, 2007. p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/r0364-1.pdf. Acesso em: 26 dez. 2022.

GOMES, Itania Maria Mota. Raymond Williams e a hipótese cultural da estrutura de sentimento. In: JANOTTI JUNIOR, J.; GOMES, I.M.M. (Org.). *Comunicação e estudos culturais*. Salvador: EDUFBA, 2011.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-80.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: o Risorgimento – notas sobre a história da Itália – volume 5. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUERRA, Lemuel Dourado; SILVA, Jairo Bezerra da. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. *In*: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (org.). *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 195-233. Disponível em: http://books.scielo.org/id/7y7r5/pdf/ brasileiro-9788578791940-10.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade*: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires, CLASCO; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *Revista Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1999. ISSN 1415-7543. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049/32762. Acesso em: 09 maio 2021.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*: 1850-1937. Tradução Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In*: SOVIK, Liv (org.). *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende. Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003a. p. 25-50.

HALL, Stuart. Estudos Culturais: dois paradigmas. *In*: SOVIK, Liv (org.). *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003b. p. 131-159.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. *In*: SOVIK, Liv (org.). *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende. Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003c. p. 199-218.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. *In*: SOVIK, Liv (org.). *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende. Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003d. p. 294-334.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. ISSN 0100-3143. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514. Acesso em: 03 abr. 2021.

HASAN, Valeria Fernández Hasan. El ingreso de la agenda feminista a la agenda de los médios. *La Trama de la Comunicación*, Rosário, v. 20, n. 2, p. 127-143, jul/dez. 2016. ISSN 2314-2634. DOI:
Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/61707541.pdf. Acesso em: 01 maio 2022.

HEBERLÊ, Antônio; SOARES, Felipe. Comunicação para o desenvolvimento: estratégias e conceitos. *Estudos em Comunicação*, Covilhã, n. 13, p. 151-174, jun. 2013. ISSN 1646-4974. Disponível em: http://ec.ubi.pt/ec/13/pdf/EC13-2013Junho-06.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, *Anais* [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. p. 485-506. Disponível em: https://docplayer.com.br/40575029-Problematizando-o-conceito-de-empoderamento-1.html. Acesso em: 27 mar. 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. *Segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade*: as mulheres e seus trajetos. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão; Instituto Locomotiva, 2021. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2021/10/LocomotivaIPG_PesquisaSegurancaMulheresemDeslocamentosFinal-1.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais?. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 07-131.

KARPPINEN, Kari; MOE, Hallvard. What we talk about when talk about “media independence”. *Javnost - The Public*, Liubliana, v. 23, n. 2, p. 105-119, 2016. ISSN 1854-8377. DOI: https://doi.org/10.1080/13183222.2016.1162986. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13183222.2016.1162986. Acesso em: 25 jun. 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Tradução Vivian Aranha Sanoia. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. De.; SENOTIER, D. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

KERN, Leslie. *Cidade feminista*: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, Repercussões e problematizações. *Argumentos*, Fortaleza, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017. ISSN 1984-4247. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/31031/71650. Acesso em: 03 set. 2021.

KOSAK, Mirian Maria; PEREIRA, Deivdy Borges; INÁCIO, Adriele Andreia. Gaslighting e mansplaining: as formas da violência psicológica. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2018, Londrina. *Anais* [...] Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018, p. 251-262. Disponível em: http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1030. Acesso em: 19 dez. 2022.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *The elements of journalism*: what newspeople should know and the public should expect. New York: Three Rivers Press, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Página Aberta, 2001.

LACERDA, Daniela Maria de. *O jornalismo independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21304. Acesso em: 16 jun. 2022.

LADO M. Portal sobre empoderamento e protagonismo feminino. *Lado M*, São Paulo, 2022. Disponível em: https://medium.com/lado-m. Acesso em: 10 set. 2022.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LIMONAD, Ester. Para pensar a descolonização do cotidiano: desentranhando o desenvolvimento. *In*: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. (org.). *Geografias*: reflexões conceituais, leituras da Ciência Geográfica, estudos geográficos. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020. p. 30-53.

MACHADO, Viviane Ramos. *O jornalismo como palco de disputas discursivas*: o movimento feminista no jornal A Gazeta do Espírito Santo (1986-2016). Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/handle/10/7080. Acesso em: 21 abr. 2022.

MANTOVANI, Emanuele; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Gênero como perspectiva de análise no desenvolvimento regional. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, v.19, n.2, abr./jun. 2022, p. 143-161. ISSN 2318-180x. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2486. Acesso em: 14 maio. 2022.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo*: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARQUES, Ester. Estruturas do discurso jornalístico. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NO NORDESTE, 10., 2008, São Luís. *Anais* [...] São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2008. p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/r12-0528-1.pdf. Acesso em: 02 maio 2021.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-14, 2021. ISSN 1806-9584. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n370177. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/70177/47874. Acesso em: 27 fev. 2022.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Métodos de pesquisa em comunicação*: projetos, ideias e práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 1-28. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file. Acesso: 13 fev. 2022.

MAY, Tim. *Pesquisa social*: questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCDOWELL, Linda. *Género, identidad y lugar*: un estudio de las geografías feministas. Tradução de Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 217-227.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

MONK, Janice; GARCÍA-RAMON, Maria Dolores. Geografia feminista: una perspectiva internacional. *Documents d'Analisi Geografica,* Barcelona, v. 10, p. 147-157, 1987. ISSN 0212-1573. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/dag/02121573n10/02121573n10p147.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.

MORAES, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. *In*: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contra-poder*: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013a. p. 17-49.

MORAES, Dênis de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. *In*: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contra-poder*: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013b. p. 103-142.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. ISSN 1982-5269. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420/8298. Acesso em: 12 out. 2022.

MORENO, Rosa María Alfaro. *Uma comunicación para otro desarrollo*: para el diálogo entre el norte y el sur. Lima, Peru: Calandria, 2015.

MULHERIO. Por que Mulherio? Os objetivos do jornal. *Mulherio*, São Paulo, mar./abr. 1981.
Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/459488/per459488_1981_00000.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, c Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006. ISSN 1807-0329. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfm9MK4wBdpJ7twQzvfYM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2022.

NEGRÃO, João José de Oliveira. *O jornalismo e a construção da hegemonia*. Tese (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3894. Acesso em: 12 out. 2022.

NONATO, Cláudia. O perfil diferenciado dos jornalistas associados ao sindicato de São Paulo. *In*: FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Salta, 2013. p. 133-184.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Nós: Uma redação de mulheres periféricas registrando seu jeito de ver o mundo. *Nós, Mulheres da Periferia*, São Paulo, 2022. Disponível em: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/. Acesso em: 10 set. 2022.

O ESPELHO DIAMANTINO. Prospecto. *O Espelho Diamantino*, Rio de Janeiro, 20 set. 1827. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700312/per700312_1827_00001.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

O JORNAL DAS SENHORAS. As nossas assinantes. *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00001.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. Editorial. *O Mentor das Brasileiras*, São João del-Rei, 30 nov. 1829. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/778672/per778672_1829_00001.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

O SEXO FEMININO. A educação da mulher. *O Sexo Feminino*, Campanha, 7 set. 1873. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00001.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008. ISSN 2764-6149. Disponível em:

http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf. Acesso em: 20 nov. 2011

OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., 2009, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2009. p. 1-10. Disponível em: https://dennisdeoliveira.files.wordpress.com/2017/08/358462363-jornalismo-alternativo-o-utopismo-iconoclasta-pdf.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra da Silva. *As páginas da beleza*: as representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80399. Acesso em: 23 abr. 2022.

OLIVEIRA, Paulo Cesar Miguez de. Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento. *In*: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento*: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 362-387. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3073. Acesso em: 29 maio 2021.

OLIVEIRA, Vanessa Costa de. *A configuração da forma cultural do jornalismo independente nos territórios latino-americanos*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3137. Acesso em: 12 jun. 2022.

OLIVEIRA, Vanessa Costa de. *Desenvolvimento e jornalismo*: a estratégia produtiva da Agência Pública na perspectiva da informação como fator de expansão das liberdades. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1510. Acesso em: 18 abr. 2021.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. Teoria social, realidade empírica e habitus: gênero e classe articulados como conceitos analíticos na recepção. *E-Compós*, Brasília, v. 23, p. 1-27, 2020. ISSN 1808-2599. DOI: https://doi.org/10.30962/ec.1795. Disponível em: https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/1795/1961. Acesso em: 03 dez. 2022.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*: Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005. ISSN: 0102-552X. DOI: https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243. Disponível em:

http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225. Acesso em: 11 set. 2021.

PEREIRA, Clarissa Josgrilberg. *Jornalismo digital e as novas tecnologias*: estudos de gênero e formatos nos principais sites jornalísticos brasileiros. Tese (Doutorado em Comunicação Social_ - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018. Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2118. Acesso em: 27 dez. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web. *Matrizes*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 77-100, set./dez. 2018. ISSN 1982-8160. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p77-100. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/142473/149821. Acesso em: 04 dez. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009. ISSN 1982-2553. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108/1247. Acesso em: 10 jul. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. *Palabra Clave*, Bogotá, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008. ISSN 0122-8285. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/649/64911214.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 1-17.

RAMOS, Gleys Ially. O lugar político das mulheres: feminismo, possibilidades e contribuições da geografia. *Revista da ANGEPE*, João Pessoa, v. 17, n. 32, p. 325-350, 2021. ISSN 1679-768X. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12477/pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: RODRIGUES, Cristiano. *et al*. *Territorialidades*: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 83-109.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015. ISSN 2317-4161. DOI: https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29067. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067/20555. Acesso em: 26 dez. 2022.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil*. Vozes e Diálogo*, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 193-204, jan./jun. 2017a. ISSN 2237-4531. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9455. Acesso em: 18 abr. 2021.

REIS, Ruth. Propostas para um programa de estudos sobre comunicação e territorialidades. *In*: REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. (org.). *Comunicação e territorialidades*: poder e cultura, redes e mídias. Vitória: EDUFES, 2017b. p. 22-34.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura. *In*: REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. (org.). *Comunicação e territorialidades*: poder e cultura, redes e mídias. Vitória: EDUFES, 2017. p. 10-20.

RESENDE, Fernando. Representação das diferenças no discurso jornalístico. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 206-223, dez. 2014. ISSN 1981-9854. DOI: https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.749. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/749/569. Acesso em: 23 maio 2021.

ROCHA, Paula Melani; DANCOSKY, Andressa Kikuti. A diversidade de representações da mulher na cauda longa do jornalismo independente sobre gênero. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, Quito, n. 139, p. 389-408, dez. 2018. ISSN 1390-924X. DOI:
Disponível em: https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/3104. Acesso em: 10 set. 2022.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. O território do cotidiano. *Padê: Estudos em Filosofia, Raça, Gênero e Direitos Humanos*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 17-31, 2006. ISSN 1980-8887. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/130/119. Acesso em: 10 mar. 2022.

SACK, Robert David. *Territorialidade humana*: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial*: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SANDOVAL, Marisol; FUCHS, Christian. Towards a critical theory of alternative media. *Tematics and Informatics*, v. 27, n. 2, p. 141-150, 2010. ISSN 0736-5853. DOI: https://doi.org/10.1016/j.tele.2009.06.011. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0736585309000410. Acesso em: 10 jul. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Juliana Andreza Soares dos. *et al*. Transtorno alimentar e objetificação feminina: um resultado das relações de poder? *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Brasília, v. 3, n.7, p. 123-142, jul./dez. 2020. ISSN 2595-1661.

Disponível em: http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/44/59. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 251-261, jun. 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em: 09 maio 2021.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010. ISSN 1982-0259. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100002/12725. Acesso em: 28 mar. 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. ISSN 2176-5774. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437/5497. Acesso em: 29 dez. 2022.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 10., 2001, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001. p. 1-35. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20FInal%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf. Acesso em: 26 dez. 2022.

SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0*: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AQKHD4. Acesso em: 01 maio 2022.

SARMENTO, Priscila Bueker; MARTINUZZO, José Antonio. Jornalismo na internet e territorialidades contemporâneas: reflexões acerca da experiência do capixaba Século Diário. *Revista Educação, Cultura e Comunicação*, Lorena-SP, v. 10, n. 20, p. 123-128, jul./dez. 2019. ISSN 2177-5087. Disponível em:

http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/1063/990. Acesso em: 09 maio 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004. ISSN 1806-9584. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860. Acesso em: 27 fev. 2022.

SCHANDER, Gabriela. *Por uma perspectiva de gênero no jornalismo*: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229100. Acesso em: 28 dez. 2022.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. Território e gênero: territorialidades ausentes. *In*: RODRIGUES, Cristiano. *et al*. *Territorialidades*: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 23-82.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005. ISSN 1806-9584. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002/7778. Acesso em: 23 maio 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul. 1995. ISSN 0100-3142. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667. Acesso em: 28 mar. 2021.

SILVA, Artenira da Silva e; PINHEIRO, Rossana Barros. O gênero como o denominador comum nas diferentes perspectivas penais da disposição e exposição não autorizadas da intimidade feminina. *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*, Fortaleza, v. 24, n. 2, p. 1-17, abr./jun. 2019. ISSN 2317-2150. DOI: https://doi.org/10.5020/2317-2150.2019.8352. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/8352/pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 101-122, jan./jul. 2021. ISSN 2526-0197. DOI: http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2021.v7i1.7948. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948/pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da Ciência Geográfica. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-55, jan./jun. 2010. ISSN 2317-4161. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3542/2464. Acesso em: 17 dez. 22.

SILVA, Marcia Veiga da. *Masculino, o gênero do jornalismo*: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010b. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25629/000753018.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

SILVA, Mariana da Rosa. *Tensões entre o alternativo e o convencional*: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185627. Acesso em: 26 jun. 2022.

SILVA, Susana Maria Veleda da. Geografia e Gênero / Geografia Feminista – o que é isto. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 105-110, mar. 1998. ISSN 0101-7878. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385. Acesso em: 22 ago. 2021.

SILVA JÚNIOR, José Afonso. As relações do jornalismo digital na cibercidade. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Covilhã, p. 1-38. ISSN 1646-3137. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/junior-jose-afonso-jornalismo-cibercidades.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. *Feminismo e movimento de mulheres*: Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

TAVARES, Luisa. *O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação e a atualização de práticas convencionais*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215721. Acesso em: 17 jul. 2022.

THINK OLGA. Comunicação de impacto para catalisar mudanças na vida das mulheres. *Think Olga*, São Paulo, 2022. Disponível em: https://thinkolga.com/. Acesso em: 10 set. 2022.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum*: para todas, todes e todos. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*: porque as notícias são como são – volume I. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*: a tribo jornalística- uma comunidade interpretativa transnacional – volume II. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social - redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, jul./dez. 2013. ISSN 1809-5844. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69831537004. Acesso em: 26 mar. 2022.

TUFTE, Thomas. Communication for Social Change - Struggles for Visibility and Voice, Culture and Diversity. *In*: INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION CONFERENCE, 2005, Nova Iorque. *Anais* [...]. Nova Iorque: ICA, 2005. Disponível em: https://convention2.allacademic.com/one/ica/ica05/index.php?click_key=1&cmd=Multi+Search+Search+Load+Publication&publication_id=14345&PHPSESSID=1j421141lfmj478m4114bajv0f. Acesso em: 26 mar. 2022.

ULTRAMARI, Clovis; CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa. Territorialidades em movimento. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 6-13, out./dez. 1995. ISSN 0034-7612. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8256/7044. Acesso em: 06 mar. 2022.

UN WOMEN. *Progress of the World's Women 2015-2016*. New York: UN Women, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/UNW_progressreport_2015_61.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. *In*: VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*: disputas e retrocessos na América Latina: São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Notas introdutórias sobre desenvolvimento e desenvolvimento territorial. *In*: MITSCHEIN, Thomas A. (org.). *Desenvolvimento local e o direito à cidade na Floresta Amazônica*. Belém: NUMA/UFPA, 2013. p. 12-36.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; SOUZA, Humberto Cunha Alves de. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 17, n. 31, p. 131-152, 2017 ISSN 2183-5462. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_9. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_31_9/3879. Acesso em: 28 ago. 2022.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. Culture is ordinary. *In*: WILLIAMS, Raymond. *Resources of hope*: culture, democracy, socialism. Londres: Verso, 1989. p. 3-14.

WOITOWICZ, Karina Janz. Direito à comunicação e ativismo feminista: a construção de redes de mulheres na América Latina e o processo de apropriação tecnológica. *ALCEU – Revista de Comunicação, Cultura e Política*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 39, p. 62-74, jul./dez. 2019. ISSN 2175-7402. DOI: https://doi.org/10.46391/ALCEU.v20.ed39.2019.35. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/35/27. Acesso em: 01 maio 2022.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. *Revista Ação Midiática*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2012. ISSN 2238-0701. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/am.v0i3.27915. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/27915/19299. Acesso em: 01 maio 2022.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report 2022*. Genebra, Suíça: World Economic Forum, 2022. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2022.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

ZARAGOCIN, Sofía. Geografía feminista descolonial. *Geopauta*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 18-30, 2020. ISSN 2594-5033. DOI: https://doi.org/10.22481/rg.v4i4.7590. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/7590/5382. Acesso em: 03 dez. 2022

ZIVIANI, Paula. Comunicação e cultura no campo dos estudos culturais. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 2, p. 7-31, maio/ago. 2017. ISSN 2175-7755. DOI: http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n2p7-31. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/5288/5947. Acesso em: 02 maio 2021.

Textos da *Revista AzMina* utilizados para análise de discurso nessa dissertação

BRITO, Aymê. A peregrinação de mães para comprovar a inocência de seus filhos presos injustamente. *AzMina*, São Paulo, 15 jun. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/a-peregrinacao-de-maes-para-comprovar-a-inocencia-de-seus-filhos-presos-injustamente/. Acesso em: 10 set. 2022.

BRITTO, Débora. Ventre livre? 150 anos depois da Lei, mães negras seguem lutando pela verdadeira liberdade dos filhos. *AzMina*, São Paulo, 18 nov. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-lutam-pela-liberdade-de-seus-filhos/. Acesso em: 10 set. 2022.

BERTHO, Helena. Saúde sexual da mulher lésbica. *AzMina*, São Paulo, 29 ago. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/saude-sexual-da-mulher-lesbica/. Acesso em: 10 set. 2022.

BERTHO, Helena. Elas iam abortar fora do Brasil, mas a pandemia impediu. *AzMina*, São Paulo, 13 maio 2020. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/elas-iam-abortar-fora-do-brasil-mas-a-pandemia-impediu/. Acesso em: 10 set. 2022.

EQUIPE AZMINA. Depressão e suicídio: como o machismo afeta nossa saúde mental? *AzMina*, São Paulo, 16 set. 2021. Disponível em:

https://azmina.com.br/reportagens/depressao-suicidio-e-mulheres/. Acesso em: 10 set. 2022.

EQUIPE AZMINA. Olimpíadas de Tóquio: Douglas, ginástica e feminilidade no esporte. *AzMina*, São Paulo, 30 jul. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/olimpiadas-de-toquio-douglas-ginastica-e-feminilidade-no-esporte/. Acesso em: 10 set. 2022.

EQUIPE AZMINA. Caneta desromantizadora de mensagens de Dia das Mães. *AzMina*, São Paulo, 08 maio. 2020. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/caneta-desromantizadora-de-mensagens-de-dia-das-maes/. Acesso em: 10 set. 2022.

EQUIPE AZMINA. “Duas mães? E as duas amamentam?”. *AzMina*, São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/duas-maes-e-as-duas-amamentam/. Acesso em: 10 set. 2022.

FERREIRA, Letícia. Violência sexual: o que é e o que fazer? *AzMina*, São Paulo, 01 set. 2020. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/violencia-sexual-o-que-e-e-o-que-fazer/. Acesso em: 10 set. 2022.

FERREIRA, Letícia. Mulheres negras hackeiam a política. *AzMina*, São Paulo, 22 jul. 2020. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-hackeiam-a-politica/. Acesso em: 10 set. 2022.

FERREIRA, Letícia. Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans. *AzMina*, São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/trans-no-mercado-de-trabalho/. Acesso em: 10 set. 2022.

GONÇALVES, Carina. Com Covid-19 e anorexia: pandemia agravou casos de transtornos alimentares. *AzMina*, São Paulo, 25 maio 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/com-covid-19-e-anorexia-pandemia-agravou-casos-de-transtornos-alimentares/. Acesso em: 10 set. 2022.

MELO, Simone. O futuro do trabalho tem espaço para as mulheres?. *AzMina*, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/o-futuro-do-trabalho-tem-espaco-para-as-mulheres/. Acesso: 10 set. 2022.

MOREIRA, Marília. Entre o medo do assédio e do contágio: como a pandemia afeta a mobilidade das mulheres nas cidades. *AzMina*, São Paulo, 12 maio 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/como-a-pandemia-afeta-a-mobilidade-das-mulheres/. Acesso em: 10 set. 2022.

MOREIRA, Marília. “Sua raça é resistente à dor”: mulheres relatam racismo em atendimentos médicos. *AzMina*, São Paulo, 24 fev. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/sua-raca-e-resistente-a-dor-mulheres-relatam-racismo-em-atendimentos-medicos/. Acesso em: 10 set. 2022.

OLIVEIRA, Aline. A pandemia afetou a nossa autoestima? *AzMina*, São Paulo, 14 dez. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/a-pandemia-afetou-a-nossa-autoestima/. Acesso em: 10 set. 2022.

REIF, Laura. Violência psicológica: saiba como identificar. *AzMina*, São Paulo, 04 set. 2019. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/violencia-psicologica-saiba-como-identificar/. Acesso em: 10 set. 2022.

REIF, Laura. Você não está louca! Entenda como funciona o gaslighting. *AzMina*, São Paulo, 03 jul. 2019. https://azmina.com.br/reportagens/voce-nao-esta-louca-entenda-como-funciona-o-gaslighting/. Acesso em: 10 set. 2022.

ROSA, Camila. Pornografia de vingança e sextorsão: saiba o que é e como denunciar. *AzMina*, São Paulo, 12 jan. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/pornografia-de-vinganca-e-sextorsao-saiba-o-que-e-e-como-denunciar/. Acesso em: 10 set. 2022.

SAHD, Luiza. Apoio de uma amiga pode salvar uma vítima de violência. Saiba como ajudar. *AzMina*, São Paulo, 08 mar. 2019. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/violencia-domestica-veja-como-ajudar-uma-vitima-a-sair-da-relacao/. Acesso em: 10 set. 2022.

SANTANA, Jamile. Entrega legal: uma lei que não foi pensada para as mulheres. *AzMina*, São Paulo, 13 abr. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/entrega-legal-uma-lei-que-nao-foi-pensada-para-as-mulheres/. Acesso em: 10 set. 2022.

SUAREZ, Joana. De corpo e alma na luta: a enfermeira que batalha pelo aborto seguro há 40 anos. *AzMina*, São Paulo, 28 set. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/de-corpo-e-alma-na-luta-a-enfermeira-que-batalha-pelo-aborto-seguro-ha-40-anos/. Acesso em: 10 set. 2022.

TEIXEIRA, Milena. Mães que esperam. *AzMina*, São Paulo, 06 ago. 2019. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/maes-que-esperam/. Acesso em: 10 set. 2022.

TEIXEIRA, Milena. Abolição para quem? *AzMina*, São Paulo, 13 maio. 2019. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/abolicao-para-quem/. Acesso em: 10 set. 2022.

VICENTIN, Carolina. Casa, um espaço para o feminicídio. *AzMina*, São Paulo, 14 jan. 2020. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/casa-um-espaco-para-o-feminicidio/. Acesso em: 10 set. 2022.